

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
COMUNICAÇÃO E TERRITORIALIDADES**

MAÍRA MENDONÇA CABRAL

**DISCURSO, VOZES E SENTIDOS: A COBERTURA
JORNALÍSTICA DOS PROGRAMAS DE SEGURANÇA
PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO (2011-2018)**

**VITÓRIA
2022**

MAÍRA MENDONÇA CABRAL

**DISCURSO, VOZES E SENTIDOS: A COBERTURA
JORNALÍSTICA DOS PROGRAMAS DE SEGURANÇA
PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO (2011-2018)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, linha de pesquisa Comunicação e Poder, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Rafael da Silva Paes Henriques

VITÓRIA
2022

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

M539d Mendonça Cabral, Máira, 1992-
Discurso, vozes e sentidos : a cobertura jornalística dos programas de Segurança Pública do Espírito Santo (2011-2018) / Máira Mendonça Cabral. - 2022.
235 f. : il.

Orientador: Rafael da Silva Paes Henriques.
Tese (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. comunicação. 2. jornalismo. 3. análise do discurso. 4. segurança pública. I. da Silva Paes Henriques, Rafael. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Artes. III. Título.

CDU: 316.77

MAÍRA MENDONÇA CABRAL


A COBERTURA JORNALÍSTICA DOS PROGRAMAS DE SEGURANÇA
PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação e Territorialidades, na linha de pesquisa Comunicação e Poder.

Aprovada em 30 de agosto de 2022.

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Rafael da Silva Paes Henriques
(orientador – POSCOM/UFES)

Documento assinado digitalmente
 RUTH DE CÁSSIA DOS REIS
Data: 02/09/2022 15:05:11 -0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profa. Dra. Ruth de Cássia dos Reis
(membro interno – POSCOM/UFES)



Profa. Dra. Márcia Benetti Machado
(membro externo – PPGCOM/UFRGS)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
RAFAEL DA SILVA PAES HENRIQUES - SIAPE 2623361
Departamento de Comunicação Social - DCS/CAR
Em 02/09/2022 às 14:28

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/554393?tipoArquivo=O>

AGRADECIMENTOS

Aos meus professores, e especialmente ao meu orientador Rafael Paes Henriques, por despertarem em mim a vontade de sempre querer aprender mais e por me ensinarem que o conhecimento e o pensamento crítico podem nos levar além. Deixo também um agradecimento especial às professoras da minha banca, Ruth Reis e Márcia Benetti, cujas orientações me abriram novos caminhos neste percurso.

À minha mãe, pelo amor que se manifestou em forma de incentivo, de cuidados e de paciência ao longo de todo esse percurso. Sem você, nada disso seria possível. Foram mais de dois anos ouvindo a pergunta “conseguiu adiantar um pouquinho os estudos, minha filha?”, numa manifestação de ansiedade e expectativa que só quem deseja o nosso melhor pode ter.

A Pedro, que pegou tão forte na minha mão e não a soltou, fazendo com que mesmo os dias mais cansativos e angustiantes se tornassem mais leves. E por abdicar do seu próprio tempo para estar ao meu lado.

Aos meus amigos Rhayan, Cristiano, Viviane, Esther, Thaiana, Ana Beatriz, Katilaine, Júlia, Samira, Suerly, Kaique e Luana, além de tantos outros que não nomearei, por todo incentivo e companheirismo ao longo de todos esses anos. E, principalmente, por entenderem a minha ausência em tantos momentos nos quais gostaríamos de estar juntos.

Por fim, agradeço à Rede Gazeta, que me permitiu ter acesso às informações que foram imprescindíveis para a realização desta pesquisa.

“A leitura de mundo precede a leitura da palavra”

Paulo Freire, 1982

RESUMO

Esta pesquisa tem o objetivo de analisar a cobertura do jornal impresso A Gazeta, entre os anos de 2011 e 2018, sobre os programas de Segurança Pública desenvolvidos pelo governo do Espírito Santo ao longo de duas gestões do Poder Executivo estadual: o Estado Presente em Defesa Pela Vida e o Ocupação Social, que nascem com o propósito de atuar tanto no eixo da repressão policial quanto no eixo da prevenção, por meio de iniciativas na área social para reduzir a violência em bairros considerados altamente violentos do Estado. Entendendo o jornalismo como um território discursivo, capaz de influenciar o modo como as pessoas enxergam seu espaço e seu tempo, utilizamos a Análise Crítica do Discurso (ACD), a partir do modelo tridimensional proposto pelo autor inglês Norman Fairclough, tanto para o embasamento teórico quanto como ferramenta metodológica da pesquisa, a fim de desvendar os sentidos que circulam a partir dos enunciados jornalísticos. O corpus de análise é composto por 241 textos, publicados em A Gazeta entre 01 de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2018, anos que marcam o início e o fim da implantação das políticas públicas de segurança durante a gestão dos governadores Renato Casagrande (PSB) e Paulo Hartung (MDB). Concluimos que a principal contribuição do jornal ao longo do período analisado é a formulação do sentido que o combate à violência precisa ir além da dimensão policial, dando conta também de suprir as demandas sociais, que historicamente contribuem para o aumento da criminalidade. No entanto, ao privilegiar o discurso do governo, que aparece como principal enunciatador nas notícias, o jornalismo não só legitima as ações do estado, endossando majoritariamente um raso discurso sobre intersectorialidade nas políticas públicas, como, ao mesmo tempo, restringe a participação da população, especialmente dos grupos que são diretamente afetados pela implantação das políticas de segurança. O forte atrelamento da cobertura à dinâmica das relações políticas, que tem a disputa entre gestões como centro, leva a uma ausência de polifonia. Além disso, o jornalismo não chega a acompanhar, cobrar e investigar os resultados da implantação dessa política. Com isso, deixa de cumprir finalidades como a de ser plural, de dar voz aos menos privilegiados social e economicamente e atuar em favor da cidadania.

Palavras-chave: Jornalismo, Território, Sentidos, Políticas públicas de segurança, Análise Crítica do Discurso, A Gazeta

ABSTRACT

This research aims to analyze the coverage of the printed newspaper A Gazeta, between 2011 and 2018, on the Public Security programs developed by the government of Espírito Santo, during two administrations of the state Executive Power: the Present State in Defense for Life and Social Occupation, which were created with the purpose of acting both in the axis of police repression and in the axis of prevention, through initiatives in the social area to reduce violence in neighborhoods considered to be highly violent in the State. Understanding journalism as a discursive territory, capable of influencing the way people see their space and time, we use Critical Discourse Analysis (CDA), based on the three-dimensional model proposed by the English author Norman Fairclough, both for the theoretical basis and as a methodological research tool, in order to unravel the meanings that circulate from journalistic utterances. The corpus of analysis is composed of 241 texts, published in A Gazeta between January 1, 2011 and December 31, 2018, years that mark the beginning and end of the implementation of public security policies during the administration of governors Renato Casagrande and Paul Hartung. We conclude that the main contribution of the newspaper throughout the analyzed period is the formulation of the sense that the fight against violence needs to go beyond the police dimension, also taking into account the social demands, which historically contribute to the increase in crime. However, by privileging the government's discourse, which appears as the main enunciator in the news, journalism not only legitimizes the actions of the state, mostly endorsing a shallow discourse on intersectoriality in public policies, but, at the same time, restricts the participation of the population, especially the groups that are directly affected by the implementation of security policies. The strong linkage of coverage to the dynamics of political relations, which have the dispute between administrations at the center, leads to an absence of polyphony. In addition, journalism does not follow, demand and investigate the results of the implementation of this policy. As a result, it fails to fulfill purposes such as being plural, giving voice to the socially and economically less privileged and acting in favor of citizenship.

Keywords: journalism, territory, meanings, public security policies, critical discourse analysis

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fotografia de material institucional de A Gazeta, tirada em 15/08/2022	23
Figura 2 - Distribuição de conteúdos noticiosos por editoria com termo “Estado Presente”, período 2011-2014	103
Figura 3 - Distribuição de conteúdos noticiosos por editoria com termo “Ocupação Social”, período 2014-2018	103
Figura 4 - Categorias temáticas a partir das quais os conteúdos jornalísticos foram criados. Termo de busca: Estado Presente/Ocupação Social	108
Figura 5 - Reportagem publicada em 28 de maio de 2011	110
Figura 6 - Notícia publicada em 17 de julho de 2011	110
Figura 7- Notícia publicada em 17 de julho de 2011	111
Figura 8 - Nota publicada na coluna Victor Hugo em 29 de abril de 2013	112
Figura 9 - Notícia publicada em 18 de julho de 2013	112
Figura 10 - Notícia publicada em 29 de maio de 2011	113
Figura 11 - Notícia publicada em 29 de abril de 2012	113
Figura 12 - Notícia publicada em 29 de abril de 2012	114
Figura 13 - Reportagem publicada em 20 de março de 2015	114
Figura 14 - Notícia publicada em 5 de julho de 2017	115
Figura 15 - Notícia publicada em 21 de março de 2018	115
Figura 16 - Notícia publicada em 11 de abril de 2018	116
Figura 17 - Notícia publicada em 11 de abril de 2018	117
Figura 18 - Reportagem publicada em 10 de abril de 2018	117
Figura 19 - Reportagem publicada em 22 de fevereiro de 2008	118
Figura 20 - Coluna Victor Hugo publicada em 11 de março de 2012	119
Figura 21 - Reportagem publicada em 17 de dezembro de 2014	120
Figura 22 - Entrevista publicada em 5 de março de 2013	121
Figura 23 - Entrevista publicada em 5 de março de 2013	121
Figura 24 - Entrevista publicada em 12 de agosto de 2014	122
Figura 25 - Reportagem publicada em 28 de setembro de 2014	123
Figura 26 - Reportagem publicada em 28 de setembro de 2014	124
Figura 27 - Nota publicada na coluna Praça Oito em 31 de março de 2015	124
Figura 28 - Nota publicada na coluna Praça Oito em 12 de abril de 2015	125
Figura 29 - Coluna Praça Oito publicada em 26 de março de 2015	126
Figura 30 - Coluna Praça Oito publicada em 8/03/2015	127
Figura 31 - Coluna Praça Oito publicada em 5 de novembro de 2015	128
Figura 32 - Reportagem publicada em 5 de março de 2015	129
Figura 33 - Notícia publicada em 13 de outubro de 2011	130
Figura 34 - Reportagem publicada em 28 de junho de 2014	131
Figura 35 - Reportagem publicada em 28 de junho de 2014	132
Figura 36 - Reportagem especial publicada em 8 de maio de 2015	132
Figura 37 - Reportagem publicada em 6 de junho de 2017	133
Figura 38 - Reportagem publicada em 13 de dezembro de 2017	133
Figura 39 - Reportagem publicada em 26 de junho de 2011	135

Figura 40 - Artigo de opinião publicado em 28 de maio de 2011	136
Figura 41 - Artigo de opinião publicado em 31 de maio de 2014	136
Figura 42 - Artigo de opinião publicado em 5 de julho de 2011	137
Figura 43 - Coluna Praça Oito publicada em 15 de novembro de 2015	137
Figura 44 - Artigo publicado em 16 de abril de 2017	138
Figura 45 - Editorial publicado em 14 de dezembro de 2018	139
Figura 46 - Notícia publicada em 27 de novembro de 2014	140
Figura 47 - Reportagem publicada em 14 de novembro de 2018	141
Figura 48 - Reportagem publicada em 14 de novembro de 2018	142
Figura 49 - Reportagem publicada em 24 de junho de 2018	143
Figura 50 - Caderno Histórias do Amanhã. Publicação de 18 de dezembro de 2018	144
Figura 51 - Caderno Histórias do Amanhã. Publicação de 18 de dezembro de 2018	144
Figura 52 - Nuvem de palavras resultado da mineração conteúdos noticiosos de 2011 a 2018	149
Figura 53 - Nuvem de links entre palavras. Textos jornalísticos coletados de 2011 a 2018	150
Figura 54 - nuvem de palavras gerada a partir de textos jornalísticos com os termos “Estado Presente” e “Ocupação Social”	151
Figura 55 - Reportagem publicada em 28 de maio de 2011	154
Figura 56 - Reportagem publicada em 28 de maio de 2011	159
Figura 57 - Reportagem publicada em 20 de março de 2015	165
Figura 58 - Reportagem publicada em 20 de março de 2015	172
Figura 59 - Notícia publicada em 3 de setembro de 2016	175
Figura 60 - Reportagem publicada em 17 de dezembro de 2014	178
Figura 61 - Reportagem especial publicada em 8 de maio de 2015	181
Figura 62 - Coluna Praça Oito publicada em 5 de novembro de 2015	184
Figura 63 - Artigo de opinião publicado em 5 de julho de 2011	189
Figura 64 - Artigo de opinião publicado em 28 de Outubro de 2017	193

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Publicações mapeadas sobre jornalismo e políticas de Segurança Pública	68
Tabela 2 - Conteúdos noticiosos extraídos do Jornal A Gazeta com temas ligados às políticas de segurança do ES	100
Tabela 3 - Relação de editorias e finalidades no jornal impresso A Gazeta	101
Tabela 4 - Lista de categorias temáticas a partir das quais os conteúdos jornalísticos foram criados. Termo de busca: Estado Presente/Ocupação Social	107
Tabela 5 - Fontes citadas nos enunciados jornalísticos - gênero informativo	145
Tabela 6 - Fontes citadas nos enunciados jornalísticos - gênero opinativo	146
Tabela 7 - Textos analisados – Jornal A Gazeta	153

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
O Jornal A GAZETA	20
1 - O PAPEL DO JORNALISMO	25
1.1 Jornalismo moderno: princípios e paradigmas	28
1.2 Ser objetivo não é ser imparcial	32
1.3 Jornalismo e democracia	36
1.4 Da produção de um conhecimento à configuração de um território discursivo	38
1.5 Poder simbólico da imprensa	45
2 JORNALISMO E SEGURANÇA PÚBLICA	48
2.1 Segurança Pública no Espírito Santo	48
2.3 Estado Presente e Ocupação Social	54
2.4 Políticas públicas de Segurança e Jornalismo	57
2.5 Estado da arte das pesquisas sobre jornalismo e cobertura de Segurança Pública	64
2.6 Mapeamento	68
2.7 Intersetorialidade frágil	72
3 ANÁLISE DO DISCURSO E AS POSSIBILIDADES DE INTERRELAÇÃO COM OS ESTUDOS EM JORNALISMO	75
3.1 Acontecimento jornalístico e discurso	80
3.2 Análise do Discurso	82
3.3 Ideologia	87
3.4 A seleção do corpus de análise	89
3.5 Proposta metodológica: o modelo tridimensional de análise crítica do discurso	92
3.5.1 A análise textual	92
3.5.2 Análise da Prática Discursiva	93
3.5.3 Análise da Prática Social	95
3.6 Outras contribuições	96
4 ANÁLISE DOS DADOS	99
4.1 Critérios de noticiabilidade	106
4.1.1 Quando o governo apresenta alguma ação de expansão do programa ou que será realizada por meio do programa	108
4.1.2 Quando um problema na área da segurança é apontado	116
4.1.3 Quando o desempenho do governo é avaliado	118
4.1.4 Para avaliar novas estatísticas	129
4.1.5 Quando as políticas de segurança são debatidas diretamente	134
	13

4.1.6 Quando ocorre transição de governo:	139
4.1.7 Quando o objetivo é mostrar oportunidades de mudanças de vida	142
4.1.8 Projetos de marketing	143
4.2 As vozes no discurso jornalístico	145
4.3 Análise em nuvem de palavras	148
4.3.1 Estado Presente e Ocupação Social	151
4.4 Análise de textos	152
4.4.1 Texto: Saúde, educação e lazer contra a violência	154
4.4.2 Texto: Violência desafia o Estado	159
4.4.3 Texto: Morte de menores: Quinze bairros na mira da Ocupação Social	165
4.4.4 Texto: Ruas da Grande Vitória receberão mais câmeras	172
4.4.5 Texto: Curso gratuito de maquiador e até de Dj para reduzir a criminalidade	175
4.4.6 Texto: Segurança: Taxa de mortes cai	178
4.4.7 Texto: Jovem negro: risco de ser morto é maior	181
4.4.8 Texto: A teoria da evolução da Segurança	184
4.4.9 Texto: Estado Pouco Presente – EPP	189
4.4.10 Texto: Cuidar das contas e das pessoas, o nosso objetivo	193
CONSIDERAÇÕES FINAIS	197
Vozes, lacunas e hegemonia	201
REFERÊNCIAS	205

INTRODUÇÃO

A experiência diária de produção noticiosa em um jornal permite que o jornalista mergulhe em uma série de assuntos que despertam interesses, paixões, medos e curiosidades, entre outros sentimentos, na sociedade. Estar neste outro lado, o da produção noticiosa, nos permite um contato mais próximo às informações, às fontes e aos dados que, mais tarde, se transformarão em notícias. Ao longo dos sete últimos anos nos quais atuo diariamente como jornalista, um assunto tão recorrente quanto preocupante no contexto social, especialmente no território urbano, se sobressaiu diante dos meus olhos: a violência.

Presente todos os dias nas páginas policiais (sejam elas impressas ou virtuais), estampada na chamada produção factual de notícias, a violência se torna uma preocupação constante – ainda que vivida e percebida de diferentes formas, a depender do contexto social, econômico, político e até mesmo geográfico em que cada um se insere.

Entendendo que a discussão em torno da violência urbana nos remete diretamente ao dever constitucional do Estado de garantir a proteção de seus cidadãos, surge então a necessidade de discutir-se outro tema atrelado a ela, o da Segurança Pública.¹

Diante da importância das referidas políticas públicas, esta investigação focaliza a cobertura feita pela imprensa, especificamente pelo jornal impresso A Gazeta, dos programas Estado Presente e Ocupação Social, entre o período de 01 de janeiro de 2011 (primeiro ano de implementação do Estado Presente no Espírito Santo) e 31 de dezembro de 2018, período em que se encerra a implementação do programa Ocupação Social.

O tema é relevante porque o jornalismo possui um importante papel nas sociedades democráticas na medida em que influencia na produção, na mediação e na circulação de sentidos. É dessa forma que ele contribui para a formação de conhecimento do público, levando as pessoas a refletirem e também a serem capazes de participar das decisões sobre temas que estão relacionados à própria vida em sociedade. Thompson, por

¹ De acordo com o artigo 144 da Constituição Federal, segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. É exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Disponível em <https://bit.ly/3xPK8Fr>

exemplo, pontua que a mídia exerce uma influência profunda na formação do pensamento político e também social (THOMPSON, 2001). Gentili (2005) defende que a existência do jornalismo é condição fundamental para a democracia e para o exercício da cidadania, pois cabe ao jornalismo oferecer aos cidadãos informações que lhes auxiliem no processo de compreensão de mundo e de tomada de decisões.

Obras clássicas sobre teoria da comunicação (McCombs & Shaw, 2000; Wolf, 2001) apontam o papel do jornalismo na perspectiva do *agenda setting*, de que as mídias têm o potencial de fazer com o que o público fale sobre um determinado assunto em detrimento de outros.

Autores contemporâneos, sobre os quais nos debruçamos neste estudo, também discutem a importância da comunicação social e do jornalismo. Segundo o sociólogo Bourdieu (1989), os meios de comunicação de massa se legitimam como espaços para obtenção de informações, contribuindo para a formação do senso comum constitutivo da ordem social, a partir da força simbólica que exercem de forma oculta, a qual ele nomeia de poder simbólico (BOURDIEU, 1989). É a partir do conjunto de forças, de tensões existentes dentro da instituição e em sua relação com a exterioridade que o sociólogo confere ao jornalismo o status de campo, que para ser compreendido necessita ser estudado dentro de suas particularidades.

Genro Filho (1987), assim como Lisboa e Benetti (2015) e Sponholz (2009), definem o jornalismo como uma forma de conhecimento, que por meio de práticas, de métodos estruturados ao longo da história da instituição, detém uma especificidade enquanto mediadora entre os fatos e o público.

Já autores como Schudson (2003) Hall (2016) pontuam a indissociabilidade entre o jornalismo e a cultura, uma vez que este tanto é um produto dela – e por isso seus códigos podem ser compreendidos, codificados dentro dela – quanto contribuem para sua formação à medida que o discurso jornalístico e a própria escolha daquilo que virá a se tornar notícia são permeados de ideologias.

Acrescentando as palavras de Becker (2004, p.45) (ainda que a autora se dedique a

analisar a linguagem do telejornal, que não é foco deste estudo), que diz que “a imagem mundo que possuímos é construída a partir de experiências coletivas, e não há quem ou o que as proporcione de modo tão eficaz ou ostensivo como os discursos midiáticos”, o que nos propomos neste estudo é compreender quais sentidos o jornalismo tem colocado em circulação acerca das políticas públicas de segurança, e, portanto, que memórias coletivas vem ajudando a construir sobre esse tema, tendo em vista a relevância que a violência adquire no noticiário.

Duas pesquisas desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades (Poscom), da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) demonstraram como os veículos de comunicação do Espírito Santo são responsáveis por construir ou reforçar, a partir dos discursos que colocam em circulação, uma visão estereotipada que atrela a violência aos territórios mais desfavorecidos economicamente, especialmente no que diz respeito aos jovens. Analisando a cobertura dos jornais A Tribuna e A Gazeta sobre áreas consideradas de maior vulnerabilidade social do Estado, Ronchi (2019) concluiu que os veículos apontam tais regiões como territórios do crime, colaborando com a formação de um território simbólico do medo.

Já Barcelos (2020), que analisou os conteúdos informativos sobre jovens entre 15 e 29 anos, que são transmitidos pela televisão, tanto pela TV Tribuna, afiliada do SBT, quanto pela TV Gazeta, afiliada da Rede Globo, mostrou que a maior parte da cobertura é centralizada em notícias sobre os crimes cometidos por esses jovens, que são pouco contextualizadas e que trazem as instituições de segurança como fonte principal (muitas vezes única), enquanto a juventude torna-se invisibilizada.

Mas se por um lado, a imprensa vai atrás, cotidianamente, da notícia do crime já ocorrido ou das ações policiais já executadas, por outro, há que se considerar também seu potencial de pautar o debate público consistente sobre violência e segurança pública.

Diante disso, considera-se necessário um esforço no sentido de compreender cientificamente como temas de grande interesse coletivo – como é o caso da Segurança Pública – são apresentados pela imprensa.

Se a comunicação é uma das instituições sociais capazes de pautar e de organizar a vida

em sociedade a partir do peso simbólico das representações, que coloca em circulação, logo, pode-se concluir que os processos de constituição de territorialidades estão diretamente ligados aos meios de comunicação. Compreender como esses discursos são construídos, no contexto da cobertura jornalística, consiste no pano de fundo desta pesquisa. Será uma forma de entender como as informações sobre os programas de segurança pública têm chegado até a sociedade. Faz-se necessário ponderar que os meios de comunicação são um entre outros sistemas simbólicos que atravessam a sociedade e que, portanto, a construção de sentidos perpassa também pela influência de outros segmentos. Além disso, é preciso considerar as inúmeras possibilidades de recepção dos conteúdos midiáticos por parte do público, que podem rejeitá-los, aceitá-los, ressignificá-los. Tendo isso em vista, nosso interesse neste estudo é analisar a dimensão da codificação (HALL, 2003), ou seja, compreender os sentidos que o jornal busca transmitir a seus leitores a partir do conteúdo que produz.

A pergunta em torno da qual constrói-se esta pesquisa é: quais os sentidos produzidos e colocados em circulação pelo jornal A Gazeta, ao longo da última década, em torno dos programas de Segurança Pública desenvolvidos e geridos pelo Poder Executivo do Espírito Santo?

Abre-se, com isso, uma possibilidade de investigar o que é e o que não é dito, por quem, quais são os elementos presentes e ausentes nesse discurso. Tendo em vista que a violência – e também o conjunto de soluções para a violência – é um problema social, que afeta a vida em sociedade, ainda que em diferentes contextos e realidades, é importante ver também como a solução para esse problema é tratada.

Esta pesquisa tem como objetivo selecionar e analisar os conteúdos noticiosos que foram publicados no jornal diário impresso A Gazeta entre os anos de 2011 e de 2018 utilizando a Análise Crítica do Discurso (ACD) como abordagem teórica metodológica. Os objetivos específicos foram: identificar em quais contextos os programas de segurança pública são citados nos conteúdos noticiosos; identificar quem são as vozes predominantes nesses discursos, bem como quais não aparecem; identificar quais informações são transmitidas sobre os programas, bem como buscar identificar quais informações não são esclarecidas; investigar como a classe política tem se valido de um veículo de grande circulação de informações para apresentar tais programas, já que

apesar de diferentes nomenclaturas, eles possuem uma estrutura semelhante, e, por fim, analisar quais recursos linguísticos são usados para construir o enunciado jornalístico e quais os sentidos são produzidos a partir deles.

Ao iniciarmos esta investigação, tínhamos a hipótese de que os programas de segurança pública são abordados de maneira rasa nos conteúdos noticiosos. Em função da ausência de informações, uma lacuna em relação aos seus modos de funcionamento e aos seus resultados, pode ter se formado ao longo da última década. Justamente em função disso, acreditávamos que poderia existir uma predominância da utilização do governo estadual como fonte oficial nas notícias sobre os programas, não restando muito espaço para que outros atores envolvidos nesse processo, tais como os representantes das comunidades abrangidas pelas políticas, sejam incorporados ao conteúdo noticioso.

Para embasarmos nossa análise, adquirindo um olhar crítico e mais criterioso em relação ao corpus, precisamos, primeiramente, compreender do que estamos falando. Para tanto, no primeiro capítulo deste estudo, nos propomos a discutir o papel do jornalismo na sociedade diante dos princípios e finalidades, tais como objetividade e credibilidade, que lhes foram atribuídos historicamente e que servem como pilares para a orientação da atividade jornalística. Esta revisão bibliográfica é orientada para o pensamento do jornalismo enquanto uma forma de conhecimento que se manifesta por meio da linguagem e que, por isso mesmo, constitui-se como um território simbólico.

Propõe-se também, no capítulo 2, uma discussão acerca do papel das políticas públicas, especialmente as relativas à segurança, para a sociedade, a fim de entender como a cobertura jornalística deve ser orientada em relação a este tema e, ainda, como o jornal A Gazeta se alinha nesse contexto. Orientados na perspectiva de que o interdiscurso e o dialogismo são condições fundamentais da existência do discurso (ORLANDI, 2020; BAKHTIN, 2006), vamos aos estudos sobre políticas públicas de segurança para saber com que outros discursos A Gazeta está dialogando e para identificar as suas origens sociais, culturais, ideológicas e de imaginário. Buscamos também fazer alguns apontamentos históricos sobre a violência no Espírito Santo e, ainda, explicar de forma mais aprofundada do que se trata os programas Estado Presente e Ocupação Social.

Nesta pesquisa, entendemos que a escolha do método de pesquisa é uma importante estratégia para a construção do conhecimento científico. Por isso, no terceiro capítulo, nos dedicamos a elaborar as possibilidades de utilização da Análise Crítica do Discurso (ADC), enquanto perspectiva teórica e metodológica, para a compreensão do fenômeno da produção de sentidos por meio do jornalismo na sociedade contemporânea. Com base neste percurso teórico, desenvolvemos nossa análise no capítulo 4.

A Análise Crítica do Discurso utilizada nesta investigação toma por base o conceito de discurso do inglês Norman Fairclough. Compreendendo o discurso como prática social, como formas de representação, de ação e de identificação, Fairclough (2001), propõe que a análise do discurso tenha uma abordagem voltada para as transformações sociais, pois ela tanto ajuda a moldar tais transformações como é moldado por elas.

A escolha da teoria formulada por este autor ocorre justamente por acreditar-se que uma análise voltada para a prática social seja mais condizente com o mundo em que vivemos, atravessado por constantes mudanças econômicas, culturais e tecnológicas, das quais a própria produção jornalística busca dar conta.

É necessário pontuar que a ACD não se trata de uma disciplina, mas sim de uma seara multidisciplinar, marcada pela transversalidade com outras áreas de estudo, uma vez que sua aplicação visa a entender os sentidos dos enunciados dentro do contexto histórico e social em que são produzidos. É justamente por isso, que acreditamos que esta seja a abordagem metodológica mais condizente com o objetivo deste estudo.

Fairclough (2001) propõe uma análise a partir de uma concepção tridimensional do discurso, que engloba o texto, a prática discursiva e a prática social. Para avaliar o conteúdo informativo do jornal A Gazeta, pretende-se utilizar tais categorias de análise propostas pelo autor.

A primeira é a análise do texto, que é organizada em quatro itens, sendo eles estrutura textual, coesão, gramática e vocabulário. A segunda é a prática discursiva, que envolve processos de produção, de distribuição e de consumo dos textos em análise. Tendo em vista que, neste estudo, os textos analisados foram veiculados em um jornal impresso de

circulação diária, consideramos pertinente para esta análise observar, por exemplo, em quais editorias esses conteúdos noticiosos foram publicados, uma vez que elas podem dar indício do contexto em que os conteúdos foram produzidos e também da relevância que eles possuem dentro da publicação.

A distribuição do texto diz respeito ao modo como ele é colocado em circulação. No caso específico de análise da pesquisa, as notícias são postas em circulação no formato impresso. Quanto à esfera do consumo, o analista, segundo Oliveira e Carvalho (2013, p. 298), pode observar, por exemplo, se o texto é consumido individual ou coletivamente, o que influencia nas escolhas lexicais e sintáticas. No âmbito da prática discursiva, dentro da esfera da produção do discurso, Fairclough (2001) trabalha com os conceitos de interdiscursividade e de intertextualidade manifesta. A partir da interdiscursividade, é possível analisar quais discursos estão presentes no texto, partindo do princípio de que todo discurso é heterogêneo.

A terceira categoria, da prática social, se ocupa das condições sociais e do contexto em que a prática discursiva ocorre. É a partir desta categoria que Fairclough propõe a investigação de conceitos como ideologia (construções da realidade) e de hegemonia, no sentido de construção de uma visão de mundo, com o propósito de desnaturalizar a produção discursiva.

É importante destacar que apesar de Fairclough propor uma análise crítica discursiva por meio dessas três dimensões, durante a prática da análise todas elas acontecem de forma concomitante, uma vez que a produção discursiva é o resultado da interrelação entre todas elas.

O processo de coleta do conteúdo noticioso foi feito por meio da utilização do repositório digital de matérias da Rede Gazeta. O material publicado pode ser acessado através dos softwares Tark e Shell, que são as ferramentas utilizadas internamente pelo próprio Centro de Documentação (Cedoc) da Rede Gazeta para a catalogação dos conteúdos do jornal. Neles, é possível realizar buscas de reportagens de um determinado dia ou também de um período. Para filtrarmos a busca, utilizamos os termos-chave “estado presente” e “ocupação social”. A autora desta pesquisa tem acesso a esses softwares por

ser funcionária da Rede Gazeta, e a sua utilização, como fonte de pesquisa, foi autorizada pela empresa.

Os textos selecionados na busca foram catalogados na íntegra e armazenados em um arquivo de Word, sendo identificados por um código. Esse mesmo código serve para identificá-los em uma planilha de Excel, na qual constam os principais dados acerca de cada conteúdo (além do código de identificação, há também o título, a data de publicação, a editoria de publicação e o nome do autor, quando este é informado). A disposição dos dados em uma planilha possibilitou a sistematização dos mesmos. Um passo importante para começarmos a identificar características da prática discursiva.

Outra ferramenta utilizada a fim de nos dar direcionamentos e de facilitar a análise do corpus, tendo em vista sua robustez, é o aplicativo online Voyant Tools⁸, disponibilizado gratuitamente na internet. Este é um aplicativo desenvolvido por pesquisadores da Universidade McGill (McGill University), e da Universidade de Alberta (University of Alberta), ambas do Canadá.

Trata-se de uma ferramenta de mineração dos textos. Ao fazermos o upload do texto ou do conjunto de textos ao qual se pretende analisar (o programa aceita arquivos de texto nos formatos do Microsoft Word, HTML, XML, PDF, RTF), o aplicativo gera uma série de dados, entre os quais listas de frequência de palavras, gráficos de distribuição e de frequência do aparecimento das palavras, assim como a possibilidade de seleção de palavras para sua avaliação dentro do contexto em que é inscrita. A possibilidade de utilização dessa ferramenta de análise foi ensejada ao observar-se a dissertação de Machado (2018), desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Ufes, na qual a pesquisadora utiliza o Voyant para analisar o corpus de conteúdos noticiosos relativos ao movimento feminista veiculados por A Gazeta entre os anos de 1986 e 2016.

O Jornal A GAZETA

Seguindo os próprios princípios teóricos e metodológicos que alicerçam a análise do discurso, a compreensão do contexto social em que os discursos são vinculados é necessária, tendo em vista a relação dialética na qual os discursos tanto são constituídos quanto constituem a realidade social. Nesse sentido, propomos uma breve compilação do percurso histórico vivido pelo jornal A Gazeta ao longo de mais de 90 anos, que se desenrola no contexto de desenvolvimento do próprio Estado e cujas transformações impactam diretamente os modos de produção jornalística, a rotina da redação e os fluxos de informação. Um jornal que surge com fins mercadológicos para servir como meio de venda de lotes, torna-se um instrumento partidário controlado por grupos políticos e consolida-se como um periódico de tradição no Espírito Santo, mas que, ainda assim, segue um fluxo contínuo de transformações e de adaptações até os dias atuais.

O dia 11 de setembro de 1928 marca o surgimento do Jornal A Gazeta em meio ao então recente processo de industrialização do Espírito e das consequentes mudanças de ordem econômica, política e cultural. Conforme aponta Guerra (2018) o objetivo inicial do periódico, criado pelo empresário Ostílio Ximenes e pelo jornalista Thiers Vellozo, era o de comercializar lotes. Já na década de 1930, a marca de A Gazeta se consolida e o jornal é vendido pela primeira vez, sendo adquirido por uma sociedade anônima, que teve como principais acionistas os empresários Oswaldo Guimarães e Pedro Sposito.

Em 1948, o governador eleito no ano anterior, Carlos Lindenberg, torna-se o principal acionista de A Gazeta – vale ressaltar que, desde então, a família Lindenberg é acionista majoritária do jornal. Naquela altura, apesar de ainda ser consumido por pequenos grupos da sociedade capixaba, o jornal era usado como um instrumento político. Ao longo dos anos seguintes tornou-se um palanque para o então chefe do Executivo do Espírito Santo, que inclusive se reelegeu para o cargo em 1958, e para grupos políticos ligados ao Partido Social Democrático (PSD)².

² Em entrevista ao portal G1 ES, que também integra o grupo Rede Gazeta de Comunicação, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg Filho, que presidiu o Conselho de Administração da Rede Gazeta até março de 2021, afirmou que “A Gazeta foi comprada por um conjunto de pessoas, numa ‘vaquinha’, para o apoio político ao

A situação passa a mudar, segundo Guerra, a partir da segunda metade da década de 1960, sob a gestão de Carlos Lindenberg Filho, que assumiu o cargo de diretor executivo com o objeto de “estruturar A Gazeta em padrões empresariais” (GUERRA, 2018, p. 48). Mas, para além do modelo de negócios, a produção jornalística também passa a ganhar novos contornos, inspirada no Jornal do Brasil.

É nessa época que a estrutura de jornalismo da rede começa a se modernizar. O processo de modernização segue seu curso na década de 1970, durante o regime militar, quando A Gazeta torna-se afiliada da Rede Globo.

Fotos coloridas passaram a estampar o jornal diariamente a partir de 1992 e, em 1994, A Gazeta inaugurou seu sistema de redação informatizada. Estes são alguns dos exemplos de uma série de transformações iniciadas internamente no periódico na década de 1990, em termos de rotinas produtivas e de escolhas de linguagem.

Para Guerra (2018), o ano de 1996 foi um marco para o jornal, definindo seu futuro nos anos seguintes. Destaca-se, neste período, a criação do portal de notícias Gazeta Online e o início da transmissão da rádio CBN, além do início da formulação de um novo parque gráfico (inaugurado em 1999) e da compra de maquinário, que permitiu a impressão de uma tiragem maior e de mais anúncios. Já em 2000, a Rede Gazeta lança o jornal Notícia Agora que, em formato tabloide, nasce voltado para o segmento popular.

Importante mudança ocorre em 2004 quando o jornal, sob a gestão de Antônio Carlos Leite (que assumiu o comando do jornal no final de 2003), passa por uma reestruturação editorial. Assuntos que antes tinham menos visibilidade, por exemplo, passam a ganhar espaços mais privilegiados na distribuição interna das páginas. Externamente, a transformação representava um novo posicionamento de A Gazeta perante seu público, uma tentativa de aproximação. Internamente, ela impacta a rotina de produção.

O jornal, que iniciava com duas páginas de opinião, depois trazia política e economia, trouxe para as suas primeiras páginas, a editoria de cidades e deu mais maleabilidade ao

PSD. O jornal tinha um vínculo real com o partido”. Disponível em <http://g1.globo.com/espírito-santo/tv-gazeta-40-anos/noticia/2016/09/carie-lindenberg-relembra-historias-da-tv-gazeta-e-do-jornal-gazeta.html>

jornal, que passou a mudar editorias de ordem conforme a importância dos assuntos a serem tratados. Além disso, outra novidade foi a criação do Guia de Serviços, que, no formato tabloide e publicado diariamente, concentrava informações sobre cursos e concursos, canal de participação do leitor, notícias religiosas e previsões meteorológicas (GUERRA, 2018, p. 84).

Com a proposta de reunir equipes de diferentes veículos em um mesmo espaço, a redação multimídia de A Gazeta é inaugurada em 2008, quatro anos após a reformulação do jornal. As mudanças seguem acontecendo quando, em 2011, o jornal perde o formato standard, dando lugar ao formato compacto. Mais uma vez, a produção jornalística precisava se adaptar, principalmente em termos de espaço e disponibilização dos conteúdos noticiosos.

Esse processo de integração passa por uma nova etapa em 2014, quando foram criadas macro editorias, a fim de que as equipes trabalhassem em diferentes veículos – A Gazeta, Notícia Agora, rádio CBN e Gazeta Online – ao mesmo tempo. Enquanto isso, a redação ganha um comando centralizado fisicamente no espaço, o *Superdesk*.

As macroeditorias criadas foram: esportes; cidades, que incluiu também polícia; *hardnews*, que engloba economia, política e mundo; e viver, que abrange as editorias vida e caderno 2 de A Gazeta, o mix do Notícia Agora, o Prazer&Cia e a Revista.AG (GUERRA, 2018, p. 95).

Conforme aponta Guerra, com a integração de rotinas de um lado, e a perda de anúncios publicitários de outro, a redação passou a torna-se cada vez mais enxuta, com demissões de profissionais.

Em um complexo cenário de queda de receitas e de crescimento de plataformas digitais, a partir do dia 30 de setembro de 2019, a edição impressa diária do jornal A Gazeta deixou de circular, passando a ser somente digital. O site Gazeta Online, criado em 1996, é reformulado, tornando-se A Gazeta.³ Um jornal impresso de fim de semana também foi criado com a proposta de ser um produto novo no mercado do Espírito Santo. No entanto,

³ Disponível em <https://www.redegazeta.com.br/a-empresa/historia/>

em abril de 2020, a edição especial deixou de circular⁴.

Atualmente, a família Lindenberg é detentora de um grupo formado por diferentes negócios, sendo o site de notícias A Gazeta, as rádios CBN Vitória, Gazeta FM, Rede Litoral e Mix Vitória, quatro emissoras da TV Gazeta afiliadas à Rede Globo (Grande Vitória, Norte, Noroeste e Sul) e pelos portais g1 ES e gE ES⁵. O grupo também inaugurou em 2022 o Fonte Hub, espaço de inovação e aceleração de negócios⁶.

O jornal afirma produzir um jornalismo “isento e plural”⁷, ancorando-se no discurso da objetividade e da imparcialidade, que são conceitos fundadores do jornalismo moderno. A foto a seguir, tirada em 15 de agosto de 2022, trata-se de um material institucional distribuído na redação para reforçar os princípios que devem orientar os jornalistas da rede. A isenção, como se pode ver, é um deles.

Figura 1 - Fotografia de material institucional de A Gazeta, tirada em 15/08/2022

⁴ Disponível em:

<https://www.agazeta.com.br/es/gv/a-gazeta-suspende-temporariamente-edicao-em-papela-partir-de-sabad-o-032>

⁵ Mais informações em: <https://www.linkedin.com/company/rede-gazeta/?originalSubdomain=ie>

⁶ Mais informações em:

<https://www.agazeta.com.br/colunas/abdo-filho/sob-o-lema-inovar-e-condicao-para-existir-fonte-hub-abre-as-portas-0622>

⁷ Disponível em <https://www.redegazeta.com.br/a-empresa/>



Fonte: Foto tirada pela autora

1 - O PAPEL DO JORNALISMO

Afinal, para que serve o jornalismo? Qual o seu propósito? O que podemos esperar dele? É na tentativa de responder a essas questões que nos propomos, neste primeiro capítulo, a fazer uma discussão teórica acerca do papel do jornalismo como um território simbólico no qual são produzidos sentidos que podem influenciar a dinâmica da vida em sociedade. Essa interpretação é possível a partir da concepção do jornalismo como uma forma de conhecimento que se manifesta por meio da linguagem e que se difere de outras por possuir normas, orientações e práticas específicas de produção e de circulação.

Em Reginato (2016), vemos que o esforço de compreender o lugar do jornalismo não é apenas dos pesquisadores da área, mas também dos profissionais, dos veículos de comunicação e, ainda, do público. Em sua tese de doutorado, que buscou identificar como cada uma dessas partes enxerga as finalidades do jornalismo, a autora mostra, a partir da análise do discurso, que os jornalistas reconhecem que desempenham uma função pública, que ganha sentido a partir do olhar do leitor e que carregam consigo uma ideia de pertencimento a um grupo. Ao mesmo tempo, fica evidente também que eles têm dúvidas se esse papel está sendo efetivamente cumprido no exercício de sua profissão. Trata-se de um discurso feito de “tensionamentos e ambiguidades, mesmo entre diferentes falas do mesmo profissional” (REGINATO, 2016, p. 162).

Uma forma de responder a este questionamento é utilizar as finalidades do jornalismo como um guia para o exercício da profissão. O cumprimento destas finalidades seria, neste sentido, um parâmetro orientador para a prática do jornalismo e também para a medição de sua efetividade social. Com base na pesquisa desenvolvida (observando, de um lado, o que dizem os veículos de comunicação, jornalistas e leitores, e, do outro, o que apontam os teóricos ao longo da história), Reginato desenvolveu um conjunto de ações que, conforme defende a autora, são as finalidades do jornalismo moderno: informar de modo qualificado; investigar, verificar a veracidade das informações; interpretar e analisar a realidade; fazer a mediação entre os fatos e o leitor; selecionar o que é relevante; registrar a história e construir memória; ajudar a entender o mundo contemporâneo; mobilizar as pessoas; defender as pessoas; fiscalizar o poder e defender a democracia; esclarecer o cidadão e apresentar o pluralidade da sociedade (REGINATO, 2016, p. 214).

No meu posicionamento, o bom jornalismo é aquele que cumpre as finalidades. É a finalidade que rege o contrato de comunicação, que faz o jornalismo ser jornalismo. A informação jornalística qualifica a vida pública e é necessária: a democracia depende da qualidade do jornalismo, pois o jornalismo seleciona o que é relevante de ser visto, o que merece atenção, controla o que e quem tem visibilidade, visibiliza ou oculta problemas sociais. E, como a democracia não existe por si, mas sim precisa ser conquistada cotidianamente, o jornalismo deve exercer um papel que contribua, especialmente, para mostrar como a democracia funciona (REGINATO, 2016. p. 215).

Esta é a visão que defendemos neste estudo. Entendendo que a utilização de tais finalidades são capazes de orientar o bom trabalho jornalístico, ter elas em mente nos ajuda a analisar a qualidade da cobertura da imprensa acerca dos programas de segurança pública e que tipo de conhecimento está sendo produzido para a sociedade capixaba a partir dessa cobertura. Conforme apontou Reginato, acreditar em tais finalidades passa pela necessidade de fortalecermos uma prática jornalística, que não pode e não deve estar desvinculada do interesse público não só por acreditarmos que este é o dever do jornalismo, mas também porque esta é uma razão condicionante para que o jornalismo continue ocupando o seu lugar na sociedade, garantindo a manutenção desse contrato social (CHARAUDEAU, 2006) que o vincula de forma decisiva ao público.

Nas palavras de Victor Gentilli (2005), por ser o mediador entre os fatos e o público, o jornalista assume a função de representante, uma vez que tem o papel de representar a sociedade diante da ocorrência de fatos públicos considerados relevantes, inclusive com a autoridade para acompanhar os acontecimentos no tempo e no lugar em que eles se desenrolam e para reivindicar o uso de fontes de informação em nome do público, entre outras particularidades da prática diária do jornalismo.

Essa reconstrução da realidade, a qual Sponholz (2009) considera o objeto do jornalismo, demanda um esforço de apuração, uma racionalização do processo de produção das notícias e competências específicas dos profissionais da área que, mais uma vez, diferem o conteúdo jornalístico de um simples relato ou de uma opinião.

O termo “reconstrução” usado pela autora nos chama atenção e nos faz pensar sobre o lugar ocupado pelo jornalismo e que merece atenção para que possamos construir uma base sólida de compreensão do que ele é, para depois analisá-lo na prática, que é o objetivo deste estudo.

Neste sentido, Sponholz aponta para a necessidade de rompimento com as concepções positivistas e construtivistas radicais, que tratam, de forma dicotômica, os meios de comunicação como um espelho do real ou como o protagonista do processo de construção de subjetividades. Nesse sentido, conforme afirma Bentele (1993), o conhecimento gerado pelo jornalismo não é nem o reflexo e nem a construção total da realidade, mas sim uma reconstrução dela.

Outro ponto de vista importante para a conceituação desse lugar social ocupado pela imprensa é o de Meditsch (2010), que propõe, a partir de uma releitura do tratado de Sociologia de Conhecimento de Berger & Luckmann (1966), que a participação do jornalismo no processo de construção do acontecimento social e do senso comum deve ser compreendida não de forma centralizada, como se ele fosse a única ou a principal instituição capaz de produzir sentidos e ditar os caminhos para os quais a sociedade será guiada no âmbito dos sentidos. Mas sim numa perspectiva dialética, tendo em vista que o homem e, portanto, a sociedade, é um produto coletivo humano, formado pelas experiências que adquire desde o nascimento até o momento em que assume papéis institucionais, assim como o jornalismo também é produzido por pessoas e estruturado dentro desta mesma sociedade. Colocar o jornalismo nesta posição não significa reduzir o seu papel-chave na comunicação do sentido, mas é um modo de reconhecer a complexidade do ecossistema do qual ele faz parte, influenciado e sendo influenciado ao mesmo tempo.

À medida que conserva e atualiza as realidades que foram internalizadas na socialização humana, o jornalismo adquire um importante papel na formação do senso comum. É a partir desta perspectiva que poderíamos enxergá-lo como uma forma social de conhecimento cuja imediaticidade do real é o ponto de partida (GENRO FILHO, 1987). Para entendermos a importância do jornalismo, não se pode negligenciar o senso comum. É preciso olhar para ele enquanto uma instância insubstituível, e portanto, fundamental.

Se a cultura está para as sociedades assim como a memória para os indivíduos, como afirmam os antropólogos, é o senso comum a sua principal forma de manifestação. E se a ciência em particular (e a vida acadêmica em geral) se afirma em oposição ao senso comum, isto talvez explique a dificuldade que tem para compreender a natureza do jornalismo. Entender o senso comum é fundamental para compreender os processos cognitivos envolvidos na comunicação jornalística, e a participação do jornalismo na produção dos acontecimentos e, conseqüentemente, na construção da realidade (MEDITSCH, 2010, p. 14).

Para demarcar a posição do jornalismo enquanto um fenômeno histórico-social, propomos uma breve revisão sobre o processo histórico de institucionalização do jornalismo moderno e, em seguida, uma reflexão sobre alguns dos valores considerados pilares da atividade jornalística, tais como objetividade e credibilidade. Por fim, busca-se uma conceituação de território e territorialidades, a fim de se compreender o jornalismo como um território no qual se desenrolam relações de disputa entre sujeitos, que influenciam na compreensão do real, na orientação do homem diante do mundo, na tomada de decisões cotidianas e, portanto, no surgimento de um tipo de conhecimento.

1.1 Jornalismo moderno: princípios e paradigmas

As bases para a estruturação do jornalismo moderno surgem no século XIX, especialmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, em um período de efervescência cultural alçado pela consolidação do Iluminismo, que por sua vez, caracterizava-se pela crença na emancipação do homem por meio da razão. Em sua transição enquanto um modelo artesanal para um modelo industrial capitalista, o jornalismo ganha o propósito de operar uma mediação cognitiva entre indivíduos e realidade (SCHUDSON, 2010).

É nesse período que os fatos começam a ganhar um peso muito maior na balança em contraposição às opiniões e aos posicionamentos político-partidários. A centralidade nos fatos torna-se um dos fundamentos para o surgimento do paradigma responsável por diferenciar o jornalismo moderno das práticas de jornalismo exercidas até então: a objetividade.

A objetividade, que surge a partir de uma pretensão econômica das recém-formadas organizações jornalísticas para conquistar credibilidade e, conseqüentemente a audiência, impulsionando os ganhos com receitas publicitárias, acabou por tornar-se também um padrão de conduta para os jornalistas, que iniciam, a esta altura, o seu processo de profissionalização.

Ressalta-se, desde então, o papel do público diante da orientação do conteúdo noticioso e, portanto, na construção da identidade das organizações jornalísticas. Para Guerra (2008), a mediação informativa, principal propósito do jornalismo moderno, estruturou-se sobre os parâmetros da verdade, que tem como padrão de referência os fatos, e a relevância, que é definida pelas expectativas do público. Tais expectativas têm uma importância, embora não

exclusiva, no estabelecimento dos valores-notícia, ou seja, de um conjunto de parâmetros que tornam os fatos relevantes ou não na avaliação das organizações.

A consolidação histórica do jornalismo enquanto instituição, portanto, é fruto não só das experiências daqueles que o produzem, mas também das experiências que a sociedade adquire a partir do próprio jornalismo.

Essa nova concepção de jornalismo, na visão de Guerra, já evidencia um elemento central para a compreensão da relevância do jornalismo na sociedade: a capacidade que o conteúdo jornalístico tem de gerar repercussões, ações e consequências para os indivíduos, no que Guerra traduz como “impacto público” (GUERRA, 2008, p. 148). Razão pela qual, aliás, as organizações jornalísticas tiveram o aval de diferentes setores da sociedade para ocupar essa posição de mediadoras entre a realidade empírica e as pessoas.

É no bojo dessa concepção moderna de jornalismo que os princípios são estabelecidos como forma de organizar esse campo do ponto de vista pragmático, ontológico e epistemológico. É preciso pontuar, como demarca Henriques (2014), que não há nada de natural na forma como o jornalismo é feito. Trata-se de um processo de construção, que precisa estar em constante revisão, adequação, reconstrução, como nos mostrou Reginato (2016) ao propor um conjunto de finalidades para o jornalismo contemporâneo.

Kovach e Rosenstiel (2003), já apontavam no início deste século os elementos que, para os autores, devem ser norteadores para o exercício do jornalismo, a começar pela obrigação para com a verdade, no sentido de que este conceito é um processo a ser atingido entre ele e o público. Os autores falam também de lealdade dos jornalistas com os cidadãos; de disciplina com a verificação da informação; do exercício livre, independente da profissão, que demanda que o jornalista não esteja preso às amarras do negócio jornalístico para que atue de forma transparente e a favor dos interesses da sociedade; do estímulo ao debate público, direcionando o público para aquilo que é importante para sua vida; e além disso, do dever de tornar aquilo que é significativo também interessante. Já ainda a necessidade de codificação dos fatos, de modo a torná-los compreensíveis, mas sempre de forma equilibrada, dando

espaço a todos os lados e a liberdade para o exercício de uma consciência pessoal, que, na ausência de leis, é o que guiaria os jornalistas.

Ao se debruçar sobre essa gramática própria do jornalismo, Henriques (2014), a partir da investigação teórica desses princípios (sistematizados pelo autor como liberdade, independência e autonomia, credibilidade, verdade, rigor exatidão, honestidade, objetividade e comunicabilidade e interesse), ressalta que são eles os balizadores da prática por definirem de modo adequado como selecionar e fazer uma leitura própria, por meio da linguagem, dos acontecimentos do mundo objetivo. Em outras palavras, o jornalismo deve produzir conhecimento alicerçado nesses parâmetros, inclusive para garantir a superação, ainda que em partes, das limitações impostas pelo fato de ser um campo criado num sistema capitalista.

Como já tivemos a oportunidade de verificar, os princípios que servem de base para a atividade jornalística e que definem seus procedimentos e normas de codificação são bastante conexos e interligados. Muitas vezes, um princípio depende ou é consequência de outro. Por exemplo: para ser livre, a atividade deve ser independente e autônoma. Para que o produto jornalístico seja credível, seu discurso deve ser verdadeiro. E para que seja verdadeiro, o relato precisa ser exato, rigoroso e honesto. Então, na prática, os valores atuam, sempre, e a cada vez, em conjunto. Certos códigos de conduta ou mesmo determinadas regras de redação encontram mais de um princípio como justificativa; estão baseadas em mais de um valor referencial do campo (HENRIQUES, 2014, p. 74).

Voltamos aqui à questão da objetividade, uma vez que, conforme observa o professor, todos esses princípios estão presentes e são confirmados por ela de alguma maneira. A objetividade, então, pode ser apontada como um paradigma “capital” do jornalismo (HENRIQUES, 2014, p. 74).

Mas embora desde o século XIX a objetividade tenha se tornado paradigma central para a formulação do jornalismo moderno, atravessamos o século XXI com a necessidade de refletir epistemologicamente e ontologicamente sobre seu significado. Ainda que seja uma noção-chave para a Teoria do Jornalismo e usada como uma espécie de ritual estratégico (TUCHMAN, 1999) para a orientação da prática profissional nos veículos de comunicação, a comum naturalização deste conceito é questionável, uma vez que, sem a reflexão necessária, surgem diferentes compreensões e dúvidas em relação ao conceito.

A título de exemplificação, vejamos a seguir algumas interpretações atribuídas historicamente à objetividade. Conforme aponta Guerra, ao passar a orientar as práticas nas redações dos jornais na Inglaterra e nos Estados Unidos, a objetividade era fortemente atrelada às noções de neutralidade e de imparcialidade: com foco nos fatos, os jornalistas deveriam abster-se de suas opiniões, posicionamentos políticos e emoções.

Já Sponholz (2009) acrescenta que a noção de objetividade passa a ser usada no Brasil a partir dos anos 1950, quando a imprensa encontra condições sociais, políticas e culturais para se desenvolver como um veículo de comunicação de massa, distanciando-se de seus laços com a literatura. Em função da adoção de padrões e modelos de produção jornalísticos americanos, como o *lead* e a pirâmide invertida, a objetividade passou a ser entendida, sob um viés técnico, como “sinônimo de compreensibilidade” (SPONHOLZ, 2009, p. 68).

Sponholz propõe a superação de uma concepção epistemológica positivista sobre a objetividade, para a qual o conteúdo noticioso é capaz de reproduzir perfeitamente a realidade. A autora argumenta que a objetividade jornalística deve ser compreendida como a “percepção da realidade guiada por normas e regras profissionais” (SPONHOLZ, 2009, p. 149). Desse modo, o que diferencia o jornalismo das demais formas de conhecimento é a disciplina da verificação, tendo em vista que, ainda que não seja possível reproduzir integralmente a realidade primária, é possível reconstruí-la.

Observar a realidade, portanto, é condição fundamental para que o jornalista exerça a função de mediador entre os fatos e o público, criando essa relação de correspondência com o real, também pontuada por autores como Adelmo Genro Filho (1987) e Sílvia Lisbôa e Márcia Benetti (2015).

A condição *sine qua non* para produzir uma realidade midiática correlacionada com a realidade social é a observação desta última pelo jornalista. A observação, pura, no entanto, pode levar a uma percepção falsa. Para evitar isso, é preciso haver regras e normas que guiem a observação. Nisto consiste a objetividade jornalística, que deve ser entendida como a percepção da realidade guiada por normas e regras profissionais (BENTELE, 1988a, 13) (apud SPONHOLZ, 2009, p.149).

Por outro lado, o uso de orientações e técnicas práticas, como a necessidade de dar espaço à manifestação de diferentes lados de um fato (*fairness*) e a utilização de fontes, sejam elas oficiais ou participantes ativas de um determinado acontecimento, são procedimentos importantes para a objetividade, mas não resolvem por si só a complexidade deste paradigma. Reconstruir a realidade requer intersubjetividade e isso, por sua vez, implica em ser transparente e compreensível para todos, incluindo a audiência.

1.2 Ser objetivo não é ser imparcial

Uma ideia comumente atrelada ao conceito de objetividade é a da neutralidade, segundo a qual os jornalistas devem se despir de quaisquer opiniões ou posicionamentos, a fim de produzir um conteúdo ideologicamente neutro, como se isso o tornasse mais próximo da realidade concreta. O conceito de neutralidade está atrelado ao de imparcialidade. Como vimos no início deste trabalho, por exemplo, o Jornal A Gazeta, para o qual direcionamos nossa análise neste estudo, define a si próprio como uma instituição que preza pela objetividade e pela imparcialidade, também chamada de isenção, mesclando conceitos que são de ordens distintas. Uma confusão conceitual que, conforme observou Sylvia Moretzsohn (2002), surge da apropriação das empresas desse conceito e ajuda a sedimentar no público, e também nos profissionais da área, a ideia de que a objetividade é o relato puro, simples dos fatos.

Sponholz (2009) desconstrói a retórica de imparcialidade ao pontuar, primeiramente, a impossibilidade de negação da subjetividade. Para a autora, a dicotomia entre subjetividade e objetividade nem sequer é possível, tendo em vista que a subjetividade é condição para o alcance da objetividade. Ser neutro significa não somente negar a investigação que faz do jornalismo uma forma de conhecimento, mas tem implicações práticas, visto que a redução do trabalho jornalístico à tarefa de divulgação pode levar à divulgação de informações falsas, já que, se não houver reflexão crítica, o jornalista pode tornar-se manipulável.

Ademais, pode-se constatar, a partir desta perspectiva, que a ausência de juízo de valor não tem como resultado uma aproximação maior da realidade, dada a impossibilidade da existência de uma pessoa sem julgamento de valores.

Henriques (2021) também aponta para a necessidade de um estudo contínuo sobre o paradigma da objetividade já que, quando mal compreendida, ela pode levar ao entendimento de que os fatos falam por si só quando, na verdade, os fatos se transformam em acontecimento no discurso jornalístico a partir de escolhas, da subjetividade de quem produz o jornalismo.

Em uma pesquisa, na qual foram entrevistados, por meio de questionário online, 234 jornalistas brasileiros, Henriques conclui que os jornalistas compreendem que os fatos possuem sim uma determinação que é anterior ao relato, mas que este relato é elaborado a partir de um processo de investigação que, por mais que se esforce em se aproximar do real, é, ainda assim, subjetivo. O que se observa, então, é que a própria prática do jornalista confere ao profissional desta área - ainda que não seja um estudioso do campo e ainda que haja um entendimento distorcido de objetividade fundado no discurso das empresas de comunicação - uma percepção de que a visão dele sobre os fatos é o que dará contornos ao acontecimento publicado. Uma perspectiva oposta à pretensa apresentação dos veículos como imparciais, mas que aponta para a existência de um reconhecimento de que o sentido que será produzido depende do esforço que será colocado na investigação, com vistas a aproximar o relato da realidade objetiva.

Ainda que se reconheçam essas insuficiências, pode-se afirmar, com segurança, que os resultados deste estudo ajudam a caracterizar a percepção dos jornalistas sobre a questão. Em síntese final, aponta-se que os jornalistas da amostra defendem a ideia de que os fatos possuem uma natureza e determinação que não depende do sujeito. Nesse sentido, o profissional da informação teria por dever se aproximar o máximo possível dessa realidade em si mesma, por meio de uma postura ativa que interpreta e busca a descoberta dos sentidos pré-existentes dos acontecimentos, mesmo que se reconheça que eles são uma meta inalcançável. O método mais adequado para alcançar essa objetividade é aquele que minimiza a interferência arbitrária do sujeito e que dá espaço e oportunidade a diferentes vozes sobre um mesmo tema, ao mesmo tempo em que sempre deixa claro qual é a perspectiva a partir da qual se está interpretando os acontecimentos (HENRIQUES, 2021, p. 98).

Buscando desconstruir a ideia de que a qualidade do jornalismo é diretamente ligada à isenção de opiniões, Rocha, Silva e Rêgo (2020) lembram que os discursos jornalísticos são gerados a partir de múltiplas relações entre os jornalistas, o veículo de comunicação e o público. “O jornalista constrói o texto noticioso a partir da leitura de mundo vislumbrada pelo seu pano de fundo social (que envolve aspectos familiares, sociais, históricos, religiosos), em diálogo com suas fontes e personagens (ROCHA; SILVA; RÊGO, 2020, p.4).

Utilizando o conceito de dialogismo de Bakhtin (2011 apud ROCHA; SILVA; RÊGO, 2020, p.7), os autores refletem que, enquanto discurso, a notícia não tem possibilidade de ser isenta de opinião. A notícia é produto da interação entre diferentes atores, visto que o discurso é sempre dialógico. Logo, ainda que o jornalista pudesse despir-se de sua própria subjetividade, não há como ter o controle sobre os demais atores envolvidos nesse processo.

As reflexões sobre objetividade caminham, de forma geral, na direção de pensá-la como condição necessária para o afastamento do jornalista em relação às notícias que produz. Daí vem também o atrelamento deste conceito ao da credibilidade jornalística. Rocha, Silva e Rêgo lembram que a ideia é defendida, por exemplo, por Traquina (2000, p.143 apud ROCHA; SILVA; RÊGO, 2020, p.7), para quem a objetividade diz respeito a procedimentos usados para se assegurar que os produtores do conteúdo jornalístico são parte desinteressada do processo, o que os protegeria de eventuais críticas e, ainda traria credibilidade perante o público.

No entanto, defendendo a centralidade dos processos sociais para a formação dos modos como pensamos e enxergamos o mundo, Rocha, Silva e Rêgo (2020) pontuam que o jornalismo é um processo social no qual as ações e intenções caminham juntas. Sendo assim, os jornalistas são os responsáveis morais por aquilo que fazem. Portanto, não podem abster-se de refletir criticamente. Numa perspectiva democrática, é esse posicionamento crítico desses profissionais, orientado por um código de ética profissional, que auxilia a sociedade a compreender e, por consequência, refletir também criticamente.

Assim, se uma intenção se refere unicamente à execução de um fazer, então as intenções dos fazeres jornalísticos estão necessariamente vinculadas aos motivos éticos próprios do jornalismo. A âncora ética do jornalismo, da qual deriva a responsabilidade moral de cada jornalista pelo seu fazer, é o direito individual e universal de investigar, receber e difundir informações e opiniões. Nesse sentido, o jornalismo está imerso numa luta pela interpretação e definição da realidade social e ao mesmo tempo integra o real, constituindo-se como um órgão político, carregado de intencionalidades (ROCHA; SILVA e RÊGO, 2020, p. 8).

É a partir desta concepção que os autores propõem que se pense no conceito de credibilidade jornalística atrelada a quatro fundamentos: a transparência no tratamento noticioso, a autonomia editorial, a diversidade de vozes e o juízo de valor/posicionamento, que é inerente à condição humana. Resumidamente, o jornalismo torna-se confiável, credível, quando trata

as informações com honestidade e fornece ao público uma pluralidade de perspectivas, inclusive a do próprio jornalista, que necessita fazer um juízo moral dos acontecimentos.

No entanto, para que a noção fundamental de correspondência com o real, quando se trata da produção noticiosa, não seja perdida de vista, é necessário pensar também nos limites das percepções individuais. É o que problematiza Wilson Gomes (2009) ao buscar demonstrar a insuficiência e até mesmo o perigo da adoção de uma visão construtivista, perspectivista e, portanto, extremamente subjetiva acerca dos fatos (que são o elemento central do jornalismo moderno), que pode acabar fazendo com que a realidade concreta se esvaia.

A resposta para uma forma de acolher a subjetividade sem perder de vista a materialidade do real é, para Gomes, o que ele chama de realismo crítico perspectivista, cujo parâmetro é uma comunidade de sentido, que se forma entre indivíduos que compartilham uma cultura e experiências similares. Quanto a isso, um questionamento que pode ser feito é se tais comunidades de sentido possuem maturidade ontológica para determinar parâmetros de realidade.

De toda forma, interessa-nos salientar a proposição do autor, assim como faz Sponholz (2009), de superar o pensamento de polarização entre objetividade e subjetividade. Uma concepção que Adelmo Genro Filho (1987) também propôs, embora por caminhos teóricos distintos, ao demonstrar que os fatos já são subjetivos antes de serem noticiados e enfatizar que a subjetividade pode ser uma potência, rompendo com uma ideologia de objetividade, que, segundo o autor, tem origem burguesa.

Assim, o julgamento ético, a postura ideológica, a interpretação e a opinião não formam um discurso que se agrega aos fenômenos somente depois da percepção, mas são sua pré-condição, o pressuposto mesmo da sua existência como fato social (GENRO FILHO, 1987, p. 38).

Na concepção de Adelmo, como o jornalismo é uma instituição que se desenvolve no meio social, é possível tratar assuntos a partir de diferentes visões, todas jornalísticas, já a partir da coleta de dados, passando para o foco do conteúdo noticioso até chegar à linguagem usada e à edição. Justamente por isso, o jornalismo não pode ser neutro. Fatos são, portanto, um recorte

no fluxo contínuo, uma escolha, embora seja importante ponderar que essa escolha é delimitada pela matéria concreta, que é histórica e socialmente constituída (GENRO FILHO, 1987).

Acrescentamos aqui o pensamento de Moretzsohn⁸, que é enfática ao pontuar que a simplista oposição entre subjetividade e objetividade facilita a decretação de que a objetividade não existe, quando, na verdade, é justamente ela que distingue o jornalismo de uma linguagem ficcional.

1.3 Jornalismo e democracia

Enquanto desenvolvemos esta revisão bibliográfica, a todo momento retomamos a concepção destacada por muitos autores de um atrelamento entre jornalismo e democracia. Por isso, entendemos ser importante aprofundar essa relação.

Schudson (2008) já começa por pontuar que democracia e jornalismo não são a mesma coisa, já que, conforme aponta o autor, a história demonstra a existência de democracias sem jornalismo e do jornalismo onde não havia um sistema democrático. Mas, apesar dessa existência independente, o que une essas duas instituições é a capacidade que ambas têm de potencializar uma a outra. Em suma, em uma sociedade democrática, o jornalismo pode atuar em serviço da própria democracia, ao passo em que ele próprio encontra espaço para se desenvolver. Em uma democracia, Schudson aponta que a notícia exerce funções, tais como

⁸ Em entrevista ao site “Comunicolog”, autora fala sobre sua pesquisa. Disponível em: <https://comunicolog.com.br/post/perguntas-fundamentais-para-enfrentar-fake-news-entrevista-com-sylvia-moretzsohn>

de informar às pessoas, investigar as ações daqueles que exercem o poder, interpretar e tornar compreensíveis para a sociedade os aspectos do mundo real, transmitir histórias de interesse humano - e aqui entra a possibilidade de compartilhar socialmente as vozes dos menos favorecidos -, tornar-se um espaço de discussões dos assuntos de interesse público e também um agente mobilizador da sociedade por mostrar os problemas e as necessidades de melhorias.

É claro que existem autores que adotam uma perspectiva crítica em relação à imprensa, tendo como base principalmente o fato de o jornalismo se estabelecer em um sistema capitalista. Marcondes Filho (1989), por exemplo, pontua que o jornalismo atua para representar os grupos detentores de poder político e econômico. Nessa perspectiva, fica difícil pensar num jornalismo capaz de fortalecer a democracia.

Wolton (2005), que tem como base o conceito de esfera pública, defende que a comunicação é sim fundamental para que a democracia seja exercida. Nesse espaço público que é mediatizado, o papel da imprensa e da comunicação é importante, na visão do autor. Ainda assim, ele salienta algo que consideramos importante a ser destacado: é preciso manter diferentes representações da ideia para que se evite uma falsa homogeneidade, uma falsa ideia de transparência.

Miguel (2001) também pontua que, ao reproduzir mal a diversidade social, os meios provocam resultados negativos para o exercício da democracia porque, inseridos dentro de uma lógica capitalista, não dariam espaço para a expressão de interesses que poderiam abalar essa estrutura sobre a qual eles mesmos se alicerçam. Uma observação feita pelo autor é a de que a mídia se adapta à própria estruturação do campo político. Por isso, os assuntos que são da ordem pública, que tratam de aspectos importantes da vida das pessoas, acabam agendando e enquadrando os assuntos num viés de disputa e interesse político. Conforme observa Soares (2009), uma saída possível para a melhoria da representação seria, na visão de Miguel, a democratização dos próprios meios.

No entanto, essa representação, como o autor já destacava no texto anterior, é enviesada porque sofre a influência dos proprietários dos meios, dos anunciantes, da posição social dos jornalistas e da pressão da competição pelos leitores. Como conclusão, há necessidade de uma democratização da comunicação, o que não é tarefa fácil, devido à permanente distinção entre produtores e consumidores de informação, reflexo da diferença entre cidadãos comuns e seus representantes. Um conjunto de providências na direção da democratização implicaria desde

desconcentração da propriedade dos meios até a qualificação do público para a interpretação das informações que recebe (SOARES, 2009, p. 119,120).

O assunto é vasto e possui muitas interpretações. Mas o que nos interessa aqui é pontuar que, não se trata de desconsiderar a influência que o modelo de negócio tem sobre o jornalismo, mas, se estamos defendendo que essa instituição se organizou ao longo do tempo ao entorno de princípios e parâmetros, há que se acreditar que eles podem ser balizadores para a construção de um bom jornalismo, ainda que não ideal. Há que se considerar, ainda, que o direito à informação é um direito civil (GENTILLI, 2005). Gentilli define o acesso à informação como um direito-meio capaz de prover acesso aos demais direitos porque só com informação os cidadãos conseguem fazer escolhas e julgamentos. O jornalismo, então, é um importante instrumento de cidadania. É com esse pensamento que o autor, como dissemos no início deste capítulo, entende que os jornais desempenham a função de mediadores e os jornalistas, por consequência, de representantes do leitor, ainda que existam outras formas de acesso à informação.

É nessa perspectiva que enxergamos o jornalismo como uma instituição necessária para que a população esteja a par de assuntos que estão diretamente ligados à sua vida e ao bem estar social. Como defendem Gentilli e Dutra (2016), quanto mais bem informada uma sociedade é, mais forte há de se esperar que seja a democracia. E ainda, trazendo novamente o pensamento de Schudson, de que cabe ao jornalismo dentro de uma democracia dar visibilidade aos menos favorecidos socialmente, reforçamos que não há como produzir um jornalismo condizente com as expectativas históricas estabelecidas em torno dele, de atender prioritariamente ao interesse público, por mais que seja produzido dentro de instituições privadas, sem considerar a dimensão subjetiva que tem a objetividade.

1.4 Da produção de um conhecimento à configuração de um território discursivo

Compreender por que o jornalismo é uma forma de conhecimento passa necessariamente pela discussão em torno da noção de credibilidade, defendem Sílvia Lisbôa e Márcia Benetti (2015). Para essas autoras, o jornalismo torna-se uma forma de conhecimento diferenciada das demais por ser uma crença verdadeira justificada. Em suma, o jornalismo precisa ter uma correspondência com o real e, mais do que isso, ele precisa justificar os modos a partir dos

quais consegue fazer isso, utilizando-se de recursos específicos, como o uso de fontes, de dados, de fotografias, dos relatos de testemunhas. É preciso fazer um parêntese de que, na prática, o simples uso desses recursos não garante que qualquer discurso corresponda ao real. Mas, para as autoras, é isso o que torna o discurso jornalístico legítimo perante a sociedade para relatar os fatos sobre o mundo e sobre os homens.

Como modo de conhecimento, o jornalismo é uma crença verdadeira justificada. Isso significa que o jornalismo se torna um conhecimento quando o sujeito qualifica o que antes era apenas uma mera crença, passando a tomar o discurso jornalístico como confiável, já que este discurso demonstra de forma justificada que diz a verdade ou que buscou, por meio de seus procedimentos técnicos e profissionais, chegar à verdade. Crença. Crença simples passa a ser uma crença verdadeira e justificada, ou seja, um conhecimento (LISBOA; BENETTI, 2015, p. 22).

Nada disso seria possível sem um pilar de credibilidade bem sustentado. Para as autoras, a credibilidade é construída na intersubjetividade, ou seja, na interlocução entre os produtores da informação e o público. Nesse sentido, afirmam que, por um lado, existe a credibilidade constituída, aquela que as organizações de comunicação e o próprio jornalismo, enquanto instituição, estabelecem para si e que é pré-condição para que o jornalismo tenha um lugar de fala na sociedade. Mas há também a credibilidade percebida, que se refere à visão, à análise que o público faz de um determinado veículo e que o condiciona ou não a aceitá-lo como fonte credível de informações. Ainda nessa discussão sobre a construção da credibilidade, que não é uma constante, mas um processo que se renova por meio de uma contínua negociação de sentidos entre seus interlocutores, as autoras mostram que fatores como a independência dos veículos em relação às propagandas e a concorrência entre as instituições são fatores que, quanto mais ampliados, mais reforçam a credibilidade percebida pelo público.

Conhecimento, dentro do jornalismo, é entendido por Adelmo Genro Filho (1987) como uma dimensão simbólica da apropriação do homem da realidade. Trata-se do modo como as pessoas se apropriam do conteúdo jornalístico para construir sua visão de mundo. Em outras palavras, Adelmo enxergou no jornalismo um potencial para a existência de uma autêntica apropriação simbólica do real – refutando a ideia de que ele se restringe a um instrumento de reprodução de ideologias das classes dominantes, ainda que tenha surgido no bojo do desenvolvimento do capitalismo, ou a apenas uma modalidade da comunicação de massa.

O gênero de conhecimento, na visão de Adelmo, assim como para outros autores já citados, surge a partir da ideia de uma simulação de correspondência (GENRO FILHO, 1987, p.48) entre o jornalismo e a percepção individual. Genro Filho usa a expressão simulação de correspondência, pois, entre os indivíduos e os fatos, o jornalismo aparece como uma forma de intermediação técnica instituída sistematicamente. Uma das críticas de Adelmo ao funcionalismo, que tem o positivismo como principal base teórica, segundo o autor, é o fato de não dar conta dessa complexidade, enxergando o jornalismo como forma de conhecimento apenas pelo fato de retratar fatos imediatos e informar às pessoas sobre a existência deles (um reflexo empírico e acrítico).

Para Adelmo, o ponto central do conhecimento próprio do jornalismo, que se distingue do conhecimento científico e do artístico, se dá a partir da expressão da singularidade, aquilo que há de único em um determinado fato. Utilizando as categorias hegelianas, ele define que o singular, assim como o particular e o universal, são elementos constituintes da realidade objetiva, que dão origem ao concreto.

O singular dá vida à notícia, uma vez que “o critério jornalístico de uma informação está indissoluvelmente ligado à reprodução de um evento pelo ângulo de sua singularidade” (GENRO FILHO, 1987, p.183), mas se relaciona dialeticamente com o particular (o pressuposto que organiza a apreensão do fato) e o universal (o significado geral da notícia dentro do contexto histórico e social).

Falar da concepção de uma forma específica de conhecimento passa também por uma reflexão acerca da temporalidade, do processo de experiência temporal que é vivido pela sociedade e que tem um papel orientador. Por isso, acrescenta-se a essa análise, a reflexão proposta por Franciscato (2014) sobre a reformulação da noção de tempo nas sociedades ocidentais sobre a qual o jornalismo teve um papel importante.

Franciscato considera o jornalismo como uma prática social voltada para a produção de relatos, essencialmente, do tempo presente (FRANCISCATO, 2014, p.97), entendendo este como “um fenômeno social composto por práticas sociais, relações de sentido e tributos

inscritos em produtos culturais” (FRANCISCATO, 2014, p.98). O autor pontua que o jornalismo não apenas produz relatos sobre os eventos, mas sua inserção social faz com que ele ajude a elaborar essa experiência social do tempo presente. Uma temporalidade que se manifesta - e mais uma vez pontuamos - a partir da linguagem. “Os eventos jornalísticos não são apenas marcadores simbólicos sobre o tempo presente, mas são definições temporais sobre modos de viver o tempo presente” (FRANCISCATO, 2014, p.103).

No entanto, em uma sociedade tecnologicamente mediada como a de hoje, já não é possível falar apenas de uma temporalidade, mas sim de temporalidades múltiplas, sobrepostas. Em um cenário de fluxo contínuo de informações, os leitores são também mediadores temporais: cada um escolhe o tempo em que irá se informar, inclusive com múltiplos dispositivos (leitura simultânea das telas). Para dar conta de entender a complexidade desse contexto, em que as tecnologias constroem um padrão sócio-tecnológico de vida – no qual o jornalismo também está inserido – Franciscato⁹ propõe a utilização do conceito de ecossistema.

Mas, ainda que dentro desse ecossistema o jornalismo perca sua centralidade como normatizador de um tempo social, conforme aponta Franciscato, ele permanece sendo um ator nesse processo. Ressalta-se aqui que características como instantaneidade (entendida simbolicamente como a capacidade que o jornalismo tem de atrelar o acontecimento dos eventos ao tempo da vida das pessoas) e simultaneidade (o jornalismo faz com que pessoas desconhecidas e distantes espacialmente umas das outras compartilhem experiências informacionais semelhantes) persistem em certa medida. Mesmo a periodicidade (vínculo com processos, com padrões de acompanhamento), que sofre um impacto significativo, ainda pode ser observada em alguma instância na medida em que, por exemplo, parte dos leitores conserva hábitos como o de entrar em sites ou outros tipos de mídia pela manhã, ou ainda buscam informações no jornalismo para saber o que está acontecendo nas cidades, a fim de organizar o seu dia, o seu percurso cotidiano.

⁹ Aula-palestra para a disciplina de Questões em Jornalismo do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Ufes. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=OjVeEtpiSsc&t=5261s> Acesso em 05/01/2020.

Avançando nessa discussão de tempo e jornalismo, Fransciscato destaca outro fator importante: por mais que o tempo presente seja central no jornalismo, e, portanto, por mais que haja uma condição de efemeridade na produção jornalística, há também uma dimensão mais profunda de sentidos que se consolida ao longo do tempo. Logo, uma forma de conhecimento. Como exemplo, uma notícia sobre violência lida de maneira isolada pode possuir um sentido superficial, mas um conjunto de notícias sobre violência produzidas por uma organização jornalística ao longo de um determinado período pode conter traços simbólicos mais profundos, que mostram não só o modo como o tema é tratado, percebido dentro daquela instituição, como também podem influenciar o modo como o público assimila o assunto.

A partir desta aferição de jornalismo enquanto forma de conhecimento, que possibilita ao público diferentes interpretações de seus modos de ser e de estar no mundo, o que, por consequência, nos leva a pensar que o jornalismo impacta também na organização de ações práticas no cotidiano social, propomos uma reflexão acerca da interrelação entre o jornalismo e a formação de territórios, aqui compreendidos não dentro de limites geográficos, mas sim como “âmbitos de disputa e de poder, de controle e ocupação, de expressão e representação”, como apontam Reis e Zanetti (2017, p. 19).

Essa concepção nos leva a abordar a cobertura jornalística como espaço de criação e circulação de territorialidades à medida que há a produção e troca de sentidos, de significados e imaginários sociais acerca do mundo. Assim, tais interações entre a notícia e a sociedade geram formas particulares de pertencer, de habitar e ocupar certas realidades, traduzindo-se em relações territoriais, ou seja, na manutenção de territórios, espaços e redes de sentido, partilhados por grupos sociais e comunidades de sentido.

Com base nesses pensamentos, acreditamos que a dimensão do território está intrinsecamente presente na natureza da atividade jornalística, e, ao mesmo tempo em que se constitui como território simbólico, o jornalismo também influencia na constituição de outros territórios. Tomamos por base os estudos sobre território, especialmente na geografia humana, que buscam promover um diálogo entre referenciais da geografia e de outras ciências, como a sociologia, a filosofia e a antropologia, para sustentar uma linha interpretativa sobre espaço-poder. A partir deste ponto de análise, o território é enxergado como uma construção

histórica e social, que é concebida a partir das relações de poder, tanto concreto quanto simbólico, entre a sociedade e o espaço geográfico (HAESBAERT, 2007, p. 42).

Para entender a constituição dos territórios, Raffestin (1993) propõe uma desnaturalização das relações de poder entre os homens. Sendo assim, o poder, para o autor suíço, ocupa papel central nessa discussão, uma vez que é o exercício do poder por parte dos atores sociais e as relações desiguais que se dão por meio desse processo que originam os territórios. O poder, em Raffestin, é visto como uma parte intrínseca a todas as relações, sendo multidimensional e imanente. É na troca da comunicação que ele se manifesta. Numa lógica de redes, a comunicação, entendida como a troca de informação, está imersa nas relações de poder entre os atores, assim como a própria transferência de seres e de bens, entendida como circulação.

A relevância do poder na concepção dos territórios tem influência sobre o pensamento de importantes teóricos brasileiros. Andrade (2002) analisa, à luz do caso brasileiro, que o território estaria ligado à ideia de poder, de domínio e gestão de uma determinada área, ou por um poder público-estatal ou por grandes empresas. Já Saquet (2007a) define o território justamente a partir das relações de poder que ele enseja. O território, para o autor, estaria constituído nas relações de poder entre instituições sociais como famílias, universidades, o Estado, as igrejas, as fábricas. Sendo assim, ele propõe uma visão integradora do processo de territorialização, ou seja, de formação dos territórios, que reúne tanto termos materiais e imateriais e, que, portanto, já nos ajuda a desconstruir uma ideia de território fixada exclusivamente em limites geográficos.

Haesbaert (2004) propõe que o território, como um espaço controlado e apropriado por um grupo, Estado ou atividade econômica, pode ser conceituado por meio de três perspectivas teóricas: a materialista, vinculada às concepções naturalistas, de base econômica e de tradição jurídico-política; a idealista, que está ligada às perspectivas simbólicas e culturais; e a integradora, que considera o território como integrador ou uma mediação das diferentes dimensões sociais.

Reis e Zanetti (2017), buscando situar o lugar da comunicação dentro dessa discussão, apontam que, ainda que haja uma multiplicidade de conceituações de território, todas concordam com o fato de que a espacialidade é construída e não simplesmente dada, sendo

um produto de determinações das mais diferentes ordens, sejam elas políticas, econômicas, culturais, etc.

Entre os múltiplos fluxos que atuam na constituição dos territórios, encontramos a força da comunicação, seja como paradigma organizador das relações, seja como máquina operadora dos processos de circulação de ideias, discursos, valores ou riqueza (REIS; ZANETTI, 2017, p.18-19).

Para compreendermos melhor essa esfera de atuação da comunicação, recorremos ao conceito de campo, de Bourdieu (1997).

Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças - há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço - que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias (BOURDIEU, 1997, p. 58).

Nesse sentido, Bourdieu (1995) sinaliza a existência de um campo jornalístico, cuja compreensão deve levar em conta os efeitos que os agentes envolvidos nele exercem uns sobre os outros. O campo jornalístico pode ser entendido como uma instância em constante tensão. Compreender a atividade jornalística depende de um entendimento próprio sobre o jornalismo. Retomando o conceito de poder simbólico, os meios de comunicação estabelecem-se em uma ordem simbólica consensualmente estabelecida.

Na tentativa de compreender como funciona esse processo, Tuchman (2009) aponta uma nova abordagem das notícias, em um viés construcionista, enfatiza a atividade dos jornalistas e das organizações jornalísticas de modo que as notícias passam a ser entendidas também como um produto dessa construção profissional e, portanto, ajudam a construir a realidade. Ligadas ao tempo histórico e social, as notícias atuam “constituindo reconstituindo as significações sociais; mas também definindo e redefinindo, constituindo e reconstituindo modos de fazer as coisas – os processos existentes nas instituições existentes” (TUCHMAN, 2009, p. 104).

Interpretando o conceito de territorialidade enquanto o modo como os sujeitos se apropriam dos territórios - não existe território sem territorialidade (HAESBAERT, 2004) -, podemos sugerir a interpretação desses processos de constituição e de reconstituição evocados por Tuchman como processos de territorialização e reterritorialização.

Entende-se o jornalismo como peça fundamental nos processos de construção simbólica das experiências cotidianas dos indivíduos na sociedade e, com isso, reiteramos sua atuação como um território simbólico que atua em uma dimensão cultural. Nesse contexto, pontuamos a análise de Schudson (2003), que entende que as notícias são um produto cultural. Logo, a cultura é um fator determinante para a definição dos próprios valores-notícia, ou seja, dos parâmetros que definem quais acontecimentos virão a se tornar uma notícia ou não. Desse modo, a seleção dos acontecimentos e a construção do discurso são fenômenos que não podem ser observados isoladamente.

As notícias, como uma forma de cultura, incorporam pressupostos sobre o que é importante, o que faz sentido, quais são suas localidades e temporalidades vividas e quais são as considerações que devem ser aceitas com seriedade. Assim, uma notícia deve supostamente responder às questões “quem”, “o que”, “quando”, “onde” e “por que” de um determinado assunto. Para entender as notícias como cultura, no entanto, faz-se necessário questionar quais categorias de pessoas são consideradas “quem”, quais tipos de coisas passam por fatos ou configuram “o que”, as geografias ou sentidos de tempo são inscritos como “onde” ou “quando”, e o que, pode ser compreendido como uma explicação de “por que” (SCHUDSON, 2003, p. 190, tradução nossa).

Enquanto produtos da cultura, as notícias estão enquadradas nas ideologias, que são convencionadas socialmente, e também nas noções de senso comum, que são formadas no âmbito de um sistema hegemônico (SCHUDSON, 2003).

1.5 Poder simbólico da imprensa

Falar sobre poder simbólico nos remete à teoria de Pierre Bourdieu (1989) para o qual os sistemas simbólicos, como a arte, a língua, a religião atuam como estruturas estruturantes e estruturadas, que se expressam como forças, direcionando o modo como os indivíduos pensam e agem dentro da sociedade.

Os ‘sistemas simbólicos’, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder Simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, ‘uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências (BOURDIEU, 1989, p. 9).

a partir do consenso gerado pelas forças, que atuam simbolicamente, que se estabelece a ordem social. A comunicação institucionalizada contribuiria, portanto, para a reprodução da ordem social em função de sua influência sobre a formação de sentidos sobre o mundo. É a partir dessa análise que surge também a ideia de violência simbólica, uma vez que, para Bourdieu (1989), os instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e conhecimento legitimam a dominação de uma classe social sobre outras.

Na esteira do pensamento de Bourdieu, Thompson (2011) configura o poder simbólico como uma forma de poder cultural, que surge a partir da produção, da transmissão e da recepção de formas simbólicas. Nesse sentido, os meios de comunicação e informação tornam-se recursos de poder simbólico, já que possuem meios técnicos, competências e prestígio, que são gerenciados pelas organizações comunicacionais, para inserir as formas simbólicas em circulação social.

Ao refletirmos e questionarmos esta influência de poder simbólico do jornalismo na contemporaneidade, Moraes e Ferro (2017) reconhecem que novas formas de produção e de circulação da informação, presentes na sociedade em rede, retiraram do jornalismo a exclusividade referencial, mas ponderam que a capacidade de influência do jornalismo sobre as percepções de mundo do público nunca foi uma unanimidade. Retomando o pensamento de Foucault em sua microfísica do poder (2008) para o qual o poder é uma prática social que existe na medida em que é exercido, e que para existir depende também de resistências, as autoras pontuam que a resistência de parte dos receptores não é um fenômeno novo no campo na comunicação. Por isso mesmo, o processo de negociação de sentidos, no qual o público aceita, rejeita ou reformula significações, que lhes são apresentadas pela mídia, é uma constante.

Sendo assim, ainda que seja provocada a se adaptar para garantir seu lugar de prestígio, a instituição jornalística mantém seu poder. O jornalismo torna-se uma instância de mediação entre as informações e o público. É, portanto, nessa capacidade de mediação que Berger (1997) enxerga o poder do campo midiático, a partir do qual os sentidos são elaborados, projetados e alguns deles são legitimados socialmente.

Em síntese, o que vimos aqui é que o jornalismo constitui-se como um território na medida em que é dentro dessa instituição - essencialmente dialógica, uma vez que opera por meio do discurso - que diferentes atores se relacionam, dando origem a ideias, concepções acerca da realidade, que circulam em ampla escala.

O jornalismo proporciona uma experiência informacional coletiva a partir da qual cada indivíduo se apropria de maneira única. Por isso mesmo, constitui-se como uma forma particular de conhecimento, na qual o processo de reconstrução da realidade concreta é possível graças a um conjunto de normas de atuação, de padrões de investigação e de critérios de noticiabilidade, para além de código ético de conduta, que se constituíram historicamente justamente a partir dessa experiência, dessa troca com o público, e que devem reger a prática profissional em seu cotidiano. Acredita-se que é a partir dessa concepção que o paradigma da objetividade, norteador do jornalismo moderno, deve se centrar.

2 JORNALISMO E SEGURANÇA PÚBLICA

2.1 Segurança Pública no Espírito Santo

De acordo com o Atlas da Violência (2020), o Espírito Santo foi o estado brasileiro que registrou a terceira maior queda no número de homicídios entre os anos de 2017 e 2018 (último ano de avaliação da série histórica da pesquisa). O levantamento aponta ainda que o estado passou a reduzir gradativamente o índice de mortes violentas a partir de 2010, passando de uma taxa de 51,0 homicídios por 100 mil habitantes, em 2010, para 29,3 assassinatos por 100 mil habitantes, em 2018. Tais mudanças, conforme constatado no Atlas da Violência (2020) são decorrentes de investimentos, tais como a reforma do sistema penitenciário e a implantação do programa Estado Presente.

Uma exceção foi registrada em 2017. O aumento dos homicídios neste ano foi atribuído ao período da Greve da Polícia Militar, em fevereiro, quando 215 pessoas foram assassinadas. A trajetória de queda da letalidade, contudo, foi retomada no ano seguinte.

No entanto, ainda que haja um declínio, os números estão distantes dos considerados aceitáveis por organismos internacionais. De acordo com Lira (2019), a análise da taxa de homicídios serve como um termômetro para medir o grau de segurança de uma determinada população. Por isso, ela pode ser encarada como um indicador de desenvolvimento do ponto de vista da Segurança Pública. Sendo assim, a Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta como toleráveis taxas abaixo de 10 homicídios por 100 mil habitantes.

Um marcador ainda distante da realidade vivida tanto no território nacional quanto no capixaba. O Atlas da Violência (2020) mostra que, em 2018, a taxa de homicídios (em geral) no Espírito Santo (29,3 por 100 mil habitantes) chegava a ser maior do que a taxa média brasileira, de 27,8 mortes violentas por 100 mil habitantes.

Pesquisadores como Lira (2019), Cerqueira (2014) e Costa (2015) afirmam que as principais vítimas e também perpetradores dos assassinatos no país são os jovens do sexo masculino, em sua maioria afrodescendentes e habitantes de áreas urbanas desprivilegiadas do ponto de vista econômico e estrutural. O fato, segundo Lira, indica a existência de um padrão demográfico da criminalidade violenta.

Analisando os dados do Atlas da Violência (2020), destaca-se que os homicídios são justamente a principal causa de mortes de jovens entre 15 e 29 anos, no Brasil. Dos 1.165 assassinatos registrados no Espírito Santo no ano de 2018, 618 são de indivíduos dentro desta faixa etária (53,04%). Entre esses, 577 eram do sexo masculino. Quanto ao fator raça, do total de mortos, 964 eram pessoas negras (82,74%).

Neste mesmo ano, 16 estados apresentaram taxas de homicídios especificamente de jovens de 15 a 29 anos acima da taxa nacional, marcada em 60,4 mortes por 100 mil habitantes. O Espírito Santo é um deles, com uma taxa de 62,8 (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2020, p. 20).

Apesar de os homens serem os mais afetados pela criminalidade letal, as mortes de mulheres seguem um padrão semelhante no que diz respeito, por exemplo, à cor da pele. Das 100 mulheres mortas violentamente em 2018 no estado, 76 eram negras (76%). Em

todo Brasil, a taxa de homicídio de mulheres negras foi de 4,3 por 100 mil habitantes neste mesmo ano, enquanto no Espírito Santo, ela foi de 4,9.

O alcance desigual da violência com relação à raça, se revela em números. Enquanto a taxa total de assassinatos de negros no estado chegou a 39,1, a taxa de assassinatos de pessoas não negras foi de 8,7.

Buscando compreender a complexidade do conjunto de fenômenos sociais que contribuem para a elevação dos índices de violência nos espaços urbanos, Mattos (2013), defende a ideia de que a segregação sócio-espacial, pode criar um ambiente favorável ao aumento da violência tanto em função da falta de acesso aos bens materiais e culturais quanto em função das barreiras de acesso à própria cidade.

Cabe ressaltar que a autora refuta a ideia de uma simples associação entre criminalidade e pobreza. Para ela, as populações pobres são justamente as maiores vítimas da violência urbana na medida em que a desigualdade socioterritorial separa os grupos sociais “em espaços de abundância e em espaços de concentração da população, vivendo simultâneos processos de exclusão social, e a violência urbana” (MATTOS, 2013, p. 74).

É diante dessa realidade que a autora enfatiza o papel determinante do Estado na condução de políticas, que sejam capazes de reduzir a exclusão e, conseqüentemente, a violência.

Assim, podemos constatar que, no Brasil, a miséria, aliada à urbanização desordenada, que se deve à quase total e absoluta omissão, concordância e/ou incapacidade do Estado, contribui para o aumento da violência urbana, evidenciada, por um lado, pela fusão entre violência, crime e desordem, por outro, pela crise e ineficiência institucional, que resultaram numa sociedade, nas últimas décadas do século XX, centrada no tripé: violência – criminalidade – narcotráfico incorporada no cotidiano da população brasileira que gerou a banalização da violência e da mesma forma a sua naturalidade no imaginário coletivo (MATTOS, 2013, p. 209).

Para entender o comportamento atual dos índices de violência, a autora propõe volta ao tempo, buscando avaliar como as mudanças econômicas, incluindo a reestruturação produtiva e do mercado de trabalho, ocorridas no Brasil, e mais especificamente no

Espírito Santo, a partir da década de 1980, alteraram a configuração sócio-espacial da Região Metropolitana da Grande Vitória (composta pelas cidades de Cariacica, Vitória, Serra, Vila Velha, Viana, Guarapari e Fundão) e contribuíram para a escalada de crimes que se concentram nesta região.

Segundo Mattos, mudanças mais profundas na economia capixaba começaram a acontecer na segunda metade da década de 1960 em razão, principalmente, do declínio do setor cafeeiro e dos incentivos à industrialização com a instalação dos Grandes Projetos Industriais. Esse processo se consolida na década de 1970, segundo o processo de expansão planejada da economia brasileira.

Tem início então um intenso fluxo migratório em direção à Grande Vitória, composto por pessoas provenientes do Norte do Rio de Janeiro, do Sul da Bahia, do Oeste de Minas Gerais e do próprio interior do Espírito Santo, que se deslocavam em busca de oportunidades. Contudo, a região não possuía condições de infraestrutura básica, que suportasse a chegada de tantas pessoas. Do mesmo modo, a economia não era capaz de absorver toda essa força de trabalho, que em sua maioria era oriunda de atividades agrárias e, por isso, composta por trabalhadores com baixa qualificação profissional, que acabaram ocupando funções de operários, trabalhadores domésticos e outras de baixa remuneração.

Siqueira (2011) aponta como consequência desse processo o surgimento de bairros periféricos, que abrigam a classe trabalhadora em situação de desemprego e subemprego. As periferias tornam-se assim, o resultado de um processo de urbanização excludente e desigual.

É nessas áreas que se concentra tanto a pobreza da cidade como de seus habitantes. A ocupação de morros, mangues e baixadas no centro da cidade e na periferia da aglomeração, a formação de novas favelas e a expansão de bairros carentes foram consequências desse processo, que provocou um maior empobrecimento na região da Grande Vitória (SIQUEIRA, 2001, p.145).

O intenso processo de urbanização da Grande Vitória pode ser medido em números. Informações do IBGE (2017) mostram que a região concentrava, em 1960, 14% dos habitantes do Espírito Santo. Em 1970, esse percentual passou para 24,1%, em 1980 para 34,9%, em 1990 para 40,4% (LIRA, 2019), em 2000 para 46,4% e em 2010 para 48%

(INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2011). Lembrando que a cidade de Guarapari passou a integrar a Região Metropolitana a partir de 1999 (Lei Complementar nº 159), e Fundão a partir de 2005 (Lei Complementar nº 318).

Entre 1979 e 2009, o Espírito Santo registrou um crescimento de cerca de 700% do número de assassinatos, passando de 256 (12,65 homicídios por 100 mil habitantes) no final da década de 1970, para 2.034 homicídios em 2009 (58,32 homicídios por 100 mil habitantes), conforme apontam Dadalto e Barros Ferreira Rodrigues (2015, p. 267). As autoras ressaltam, ainda, que cerca de 70% do total das mortes violentas concentravam-se na Grande Vitória.

Entretanto, esse tipo de crime não ocorre de forma uniforme no ambiente metropolitano, mas restrito a alguns bairros, ou conjunto de bairros, via de regra, de forma concentrada e em regiões com elevada densidade demográfica, de ocupação recente (nos últimos 30 anos), com baixo índice de urbanização, infraestrutura habitacional e desenvolvimento socioeconômico. Ou seja, naqueles por nós definidos como os portadores de segregação e exclusão urbana, portanto, aqueles cujas fronteiras são demarcadas pela pobreza e pela “quase invisibilidade” das políticas públicas – não podemos aqui falar em invisibilidade absoluta porque há oferta de equipamentos de infraestrutura com vistas a atender a população, contudo em qualidade e quantidade inferior à necessidade e ao desejo dos moradores (DADALTO; BARROS FERREIRA RODRIGUES, 2015, p. 267).

O aumento da criminalidade no final do século XX é uma tendência nacional, apontada por Costa (2015), inclusive, como uma consequência do período de redemocratização brasileira e da desorganização das estruturas de manutenção da ordem pública. Para além, tem também como pano de fundo a disseminação das armas de fogo financiadas direta ou indiretamente pelo tráfico de drogas ilícitas que, em nível de varejo, é movimentado em grande parte por jovens negros com baixa escolaridade e com reduzidas expectativas de trabalho e renda (LIRA, 2019).

A realidade nacional, segundo estes autores, se reflete em solo espírito-santense. Costa (2015) constata que, ao adotar renúncias fiscais e de uso de capital externo como modelo de base para a industrialização do Espírito Santo, o governo local não foi capaz de desenvolver estruturas e políticas que contribuíssem para a melhoria das condições de vida das classes mais pobres, que deixam raízes e migram para espaços urbanos em busca de oportunidades. Por outro lado, ele também não possuía uma estrutura coercitiva

suficiente para exercer o controle da violência no território estadual.

O autor coloca em evidência como a condução dos governos têm um papel central e delineador dos rumos da violência em um território. Para Costa (2015), um dos pontos fundamentais para a compreensão da crise institucional que atingiu o estado, no final da década de 1990 – e que levou Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) a formular, em 2002, um pedido de intervenção federal no Espírito Santo¹⁰ - é a atuação do grupo de extermínio intitulado *Scuderie Detective Le Cocq*.

Criada em 1964, ainda durante o período ditatorial, para vingar a morte do detetive Milton Le Cocq D'Oliveira, que foi morto em serviço, em 1964, no Rio de Janeiro, a SDLC criou braços em todo o território brasileiro e também na América Latina. No Espírito Santo, alcançou cerca de mil filiados, entre os quais estavam policiais, ex-policiais, advogados, promotores, juizes, políticos e empresários, que exerciam influência sobre as mais altas estruturas de poder do estado, incluindo o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, por consecutivos governos (COSTA, 2015).

Enquanto o aumento dos assassinatos no estado era influenciado pelos efeitos gerados pela urbanização desordenada e pela falta de capacidade operacional do estado diante da prevenção e da repressão aos crimes (falta de armas, de viaturas, etc.), a atuação da SDLC “[...] comprometia substancialmente instituições públicas que, ao invés de garantirem a manutenção do estado democrático de direito, operavam para acobertar crimes praticados por “lecoquianos” (LIRA, 2019, p. 361).

Autores como Lira (2019) e Costa (2015), apontam como ao longo dos governos, incluindo dos ex-governadores Max Mauro (1986-1990), Albuíno Azeredo (1991-1994), Vitor Buaiz (1994-1998) e José Ignácio (1999-2002) as estruturas de segurança foram tratadas de forma incipiente na esteira de uma série de problemas de ordem fiscal e administrativa. Este último, inclusive, chegou a ser alvo de um processo de

¹⁰ Segundo Lira (2019), em 2002, ocorreu também o assassinato do advogado Marcelo Denadai, o que ampliou a instabilidade na segurança pública capixaba e foi um dos fatores que levaram ao pedido de intervenção por parte da OAB. Na sequência, o pedido de intervenção foi sugerido pelo então Ministro da Justiça, Miguel Reale Junior, e aprovado pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, mas foi engavetado pelo Procurador Geral da República na época, Geraldo Brindeiro.

impeachment,¹¹ que foi engavetado¹² pelo ex-bicheiro e então presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, José Carlos Gratz. Lira destaca que:

Vários aspectos negativos político-administrativos se sobressaíram e se agravaram, culminando em um Estado gravemente endividado, sem crédito, sem capacidade de investimento e com grandes atrasos na folha de pagamento. Tal processo de degradação se intensificou no governo de Albuíno Azeredo (PDT), se agravou ainda mais no governo de Vitor Buaiz (PT) e se consolidou alcançando seu ápice no governo de José Ignácio (PSDB) (LIRA, 2019, p. 365).

Ainda de acordo com os autores, apesar da precariedade das estruturas, a primeira política voltada para a segurança pública implementada no Espírito Santo após a Ditadura Militar foi o Planejamento de Ações de Segurança Pública (PROPAS), em 1999, que absorveu parte das diretrizes (embora nem todas tenham sido cumpridas) do Plano Nacional de Segurança Pública, criado em 2000, como a necessidade de investimentos em tecnologia, a integração das polícias Civil e Militar e o estabelecimento de corredores de segurança ostensivos em pontos estratégicos da Região Metropolitana.

Lira aponta que, a partir da primeira gestão de Paulo Hartung, eleito pelo PSB de 2003-2006 (depois, ele se reelegeu para o período 2007-2010 pelo então PMDB, agora MDB), começou a haver um resgate gradual das instituições públicas e um equilíbrio financeiro do estado, que se refletiu em uma melhor organização das estruturas de segurança pública. Enquanto em 2002, o investimento nessa área foi de R\$ 421 milhões, em 2006, chegou a R\$810 milhões. No âmbito da criação de um Programa de Segurança Pública, os investimentos se voltaram para a realização de concursos públicos para as polícias Civil e Militar, compra de equipamentos (coletes, munições, armas de fogo, viaturas), reforma e construção de delegacias, reestruturação do Disque-Denúncia, em 2003, e implementação do Centro Integrado Operacional de Defesa Social (CIODES), em 2004.

Lira também aponta que, em 2003, a própria Secretaria de Estado de Segurança Pública

¹¹ Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u71738.shtml>. Acesso em 06 de junho de 2021.

¹² Disponível em http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2011/07/noticias/a_gazeta/politica/900527-dez-anos-depois-da-rise.html. Acesso em 06 de junho de 2021.

(Sesp) passou por um processo de reestruturação, tendo sua sede transferida para o bairro Bento Ferreira, em Vitória, e recebendo novos investimentos, como ampliação do quadro de funcionários e a implantação de tecnologias, a exemplo do desenvolvimento de bancos de dados especializados.

2.3 Estado Presente e Ocupação Social

A partir de 2011, já no início da primeira gestão do governador Renato Casagrande, pelo PSB, tem início a implantação do programa Estado Presente em Defesa Pela Vida, que, junto com o programa Ocupação Social (desenvolvido entre 2015 e 2018) tem se configurado como política pública norteadora do governo do Espírito Santo no âmbito da Segurança Pública, ao longo da última década.

Inspirando no programa Pacto pela Vida, que foi implementado em Pernambuco, no Nordeste brasileiro, o programa Estado Presente em Defesa Pela Vida apresentou-se como uma proposta de integração entre diferentes secretarias e órgãos de governo para a redução dos índices de criminalidade e de homicídios (Fundação João Mangabeira, 2015).

Foram selecionadas 30 regiões, 20 na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) e 10 no interior, que, de acordo com o projeto, respondiam por 50% dos homicídios registrados no Espírito Santo. O programa foi dividido em três fases de aplicação, sendo que, a cada fase, ocorria a expansão de ações para outras localidades. A primeira fase abarcava os bairros Carapina, Planalto Serrano, Feu Rosa e Jacaraípe, na Serra; São Pedro, Bairro da Penha, Santo Antônio, Santa Rita, em Vitória; Terra Vermelha e Santa Rita, em Vila Velha; Nova Rosa da Penha, em Cariacica e Nova Bethânia, em Viana. Já a segunda fase se estenderia aos bairros Nova Almeida e Novo Horizonte, na Serra; Bairro da Penha e Ilha do Príncipe, em Vitória; Soteco, Castelo Branco, São Torquato e Padre Gabriel, em Vila Velha; e Flexal e Marcílio de Noronha, em Cariacica. Na terceira fase, o programa chega ao interior do Estado, nos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Baixo Guandu, Colatina, Aracruz, Linhares, Sooretama, Jaguaré, São Mateus, Conceição da Barra e Pedro Canário.

O programa se arquitetava em três eixos: o de repressão social, voltado para intensificar a repressão ao tráfico de drogas, porte ilegal de armas de fogo e cumprimento de mandados de prisão; o de proteção social, voltado para ações de promoção de cidadania e ampliação do acesso aos serviços públicos (incluindo o fomento de projetos nas áreas de educação, cultura, esportes, lazer e qualificação profissional, além de assistência jurídica) e o eixo de infraestrutura e investimentos, que visava a estruturar unidades policiais, unidades da rede de saúde e educação pública, melhorar a infraestrutura urbana e adquirir ferramentas tecnológicas, viaturas e equipamentos de proteção para as polícias.

Lira (2019), contudo, destaca que uma das críticas ao programa Estado Presente deve-se ao fato de o programa ter priorizado o monitoramento de indicadores e ações da vertente de proteção policial, deixando em segundo plano os indicadores do eixo de proteção social. Será preciso ver se essa constatação do pesquisador se confirma no discurso jornalístico de A Gazeta.

Em 2014, o governador Paulo Hartung, novo chefe do Executivo estadual, extinguiu o programa Estado Presente, apresentando, em 2015, uma nova política para redução da violência no Estado denominada Ocupação Social. Embora com um nome diferente, o chamado programa Ocupação Social, que vigorou ao longo de toda a gestão até o final de 2018, surge com o mesmo objetivo central de seu antecessor: desenvolver ações dentro de regiões periféricas, que concentram altos índices de criminalidade, a fim de reduzir tais números no Estado como um todo. Ressalta-se, que, além disso, a cúpula da Segurança Pública da gestão anterior foi mantida pelo governo Hartung. Houve mudanças, contudo, nos Comandos Gerais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar.

Mas, diferenças também são observadas. Entre as principais está a perda de relevância do eixo “proteção policial”, que antes ancorava o tripé do Estado Presente, e uma demarcação mais clara dos jovens como público alvo. De acordo com a Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH), seu foco é promover uma rede de oportunidades de educação, de empreendedorismo e de renda para jovens mais expostos à violência. “Não é um programa de segurança. É de oportunidades, por meio de ações que garantam

a promoção e a defesa de direitos humanos”, destaca a pasta ao descrever o projeto¹³.

Lira (2019) também enxerga essas diferenças entre as duas políticas. Segundo o autor, o Estado Presente promovia uma articulação mais abrangente entre ações de prevenção (políticas públicas de educação, assistência social, esporte, planejamento urbano, policiamento ostensivo, reintegração social de apenados, entre outras) e repressão à violência. Já o Ocupação Social, priorizou a promoção de uma rede de oportunidades de educação, de empreendedorismo e de renda para jovens considerados vulneráveis socialmente. O autor também aponta como a figura do governador deixou de estar à frente da política.

A descaracterização da estrutura de gestão e governança do programa Estado Presente pode ser considerada como outra alteração digna de nota. As sistemáticas de monitoramento de indicadores criminais e sociais foram dissociadas entre SESP e SEDH, respectivamente. Ademais, as reuniões de avaliação sofreram diminuições em suas frequências de realizações e passaram a ser coordenadas pelos secretários de tais pastas (ANDRADE, 2016; ASSIS; RICARDO, 2017). Com isso, o trabalho de liderança e protagonismo exercido pela figura do governador no campo da segurança pública e áreas correlatas, que foi construído entre 2011 e 2014, foi deixado de lado (LIRA, 2019, p. 380).

O Ocupação Social¹⁴ possuía abrangência menor, em 26 bairros, muitos deles já contemplados pelo Estado Presente. São eles: Nova Palestina, de Vitória; Barramares, Ulisses Guimarães, Boa Vista (I e II), São Torquato e Santa Rita, de Vila Velha; Feu Rosa, Vila Nova de Colares, Jardim Carapina, Novo Horizonte, Planalto Serrano, Central Carapina e Bairro das Laranjeiras, da Serra; Castelo Branco, Nova Rosa da Penha, Flexal II e Nova Esperança, de Cariacica; Zumbi, de Cachoeiro de Itapemirim; Ayrton Senna e Bela Vista, de Colatina; Interlagos e Aviso, de Linhares; Vila Nova e Bom Sucesso, de São Mateus; e parte urbana de Pinheiros.

Novamente eleito em outubro de 2018, o atual governador Renato Casagrande anunciou, já em fevereiro de 2019, a retomada do Estado Presente¹⁵ como estratégia para a prevenção e o combate à violência, descontinuando assim o programa Ocupação Social. Conforme divulgado pelo governo do Estado, o projeto, coordenado pela Secretaria de

¹³ Disponível em: <https://sedh.es.gov.br/ocupacao-social-3>

¹⁴ Disponível em <https://sedh.es.gov.br/ocupacao-social-3>

¹⁵ Disponível em <https://www.es.gov.br/Noticia/governo-implanta-programa-estado-presente-para-reduzir-criminalidade-no-espírito-santo>

Estado de Economia e Planejamento, possui ações previstas para 43 territórios, sendo 22 deles na Região Metropolitana e outros 21 no interior do Estado, em um total de 40 bairros. Desta vez, 10 municípios foram escolhidos: Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Guarapari, na Região Metropolitana; e Linhares, São Mateus, Colatina, Cachoeiro de Itapemirim e Aracruz, no interior do Estado.

2.4 Políticas públicas de Segurança e Jornalismo

Bobbio (1993) propõe uma classificação de poder em poder econômico, político e ideológico. Enquanto o poder econômico é aquele exercido pelos detentores dos meios de produção, por aqueles que possuem bens em abundância, o poder ideológico está centrado na influência que alguém investido de autoridade tem sobre as ideias do outro. Já o poder político distingue-se não só pela posse dos meios pelos quais se exerce a força física, mas também pelo monopólio dessa posse, que é legitimado socialmente em um determinado tempo e território sobre um determinado grupo.

Quando se fala em jornalismo e em cobertura de políticas públicas, fala-se essencialmente sobre duas instituições detentoras de poder. De um lado, o jornalismo, que como vimos no capítulo anterior, configura-se como um território na medida em que exerce o seu poder ideológico, juntamente com outras instituições, fundamentado no lugar que ocupa socialmente e, do outro, o Estado, que, numa sociedade democrática, como é o caso do Brasil, exerce o poder político que lhe é atribuído e legitimado pela escolha que o cidadão faz ao eleger seus representantes. Entender como essas instituições detentoras de poder se relacionam e quais os sentidos são gerados a partir dessa relação é o nosso objetivo, pois entendemos que essa dinâmica tem capacidade de influenciar no modo de vida das pessoas, na condução da sociedade e no modo como os cidadãos enxergam a si mesmos e aos outros.

Como o Estado adquire poder por meio dos cidadãos, logo, ele deve exercer uma política pública, voltada para o interesse coletivo. Como afirma Rodrigues (2010, p. 19), as políticas públicas são então uma "intervenção do Estado no ordenamento da sociedade por meio de ações jurídicas, sociais e administrativas, sendo que as ações da administração pública se reportam também às atividades de auxílio imediato no exercício

de governo".

Saraiva (2006) afirma que as políticas públicas são institucionais, decisórias e comportamentais. São institucionais porque são elaboradas por autoridades legalmente constituídas dentro de suas competências; decisórias porque são originadas de um conjunto de decisões tomadas em sequência; e comportamentais por que a ação ou não ação gerada a partir delas têm repercussão no sistema político e social.

Neste sentido, Mendonça (2014) aponta que a elaboração de uma política pública passa pela identificação de uma necessidade social que precise de uma intervenção do poder público. Na etapa de elaboração, delimita-se as possíveis soluções, avalia-se os custos e define-se as prioridades. Parte-se então para a formulação, a fim de definir qual a melhor alternativa e de estabelecer um marco jurídico, administrativo e financeiro. Segue-se para a etapa de implementação dessa política, com o planejamento e organização de toda a estrutura administrativa, elaboração de programas e projetos. A próxima etapa é de execução, ou seja, quando a política é colocada em prática. Depois, vem o acompanhamento para medir a eficácia e eventuais necessidades de mudança e aprimoramento. Por fim, está a etapa de avaliação, em que é feita a mensuração dos efeitos gerados na sociedade, sejam aqueles que estavam previstos ou não. É nesta etapa em que é feita a análise da efetividade social desta política. Uma possibilidade é verificar, neste estudo, se o jornalismo dá conta de informar, retratar todas estas etapas.

Dentro desse contexto, o autor pontua que a participação social deve ser uma premissa para a formulação de uma política pública, a fim que ela não se torne o reflexo dos interesses de grupos dominantes, sendo articulada num contexto de mobilização da sociedade civil¹⁶. Portanto, deve haver mecanismos tanto para viabilizar essa participação quanto para publicização das ações. Em suma, elas precisam ser submetidas ao debate. Essa visão retoma o pensamento de Gramsci (1989) sobre um Estado em sua visão ampliada, no qual, por meio de uma relação dialética entre sociedade e estado, a

¹⁶ A Constituição Federal, em seu artigo 204, inciso II, prevê a participação da população por meio de organizações representativas na formulação de políticas e no controle das ações de todos os níveis. Disponível em:

<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10650852/artigo-204-da-constituicao-federal-de-1988#:~:text=II%20%2D%20participa%C3%A7%C3%A3o%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%2C%20por.a%C3%A7%C3%B5es%20em%20todos%20os%20n%C3%ADveis.>

sociedade civil democratiza e controla o Estado, ao passo que este passa a priorizar o interesse coletivo.

Contudo, um dos principais obstáculos para a formulação de políticas públicas no Brasil, conforme apontado por Mendonça, é justamente a falta de qualidade da relação entre Estado e sociedade, que tem raízes históricas forjadas, por exemplo, em três séculos de escravismo, como diz Genevois (2012), em que escravos eram vistos como propriedades por membros da elite dominante, e ainda, na própria constituição do Estado brasileiro que surge e se estabelece entre um liberalismo formal e um patrimonialismo, que visa a continuar garantindo os interesses dessas mesmas classes dominantes (BEHRING; BOSCHETTI, 2006).

É por esse motivo que, no curso da história, políticas públicas foram enxergadas como privilégios e não como direitos. Uma realidade que só passou a mudar já no século XX, a partir das lutas forjadas pelas classes trabalhadoras.

A política pública no Brasil e em particular a social é, muitas vezes, encarada, tanto pelos formuladores quanto pelos beneficiários, como uma benesse oferecida pelo Estado e não como um reconhecimento dos direitos de cidadania da população. As lutas dos trabalhadores por direitos sociais só começaram a ganhar expressão a partir da primeira década do século XX. A conquista desses direitos, sobretudo, os trabalhistas e previdenciários, são, ao mesmo tempo, resultado da pressão da classe trabalhadora quanto da busca de legitimação da classe dominante que os instituem como tutela e favor (MENDONÇA, 2014, p. 39).

Criar políticas públicas que garantam os direitos dos menos favorecidos é, portanto, não só um desafio do ponto de vista estatal, de organização da máquina pública em torno do interesse coletivo, mas também do ponto de vista simbólico, uma vez que demanda uma tomada de consciência por parte de toda a sociedade sobre a real importância dessas políticas na perspectiva de garantia dos direitos humanos. Uma luta simbólica da qual o jornalismo, por ser um território simbólico, tem não só a capacidade de atuar, como também o dever, já que aqui o entendemos como um instrumento de construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Em sua tese de doutorado, Mendonça (2014) defende que há um consenso de que a segurança pública deve ser compreendida de forma ampliada para garantir o exercício dos direitos humanos e da cidadania. É o que defendem, por exemplo, Baratta (2004) e Soares (2015), que propõem que a segurança pública seja encarada como um campo de afirmação de direitos humanos e não de ausência de direitos. Isso significa que garantir segurança vai além de garantir, por exemplo, a proteção do patrimônio das pessoas, mas também pela garantia de acesso a direitos, como trabalho, saúde, educação e lazer. Logo, políticas públicas de segurança devem ser desenvolvidas de forma a englobar todos esses aspectos.

Essa visão passa também pela compreensão da violência, numa perspectiva estrutural, como uma questão social, fruto da segregação sócio-espacial nos espaços urbanos, que têm como determinante as relações econômicas, conforme já evidenciado anteriormente por Mattos (2013). Desemprego, desigualdade e ausência de políticas públicas, no contexto de uma sociedade que valoriza as pessoas por sua capacidade de consumo (MATSUDA e FERNANDES, 2002) levam a um aumento das tensões sociais, que explicam o aumento da criminalidade e da violência.

Em sua tese de doutorado, Mendonça (2014) defende que a segurança pública deve ser compreendida de forma ampliada para garantir o exercício de direitos humanos e da cidadania. Nesta perspectiva, as diversas esferas do Estado devem atuar de forma articulada, promovendo uma intersetorialidade entre suas políticas. Esse processo é chamado de intersetorialização das políticas de segurança, conforme defende o autor:

Uma política de segurança pública, portanto, para garantir o usufruto do direito à segurança pela população e enfrentar uma importante expressão da insegurança que é a violência, não poderá fazê-lo com uma visão restrita de segurança, que se limite à garantia da integridade física ou do patrimônio do cidadão. Como já foi visto, a violência tem múltiplas determinações, sendo uma delas a questão social, que só poderá ser enfrentada com políticas públicas das diversas áreas de atuação do Estado. A insegurança emana principalmente da desigualdade social intrínseca ao modo de produção capitalista. A ausência de garantia de emprego, trabalho, educação, saúde, entre outros direitos, já leva, por si só, à insegurança e indiretamente determinam o aparecimento da violência que vem aumentar o sentimento de insegurança da população, principalmente dos mais pobres (MENDONÇA, 2014, p. 75).

O uso da intersectorialidade como um instrumento para a formulação e aplicação das políticas de segurança depende de decisão política para redirecionar a ação do estado; de redefinição de marcos institucionais, incluindo estabelecimento de incentivos e punições, remanejamento de recursos financeiros e humanos, reformas administrativas e reestruturação de setores; da criação de um ambiente de cooperatividade dentro das repartições públicas que se reflete, inclusive, na integração de sistemas de informação.

Conforme apontam Guilherme Canela e Solano Nascimento (2009), o acesso à informação é condição basilar para a noção de democracia expressa pela Constituição Federal brasileira, uma vez que ela está vinculada à capacidade que os cidadãos têm de participarem do processo de tomada de decisões coletivas, que afetem suas vidas. É nesse contexto que os autores inserem a relevância do acesso à informação para que, a partir do controle social, as políticas públicas sejam potencializadas, desde seu planejamento até sua execução e avaliação. Tratando especificamente da área de segurança, como exemplo prático, os autores lembram da lei 9.155/1995, que tornou obrigatória a divulgação de estatísticas trimestrais sobre ocorrências criminais registradas pela polícia por parte do governo de São Paulo.

Segundo Paulo de Mesquita Neto, doutor em ciência política e pesquisador sênior do Núcleo de Estudos da Violência da USP, falecido em 2008, em artigo publicado na Folha de S.Paulo (18/01/2002), desde a aprovação da lei, o governo e a sociedade civil podem monitorar e avaliar de forma mais efetiva a atuação da polícia, tanto do ponto de vista do controle da criminalidade quanto do respeito aos direitos humanos. “Durante todos esses anos, a sociedade civil reivindicou a adoção e colaborou para a implementação dessas medidas. A mídia passou a divulgar amplamente as estatísticas apresentadas pela Secretaria da Segurança Pública e pela Ouvidoria. Os cidadãos passaram a perceber a importância de registrar ocorrências criminais nas delegacias e reclamações contra policiais na Ouvidoria da Polícia”, lembra o especialista (CANELA e NASCIMENTO, 2009 p. 65).

A imprensa, enquanto instituição historicamente ligada à disseminação da informação nas sociedades, ocupa um papel relevante ao estabelecer uma ponte entre as pessoas e as políticas governamentais. Para Guilherme Canela e Solano Nascimento (2009), a função ideal da imprensa é diminuir as “assimetrias informacionais” entre a população e os poderes constituídos, potencializando assim as possibilidades de *accountability* desses poderes, especialmente em razão das consequências que podem surgir da revelação dos fatos. Ao abordar temas relacionados às políticas públicas, a imprensa é capaz de fornecer informações contextualizadas, de atuar como fiscalizadora e de agendar os assuntos que circulam socialmente. Ressalta-se aqui os estudos de Proffess et al (1991), para quem o jornalismo

investigativo tem a capacidade de atuar também na construção da agenda política, ou seja, influenciar nas tomadas de decisões das autoridades.

Silva (2010) destaca que as notícias veiculadas pela imprensa precisam ir além do valor-notícia, ou seja, daquilo que é enxergado dentro das rotinas das redações como um fato relevante para ser transformado em um conteúdo jornalístico. É preciso que exista, nas palavras do autor, um valor de diagnóstico (SILVA, 2010 p. 25), que explore o que está além da superfície. Para o autor, é o diagnóstico da informação que dará subsídios necessários para que os cidadãos sejam capazes de fazer suas escolhas sobre as políticas.

Os subsídios adequados às decisões em questão devem abranger com clareza e amplitude as questões centrais envolvidas, prestando-se tanto à tarefa de proporcionar a identificação dos assuntos sobre os quais é preciso possuir perspectivas embasadas, quanto ao próprio processo de construção de posicionamentos, com dados integrais, balizas, comparações, prognósticos etc. (SILVA, 2010, p. 25).

Silva (2010) destaca ainda que, em um ambiente informacional democrático, o jornalismo precisa oferecer dados suficientes (e aqui estamos falando de qualidade e não de quantidade) para que as pessoas consigam perceber as políticas como consequências de escolhas e de compensações. Quando essa percepção não acontece, têm-se como resultado uma visão superficial, que não permite que as pessoas vejam a conjuntura de um sistema político. A qualidade da notícia depende, portanto, de seu grau de abrangência, que é o que vai possibilitar que os cidadãos façam reflexões sobre a necessidade e as consequências da adoção de determinadas políticas.

Sobre isso, Porto (2004), ressalta que a imprensa deve ser capaz de dar conta da pluralidade de perspectivas existentes em uma sociedade democrática. “Por esse motivo, os jornalistas devem ir além dos enquadramentos das fontes oficiais, incorporando as perspectivas da sociedade civil” (PORTO, 2004, p. 188).

Contudo, as falhas no jornalismo brasileiro prejudicam as funções mencionadas anteriormente, inclusive pela falta de associação, na cobertura jornalística, entre os problemas sociais e as políticas públicas. Conforme mostram Solano e Canela (p. 119), análises de mídia conduzidas pela Andi - Agência de Notícias dos Direitos da Infância

mostraram que, entre 2000 e 2001, somente 4,8% da cobertura sobre violência foi feita segundo a perspectiva das políticas públicas.

Em artigo publicado no livro *Mídia e Violência* (RAMOS E PAIVA, 2007), Guilherme Canela, então coordenador de Relações Acadêmicas e de Pesquisas da Andi, pontuou que a cobertura qualificada da violência passa necessariamente, entre outros pontos, pela apuração de políticas em curso, que são apresentadas como potenciais soluções para os problemas.

Para contribuir com essa discussão no âmbito da intersecção entre jornalismo e políticas públicas, evidenciamos também o que mostra Dias (2020) em sua tese de defesa da construção de um jornalismo de segurança baseado nos Direitos Humanos. Para a autora, essa prática implica que os veículos de comunicação não reduzam a segurança pública ao crime e à violência, ainda que estas sejam as faces mais facilmente identificáveis da segurança pública. Outras temáticas possíveis são a corrupção, a acessibilidade urbana (capacidade de acessar serviços e oportunidades distribuídos pelo espaço urbano), o encarceramento.

O que sugiro aqui é que, ao cobrir esses dois tópicos, o jornalista tente reconstruir as teias complexas que conformam o crime e a violência e ajude o leitor a expandir seu conhecimento sobre o assunto para além da mera informação de ocorrências relatadas pelas fontes oficiais (DIAS, 2020, p. 136).

Uma sugestão dada pela autora neste sentido é que os veículos estabeleçam parcerias com os grupos e especialistas que se dedicam a analisar essa temática, a fim de obter dados mais qualificados e driblar a dependência que se tem das fontes oficiais de informação, em suma, as fontes advindas de instituições atreladas aos governos. Um aspecto importante de ser destacado é o fato de que as fontes, ao se manifestarem publicamente, possuem interesses e buscam diferentes benefícios.

Digo novamente: as fontes podem dizer o que quiserem, mas a responsabilidade sobre o que e como será noticiado é sempre do jornalista e do veículo. É dessa responsabilidade que o jornalista precisa ter consciência quando faz as escolhas que resultam na notícia, se quiser ter uma relação ética com as fontes e com os leitores e se quiser que o Jornalismo seja um espaço de defesa e não de violação de direitos (DIAS, 2020, p. 185).

Ainda sobre essa dependência, Dias ressalta que o jornalista não pode esperar que os relatórios anuais sobre violência e segurança pública sejam publicados para finalmente propor

discussões mais aprofundadas sobre a temática. Referenciando-se a Genro Filho, a autora defende que a cobertura do cotidiano pode e deve ser capaz de situar as ocorrências singulares dentro do complexo contexto em que elas ocorrem. Essa constatação nos remete à proposição de Silva (2010) mencionada anteriormente, que fala em valor de diagnóstico para além do valor notícia.

Para isso, o jornalista deve se questionar, dentre outros aspectos, sobre o que significa aquele fato singular em uma cadeia de outros fatos semelhantes, se a resposta endereçada pelo Estado à ação reportada é proporcional e legítima e se o tipo de tratamento dado à ação pelo Estado é igual e universal (isto é, se seria o mesmo dispensado a qualquer sujeito, independentemente de sua classe, raça, gênero etc.). Somente sendo capaz de fazer perguntas complexas o jornalista conseguirá qualificar a leitura sobre eventos cotidianos que interessam à segurança pública e cobrar do Estado respostas mais eficientes do que as que temos hoje (DIAS, 2020, p. 145).

Outra forma de fazer uma cobertura qualificada da segurança pública passa pela organização do veículo de comunicação, de escolhas que antecedem a produção jornalística, mas que são determinantes para ela. Isso, segundo Dias, diz respeito desde a diversidade dos profissionais nas redações (em termos de raça, gênero, classe social e sexualidade) até a valorização das diferentes experiências pessoais de cada um desses profissionais.

2.5 Estado da arte das pesquisas sobre jornalismo e cobertura de Segurança Pública

As reflexões que vêm sendo feitas ao longo do primeiro e deste capítulo nos levam a questionar como os meios de comunicação vêm retratando as políticas públicas relativas especificamente à área de segurança. E são uma forma de encontrarmos referências para a análise que será feita no próximo capítulo. Para destacar a relevância do tema, Guerra (2010) lembra que o documento Projeto Segurança Pública para o Brasil¹⁷, aponta a violência criminal como um problema que afeta todos os segmentos da sociedade e, por isso, a segurança torna-se uma experiência compartilhada.

¹⁷O documento foi coordenado por Antonio Carlos Biscaia (Coordenador Executivo), Benedito Domingos Mariano, Luis Eduardo Soares e Roberto Armando Ramos de Aguiar, com suporte do Instituto Cidadania e da Fundação Djalma Guimarães. Disponível em <http://www.seguranca.mt.gov.br/docs/PNSP.pdf>

Ramos e Paiva (2007) destacam que duas pesquisas desenvolvidas pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania¹⁸, entre os anos de 2004 e 2006, para realizar um diagnóstico da cobertura sobre violência e criminalidade, já apontavam a baixa incidência de materiais jornalísticos referentes às políticas de segurança. A Pesquisa Brasil¹⁹, que analisou 2.514 textos de O Globo, O Dia e JB; Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo apontou que as políticas de segurança foram foco das notícias em 3,6% do total dos conteúdos. Já a pesquisa Rio, que analisou 2.651 textos, ao longo do ano de 2006, de O Globo, O Dia, Jornal do Brasil, O Povo, Tribuna da Imprensa, Meia Hora, O Fluminense e Extra, mostrou que o assunto foi foco em apenas 4,2% do universo analisado. Tal constatação nos leva a questionar se, assim com a quantidade de publicações, a qualidade das informações veiculadas por tais políticas deixa, ou não, a desejar.

Contudo, já naquela época, Ramos e Paiva constataram já ter havido uma evolução na imprensa em relação à cobertura da violência e da criminalidade por parte da maioria dos jornais e emissoras de TV, com a redução do uso de recursos sensacionalistas e de noções apelativas, entre elas, a diminuição do uso de fotos explícitas de violência e adoção de uma linguagem mais sóbria (RAMOS e PAIVA, 2007. p.18).

A partir da metade dos anos 1990, as autoras apontam que fatores como a escalada das estatísticas de homicídios, o aumento do número de vítimas entre a classe média e alta e a chegada de especialistas aos cargos de chefia, em secretarias de segurança, fizeram com que a pauta da segurança pública fosse incorporada pela imprensa para além da cobertura policial. Observam ainda que houve uma evolução em relação à posição que esse tipo de cobertura e dos jornalistas que trabalham com ela ocupam nas redações.

Ainda assim, o caminho para uma cobertura de qualidade esbarra em desafios, como a necessidade de especialização dos jornalistas e a necessidade de maior pluralidade de fontes, que não podem se resumir às forças policiais (RAMOS e PAIVA, 2007).

¹⁸ Disponível em: <https://cesecseguranca.com.br/>

¹⁹ A pesquisa Brasil analisou 2.514 textos dos seguintes jornais: *O Globo, O Dia e JB; Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo e Agora São Paulo Agora; O Estado de Minas, Hoje em Dia e Diário da Tarde*. A pesquisa Rio analisou 2.651 textos, ao longo do ano de 2006, dos seguintes jornais: *O Globo, O Dia, Jornal do Brasil, O Povo, Tribuna da Imprensa, Meia Hora, O Fluminense, Extra*. Ambas as pesquisas utilizaram técnica de amostragem consagrada para análise de mídia, chamada “mês composto”. Os resultados completos da pesquisa Brasil podem ser consultados em www.ucamcesec.com.br.

Os jornalistas também reconhecem as mudanças à sua volta – mas percebem que elas ainda não são suficientes. No workshop Mídia e Violência, realizado pelo CESeC na Universidade Cândido Mendes, em outubro de 2006, o ombudsman da Folha de S. Paulo, Marcelo Beraba, sintetizou esta avaliação: “Eu comecei em 71, no Globo, e a prioridade era polícia; a gente fazia polícia o tempo todo. É nítida a evolução de lá para cá. Agora, se você comparar com as atenções que recebem, nas redações, áreas como economia, ciência e meio ambiente, essa evolução fica aquém do que aconteceu ou vem acontecendo nestas áreas. A área policial continua sendo um primo pobre, não só dentro da imprensa, mas também na sociedade e na Academia”, disse Beraba, também diretor da Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo). Um dos aspectos citados pelo ombudsman para as limitações da cobertura policial é o fato de que as páginas dedicadas a este noticiário atraem menos anunciantes do que, por exemplo, as de economia – e, portanto, não oferecem o mesmo retorno às empresas jornalísticas (RAMOS E PAIVA, 2007, p. 18).

A despeito dos avanços ocorridos, as autoras analisam que, ao dedicar-se majoritariamente à cobertura factual, a mídia denuncia a gravidade da crise na segurança pública, mas, ao mesmo tempo, não usa o potencial que tem para ampliar o debate, assumindo uma postura dianteira, o que poderia levar à tomada de ações mais eficazes por parte do próprio Estado (RAMOS e PAIVA, 2007, p. 26). Este será um ponto de atenção em nossa análise.

Tamanho potencial, segundo Porto (2009), vem do fato de o jornalismo se constituir como um relevante instrumento de elaboração de construções sociais, sendo, então, veículos privilegiados para a produção ou reprodução de crenças, valores, capazes de orientar condutas dos indivíduos. Tais representações elaboradas a partir da imprensa poderiam subsidiar, de acordo com a autora, a formulação de políticas públicas para a área de segurança.

Diante de tais apontamentos e cientes da importância das atividades de crítica de mídia para acompanhar e balizar o processo de desenvolvimento do jornalismo, desperta-nos o interesse em saber como a cobertura das políticas de segurança pública têm sido feita pelos jornais e, ainda, se esse tema tem sido analisado pelos pesquisadores brasileiros.

Esta revisão bibliográfica, tem como foco dissertações, livros e teses, além de artigos publicados em conceituadas revistas acadêmicas brasileiras da área de comunicação. O levantamento foi realizado a partir de buscas em alguns dos principais buscadores de trabalhos acadêmicos: Google acadêmico; plataforma Scielo; Portal de Periódicos da Capes e Biblioteca Nacional Digital. Para tanto, foram pesquisados termos considerados chaves para a dissertação em questão, todos correlacionados ao termo “jornalismo”. Pesquisou-se, portanto,

termos como “jornalismo e segurança pública”, “jornalismo e políticas de segurança”; “cobertura, mídia e políticas de segurança pública”; “análise, jornalismo, políticas de segurança”.

Os artigos, que resultaram de tais buscas, foram catalogados e revisados, a fim de identificarmos quais, de fato, estavam relacionados à análise da cobertura jornalística de políticas públicas de segurança pública, tendo em vista que os resultados das buscas nem sempre são precisos. Para uma filtragem mais precisa, os trabalhos voltados para a cobertura jornalística sobre violência e criminalidade também foram excluídos, uma vez que o foco desta análise são pesquisas dedicadas às políticas de segurança pública.

Para ampliar as possibilidades de análise, também foi realizado um levantamento entre os artigos publicados ao longo dos últimos cinco anos (2016-2021), em edições de revistas científicas da área de comunicação com qualis A1 e A2, de acordo com a última classificação disponível, do quadriênio 2013-2016: Matrizes (Universidade de São Paulo; Galáxia (PUC-SP); Contracampo (Universidade Federal Fluminense); Famecos (PUC- RS); Eco-Pós (Universidade Federal do Rio de Janeiro); Parágrafo (Fiam-Faam); Veredas (Universidade Federal de Juiz de Fora); E-Compós (Brasília); Intercom (São Paulo) e Lumina (Universidade Federal de Juiz de Fora). Nesse levantamento, apenas um artigo voltado para o tema foi encontrado.

Ao final, então, o corpus de análise foi composto por nove trabalhos acadêmicos de autores brasileiros publicados entre os anos de 2010 e 2020: dois artigos publicados em revistas, três dissertações, três teses e um livro.

Tabela 1 - Publicações mapeadas sobre jornalismo e políticas de Segurança Pública

Publicações	Tipo	Instituição
Segurança para quem? O discurso midiático sobre as Unidades de Polícia Pacificadora.	Dissertação	UFRJ
Narrativas de lei e ordem: Uma análise da cobertura de O	Tese	UFRJ

Globo sobre as Unidades de Polícia Pacificadora.		
Onde estão os mortos?: Silenciamentos, discursos e os sentidos midiáticos da pacificação do Complexo do Alemão	Dissertação	UFF
A pacificação dos sentidos: mídia e violência na cidade em disputa	livro	Rio de Janeiro
O dilema da intersetorialidade na política de segurança pública em Pernambuco: o discurso governamental e da mídia escrita nos anos 2007/2011	tese	UFPE
Maré sitiada: o discurso midiático sobre a ocupação militar do Complexo da Maré	publicação em revista	USP
O sentido das UPPs: A cobertura de O Globo e as políticas de Segurança Pública	publicação em revista	E-Compós
A redução da idade penal no jornalismo de referência brasileiro: uma análise dos sentidos sobre segurança pública	Dissertação	UFRGS
Jornalismo de Segurança Pública: uma proposta de campo jornalístico especializado com foco em direitos humanos	Tese	UFRGS

Fonte: Elaborada pela autora

2.6 Mapeamento

A ocupação das favelas cariocas por Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) é questão central em seis dos nove trabalhos analisados nesta pesquisa. Vejamos alguns resultados.

A cobertura do Jornal o Globo sobre as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), política de segurança implantada pelo governo do Rio de Janeiro, foi objeto de análise de um trabalho contínuo de investigação desenvolvido na dissertação e na tese de doutorado de Pereira (2012; 2017).

Em sua tese, Pereira (2017) analisou textos jornalísticos publicados no jornal O Globo em dois períodos. Primeiro entre os anos de 2008 e 2014, quando foram analisadas 180 notícias. Depois, entre 2014 e 2016, quando foram selecionados 377 conteúdos. Os textos incluem reportagens, notas, artigos e sueltos²⁰ sobre oito UPPs.

²⁰ Nota curta escrita em jornal, geralmente sobre um assunto do dia.

A partir da análise de enquadramento dos conteúdos publicados, o autor identifica que o discurso presente na maior parte das notícias admite a violência policial, que é justificada pela finalidade da pacificação em 80% dos conteúdos levantados. Além disso, em 61,5% dos conteúdos jornalísticos, é reivindicada a imposição de mais lei e de mais ordem aos indivíduos em condição de incriminação, ou seja, moradores das favelas, onde as UPPs são instaladas e que são frequentemente relacionados ao tráfico e à criminalidade. Por outro lado, há um apagamento ou redução dos enquadramentos que expõem a violência policial (17,8%) ou buscam identificar quais são as causas estruturais para o crime (2,2%).

Já em relação às fontes mencionadas nas notícias sobre as UPPs, Pereira (2017) conclui a existência predominante de vozes ligadas ao próprio poder estatal. Mesmo quando os moradores das favelas falam nas reportagens, na maior parte das vezes eles parecem para reforçar ou endossar o discurso estatal.

É a partir de tais análises que Pereira identifica que o jornal O Globo contribuiu para legitimar discursivamente a atuação das UPPs, enquanto políticas públicas de Segurança, pelo fato de ressaltar os pontos positivos dessa política e ao mesmo tempo obscurecer os pontos negativos, que acabam sendo encarados como efeitos adversos da implantação de uma política pública necessária.

Em artigo publicado na revista E-Compós, em 2016, Vaz e Pereira (2016) debruçam-se novamente sobre a cobertura das políticas públicas de segurança pelo jornal O Globo. Os autores estabelecem um comparativo entre a cobertura do jornal sobre arrastões ocorridos na orla da cidade do Rio de Janeiro em setembro de 2015 e a morte do adolescente Eduardo Felipe Santos, assassinado por policiais militares no Morro da Providência. O objetivo é investigar como as notícias veiculadas pelo jornal, um dos principais da cidade, contribuem para a legitimação discursiva de uma política pública de segurança.

Ao analisar as reportagens, os autores identificam que vítimas de classe média são vistas como prioridade das políticas públicas de segurança, enquanto os questionamentos acerca da eficácia, da continuidade ou da necessidade de reavaliação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) não são feitos. A legitimação desta política de Segurança Pública se concretiza discursivamente por meio da escolha de fontes, dados estatísticos favoráveis a este ponto de vista e demais elementos, em detrimento de outros. De tanto que, no caso do assassinato do adolescente, os pesquisadores avaliam que a morte é tratada no jornal como

um efeito colateral dessa política, sem maiores questionamentos, inclusive sobre a possibilidade de arbitrariedade por parte da polícia.

A expressão “efeito colateral” é a mesma usada por Souza (2015, p.181) ao analisar o discurso jornalístico sobre a ocupação policial no Complexo da Maré, conjunto de favelas localizado na zona norte do Rio de Janeiro. Segundo Souza, a imprensa naturaliza mortes ocorridas durante o processo de ocupação como mero efeito colateral da política, numa tentativa de pacificação das relações sociais, que tem como característica a transmissão de uma ideia que o processo foi amplamente aceito pela população.

Do mesmo modo, Vaz e Pereira (2016) concluem que o Jornal O Globo contribui para consolidar a ideia de que há uma necessidade de aplicação da lei e da ordem nas favelas do Rio de Janeiro. E sendo assim, a política pública volta seu rigor punitivo recaindo sobre os moradores da favela, encaixados em um perfil de sujeição criminal pela associação entre favela, tráfico e criminalidade. Em função disso, a violência por parte da polícia é tratada como “um mal necessário” (VAZ e PEREIRA, 2016, p. 12) para que a pacificação das favelas aconteça.

Onde estão os mortos? É com esse questionamento, que dá nome à sua dissertação, que Lima (2015) questiona os efeitos do discurso do Jornal O Globo sobre a compreensão da primeira fase de implantação das UPPs no Complexo do Alemão. É a partir desta frase que a autora evidencia um dos pontos principais de sua pesquisa: o silenciamento do veículo de comunicação diante do aumento da violência ocasionado pela nova política de segurança pública.

Lima chega a esta conclusão após passar dois anos indo presencialmente à favela para acompanhar o processo nomeado de "pacificação" pelo jornal. A vivência cotidiana a levou a identificar que a percepção dos moradores e o discurso do jornal do globo diante das UPPS são opostas. Enquanto para os membros das comunidades, a inserção do Bope (Batalhão de Operações Policiais Especiais) no Complexo do Alemão descentralizou, mas não eliminou o tráfico e contribuiu para uma maior mortandade de jovens (LIMA, 2015, p. 252), em função dos constantes conflitos policiais, O Globo bate na tecla de uma instauração da paz a partir deste mesmo processo. A autora questiona o silêncio existente no discurso, que para criar uma história de paz, omite a realidade violenta, a letalidade do próprio estado (LIMA, 2015, p. 255).

O discurso de vitória da pacificação foi construído a partir da dualidade do "bem" e do "mal" agendada por uma "aura do medo" convocada pelo enquadramento de suspeição dado à favela como "território inimigo" e, conseqüentemente, a todos os sujeitos viventes nestes espaços. O Globo fez uso de medos válidos para potencializar a sensação de insegurança projetada pelo discurso bélico presente na sua cobertura jornalística, promovida pela estética narrativa que nomeou de "A Guerra do Rio", espraiando o medo e a figura de um "inimigo" para todos os espaços da cidade do Rio de Janeiro, incluindo dentro da própria favela. Afinal, se o inimigo não é mais só o Comando Vermelho ou qualquer outro grupo varejista de drogas em favelas onde se instalaram bases da UPP, o "inimigo" pode ser todos e qualquer um: até o seu vizinho. Quebra-se de forma concreta a sociabilidade da favela constituída por estratégias de sobrevivência pela "aura do medo" (LIMA, 2015, p. 256).

As estratégias discursivas adotadas pelo RJTV durante a cobertura das ações de ocupação das favelas do Rio de Janeiro são tema de A “pacificação” dos sentidos²¹, livro do professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), Kleber Mendonça (2018). A obra faz uma análise discursiva das notícias veiculadas pelo telejornal no período anterior à realização da Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016.

Ao analisar as reportagens sobre a fase de ocupação da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão, Mendonça mostra como o telejornal, que tem um discurso de autoridade, produz efeitos de sentido favoráveis às ações de pacificação, enfocando principalmente aspectos como a chegada da paz, a possibilidade de retomada dos serviços essenciais nas comunidades, o potencial turístico, a valorização imobiliária. Ao mesmo tempo, ao explorar as escolhas discursivas feitas pelo jornal, Mendonça observa a falta de espaço para a voz crítica de quem habita as favelas ocupadas. É com base em tais elementos de análise que Mendonça evidencia como a imprensa assume caráter ideológico favorável a essa política pública por meio de seu discurso.

2.7 Intersetorialidade frágil

Mendonça (2014) buscou investigar como a intersetorialidade da política pública de segurança de Pernambuco se materializa no discurso do governo do estadual e dos três principais veículos de imprensa do estado. A análise documental de reportagens publicadas

²¹ Uma resenha do livro foi publicada também na revista Galáxia (São Paulo, online), ISSN 1982-2553, n. 40, jan-abr., 2019, p. 177-179. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542019139630> pelo pesquisador Carlos Henrique Demarchi, professor no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba (SP) e doutorando em Comunicação na Unesp, campus de Bauru (SP).

entre os anos de 2007 e 2011 leva o autor à percepção de que, tanto no Estado quanto na imprensa, o discurso da intersectorialidade na política de segurança aparece de forma frágil e incipiente em decorrência de uma visão restrita, que entende a segurança pública deve estar voltada apenas para a garantia dos direitos à vida e ao patrimônio e acabam por resumir as ações à esfera policial.

No que diz respeito aos jornais, Mendonça observa que há uma tendência de reprodução do discurso difundido pelo governo estadual, que, por sua vez, assume uma postura dicotômica: apesar de admitir a relevância da intersectorialidade, acaba direcionando o enfoque de suas ações e posicionamentos em torno da perspectiva da repressão policial, deixando as ações de convergência com demais políticas públicas em segundo plano.

Mendonça observa ainda que, na imprensa, o discurso da intersectorialidade aparece justamente nas falas do estado. No entanto, temas intrínsecos à intersectorialidade, como a articulação entre políticas públicas, participação da sociedade, trabalho em rede e territorialidade, não são tratados nas matérias de jornais (MENDONÇA, 2014, p. 169).

A mídia impressa, ao reforçar uma visão restrita de segurança, dissemina essas ideologias, atende aos interesses da burguesia, que não precisará abrir mão de seus privilégios para que sobre recursos a serem aplicados em ações de saúde, educação, trabalho, entre outras, a partir de uma visão ampliada de segurança. Enquanto a população acreditar que violência e insegurança se enfrentam com repressão e coerção não vai se mobilizar pela garantia do exercício de direitos humanos e de cidadania (MENDONÇA, 2014, p.170).

Conforme aponta Dias (2016) jornalismo e segurança pública pertencem a campos sociais distintos, possuindo lógicas diferentes e estando situados, portanto, em formas discursivas distintas, o que os coloca em constante processo de negociação. Ao utilizar a análise do discurso para analisar a cobertura da Folha de São Paulo, o Globo e o Estado de São Paulo, entre junho e julho de 2015, em relação à proposta de redução da maioria penal de 18 para 16 anos, a autora busca justamente identificar tal intersecção.

Consideramos este estudo para compor o corpus de análise das pesquisas desenvolvidas no âmbito da cobertura jornalística sobre políticas de segurança pública por entendermos que as políticas são formas desenvolvidas pelo Estado para dar respostas à sociedade em relação aos problemas vigentes e às suas demandas (MENDONÇA, 2014). Neste caso, trata-se especificamente da discussão em torno do tipo de punição a ser dada aos jovens infratores.

Ao identificar núcleos de sentido mapeados por sequências discursivas, Dias (2016) destaca que os três jornais apresentam-se como importantes instituições de denúncia e de apontamento das falhas do Estado, ao apresentarem discussões importantes, como descumprimento das diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e as consequentes falhas do sistema socioeducativo, que acabam dificultando a reinserção dos jovens infratores na sociedade e gerando mais violência. Por outro lado, a pesquisadora ressalta a maior ênfase dada pelo jornalismo de referência à disputa política em torno do tema, que se configura como principal núcleo de sentido identificado na análise. Vale ressaltar que Dias não desconsidera a relevância do eixo político envolvido na discussão, mas destaca que um jornalismo voltado para o interesse social precisa ir além, denunciando os interesses escusos por trás do debate. Uma saída apontada pela autora e que vai ao encontro de apontamentos já feitos por outras pesquisas citadas neste trabalho, é a busca por pluralidade de vozes, que vai além da pluralidade de fontes.

[...] Garantir a pluralidade de opiniões e de vieses nos parece ser a saída para que o jornalismo contribua, de fato, para qualificar os debates sociais e propor políticas públicas mais eficientes do que as que aí estão para área. Apenas ouvindo outras vozes e voltando o olhar para outros espaços que não os essencialmente punitivos, o jornalismo será capaz de propor alternativas preventivas de segurança pública, que passam, necessariamente, pela expansão e garantia dos direitos de cidadania pelo Estado, como o à vida, à dignidade, à saúde, ao esporte, à cultura, ao lazer, à educação, à profissionalização, dentre tantos outros negligenciados em nome de políticas reativas e punitivistas que guardam pouco ou nada de efetividade (DIAS, 2016, p. 117).

Dias (2020), conforme já mostrado anteriormente neste capítulo, dá continuidade aos estudos em sua tese, na qual defende a necessidade de formação de um jornalismo de segurança pública como um campo jornalístico especializado e com foco nos direitos humanos, o que, para a autora, demanda investimentos na formação dos profissionais da área acerca dos direitos humanos e na diversidade das redações, a fim de que as instituições jornalísticas sejam capazes de dar conta da complexidade da sociedade.

Neste tópico, nos propomos a catalogar e fazer uma revisão bibliográfica acerca de trabalhos acadêmicos voltados para a intersecção entre o jornalismo e as políticas de segurança pública. As pesquisas encontradas possuem uma série de pontos de convergência e de complementaridade, a começar, por exemplo, pela identificação de um discurso ideologicamente favorável e pouco crítico em relação à ocupação policial em favelas.

Destacam também a ausência da pluralidade de vozes, especialmente de vozes das próprias comunidades abrangidas por tais políticas de segurança, na cobertura jornalística.

Outro ponto relevante é a análise de que, ao abrir mão da pluralidade, os veículos muitas vezes acabam tratando as políticas de segurança de forma superficial, deixando de abordar questões consideradas fundamentais para a implantação de políticas públicas de segurança, como é o caso da intersetorialidade apontada por Mendonça (2014). Os estudos concluem ainda que, ao reproduzir a versão do Estado, o jornalismo contribui para a manutenção de uma ideologia dominante, em que a repressão policial é encarada como o meio mais importante, senão o único, para o fim da violência, ao passo em que a garantia de direitos e de cidadania às populações periféricas não são exaltadas. Como vimos no capítulo inicial deste estudo, este deve ser um dos princípios de orientação da prática jornalística.

Destacamos a dificuldade para encontrar estudos que tratam dessa problemática no Brasil. Ainda que os estudos sobre mídia e violência sejam realizados, os trabalhos voltados para a análise da cobertura jornalística sobre políticas públicas de segurança são mais restritos. Seis das oito publicações mapeadas foram desenvolvidas na Região Sudeste, debruçando-se sobre a análise da cobertura jornalística acerca das UPPs no Rio de Janeiro, enquanto outras regiões não foram contempladas. Nota-se, assim, a necessidade de desenvolvimento de mais estudos na área.

3 ANÁLISE DO DISCURSO E AS POSSIBILIDADES DE INTERRELAÇÃO COM OS ESTUDOS EM JORNALISMO

Buscamos até aqui traçar, neste estudo, uma linha de raciocínio que nos permita enxergar o jornalismo como uma forma social de conhecimento constituída a partir da práxis

noticiosa e como um território simbólico onde se desenrolam, se enfrentam e se tencionam disputas de poder. Mas tais constatações nos levam a novos questionamentos: como são construídas as significações a partir das fragmentadas notícias às quais o público tem acesso diariamente? De que maneira os sentidos produzidos pelos conteúdos noticiosos são capazes de se transformar, de se reorganizar ao ponto de darem origem a uma unidade de conhecimento compartilhada socialmente?

Tendo em vista que o jornalismo é produzido e posto em circulação por meio das mais diferentes formas de linguagem, buscamos nos aproximar das respostas para tais questões, a partir da investigação do discurso, aqui compreendido como a palavra em movimento, como a prática social da linguagem entre os sujeitos no mundo em que vivemos. Enquanto lugar de produção de sentidos, o discurso nos ajuda a compreender as formas como os homens interpretam a realidade em que vivem.

Para chegarmos a tal compreensão, partimos da importância do conceito de representação para o estabelecimento de uma conexão entre linguagem e cultura. Segundo Hall (2016), a representação diz respeito à produção de significado daquilo que está na mente humana e que se manifesta por meio da linguagem.

O compartilhamento de mapas conceituais, que nos auxiliam a compreender o mundo de uma determinada forma e não de outra, é o que torna os indivíduos capazes de pertencer a uma determinada cultura. Mas, conforme explica Hall, tal compartilhamento de mapas conceituais não é suficiente. É preciso também que os conceitos sejam traduzidos e entrem em circulação por meio da linguagem.

Os sentidos não estão nas coisas em si ou nas palavras, eles são construídos por meio de um sistema de representação criado e fixado por nós, ao estabelecermos a conexão entre o nosso sistema conceitual e a linguagem. Dá-se, então, origem aos signos: palavras, sons e imagens carregadas de sentidos.

Na medida em que o sentido é o resultado de convenções sociais, culturais e também linguísticas, pode-se concluir que ele não é algo rigidamente fixado, mas que está sujeito a transformações, assim como a cultura e a sociedade, dependendo da forma como são conduzidos pelos atores sociais.

Delineando-se uma análise a partir da perspectiva construtivista, o significado se constrói na linguagem e por meio dela. Portanto, como explica Hall, a construção dos sentidos não ocorre no mundo material, mas sim no plano simbólico, que é onde a linguagem opera. Surge, nesse contexto, a abordagem discursiva de Foucault, que se debruça sobre a produção do conhecimento por meio do discurso.

Para Michael Foucault (2007), discurso e poder são indissociáveis, uma vez que o discurso é essencialmente uma prática inscrita no tempo histórico, na qual são forjadas lutas.

Foucault busca analisar os procedimentos que visam ao controle do discurso produzido, por quem é produzido, e de como se distribuem os discursos. O filósofo francês identifica a existência de mecanismos reguladores, que servem para organizar, para moldar e controlar os discursos nas sociedades em determinadas épocas. Desse modo, mais do que aquilo sobre o que se é permitido falar, chama atenção também os instrumentos de exclusão que determinam o que não deve ser dito. Eis aí, então, a relação imediata entre o discurso e o poder que ele gera e coloca em circulação a partir do momento em que a palavra se manifesta.

Um princípio de exclusão seria, por exemplo, a oposição entre razão e loucura, a partir da qual tudo aquilo que é considerado como loucura perde a credibilidade e, portanto, sua força de circulação social. Do mesmo modo, a concepção de objetos do discurso considerados tabus (temas como sexualidade, política) também impede que, em determinados contextos, aquilo que se quer dizer seja de fato dito. Há ainda, como exemplo, a oposição entre o verdadeiro e o falso, que, segundo o filósofo, se organiza em torno de contingências históricas, ou seja, a depender de um determinado contexto histórico, pode haver uma inversão entre o que é considerado verdadeiro ou falso. É dentro desse mesmo contexto que são definidos aqueles que têm ou não autoridade, legitimidade para falar sobre algo. Nossa intenção, nesta pesquisa, é compreender como o jornalismo utiliza-se dessa autoridade que lhe é conferida socialmente para construir seu discurso sobre um tema de relevância social, que é a segurança pública.

Segundo Fischer (2013, p. 141), que analisa a obra de Foucault, “exercer uma prática

discursiva significa falar segundo determinadas regras e expor as relações que se dão dentro de um discurso”, uma vez que, para o filósofo, o exercício da função enunciativa, e portanto do poder, é determinado pelas condições sociais, econômicas, geográficas e linguísticas instituídas historicamente. É nessa perspectiva que o discurso, como já mencionado anteriormente, exerce uma função normativa e reguladora, contribuindo para a criação das verdades de uma época (FOUCAULT, 2007).

Enfim, creio que essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição tende a exercer influência institucional sobre os outros discursos - estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção (FOUCAULT, 2007, p. 18).

A partir desta definição, pode-se compreender que o jornalismo moderno, que surge no século XIX no contexto da revolução industrial, exerce uma prática discursiva específica, uma vez que possui seu próprio modo de produção, regras e critérios de noticiabilidade, que foram desenvolvidos ao longo de seu processo de formação enquanto instituição social – cabe aqui retomar a conceituação de Berger e Luckman (1994) para os quais as instituições, que têm entre seus aspectos o controle e a historicidade, fazem parte do processo de estabelecimento da ordem social, que é um fenômeno essencialmente cultural, mas que surge de uma necessidade biológica humana de organização das experiências no mundo. Alicerçados sob a perspectiva de Foucault, enxergamos, então, as notícias como enunciados que, juntos, compõem o discurso jornalístico.

Assim como Foucault defende a inscrição histórica da prática discursiva, Bourdieu, conforme aponta Silva (2013, p.175-176), analisa que as posições social e historicamente determinadas ocupadas pelos interlocutores na estrutura das relações simbólicas influenciam nas condições de produção do discurso. É no campo que, para Bourdieu, ocorrem as lutas simbólicas pelo poder simbólico. Portanto, campo, conforme já havíamos apontado no capítulo anterior, é onde ocorrem lutas internas para a imposição de uma visão dominante do mundo social. Nesse sentido, o processo de produção de bens simbólicos depende não só do *habitus* – compreendido por Bourdieu como percepções que os indivíduos incorporam ao longo tempo em sua trajetória – mas também das posições que os produtores ocupam dentro de um campo do espaço social (SILVA, 2013).

Ainda que com autonomia reduzida na comparação com outros campos – e isso deve-se

em parte à influência da economia sobre a produção jornalística – Bourdieu (1995) sinaliza a existência do campo jornalístico, cuja compreensão deve levar em conta os efeitos que os agentes envolvidos nele exercem uns sobre os outros.

Enxergar o jornalismo como um campo ontologicamente discursivo – uma vez que as disputas simbólicas no campo jornalístico ocorrem a partir da linguagem que é colocada em circulação – nos leva a pensar nas forças que atuam externa e internamente dentro dele e que dão origem ao produto final, que são as notícias. Como fatores internos, poderíamos pensar na própria estrutura de trabalho das redações, das relações de força hierárquicas que atuam dentro da cadeia produtiva das notícias. Já externamente, consideraríamos os fatores históricos e culturais, incluindo a influência de outros campos, como o político e o religioso, que frequentemente se entrelaçam ao campo jornalístico.

Outra possibilidade de interpretação é a definição de jornalismo como um gênero discursivo, conforme propõe Benetti (2008). A tese da autora é ancorada, entre outras teorias, no contrato de comunicação de Charaudeau (2006), uma vez que para que o discurso aconteça, é necessário que os interlocutores reconheçam e aceitem as permissões e restrições que delineiam o jornalismo como um gênero. Ou seja, o discurso jornalístico só se efetiva mediante uma espécie de acordo prévio entre a instituição jornalística e o seu público.

É a esse acordo prévio que Charaudeau chama de contrato de comunicação, que é modulado tanto por elementos externos (o que é dito, para que é dito, quem diz e para quem diz e em quais condições diz) quanto por elementos internos: a legitimidade do falante para ocupar o lugar de locução; a construção de uma relação a partir do estabelecimento da identidade de quem fala e de seu destinatário e, ainda, um espaço de tematização, que implica na organização do discurso em determinadas formas – Benetti (2008) exemplifica citando os modos como o discurso se constitui, entre eles o descritivo, o narrativo e o argumentativo.

Mas, para Benetti, o que sustenta esse contrato no caso do jornalismo são os princípios de verdade e de credibilidade. “Assim, a verdade e a credibilidade tanto estruturam o gênero jornalístico quanto são instituídas por ele, em uma relação orgânica” (BENETTI, 2008, p.

25).

Os procedimentos que asseguram os efeitos de verdade no jornalismo estão baseados em estratégias que, segundo Benetti, buscam a confiabilidade, conforme também já apontamos no capítulo anterior. Essa afirmação nos lembra do conceito de estratégia discursiva desenvolvido por Pierre Bourdieu dentro de sua Teoria Social. Segundo Silva (2013), Bourdieu entende a estratégia discursiva como ferramenta necessária à ampliação do poder simbólico.

“Para que um enunciado ou discurso amplie o nível de sua aceitabilidade entre seus possíveis receptores ou consumidores, necessário se faz que o produtor ou o enunciador utilize sua competência discursiva na elaboração de estratégias discursivas” (SILVA, 2013, p. 176-177). Partindo deste princípio, podemos reafirmar que, no jornalismo, a ideia da objetividade, que se institui como um pilar do jornalismo industrial, é usada pela instituição jornalística como uma estratégia retórica de afirmação, de legitimação de seu lugar de fala.

A partir de tais análises, o que fica bem demarcado é que o discurso é, inevitavelmente, carregado de sentidos e de intenções conectadas ao momento histórico e cultural em que se insere. Logo, depreende-se que quando esse discurso é produzido dentro da instituição jornalística, que ocupa socialmente o lugar de produção de informações, o peso simbólico dele, a partir do momento em que é colocado em circulação, ganha uma dimensão ainda maior.

E é seguindo este entendimento que chegamos à proposição de uma definição do jornalismo como um território simbólico. Entendendo os territórios em sua concepção simbólico-cultural (HAESBAERT, 2003) como “âmbitos de disputa e de poder, de controle e ocupação, de expressão e representação” (REIS e ZANETTI, p.19), acreditamos que os significados são construídos, atualizados, reformulados dentro das fronteiras do discurso jornalístico, dando origem a processos de territorialização e desterritorialização simbólicos.

3.1 Acontecimento jornalístico e discurso

Ao definir o acontecimento jornalístico como o ponto de referência a partir do qual se fala, Rodrigues (1999) aponta que o discurso midiático surge como uma forma de organizar a experiência dos homens no mundo por meio da racionalização dos acontecimentos que fogem da linearidade da história. Mas, para além dos acontecimentos, aponta também para a existência dos meta-acontecimentos, que são aqueles que, segundo o autor, só existem em função da existência de um discurso jornalístico. Um protesto que só acontece ou que toma proporções maiores com a chegada da imprensa seria um exemplo. Isso significa que o meta-acontecimento acontece no plano simbólico, onde está o discurso.

Motta (2002) faz uma análise semelhante à de Rodrigues, em relação ao surgimento e ao propósito das notícias em seus mais variados gêneros. Para o professor, a notícia é sempre um conteúdo que se contrasta com aquilo que soa familiar a nós e com a ordem de significações já estabelecidas no cotidiano.

Para Motta, os acontecimentos são eventos que ocorrem no mundo físico e que ganham significados no mundo social a partir da percepção seletiva dos jornalistas – de acordo com seus critérios pessoais, profissionais e institucionais – de que há, ali, uma ruptura com a ordem do espectro da realidade no qual vivemos.

Sendo assim, um objeto simbólico, a notícia, segundo Motta, tem a função de ajudar os homens, que sempre precisaram da mediação para compreender a realidade, a enfrentarem os processos de “caotização do mundo” (MOTTA, 2002, p. 9), especialmente no mundo moderno, em que há uma grande quantidade de informações, e, portanto, de significações, a serem assimiladas, controladas, organizadas.

Se por um lado, as notícias falam daquilo que é incompreendido, que não dominamos, gerando uma sensação de insegurança, por outro, elas trazem também novas possibilidades de reelaboração dos conflitos e da formação de novos significados, transformando-se, por isso mesmo, em lugares de convergência por meio do discurso jornalístico. O que não era familiar pode tornar-se familiar e, assim, a ordem necessária para a organização da experiência do homem no mundo é restabelecida. Este é, segundo

Motta, o percurso do trabalho simbólico da notícia, que dá ao discurso jornalístico o poder de dizer, de fazer ver.

Neste processo, o jornalismo convoca, estabelece competências, cria e legitima atores, dimensiona e constrói os acontecimentos, mas vai também gerar cognitivamente novos consensos, reintroduzindo a ordem onde havia desordem, tornando familiar o que antes era não-familiar, construindo novas atualidades e realidades. Quanto maior a ambiguidade, maior será a necessidade de informações adicionais para que o impacto e a ansiedade inicial esmoreçam e os acontecimentos possam ser assimilados. Assim, os meios vão se legitimando como lugar referencial de construção cognitiva da realidade (MOTTA, 2002, p. 7).

Sob a ótica do território, tais processos podem ser encarados como processos de desterritorialização e reterritorialização. Mas acreditar na existência do jornalismo como um território discursivo, bem como seu potencial de construção de sentidos, de representações do real, não implica em desconsiderar que a construção das significações depende do modo como o discurso será recebido, apropriado, rejeitado ou ressignificado pelos destinatários. No entanto, o esforço deste estudo centra-se em compreender como se dá a produção dos conteúdos noticiosos que são colocados em circulação, de onde eles partem e quais são seus possíveis impactos. E é por isso que propomos, neste estudo, uma análise dos fenômenos jornalísticos a partir da análise do discurso e mais especificamente da Análise Crítica do Discurso (ACD).

3.2 Análise do Discurso

Ao longo de décadas, muitas teorias vem tentando dar conta de explicar como as notícias são e qual o papel do jornalismo dentro das sociedades democráticas. A análise do discurso é uma das formas que vem sendo utilizada – que ganha força desde os anos 80 – para tentar explicar esse lugar do jornalismo nas sociedades contemporâneas. Este estudo não tem a pretensão de dar conta da imensidão desse campo de pesquisa que segue em expansão contínua, mas sim de propor uma forma de interrelação com este campo para uma compreensão mais profunda dos conteúdos noticiosos.

Segundo Maingueneau (2014), a análise do discurso trata-se de um campo de pesquisa fundamentalmente transdisciplinar por atravessar o conjunto das ciências humanas e sociais e, justamente em função disso, o objeto empírico de estudo dos analistas do discurso é heterogêneo, não podendo ser unificado dentro de um modelo dominante.

A heterogeneidade está presente desde o princípio, uma vez que a análise do discurso em suas mais variadas correntes se constitui no espaço em que se relacionam a linguística, as ciências sociais e a filosofia. Orlandi (2020) aponta três domínios disciplinares como seus princípios basilares: a própria linguística, além do marxismo e da psicanálise.

Dessa forma, interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Marxismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida (ORLANDI, 2020, p. 18).

A década de 1960 foi, contudo, um ponto de partida para a concepção das correntes da análise do discurso, que atualmente são desenvolvidas a partir do surgimento de problemáticas oriundas de pensadores dos Estados Unidos, da França e da Inglaterra. Na França, país precursor da análise do discurso enquanto um empreendimento teórico e metodológico específico, obras como a aqui já citada *Arqueologia do Saber* (1969), de Foucault, e a *Análise Automática do Discurso* (1969) do filósofo marxista Michel Pêcheux, além da contribuição do linguista J. Dubois, influenciaram, ainda que a partir de diferentes compreensões, a análise do discurso francesa. Uma diferença marcante entre eles, por exemplo, é o fato de Pêcheux e Dubois se apoiarem na linguística, enquanto que, para Foucault, o discurso não era um conceito linguístico. Seu objetivo era observar as regras e práticas que produziam os enunciados dotados de sentido e que regulavam os discursos conforme o tempo histórico.

Considerando a heterogeneidade, que está presente na raiz dos estudos do discurso, Maingueneau define um conjunto de ideias-força (MAINGUENEUAU, 2014, p. 25), que são ativadas quando se fala sobre o discurso. São elas: a concepção de que o discurso é uma organização que vai além da frase; é uma forma de ação; é interativo, isto é, qualquer enunciação tem como premissa a existência de outra instância de enunciação, em relação a qual um discurso é construído; é contextualizado, ou seja, ele ganha sentido a partir de um determinado contexto; é regido por normas provenientes tanto do gênero discursivo ao qual faz parte quanto às normas particulares de cada ato de linguagem; é assumido e está sempre relacionado a um sujeito, como fonte de referências pessoais, de espaço e de tempo; só existe no interior do interdiscurso, o que significa que um enunciado está sempre relacionado, de forma consciente ou não, a outros enunciados – um postulado desenvolvido por muitos pesquisadores que se inspiram no princípio de

dialogismo de Bakhtin, segundo o qual o texto está sempre aberto a enunciados exteriores e anteriores; e, por fim, o discurso constrói socialmente o sentido. Isso significa que o sentido é criado e recriado de forma contínua pelos indivíduos a depender das configurações sociais nas quais estes estão inseridos.

Dentre todas essas ideias basilares para a constituição da análise do discurso como um dispositivo teórico e metodológico, Orlandi (2020) destaca a existência do interdiscurso como uma condição fundamental por se tratar, essencialmente, da memória discursiva, que torna possível a significação das palavras a partir da história e da língua. O interdiscurso se torna importante para a compreensão do discurso e sua relação com os sujeitos e com a ideologia, já que, somente a partir do já dito é que somos capazes de tomar a palavra.

Falar sobre interdiscurso nos remete ao conceito de dialogismo de Bakhtin (2006), que defende a existência de duas espécies de dialogismo constituintes do discurso: uma que se dá entre os sujeitos e outra que se dá entre os textos. Isso significa que o discurso, que se manifesta no texto, acontece efetivamente nesse espaço de relação, de diálogo entre os sujeitos. Sendo assim, todo o discurso é dialógico.

Já falar sobre memória remete a um processo de esquecimento, uma vez que aquilo que é dito tem como determinantes formulações que já foram feitas, mas que foram, de certa forma, esquecidas. Este, para Orlandi (2020) é o efeito do interdiscurso: para que as palavras ditas por alguém façam sentido, é preciso que o que foi dito por outro sujeito se apague da memória, dando lugar ao anonimato. O esquecimento ocorre de duas formas: no primeiro, o sujeito apaga a compreensão de que seu discurso é fruto de discursos anteriores. No segundo, o sujeito se esquece que tudo que diz é resultado da escolha de determinadas estratégias em detrimento de outras. Estes esquecimentos, são chamados de ilusão discursiva do sujeito.

Por isso, a análise do discurso se propõe a construir escutas que permitam levar em conta esses efeitos e explicitar a relação com esse saber que não se aprende, não se ensina, mas que produz seus efeitos. Essa nova prática de leitura, que é a discursiva, consiste em considerar o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, procurando estudar o não-dito naquilo que é dito, como uma presença de uma ausência necessária (ORLANDI,

2020, p. 32).

Mas, como a incompletude é a condição da palavra e, conseqüentemente, do discurso, que nunca começa ou termina em si mesmo, é na interação entre a memória discursiva e novas formulações, novos usos das palavras, que se abre espaço para o movimento, para a possibilidade de mudança do discurso. Orlandi (2020) afirma que estes novos percursos a serem traçados são produto do jogo entre a paráfrase – aquilo que se mantém ao longo do tempo em todo dizer – e da polissemia – o descolamento, a ruptura de significação.

Podemos, agora, compreendendo a relação da paráfrase com a polissemia, dizer que, entre o mesmo e o diferente, o analista se propõe a compreender como o político e o linguístico se inter-relacionam na relação na constituição dos sujeitos e na produção dos sentidos, ideologicamente assinalados. Como o sujeito (e os sentidos), pela repetição, estão sempre tangenciando o novo, o possível, o diferente. Entre o efêmero e o que se eterniza. Num espaço fortemente regido pela simbolização das relações de poder (ORLANDI, 2020, p. 36).

Compreende-se então que a análise do discurso, de modo geral, trabalha a relação língua-discurso-ideologia, buscando identificar não os funcionamentos textuais, tampouco a situação de comunicação, mas sim a relação entre a estrutura dos textos e os lugares (o jornalismo é um deles) que tanto os tornam possíveis quanto são tornados possíveis por eles.

[..] Há em comum entre todas as correntes que analisam o discurso (obviamente executando-se as perspectivas estruturalistas) o ideário de análise não focalizada no funcionamento linguístico, e sim na relação que sujeito e esse funcionamento estabelecem reciprocamente. Ou seja, o objeto de estudo de qualquer análise do discurso não se trata tão somente da língua, mas o que há por meio dela: relações de poder, institucionalização de identidades sociais, processos de inconsciência ideológica, enfim, diversas manifestações humanas (MELO, 2009, p.3).

Propomos essa discussão, antes de falarmos propriamente da Análise Crítica do Discurso (ACD) para refletirmos sobre a natureza da análise do discurso, que nos parece essencialmente crítica, conforme analisa Maingueneau (2014), para quem o estudo do discurso possui força crítica simplesmente pelo fato de contestar convicções enraizadas na ideologia e por evidenciar a existência de uma realidade que antecede todo discurso e que o sentido vai além do enunciado. Segundo Melo (2009), ainda que não haja consenso entre os linguistas sobre o significado do discurso, um ponto em comum entre as correntes de análise do discurso (com exceção das estruturalistas) é o ideário de que a análise deve estar focada na relação estabelecida mutuamente entre o sujeito e o

funcionamento linguístico. Em suma, trata-se de buscar enxergar as relações de poder que se dão por meio da língua.

Um diferencial da Análise Crítica do Discurso desenvolvida na contemporaneidade é, para Maingueneau, sua preocupação com a análise das disfunções sociais, frequentemente expressas em termos de poder ou de desigualdade social. Por isso, há uma preferência pela escolha de temas sensíveis, a exemplo do machismo e do neocapitalismo. A diferença, portanto, entre a análise do discurso e a análise crítica do discurso, na visão do autor, seria uma questão de realce e não de natureza (MAINGUENEAU, 2014, p. 61).

No entanto, estudiosos do campo dos estudos críticos do discurso apontam para a existência de elementos teóricos e metodológicos que diferenciam de forma contundente a análise crítica do discurso, vertente esta que começa a tomar corpo na Inglaterra na década de 1980 e ganha força na década seguinte.

Justamente em função de sua centralidade nos problemas sociais e, mais especificamente, no papel do discurso quanto à produção e à reprodução do abuso de poder e da dominação, Van Dijk (2017) pontua que a posição sociopolítica claramente definida dos analistas críticos do discurso, que refutam a ideia de uma neutralidade científica, é uma das principais características norteadoras da ACD. A ACD assume uma posição como um instrumento político contra injustiças sociais, mas a relevância de suas contribuições é garantida pelo rigor metodológico, que deve ser aplicado inclusive para que a investigação crítica seja aceita. Melo (2009) afirma que chega-se a dar o status de interventor social ao analista crítico do discurso por meio de seu trabalho de análise, que tem, por objetivo final, a transformação das práticas sociais.

Na concepção de Fairclough (2001), um dos principais teóricos da ACD e cuja proposta de modelo teórico-metodológico tridimensional para a análise do discurso será explorada nesta pesquisa, o discurso é um dos elementos constitutivos da prática social, que é uma articulação de elementos dentro de uma determinada configuração relativamente estável (incluindo também atividades, sujeitos, instrumentos, objetos, tempo e lugar, formas de consciência e valores). Portanto, o discurso é ele mesmo uma prática social não só

reprodutora, mas também transformadora da realidade social.

A partir de uma perspectiva psicossocial, o sujeito da linguagem tanto pode ser moldado ideologicamente e linguisticamente, quanto é capaz de contestar as práticas discursivas, transformando-as, ressignificando-as e reestruturando a dominação e as formações ideológicas que circulam por meio do discurso. Eis aqui a centralidade da visão dialética que orienta a teoria de Fairclough: o discurso molda a sociedade ao mesmo tempo em que também é moldado por ela (MELO, 2009).

Logo, já que o discurso constitui e é constituído pelas práticas sociais que, por sua vez, podem estar incutidas em processos de manutenção ou de abuso de poder, a função da ACD é evidenciar o papel da linguagem dentro desse processo, desnaturalizando-a e revelando o papel desempenhado pelo discurso, a fim de que as pessoas tomem consciência disso, partindo do princípio de que a tomada de consciência seria condição fundamental para a emancipação dos sujeitos.

Fairclough e Wodak (1997) sintetizam os seguintes postulados principais da ACD: dedica-se aos problemas sociais; compreende que as relações de poder são discursivas; entende o discurso como constitutivo da sociedade e da cultura; o discurso tem um funcionamento ideológico; a relação entre texto e sociedade é mediada; a análise crítica deve ser interpretativa e explicativa; o discurso é uma forma de ação social.

3.3 Ideologia

Voltamos então à centralidade do conceito de ideologia – entendido como representações sociais básicas de grupos sociais que servem como base de conhecimento e orientam as atitudes desses grupos – tendo vista a proposta da ACD de compreender como as ideologias são produzidas ou reproduzidas dentro do texto. Em suma, a linguagem é a manifestação da ideologia.

Contudo, Fairclough aponta para a possibilidade de mudanças a partir de lutas ideológicas, que podem ser travadas no âmbito discursivo, o que faz com que o discurso, e a própria prática social, estejam em movimento, podendo ser mudados e

ressignificados.

As ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o status de “senso comum”, mas essa propriedade estável e estabelecida das ideologias não deve ser muito enfatizada, porque minha referência a “transformação” aponta a luta ideológica como dimensão da prática discursiva, uma luta para remoldar as práticas discursivas e as ideologias nelas construídas no contexto da reestruturação ou da transformação das relações de dominação. Quando são encontradas práticas discursivas contrastantes em um domínio particular ou instituição, há probabilidade de que parte desse contraste seja ideológica (FAIRCLOUGH, 2008, p. 117).

É nesse ambiente de disputas ideológicas, de lutas e de resistências, que Fairclough reforça o conceito de hegemonia, compreendido por ele, ao retomar o pensamento de Gramsci, como “um foco constante de luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação que assume formas econômicas, políticas e ideológicas” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 122). Conclui-se, assim, que esse conceito de hegemonia enquanto luta, abre a possibilidade de articulação e rearticulação das ordens do discurso (MELO, 2009).

Esta capacidade de transformação social a partir do discurso, que é enfatizada pelos analistas críticos do discurso, é apontada por Melo (2009) como mais um diferencial importante na distinção entre a AD e a ACD. Por outro lado, o conceito de interdiscursividade – também chamado por Fairclough de intertextualidade constitutiva (FAIRCLOUGH, 2001) –, já mencionado anteriormente, seria um dos muitos pontos de aproximação entre ambas as escolas.

No entendimento de Van Dijk (2017), a proposta da ACD é estabelecer um elo entre abordagens do nível micro (o uso da linguagem, do discurso, da interação verbal) e o nível macro da ordem social (como relações de poder, desigualdade e dominância).

As análises críticas de discurso lidam com a relação entre o discurso e o poder, mais especificamente o poder social dos grupos e das instituições. Van Dijk (2017) define o poder social em termos de controle: os grupos têm mais poder à medida que ganham

capacidade de controlar as mentes de outros grupos. Isso requer acesso privilegiado a recursos sociais escassos, entre os quais o autor insere os meios de comunicação.

Portanto, o acesso a formas específicas de discurso, como é o caso da mídia, pode ser considerado um recurso de poder. Van Dijk salienta que a maior parte de nosso conhecimento social e político, além de nossas crenças, tem como base os relatos noticiosos com os quais nos deparamos cotidianamente através da imprensa. Como é capaz de controlar, até certo ponto, a mente das pessoas, logo, a mídia tem potencial para influenciar também as suas ações.

É preciso, contudo, pontuar que o acesso às mentes do público não implica necessariamente em controle. Seguindo a mesma linha de raciocínio de Fairclough, Van Dijk reconhece que rejeição, descrença, crítica e outras formas de resistência podem estar envolvidas nesse processo, atuando como uma espécie de contra-poder. No entanto, ainda assim, ressalta que faz parte dos objetivos da notícia, e dos sujeitos que a produzem, que os leitores criem um modelo (representação mental) do acontecimento que é noticiado e são justamente esses modelos preferenciais que estão no centro de processos de controle exercido pelos meios de comunicação. Daí vem a possibilidade de utilização da ACD para compreender de que formas as estratégias ideológicas se manifestam no texto noticioso por meio de escolhas em nível léxico, de sintaxe e semântico.

3.4 A seleção do corpus de análise

Para Maingueneau (2014), assim como para Van Dijk (2017), o caráter crítico de uma investigação de análise do discurso é definido, primeiramente, pela escolha do objeto a ser analisado. Este último, inclusive, descreve a análise crítica do discurso como uma análise sociopolítica que estuda diferentes formas de poder nas relações, sejam elas entre os gêneros, as classes, as raças. (VAN DIJK, 2017).

Tendo em vista que o objeto sobre o qual se debruça essa dissertação é a cobertura jornalística dos programas de segurança pública, que estão ligados diretamente ao tema violência, acreditamos que a análise crítica do discurso seja a mais adequada a ser empregada nesta análise, uma vez que este tipo de análise volta-se para a complexidade de temas que afetam a vida em sociedade. A escolha da adoção do modelo teórico e

conceitual Fairclough (2001) fundamenta-se no fato de acreditarmos que uma análise voltada para a prática social seja mais condizente com o mundo em que vivemos, atravessado por constantes mudanças econômicas, culturais e tecnológicas, das quais a própria produção jornalística busca dar conta.

Analistas do discurso, segundo Maingueneau (2014), não se dedicam ao estudo de obras, mas sim ao estudo de um corpus, que, por sua vez, pode ser constituído por um conjunto de textos, de trechos de textos ou de um único texto (MAINGUENEAU, 2014, p. 40). Sendo assim, nossa primeira preocupação metodológica foi justamente em determinar a estruturação de um corpus de análise.

O que define o dispositivo analítico é a questão posta pelo analista e a finalidade da análise. Segundo Fairclough (2001), é preciso ainda ter-se, primeiramente, um modelo mental que sirva como um guia para a concepção do corpus. Isso depende fundamentalmente de que o analista tenha domínio prévio sobre seu tema de pesquisa. Por isso, entendemos que a bússola orientadora para a definição do corpus deve ser a pergunta de pesquisa deste estudo: qual o sentido ou o sentido produzido pelo jornal *A Gazeta* ao longo da última década, em relação aos programas *Estado Presente* e *Ocupação Social*, a partir dos conteúdos noticiosos que foram publicados?

Retomando as reflexões de Franciscato (2014), de que para além da condição de efemeridade das notícias, há uma dimensão mais profunda de sentido no jornalismo que é criada ao longo do tempo, consideramos que um recorte mais amplo do período de estudo nos dá a possibilidade de nos aproximarmos mais da construção dos sentidos em torno das políticas públicas de segurança. Uma boa seleção da amostra para a realização de uma análise detalhada depende de um levantamento preliminar do corpus por parte do analista. Outra escolha interessante para a pesquisa, aponta Fairclough, é que o corpus inclua o que o autor chama de pontos críticos e de momentos de crise.

Há momentos do discurso onde há evidência de que as coisas estão caminhando de maneira errada: algum distúrbio a exigir que os participantes reparem um problema de comunicação, por exemplo, mediante solicitações ou ofertas de repetições, ou mediante a correção de um(a) participante por outro(a); disfluências excepcionais (hesitações, repetições) na produção de um texto; silêncios; mudanças súbitas de

estilo. Além das evidências e do comportamento interativo dos participantes, deve-se novamente usar painéis de julgamento ou julgamentos retrospectivos dos participantes sobre os pontos que representam dificuldades. Tais momentos de crise tornam visíveis aspectos de práticas que devem ser normalmente naturalizados e, portanto, dificultar a percepção; mas também mostram mudança no processo, formas reais pelas quais as pessoas lidam com a problematização das práticas (FAIRCLOUGH, 2001, p. 281).

Definiu-se então como corpus de análise as notícias veiculadas pelo jornal A Gazeta acerca dos programas *Estado Presente* e *Ocupação Social* entre janeiro de 2011 – ano de início da implantação do *Estado Presente* como política pública de segurança por parte do governo de Renato Casagrande – e dezembro de 2018, quando ocorre o encerramento da gestão do ex-governador Paulo Hartung e, conseqüentemente, o encerramento da implementação do *Ocupação Social* como política de segurança.

A coleta do material analisado foi feita por meio dos softwares denominados Shell e Tark, que são utilizados internamente na Rede Gazeta para a catalogação dos conteúdos informativos. Estes softwares preservam a memória de toda a produção jornalística impressa da instituição ao longo de quase um século. Por meio deles, é possível selecionar os arquivos de textos, que são vinculados às páginas que foram publicadas, em um determinado período de tempo. Para encontrarmos as notícias referentes especificamente aos programas de segurança, foram usados os termos-chave: “Estado Presente” e “*Ocupação Social*” – ambos os termos precisam ser colocados entre aspas para que a pesquisa seja mais assertiva.

Paralelo à coleta dos textos foi criada também uma planilha contendo informações acerca de cada conteúdo noticioso, incluindo sua data de publicação, o título, a editoria e o nome do autor do texto – quando ele existir. A definição de quais informações deveriam ser extraídas para compor a planilha está ancorada em discussões teóricas e metodológicas sobre a análise do discurso. Entre elas, a necessidade de observação da distribuição dos textos dentro das editorias do jornal, um ponto de análise que, de acordo com a teoria de análise tridimensional do discurso proposta por Fairclough e sobre qual falaremos detalhadamente a seguir, deve estar inserido no âmbito da análise da prática discursiva.

Como todos os textos extraídos são conteúdos noticiosos, decidimos avançar nessa

definição dos gêneros discursivos de acordo com a discussão de Marques de Melo (2010) sobre a existência de diferentes gêneros jornalísticos, tendo em vista que as notícias são heterogêneas, possuem características próprias a depender do espaço que lhes é atribuído dentro do jornal e isso pode impactar no uso de diferentes estratégias discursivas. Segundo Marques de Melo, estão presentes no jornalismo brasileiro os gêneros informativo, opinativo, interpretativo, diversional e utilitário. Nos ateremos a explicar melhor a concepção dos gêneros informativo e opinativo, dentro dos quais foram extraídos os textos que formam o corpus de análise deste estudo.

Na esfera do gênero informativo, estão inseridos quatro tipos de formatos: a nota (acontecimento que está em fase de acontecimento ou algo que poderá se desdobrar em notícia); a notícia (o relato integral de um fato); a reportagem (relato mais amplo e profundo do acontecimento); e a entrevista (relato que leva em conta a versão de um ou mais envolvidos no fato e no qual o autor, ou seja, o jornalista, assume uma função de mediador).

Já o gênero opinativo é dividido em oito formatos, segundo Marques de Melo (2010): editorial (opinião oficial do jornal); o comentário (que explica os conteúdos noticiosos), artigo (texto em que jornalistas e cidadãos, geralmente especializados em alguma área do conhecimento, apresentam suas ideias); a resenha (que tem a finalidade de orientar os apreciadores de trabalhos artísticos e culturais); a coluna (espaço do jornal em que o autor pode narrar um fato emitindo juízos de valor); a crônica (relato poético de um acontecimento); e a carta (espaço no qual os leitores expõem seus pontos de vista). A catalogação feita durante a coleta das notícias procurou identificar as editoriais em que elas foram veiculadas por entender que parte do sentido que colocam em circulação advém desta posição a elas atribuídas. Como, por exemplo, se é um editorial, em que a opinião da instituição jornalística é claramente expressa; se é um texto de coluna, onde o colunista, enquanto sujeito expressa sua opinião de maneira mais direta – ainda que seu discurso esteja alicerçado nos princípios da instituição a partir da qual ele escreve – ou se é uma notícia, em que o jornalista recorre a uma linguagem objetiva para reforçar seu distanciamento em relação aos fatos.

3.5 Proposta metodológica: o modelo tridimensional de análise crítica do discurso

Norman Fairclough (2008) entende que os discursos são, simultaneamente, um texto, uma prática discursiva e uma prática social. Baseado nessas três esferas, ele lança uma proposta de análise crítica tridimensional do discurso. Na explicação de Melo (2009), essas três esferas, que caminham juntas, podem ser entendidas como a dimensão da análise linguística, da análise do processo interacional e da análise de circunstâncias organizacionais e institucionais da sociedade (MELO, 2009, p. 13).

Essas três dimensões da análise vão inevitavelmente estar superpostas na prática; por exemplo, os analistas sempre começam com alguma ideia da prática social em que se situa o discurso. Mas a sequência é útil para ordenar o resultado do engajamento de alguém em uma amostra discursiva particular antes de apresentá-la na forma escrita ou falada. Note-se que envolve uma progressão da interpretação a descrição e volta à interpretação: da interpretação da prática discursiva (processos de produção e consumo de texto) a descrição do texto. A interpretação de ambos à luz da prática social em que se situa o discurso (FAIRCLOUGH, 2001, p.282).

Um aspecto fundamental da análise, de acordo com essa proposta, é a tentativa de estabelecer conexões entre a natureza dos processos discursivos em instâncias particulares e a natureza das práticas sociais das quais fazem parte (FAIRCLOUGH, 2011, p. 109).

3.5.1 A análise textual

Trata-se da descrição das propriedades formais do texto e dos seus significados. Nesta dimensão, segundo Fairclough, deve-se considerar quatro itens, que estão inter-relacionados:

- 1) A análise do vocabulário, que inclui análises do significado das palavras, a atenção à presença da criação de palavras nos textos e a identificação do uso de metáforas e de suas formas de utilização. Nesta etapa, as escolhas lexicais feitas pelos produtores do texto são fundamentais, uma vez que, ao optar por utilizar uma palavra e não outra, o produtor pode dar pistas ideológicas.
- 2) A gramática, que diz respeito à combinação das palavras, que dá origem às orações e às frases. É nessas relações entre as estruturas dos textos que as ideologias podem se

manifestar. De acordo com Fairclough, neste nível, pode-se avaliar quais verbos estão presentes e o que eles indicam (ação ou passividade?), quem são os sujeitos desses verbos, além de quais os temas estão presentes e como eles se decompõem. Oliveira e Carvalho (2013) chamam atenção também para outro mecanismo gramatical que, segundo as orientações do modelo proposto por Fairclough, deve receber atenção: trata-se da nominalização, ou seja, a conversão de uma oração em um nome.

3) A coesão corresponde às ligações entre as orações e as frases, a exemplo das conjunções adversativas (mas, porém, entretanto). Algumas perguntas sugeridas para que o analista faça nesse nível são: como são organizados os parágrafos? Há repetição de palavras? Há utilização de sinônimos? Que conjunções são usadas? Quais mecanismos de referência e de substituição (pronomes, artigos definidos, indefinidos) são usados?

4) Estrutura textual, que refere-se às formas de organização do texto. Uma questão a ser avaliada no âmbito dessa instância é o controle dos tópicos, ou seja, as relações de poder que permitem a um participante do texto controlar os tópicos dele. Dentro do conteúdo noticioso, entendemos que este ponto é bem delimitado, tendo em vista que o jornalista, ou seja o autor, é quem tem o controle sobre a organização dos temas e das fontes dentro da estrutura textual. É possível analisar também quais são as agendas presentes nos textos (determinação e policiamento das agendas) e quais características são usadas para descrever os participantes do texto e que lhes confere uma identidade social (*ethos*).

3.5.2 Análise da Prática Discursiva

Instância mediadora entre o texto e a prática social, a prática discursiva se refere à compreensão da produção, da distribuição e do consumo do texto. Vejamos:

No âmbito da produção, trabalha-se com a observação da interdiscursividade (como um tipo de discurso é constituído por meio de uma combinação de elementos de ordens de discurso) com o objetivo de identificar quais discursos estão presentes do texto e a que gêneros eles pertencem – daí a necessidade de identificar os tipos de conteúdos noticiosos durante a seleção do corpus. Fairclough aponta também para a necessidade de observação da intertextualidade manifesta, ou seja, o caso em que se recorre explicitamente a outros textos dentro de um texto.

Na etapa da distribuição são analisadas as cadeias intertextuais: que tipos de

transformações o texto sofre? Há sinais de que o produtor do texto antecipa mais do que um tipo de audiência?

Um tópico a ser analisado dentro do elemento consumo é a coerência, na tentativa de compreender como o texto pode ser interpretado pelo leitor. Há possibilidades de se investigar a existência de ambivalências ou de identificar a existência de uma heterogeneidade.

Um complemento a ser usado no âmbito da prática discursiva é o de condições dessa prática, visando a elucidar os aspectos sociais e institucionais diante dos quais ela se desenvolve (FAIRCLOUGH, 2001, p. 283). Observa-se, portanto, que na dimensão da prática discursiva há possibilidade de que se dê atenção para a importância do contexto situacional para a concepção do discurso. É ele que nos permite, por exemplo, identificar uma manifestação de ironia ou a pressuposição de algum fato.

Pode-se depreender que as condições de produção do discurso influenciam em sua significação. Nesse sentido, ressaltamos uma observação feita por Orlandi (2020), que pode nos auxiliar a compreender o papel das condições de produção quando se trata de nosso próprio objeto de análise, que é o jornalismo, ainda que esta autora se identifique com a análise de discurso de linha francesa.

As condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário. Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica. Temos assim a imagem da posição do sujeito locutor (quem sou eu para falar lhe falar assim?), mas também da posição do sujeito interlocutor (quem é ele para me falar assim ou para que eu lhe fale assim?), e também a do objeto do discurso (do que estou lhe falando, do que ele me fala?). É, pois, todo um jogo imaginário que preside a troca de palavras. E se fazemos intervir a antecipação, este jogo fica ainda mais complexo, pois incluirá a imagem que o locutor faz da imagem que ele faz do objeto do discurso e assim por diante (ORLANDI, 2020, p. 38).

Nesse contexto, destaca-se o papel do sujeito, tendo em vista que o lugar a partir do qual ele fala é constitutivo do que ele diz. Considerando o jornalista como o sujeito produtor do discurso jornalístico, o lugar que ele fala, a autoridade que ele assume para ocupar essa posição, já é um fator determinante para a criação de significados.

3.5.3 Análise da Prática Social

A análise da prática social, conforme aponta Fairclough, é mais complexa, não podendo ser reduzida a uma lista de elementos a serem observados. Seu intuito é identificar “[...] a natureza da prática social da qual a prática discursiva é uma parte, constituindo a base para explicar por que a prática discursiva é como é; e os efeitos da prática discursiva sobre a prática social” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 289).

Apesar da maior complexidade, alguns itens de análise podem ser destacados: a matriz social do discurso (visa a especificar as relações e as estruturas sociais e hegemônicas que constituem a matriz da prática discursiva em questão); as ordens do discurso (como essa prática discursiva impacta na reprodução ou transformação das ordens do discurso); e os efeitos ideológicos e políticos do discurso (visando a enxergar os efeitos dessa prática discursiva sobre sistemas de conhecimento e crença, relações sociais e identidades sociais).

Sobre este terceiro ponto, relativo à influência exercida pela prática discursiva sobre as identidades sociais, como este trabalho se dedica a analisar a cobertura midiática de programas de segurança voltados prioritariamente para a atuação em regiões que concentram altos índices de violência e de vulnerabilidade social, torna-se possível refletir-se sobre questões como, por exemplo: o que é ser pobre? O que é periferia? O que é estar seguro? Qual o papel do Estado? Qual o papel da sociedade? O que é a violência? Qual o projeto de Estado que aparece nessa cobertura?

Em suma, a análise da prática social se debruça sobre as condições sociais, sobre o contexto em que a prática discursiva ocorre. Desse modo, é nessa instância em que as questões ideológicas e as lutas hegemônicas, que ocorrem na sociedade, devem ser levadas em consideração, uma vez que elas tanto moldam os discursos quanto são moldadas por eles.

3.6 Outras contribuições

Partindo da compreensão do jornalismo como um campo de produção de conhecimento, Benetti (2010) sugere algumas possibilidades de investigação desse campo por meio da análise do discurso. Ressalta-se que, apesar de autora estar se referindo à análise de discurso francesa, seus apontamentos são relevantes para utilização nesta pesquisa, considerando que a própria natureza da análise crítica é híbrida e multidisciplinar e que o modelo tridimensional

de análise de Fairclough não é fechado em si mesmo, conforme aponta o próprio autor.

Uma observação importante feita pela autora é a sua relação entre o interior do texto e a sua exterioridade. No caso dos programas de segurança pública, que se constituem como objetos de análise deste estudo, consideramos que é exigido do analista o conhecimento mais aprofundado sobre questões como a segurança pública, sobre políticas públicas e sobre cobertura da violência, temas estes que foram discutidos no segundo capítulo.

Outra proposta de Benetti é uma análise para encontrar a polifonia nos enunciados jornalísticos. Bakhtin (1981) cria o conceito de polifonia para definir os textos nos quais diferentes vozes estão presentes.

A autora propõe uma investigação baseada na definição de Ducrot (1987), a partir da qual busca-se identificar quem é o locutor do discurso e quem é o enunciador do discurso. O locutor seria aquele que fala (o jornalista, as fontes, as instituições citadas dentro do texto, por exemplo). Já o enunciador é aquele a partir de quem se vê, a perspectiva a partir da qual o enunciador enuncia (BENETTI, 2010, p. 119). Isso é importante para identificar a presença de uma real polifonia dentro do discurso, que apesar de ser sempre dialógico – retomando a conceituação de Bakhtin de que as relações dialógicas entre os sujeitos se manifestam na língua enquanto um fenômeno concreto – o discurso nem sempre é polifônico. Porque mesmo um texto aparentemente polifônico pode não ser polifônico caso todas as vozes dentro dele construam um mesmo sentido. Desta forma, a existência da polifonia dentro de um determinado discurso está condicionada à existência de mais de um enunciador.

No jornalismo, podemos pensar no exemplo de uma reportagem que ouça, digamos, quatro fontes. Em princípio, teríamos cinco locutores: o jornalista (L1) e as fontes (L2, L3, L4, L5). Aparentemente, é um texto polifônico. No entanto, é preciso, depois de identificar os locutores, ir às perspectivas de enunciação. Se todas as quatro fontes enunciarem sob a mesma perspectiva, filiadas aos mesmos interesses e inscritas na mesma posição de sujeito, apenas complementando-se umas às outras, podemos dizer que configuram um único enunciador (E1). Se, além disso, o jornalista se posicionar ao lado dessas fontes, então também ele está regido pelo mesmo enunciador (E1). Teríamos, assim, um texto aparentemente polifônico, pois claramente constituído por cinco vozes diferentes (os cinco locutores), que na verdade é monofônico, pois é constituído por um único enunciador (E1) (BENETTI, 2010, p. 119).

Este olhar crítico sobre o lugar da enunciação e a existência real da polifonia nos parece particularmente interessante de ser analisado no discurso jornalístico tendo em vista que a pluralidade de fontes é uma estratégia usada pela imprensa num esforço de alcançar a objetividade, que, como já vimos, está ligada à noção de credibilidade e à demarcação do jornalismo como uma instituição produtora de uma forma diferenciada de conhecimento, que deve estar ancorada no interesse público.

Texto, prática discursiva e prática social são dimensões sobrepostas, segundo o modelo de Análise Crítica do Discurso (ADC) proposto por Fairclough (2001) e a partir do qual procuramos nos guiar neste estudo. Conforme aponta o próprio autor, a análise do corpus não ocorre de maneira verticalizada. O analista precisa a todo momento ir da prática textual à discursiva, a fim de compreender os sentidos mais profundos do discurso, chegando à camada da prática social. Nas palavras de Melo (2013), a ADC é constituída desse ir e vir entre a análise da língua, do processo interacional e das circunstâncias de organização da sociedade. Considerando que o modelo não é fechado em si mesmo e que deve ser regido pelas necessidades de análise que surgem do próprio corpus, neste estudo não fizemos uma análise verticalizada das três dimensões, embora todas tenham sido contempladas e estejam em constante correlação.

Desse modo, após o processo de coleta e catalogação dos textos jornalísticos, realizados, como uma próxima etapa do trabalho, uma análise quantitativa do material extraído, a fim de nos permitir enxergar apontamentos em relação ao modo como a cobertura do jornal foi se estruturando ao longo do tempo e em que contextos isso acontecia.

Assim como acreditamos que deve ser o processo da análise crítica do discurso, o próprio processo de pesquisa não é uma linha reta. Como defendem Minayo, Deslandes e Gomes (2011), tanto a abordagem qualitativa quanto a quantitativa são importantes para o estudo das ciências humanas, podendo ser usadas individualmente ou de maneira complementar. Em nossa visão, a complementaridade entre elas, para além da necessidade de volta e meia revisar-se os embasamentos teóricos que alicerçam o estudo, para esta pesquisa nos permite ampliar o olhar na busca pelos sentidos do discurso.

Embora seja uma das fases iniciais de nosso processo analítico, o processo de organização e de compilação dos dados é considerado por nós uma parte importante da análise na dimensão da prática discursiva, uma vez que nos permite identificar pontos importantes desse processo interacional, que envolve aspectos de produção e de distribuição de notícias à medida que nos ajuda a responder à algumas perguntas, como em que parte do jornal os conteúdos jornalísticos que falam dos programas de segurança pública foram publicados, com que frequência eles foram publicados e a que gênero jornalístico eles pertencem. Quando falamos sobre esse aspecto da distribuição dentro da prática discursiva, se pensarmos numa

perspectiva de circulação do discurso, no caso de um jornal impresso ela é bem demarcada. O jornal circulava no comércio e a condição para o acesso às informações era o pagamento. Mas, como dito anteriormente, podemos pensar também nessa dimensão interna de distribuição do conteúdo entre editorias diferentes, gêneros diferentes.

Quanto ao aspecto do consumo, que também faz parte do tripé que ancora a prática discursiva, é possível fazermos inferências a partir dos dados, já que, por exemplo, o fato de uma notícia aparecer em uma editoria e não em outra é uma escolha de distribuição que impacta o modo de consumo do leitor do jornal, considerado os públicos têm interesses diversos.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Foram encontrados, entre 1 de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2018, 241 conteúdos jornalísticos que tiveram como tema principal as políticas e ações na área de segurança pública ou também os textos cujo tema principal é a violência/insegurança, mas nos quais as políticas de segurança também são evocadas no discurso. Conforme explicado no capítulo 3, a seleção desses textos foi feita com base na busca pelos termos chave “estado presente” e “ocupação social”.

Do total de textos extraídos, 131 fazem referência ao programa Estado Presente e 110 ao programa Ocupação Social.

Durante a coleta também foram encontrados seis textos a respeito do programa Ocupação Social que foram produzidos por meio de projetos de marketing no final do ano de 2016 (dois textos) e no final de 2018 (dentro de publicação intitulada “Caderno Histórias do Amanhã”). Esses textos não foram enquadrados dentro da divisão de gêneros jornalísticos por terem sido financiados pelo governo estadual, tendo, portanto, origem publicitária. No entanto, eles também fazem parte do processo de análise como um todo por entendermos que, se eles foram publicados dentro do jornal, junto aos conteúdos jornalísticos, eles também fazem parte do arco de sentidos produzido pelo jornal A Gazeta sobre as políticas de segurança.

Antes de nos aprofundarmos no levantamento é preciso esclarecer também que os conteúdos foram extraídos ano a ano e assim analisados neste primeiro momento porque acreditamos que desta forma é possível encontrar diferenças, repetições, pontos de tensão na cobertura, tendo em vista é que, uma de nossas hipóteses iniciais era de que a cobertura das políticas de segurança estava fortemente atrelada ao acompanhamento da trajetória dos governos. A divisão em anos (os resultados ano a ano podem ser consultados no apêndice) foi uma forma de facilitar que pudéssemos direcionar o olhar para a produção discursiva dentro de uma ordem de periodicidade.

Na tabela a seguir, é possível ver a divisão dos textos encontrados a partir dos gêneros nos quais eles se encaixam. Em função da transição de governos em anos eleitorais, textos com o termo “Ocupação Social” foram encontrados a partir do final de 2014. Do mesmo modo, no final de 2018, o termo “Estado Presente” volta a ser citado.

A separação entre conteúdos do gênero informativo e opinativo, conforme a classificação estabelecida por Marques de Melo (2010) foi feita para que pudéssemos analisar de forma mais precisa os conteúdos, tendo em vista que os tipos de publicação, sejam reportagens, notas, textos publicados em coluna ou mesmo os artigos de opinião possuem características diferentes. Foram considerados conteúdos do gênero informativo, os textos jornalísticos publicados nas editorias do jornal impresso (Cidades, Economia, Política, Caderno de Cultura), incluindo-se os formatos notícias, notas e reportagens. Já dentro da categorização de jornalismo opinativo foram consideradas as colunas, artigos de opinião e editoriais.

Tabela 2 - Conteúdos noticiosos extraídos do Jornal A Gazeta com temas ligados às políticas de segurança do ES

Ano de publicação	Termo pesquisado	Gênero informativo	Gênero Opinativo	Conteúdo publicitário	Total
2011	Estado Presente	16	13	0	29
2012	Estado Presente	22	14	0	36
2013	Estado Presente	21	9	0	30
2014	Estado Presente	14	15	0	29
2014	Ocupação Social	8	3	0	11
2015	Ocupação Social	20	14	0	34
2016	Ocupação Social	12	4	2	18
2017	Ocupação Social	12	7	0	19
2018	Ocupação Social	16	8	4	28
2018	Estado Presente	5	2	0	7

Fonte: Elaborada pela autora

Antes de darmos início ao detalhamento da coleta de dados, é necessário explicar, primeiramente, do que se trata cada uma das colunas das quais os textos foram extraídos, a fim de que o leitor entenda sua posição dentro do jornal. A coluna Victor Hugo é uma coluna de notas veiculada dentro da editoria de Cidades e dedicada à cobertura de assuntos do cotidiano capixaba, mas que, conforme pontuou Coutinho, poderiam ser classificados como generalidades cujas temáticas estão sempre arranjadas em um viés político (COUTINHO, 2007). Em dezembro de 2017, a coluna passou a levar o nome de seu colunista, Leonel

Ximenes²². Mas, para garantir uma compreensão mais precisa, optamos por manter o nome Victor Hugo ao longo de todo o levantamento. A Coluna Praça Oito era publicada dentro da editoria de Política e dedicava-se à cobertura e análise do cenário político local e nacional. Já a coluna de Andreia Lopes, então editora de Política de A Gazeta, também foi publicada na editoria de Política.

Na próxima tabela, encontra-se a relação das editorias e espaços nos quais os conteúdos foram publicados e suas finalidades.

Tabela 3 - Relação de editorias e finalidades no jornal impresso A Gazeta

Editorias	Gênero jornalístico	Tipo de conteúdo publicado
Cidades	Informativo	Editoria que normalmente abria o jornal impresso, com assuntos do cotidiano capixaba, a exemplo de Saúde, Educação, Segurança. Assuntos de polícia também eram incorporados nela
Política	Informativo	Editoria dedicada à cobertura do cenário político capixaba e nacional
Economia	Informativo	Editoria destinada à cobertura de assuntos da área de Economia
Eleições	Informativo	Espécie de subeditoria vinculada à Política para a cobertura das eleições estaduais
Caderno de cultura	Informativo	Chamado de "Caderno 2", dedicava-se à cobertura dos assuntos relacionados à área da cultura locais
Anuário do Espírito Santo	Informativo	Publicação especial de A Gazeta para análise do cenário econômico e social das cidades do ES
Coluna Andreia Lopes	Opinativo	Coluna publicada pela então editora de Política do jornal. Não foram encontradas publicações após 2011
Coluna	Opinativo	Coluna dedicada à cobertura e análise da política local e nacional,

²² A mudança do nome da coluna Praça Oito, assim como outras transformações em colunas, foram anunciadas em 3 de dezembro de 2017. Mais informações em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/12/jornalismo-de-qualidade-cada-vez-mais-conectado-1014109729.ht>

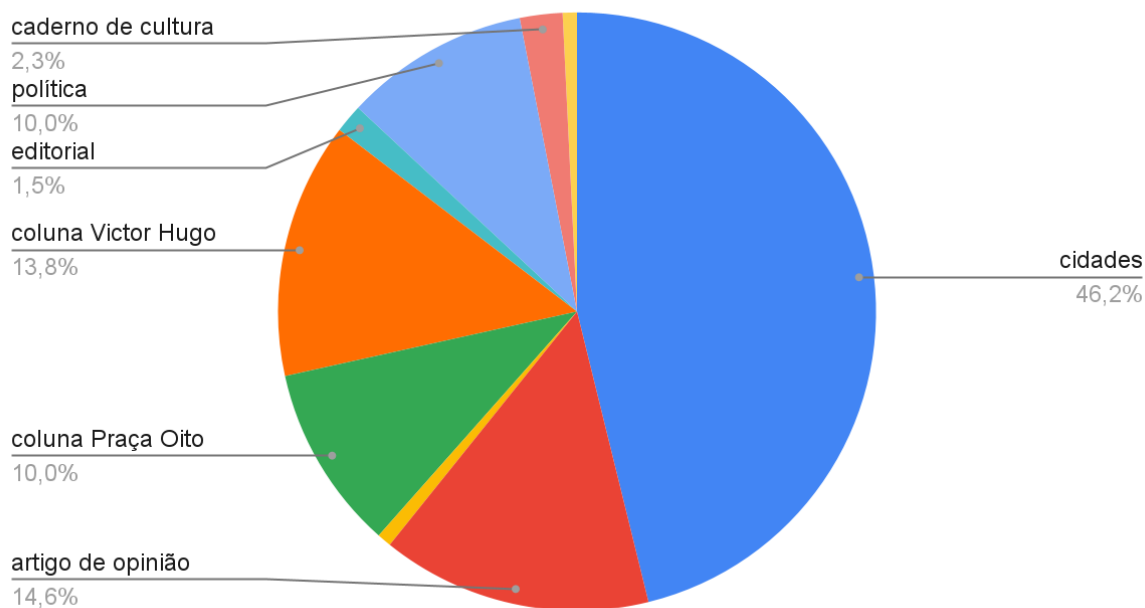
Praça Oito		publicada na editoria de Política
Coluna Victor Hugo	Opinativo	Coluna de notas publicada na editoria de Cidades com temas variados
Artigos de Opinião	Opinativo	Espaço para publicação de artigos de variados temas por parte de especialistas e autoridades
Projeto de marketing	Opinativo	Conteúdos veiculados no jornal, mas que foram financiados pelo governo estadual e produzidos vinculados a setores de marketing da Rede Gazeta
Editorial	Opinativo	Espaço dedicado à publicação da opinião do jornal sobre variados temas

Fonte: Elaborada pela autora

Por meio da análise quantitativa dos textos coletados, também foi possível dimensionar a quantidade de conteúdos noticiosos encontrados em cada uma das editorias. Os gráficos a seguir são um compilado do levantamento.

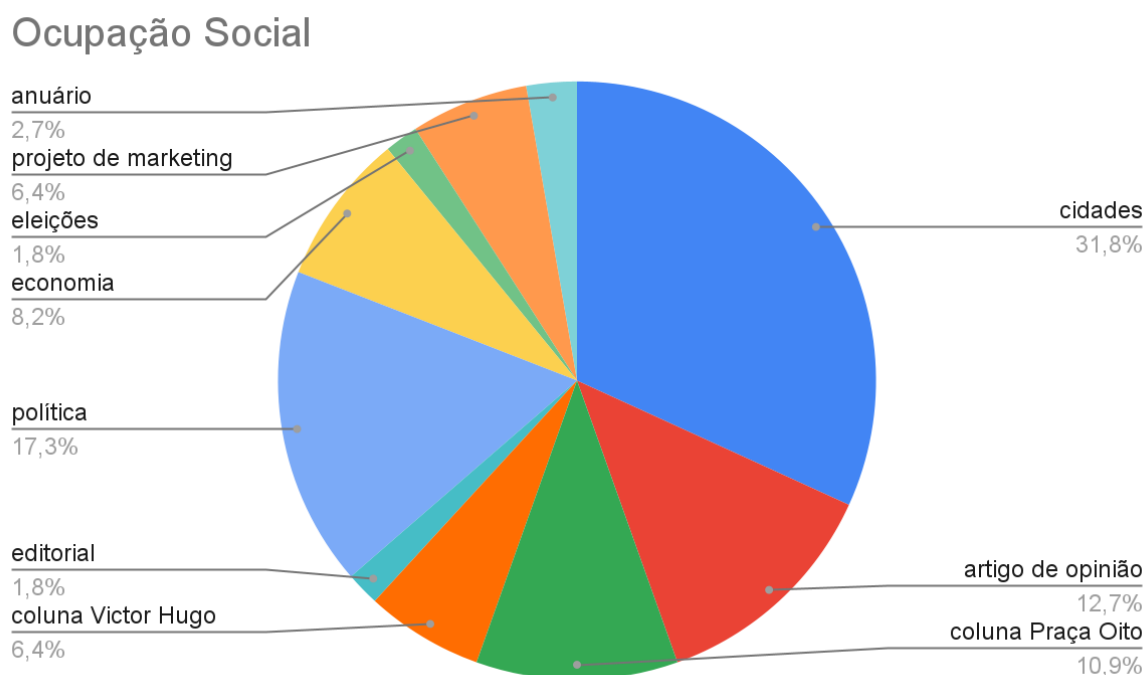
Figura 2 - Distribuição de conteúdos noticiosos por editoria com termo “Estado Presente”, período 2011-2014

Estado Presente



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 3 - Distribuição de conteúdos noticiosos por editoria com termo “Ocupação Social”, período 2014-2018



Fonte: Elaborada pela autora

Comparando-se os espaços em que os conteúdos noticiosos nos quais os programas de segurança foram citados, nota-se que, durante os anos de 2011 e 2014, período em que o Estado Presente esteve em vigor, a maioria dos assuntos veiculados sobre ou relativos à esta política foram publicados na editoria de Cidades (46,2%), dedicada à cobertura de temas cotidianos, incluindo Polícia e Segurança Pública. O termo também é abordado com mais ênfase por colunistas do jornal e em artigos de opinião.

Já entre 2014 e 2018, ano em que o Ocupação Social consolidou-se como política de segurança, apesar de a editoria de Cidades continuar sendo predominante, há um aumento do percentual de conteúdos noticiosos encontrados em espaços dedicados à cobertura e análise política - a própria editoria de Política e a coluna Praça Oito. O programa também passa a ser citado em conteúdos noticiosos da editoria de Economia, o que não ocorreu durante o período de vigência do Estado Presente. Destacamos, por exemplo, o ano de 2016, segundo ano do governo Hartung, em que 22,2% dos conteúdos onde o programa de segurança aparece na Editoria de Economia. Em 2012, segundo ano do governo Casagrande, nenhum conteúdo foi veiculado na editoria de Economia. As notícias publicadas são todas dedicadas à divulgação de serviços, como abertura de vagas em cursos profissionalizantes oferecidos no bojo do

programa Ocupação Social, conforme nos aprofundaremos mais adiante. Isso nos remete ao que já apontava Lira (2019, p.8) no capítulo 2, quando observou que, embora as duas políticas de segurança fossem bastante semelhantes (também houve divulgação de cursos no Estado Presente), o governo Hartung procurou ressaltar o eixo da educação/formação com o objetivo de combater à violência. Essa intenção da gestão se reflete no tipo de notícia veiculada sobre a política pública e também na distribuição dela dentro do jornal.

Um aspecto diferenciado em relação ao ano de 2014 é que o termo Ocupação Social, nome da política de segurança adotada pelo governo Hartung passou a ser encontrado a partir de outubro daquele ano. Na época, o estado ainda era governado pela gestão de Renato Casagrande, mas Paulo Hartung havia sido eleito para governar a partir do ano seguinte e já traçava um planejamento de políticas a serem implantadas em sua gestão. O mesmo aconteceu em 2018, quando o termo Estado Presente voltou a ser citado após a reeleição de Renato Casagrande. O que esses dois períodos têm em comum é que os conteúdos surgem majoritariamente dentro da editoria política, somando-se a editoria e a coluna Praça Oito. Em 2014, todos os conteúdos de Ocupação Social estão dentro dessa editoria. Neste ano, surge uma subeditoria de eleições, que é publicada junto da editoria de Política. Já em 2018, 85,7% dos textos em que é mencionado o Estado Presente estão em Política e 14,3% em Cidades.

Ao analisarmos os dados, observamos que a cobertura das políticas se assemelha em relação à periodicidade de publicação dos conteúdos. A editoria de Cidades é o espaço onde as políticas de segurança mais aparecem nos discursos, o que é de se esperar, visto que este é o espaço aberto no jornal impresso para a publicação de notícias e reportagens sobre temas do cotidiano das cidades, sendo a violência/insegurança, parte desse contexto. No entanto, a editoria de Política também aparece de forma mais demarcada, mas não ao longo de todos os anos. O número de publicações nos quais as políticas de segurança são citadas nesta editoria é maior nos momentos de implantação e de finalização das políticas (2011,2014,2015,2018) e isso - não por coincidência - está relacionado ao início e ao fim dos ciclos de gestão.

O viés político do conteúdo noticioso não se refere apenas aos textos jornalísticos do gênero informativo publicados em Política. Ele está presente também nos conteúdos do gênero opinativo. As colunas Praça Oito e Andrea Lopes, que se dedicavam à análise política, com ênfase no cenário político local, eram publicadas dentro da editoria de política. A coluna

Victor Hugo, por sua vez, era veiculada dentro da editoria de Cidades e dedicada à cobertura de assuntos do cotidiano capixaba, mas que, como destaca Coutinho, poderiam ser classificados como generalidades cujas temáticas estão sempre arranjadas também em um viés político (COUTINHO, 2007). Em dezembro de 2017, a coluna passou a levar o nome de seu colunista, Leonel Ximenes²³. Mas, para garantir uma compreensão mais precisa, optamos por manter o nome Victor Hugo ao longo de todo o levantamento. A Coluna Praça Oito era publicada dentro da editoria de Política e dedicava-se à cobertura e análise do cenário político local e nacional. Já a coluna de Andreia Lopes, então editora de Política de A Gazeta, também foi publicada na editoria de Política.

4.1 Critérios de noticiabilidade

Retomando as perspectivas de Rodrigues (1999) e Motta (2002) para os quais o discurso jornalístico é capaz de organizar a experiência das pessoas no mundo a partir da racionalização dos acontecimentos, notou-se que grande parte dos conteúdos extraídos para a composição do corpus de análise entre os anos de 2011 e 2018 se agrupavam em torno de características em comum no que diz respeito ao seu ponto de partida, ou seja, a motivação que levou os acontecimentos a ganharem relevância do ponto de vista jornalístico para transformarem-se em publicações.

Acredita-se que tais “repetições” fazem parte do que Wolf (2003) define como critérios de noticiabilidade: uma junção de elementos, que pode variar conforme o período da história e a cultura, por meio dos quais a instituição jornalística controla quais acontecimentos são interessantes, significativos, expressivos o bastante para ganharem espaço no jornal e que derivam das características substantivas das notícias, da disponibilidade de material, do público e da concorrência.

Agrupamos, então, os conteúdos jornalísticos do gênero informativo e do opinativo dentro dessas categorias temáticas. O principal objetivo aqui é dar ao leitor um panorama de como

²³ A mudança do nome da coluna Praça Oito, assim como outras transformações em colunas, foram anunciadas em 3 de dezembro de 2017. Mais informações em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/12/jornalismo-de-qualidade-cada-vez-mais-conectado-1014109729.ht>

ocorreu a cobertura em torno das políticas de segurança pública (Estado Presente e Ocupação Social) no período analisado. Isso também nos ajudou a identificar recorrências e atipicidades nos enunciados jornalísticos, que nos auxiliaram na escolha por textos jornalísticos específicos para a realização de uma análise mais aprofundada. Ainda de acordo com a proposta de ACD tridimensional feita neste estudo, consideramos tal processo importante para a compreensão do texto jornalístico como uma “prática discursiva”, uma das três dimensões analíticas apontadas por Fairclough como parte do processo de compreensão dos sentidos de um discurso, por nos fornecer informações acerca de contexto de produção dos enunciados.

Ressalta-se que essas categorias (nas quais nem todos os textos do corpus foram alocados), identificadas a partir do critério de motivação da criação dos conteúdos jornalísticos, também possuem características semelhantes entre si, inclusive porque estão ancoradas sobre temáticas que se interconectam: violência, segurança e gestão de políticas públicas.

Foram identificadas seis categorias ou eixos a partir dos quais grande parte dos conteúdos jornalísticos que tratam de alguma forma dessa política pública foram criados: 1) Quando o governo apresenta alguma ação de expansão do programa ou que será realizada por meio do programa; 2) Quando um problema na área da segurança ocorre; 3) Quando o desempenho do governo é acompanhado/mudanças estruturais na gestão; 4) Quando novas estatísticas são apresentadas; 5) Quando as políticas de segurança são debatidas diretamente, tornando-se o foco do discurso; 6) Quando ocorre transição de governo e 7) Quando o objetivo é mostrar oportunidades de mudanças de vida.

A tabela e o gráfico a seguir mostram o detalhamento dos conteúdos encontrados entre os anos de 2011 e 2018 que se encaixam dentro das categorias que foram identificadas.

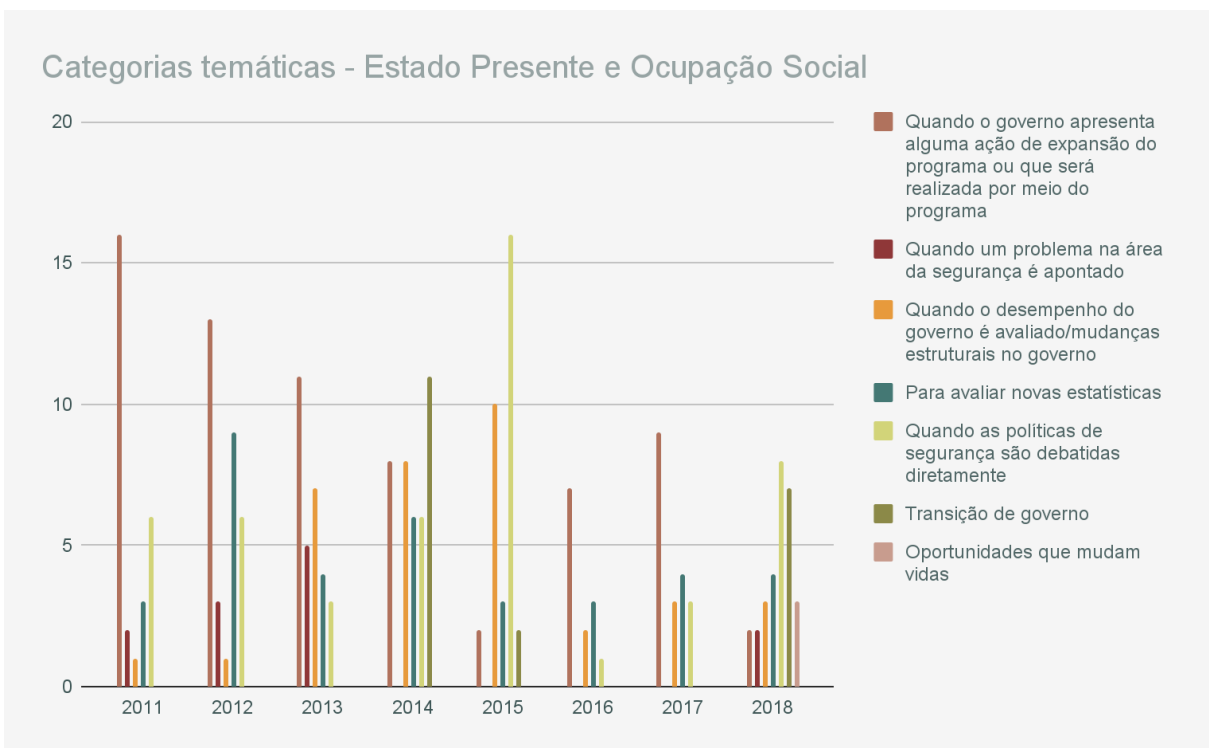
Tabela 4 - Lista de categorias temáticas a partir das quais os conteúdos jornalísticos foram criados. Termo de busca: Estado Presente/Ocupação Social

Categorias temáticas - Estado Presente e Ocupação Social								
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Quando o governo apresenta alguma ação de expansão do programa ou que será realizada por meio do programa	16	13	11	8	1	7	9	2

Quando um problema na área da segurança é apontado	2	3	5	0	0	0	0	2
Quando o desempenho do governo é acompanhado/mudanças na gestão vigente	1	1	7	8	10	2	3	3
Para avaliar novas estatísticas	3	9	4	6	3	3	4	4
Quando as políticas de segurança são debatidas diretamente	6	6	3	6	17	1	3	8
Transição de governo	0	0	0	11	2	0	0	7
Oportunidades que mudam vidas	0	0	0	0	0	0	0	3

Fonte: Elaborada pela autora

Figura 4 - Categorias temáticas a partir das quais os conteúdos jornalísticos foram criados. Termo de busca: Estado Presente/Ocupação Social



Fonte: Elaborada pela autora

4.1.1 Quando o governo apresenta alguma ação de expansão do programa ou que será realizada por meio do programa

Grande parte (68 ao todo) dos conteúdos publicados ao longo dos anos foi agrupada dentro desta categoria. Tratam-se de conteúdos noticiosos, majoritariamente classificados como notícias, notas e notas de colunas, mas também reportagens, que têm como mote principal ações que serão realizadas por meio de projetos e programas que fazem parte do guarda-chuva de ações abarcadas pelo Estado Presente e o Ocupação Social ou ainda a expansão territorial dos programas, ou seja, as áreas do Espírito Santo nas quais os programas serão efetivamente implantados. Em relação especificamente a esta expansão territorial dos programas, o que se nota é que esses conteúdos aparecem nos anos iniciais das gestões.

São também neles que o programa e seus eixos de ação são social e policial são apresentados ao leitor, majoritariamente por meio das falas dos representantes dos governos. Observa-se, ainda que, quando aparecem, representantes da população, aparecem na condição de personagens, que serão afetados de alguma forma por tais ações - ou porque já foram ou porque farão parte dos projetos. Entre os exemplos de ações a serem realizadas, tanto na área social quanto policial, estão a oferta de cursos de qualificação, cursos profissionalizantes, projetos culturais, aumento do policiamento, cerco de videomonitoramento, etc.

Há ainda, especialmente quando se trata de notas informativas e notas dentro de colunas, anúncios sobre recursos adquiridos pelo governo estadual para investimentos nessa política pública.

Uma diferença em termos de distribuição de conteúdos dentro do jornal impresso é que durante os anos de vigência do programa Ocupação Social, esse tipo de conteúdo informativo, que aparece principalmente para falar sobre a oferta de cursos profissionalizantes e de qualificação, passa a estar presente também da editoria de Economia. Na época do Estado Presente, os enunciados eram mais localizados na editoria de Cidades.

O levantamento mostra também que esse tipo de cobertura sofreu uma importante variação ao longo do período analisado. Até 2014 o número de publicações com este viés seguia mais ou menos uma constante. Em 2015, no entanto, cai para um, e o número mantém-se menor nos anos seguintes. Isso nos mostra que a cobertura dos programas de segurança pública, especialmente do Ocupação Social, passa por um deslocamento. Ela passa a acontecer num

viés mais político - como mostraremos a seguir - de avaliação da gestão estadual, quando comparada à cobertura do Estado Presente, que esteve mais ligada ao processo de implementação do programa nas comunidades com altos índices de violência.

Dentro desta categoria, também estão os conteúdos, geralmente notícias mais curtas e notas, que tratam de novos investimentos a serem destinados ao programa. É importante salientar que os conteúdos que identificamos nesta categoria, embora apresentem variações quanto ao gênero e aos tipos, possuem em comum o fato que, todos eles, sejam mais aprofundados ou não, partem de um factual, ou seja, de alguma ação que será feita pelo governo. A seguir, separamos alguns exemplos desse tipo de conteúdo.

Figura 5 - Reportagem publicada em 28 de maio de 2011

Fale com a editora
Cristina Alves - calves@redgazeta.com.br

A GAZETA Vitória (ES), sábado, 28 de maio de 2011 03

Página TRÊS

Plano de segurança. Choque de paz começa a ser implantado hoje nas 30 regiões que apresentam os piores dados de violência e as condições sociais mais precárias

Saúde, educação e lazer contra a violência

Ação integrada de secretarias é a aposta do governo do Estado para reduzir criminalidade

FREDERICO GOULART
fgo@redgazeta.com.br

Um verdadeiro choque de paz começa a ser implantado hoje nas 30 regiões do Estado que apresentam os piores dados de violência e as condições sociais mais precárias. O programa "Estado Presente - em defesa da vida" (capotadogoverno) Renato Casagrande (PSB) para acabar os índices de criminalidade, ganha calor da última administração. O programa começa em um foco de violência além de policiamento, programas sociais e de incentivo às atividades culturais e profissionalizantes à melhoria na condição das escolas.

Embaldado pela queda do número de homicídios - redução que chegou a 14% nos últimos quatro meses - o plano será lançado em Terra Vermelha, Vila Velha, com a promessa de contemplar outras 11 regiões vizinhas.

Além de ações de repressão, serão estabelecidas políticas em educação, saúde, cultura, esporte e lazer, respeitando as particularidades de cada local. Nos próximos anos, o projeto avança para o interior. A última região - ainda não dividida - será contemplada até em 2011.

"Nosso objetivo é envolver todo o governo no combate à criminalidade", explica o secretário de Ação Estratégica, André Garcia. Ele lembra que as 30 áreas concentram 50% dos homicídios do Estado. "Isso não significa que outras partes não sejam menos vigiadas. Nossa função é proteger toda a cidade", destaca.

PRÓXIMOS ANOS
Em 2012, o projeto chegará a mais 10 regiões e a outras 10 até o fim de 2013

5 regiões que ficarão para o segundo semestre

- 1 Terra Vermelha (Vila Velha) e 11 bairros vizinhos
- 2 Vila Betânia, Vila Rica e Nova Betânia (Viana)
- 3 São Pedro (Vitória) e mais 11 bairros do entorno
- 4 Foz de São João e Vila Nova de Colares (Serra)
- 5 Nova Rosa da Penha e Nova Esperança (Caracica)

10 regiões que ficarão para o primeiro semestre

- 6 Jacarajé (Serra) e mais 10 bairros do entorno
- 7 Santa Rita (Vila Velha) e mais 6 bairros
- 8 Santo Antônio (Vitória) e mais 6 bairros
- 9 Carapina (Serra) e mais 6 bairros
- 10 Planalto Serrano e Campinho da Serra (Serra)

Plano-x do programa de segurança do Estado

Confira as ações previstas

As 5 primeiras regiões

Próximos anos

5 regiões que ficarão para o segundo semestre

10 regiões que ficarão para o primeiro semestre

O que vai mudar em Terra Vermelha (primeira região)

Saúde	Ciência e Tecnologia	Educação	Esporte	Desenvolvimento	Cultura
Atendimento específico às vítimas de violência e às adolescentes grávidas	Em Terra Vermelha - junto das outras quatro primeiras regiões - serão capacitadas mil mulheres em cursos de corte e costura. As inscrições começam amanhã e as aulas, em 11 de julho	Ampliação da participação das famílias nas escolas. As escolas Mário Gurgel e Terra Vermelha oferecido com cursos de ensino profissionalizante e técnicos. Também serão promovidas atividades como a biblioteca móvel e teatro de bonecos	O Instituto Gomes Cardozo (Barradão) vai oferecer, inicialmente, estrutura para prática de boia, judô e basquete do para 100 crianças de 6 e 17 anos em cada modalidade	Será implantado um banco comunitário com o objetivo de gerar micro e pequenas empresas	Talento jovem serão convidados a fazer parte de 15 oficinas culturais, respeitando as linguagens de cada local

Próximos anos
Em 2012, o projeto chegará a mais 10 regiões e a outras 10 até o fim de 2013

Redução de homicídios nos últimos 13 meses

Mesmo antes do início do principal programa de combate à violência do atual governo, o Estado já tem que comemorar no que diz respeito aos números de homicídios registrados por aqui. Na comparação dos últimos 13 meses com cada um dos seus meses equivalentes no ano anterior, todos registraram queda que variaram entre 11% e 37% a cada mês.

Neste ano o número de assassinatos chegou a 623, enquanto no mesmo período do ano passado o número registrado foi 730, ou seja, equivalente a uma queda de 14,05%.

Outro dado para ser celebrado é a redução no número de crimes contra mulheres: nos primeiros quatro meses de 2011, foram 34 homicídios, 14 a menos que no mesmo período de 2010. Entre as ações apontadas para modificar esse resultado estão a criação da Delegacia de Homicídios e Proteção às Mulheres e a priorização dos procedimentos policiais durante o atendimento às mulheres.

REPRESSÃO
O secretário de Segurança, Henrique Herboland, lembra que, no que diz respeito à metodologia de trabalho nas regiões, o foco será voltado para a identificação de criminosos e policiamento em locais de alto risco. "Isso já está sendo feito. Não vamos aumentar o número de policiais. Queremos é melhorar a dinâmica da segurança", frisa.

POR ANO 600 policiais

Esses é o reforço planejado no efetivo das polícias Civil e Militar do Estado a cada ano, até o fim do atual governo. O dado representa 6% do efetivo. Serão, em média, mil novos profissionais incorporados, enquanto 400 deixam os cargos.

ANÁLISE
Ideia já funcionou em metrópoles

PAULO LIMA
CO-AUTOR DO LIVRO ATLAS DA CRIMINALIDADE NO ESPÍRITO SANTO

O Programa Estado Presente favoreceu a integração estratégica de secretarias estaduais e municipais no planejamento e implementação de políticas públicas que contêm ações de prevenção primária (educação, saúde, assistência social, esporte e lazer), secundária (ordenamento territorial) e terciária (sistema prisional), bem como ações de repressão qualificada. Cidades como Nova York e Bogotá alcançaram eficiência e eficácia no planejamento no campo da segurança pública e, até mesmo, no século passado, por meio de programas bem estruturados que apresentaram a integração como característica essencial. A integração é a principal característica do Programa Estado Presente. A sociedade capaba ganhar muito em segurança e qualidade de vida com o sucesso desse programa.

Não vai haver migração. Os criminosos não ficarão à vontade em outro lugar

André Garcia, secretário de Ação Estratégica do Estado

Fonte: Secretaria de Estado

Fonte: A Gazeta

Figura 6 - Notícia publicada em 17 de julho de 2011

CIDADANIA

Ação contra a violência em Cariacica

As ações do programa Estado Presente chegaram à região de Nova Rosa da Penha

SÓ NA PROMESSA

“Moro aqui há 20 anos e nunca vi nenhuma promessa de melhoria ser cumprida. Nosso bairro está abandonado. Falta o básico, como lazer e saúde”

REGINALDO XAVIER
45 anos, vigilante

Depois de Terra Vermelha, em Vila Velha, e Nova Bethânia, em Viana, ontem foi a vez do Estado começar a se fazer presente em Nova Rosa da Penha, Cariacica, terceiro bairro a receber o principal programa do governo do Estado de combate à violência.

Com o objetivo de levar ações sociais às 30 regiões mais violentas do Estado o projeto “Estado Presente” deve oferecer, entre outros benefícios, pelo menos 60 vagas de cursos profissionalizantes de corte e costura,

modelagem e design de moda na região.

Na área de construção civil haverá cursos para pedreiro e electricista predial. Crianças e adolescentes serão contemplados com es-



EDSON CHAGAS

As ações foram lançadas ontem e incluem cursos profissionalizantes de graça

colinhas de futsal e ginástica rítmica.

O lançamento do programa, realizado ontem, contou com 600 voluntários que ofereceram vários atendimentos em uma ação in-

tegrada de cidadania.

Com a implantação do programa, nos próximos meses a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Saturnino Rangel Mauro deverá ser reformada. Tam-

bém há projetos para a construção de uma praça e de um campo de futebol na região.

A próxima área a receber o projeto será Feu Rosa, na Serra, até o fim do mês. (Frederico Goulart)

Fonte: A Gazeta

Figura 7- Notícia publicada em 17 de julho de 2011

SERRA 3

DOMINGO, 23 DE OUTUBRO DE 2011 A GAZETA

COMBATE AO CRIME TECNOLOGIA É A ARMA

Monitoramento vai detectar barulho de tiros



VITOR KLEIN

O índice de homicídios no município cresceu 16,87% nos primeiros quatro meses deste ano

DINA SANCHOTENE
dinachotene@diariagazeta.com.br

Na luta da violência, o município da Serra está na contramão das estatísticas. O índice de homicídios na cidade cresceu 16,87% nos primeiros quatro meses do ano, conforme dados do Instituto Jones dos Santos Neves. Segundo o estudo, o município foi o único a registrar aumento na criminalidade. Em todo o Estado, houve queda de 17,5%.

Paratentar mudar quadro, o secretário de Defesa Social, Diaceo Antônio Leme, afirma que uma das armas será a tecnologia. Um

projeto de audiomonitoramento, que tem como objetivo detectar disparos de armas de fogo, será implantado. “Nos Estados Unidos, 40 cidades que implantaram tiveram um índice de violência reduzido a zero”.

Nesse monitoramento, sensores são ligados às câmeras e capturam, por exemplo, sons de tiros. A partir do cálculo da velocidade do som é possível saber de onde veio o disparo.

A tecnologia de inteligência artificial prevê, ainda, um banco de dados que possibilite o reconhecimento de placas e identificação

de criminosos. Essa ação deve começar no Parque Residencial Laranjeiras. “Nesse local há muito problema de furto e roubo de veículos”.

Além disso, o município foi o primeiro a receber 35 viaturas com computador. O equipamento permite acesso a dados dos cidadãos. Segundo ele, ainda serão implantadas 125 novas câmeras em 19 bairros onde há maior índice de violência. Hoje, são apenas 55. A expectativa é que até o início de 2012 sejam quase 200.

CÂMERAS

Em Jardim Carapina, será

ampliada de duas para 17 câmeras, e em Feu Rosa, de quatro para 26. Também haverá reforço na instalação de equipamentos em Vila Nova da Penha, Central Carapina, André Carloni, Planalto Serrano e Jacaraípe.

O secretário afirma que algumas ações já estão dando resultado. Neste mês, do dia 1º a 18, foram registrados oito homicídios na cidade. No mesmo período de 2010, foram 19. “Reduzimos o número de assassinatos em 60%. Isso é inédito, pois, por 20 anos, eram 1,5 homicídio por dia e hoje, com a redução, são 0,4”.



FABIO VICENTINI

Viaturas da PM já circulam com computadores

Estado Presente chega a mais três regiões

O Programa Estado Presente, um projeto do governo do Estado, deve chegar até o final deste ano, a outras três áreas do município da Serra. A iniciativa tem como objetivo oferecer serviços de cidadania e segurança, com oportunidades para a melhoria da qualidade de vida.

Hoje, as ações já são realizadas na região de Feu Rosa e Vila Nova de Colares. De acordo com a Secretaria de Estado Extraordinária de Ações Estratégicas, a iniciativa deve chegar à Grande Carapina, que abrange os bairros Jardim Carapina, André Carloni, Carapina Grande, Diamantina e Central Carapina.

Outra região que será contemplada pelo projeto

será a Grande Jacaraípe, que inclui Bairro das Laranjeiras, Residencial Jacaraípe, Lagoa de Jacaraípe, São Francisco, Enseada de Jacaraípe, Praia de Capuaba, Costa Dourada, Jardim Botânico, Conjunto Jacaraípe, Estância Monástica, Parque Jacaraípe, São Pedro, São Patrício, Castelândia e Portal de Jacaraípe.

O Estado Presente também vai atuar na Grande Planalto Serrano, nos bairros Planalto Serrano e Campinho da Serra.

A iniciativa tem o apoio de várias secretarias estaduais, Prefeitura de Serra, Poder Judiciário, Sesi, Senac, Centro Integrado Empresa Escola (Ciee) e outros órgãos estaduais.

Fonte: A Gazeta

Figura 8 - Nota publicada na coluna Victor Hugo em 29 de abril de 2013

Governo quer ampliar ação de pais nas escolas

O governo do Estado pretende ampliar o projeto “Coordenadores de Pais”, implantado em 15 escolas da região do Estado Presente, cujos resultados em 2012 foram significativos entre as crianças e jovens ao estreitar a relação da família com a escola. Essa aproximação ocorreu a partir da contratação de uma pessoa da comunidade que, entre outras atribuições, visita casas, promove atividades entre pais e filhos e monitora a frequência dos alunos.

O resultado

Dos estudantes atendidos, 69% reduziram as faltas, 61% melhoraram o comportamento, 55% tiveram melhor desempenho escolar e 46%, que estavam vulneráveis à evasão, retomaram os estudos. O projeto é desenvolvido junto com a Fundação Itaú Social, Cenpec, Movimento ES em Ação e Fucape. O governo está em busca de novos parceiros para levar o projeto às 32 escolas situadas nos conglomerados do Estado Presente.

O erro do DEM 1

O DEM calculou mal. O partido, ao indicar Patrícia Salomão para a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, pensou em colher dividendos políticos da nomeação. Mas a Seama, na prática é uma “rainha da Inglaterra” – tem 20 funcionários enquanto o Iema tem cerca de 420. Resultado: Patrícia, politicamente limitada, acabou caindo.

O erro do DEM 2

A coluna apurou que o prefeito Rodney Miranda, chefe do DEM no Estado, queria a cabeça da ex-secretária há muito tempo. Só a recebeu na

Fonte: A Gazeta

Figura 9 - Notícia publicada em 18 de julho de 2013

VIDEOMONITORAMENTO

Ruas da Grande Vitória receberão mais câmeras

Cada município ganhará do Estado mais 100 aparelhos até o fim do ano

de **ANDERSON SALLES**
asalles@redgazeta.com.br
DA REDAÇÃO MULTIMÍDIA

Os municípios que compõem a Grande Vitória vão ganhar um reforço no combate à violência. Até o final do ano, Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica passarão a contar, cada uma, com mais 100 câmeras de videomonitoramento, além daquelas já existentes.

Trata-se do projeto Olho Digital, que integra as ações do programa Estado Presente, do governo do Estado – que tem o objetivo de enfrentar a violência em áreas de risco. A Secretaria de Segurança Pública (Sesp) vai fornecer os equipamentos e o software de gerenciamento, assim como a instalação e o treinamento de operadores.

Em Vitória, atualmente



Operador observa imagens na central de videomonitoramento de Vitória

são 82 câmeras instaladas. Após o Olhar Digital, 37 bairros passarão a ser monitorados. Regiões nobres como Jardim Camburi (18 unidades), Praia do Canto (10) e Jardim da Penha (10) serão as mais beneficiadas. “Foram analisadas as demandas específicas de cada órgão de segurança, como a Guarda Civil Municipal, a Polícia Militar e a

Polícia Civil. Também ouvimos as comunidades”, disse o secretário municipal de Segurança Urbana, Wellington da Costa Ribeiro.

REFORÇO

Em Vila Velha, 120 câmeras registram diariamente ocorrências policiais – como averiguação de suspeito, posse e uso de entorpecentes, embria-

guez, furto, roubo –, além de infrações de trânsito.

De acordo com o subsecretário de Gestão Estratégica, Alcemir Pantaleão, nos locais onde já há câmeras houve redução de mais de 60% dos crimes. Serra conta hoje com 54 equipamentos; e Cariacica, com apenas nove. Está última é a única que receberá mais: 104 câmeras.

Fonte: A Gazeta

Figura 10 - Notícia publicada em 29 de maio de 2011

Fila. Próximo bairro a receber benefícios será Vila Betânia, em Viana Projeto de segurança sem data para acabar em Terra Vermelha

Secretarias estaduais de Saúde, Esporte, Educação e Ação Social terão atividades na região

DA REDAÇÃO MULTIMÍDIA

■ Moradores da Grande Terra Vermelha, em Vila Velha, receberão um reforço na segurança sem data para acabar. A região será a primeira a receber um projeto de enfrentamento da violência por meio da cidadania.

O combate à criminalidade vai além da presença policial, segundo o Secretário de Ação Es-

tratégica, André Garcia. A proposta é que todas as secretarias do governo estadual como Saúde, Esporte, Educação e Ação Social desenvolvam atividades para envolver a comunidade.

“O projeto ‘Estado Presente’ não será aquele lançado hoje e encerrado daqui há uns meses. Nós chegamos na Grande Terra Vermelha e vamos permanecer por tempo indeterminado. Queremos que a população se envolva com nossas atividades. O resultado disso vai refletir diretamente na queda dos índices de violência que é uma das nossas grandes metas”, disse.

O lançamento do projeto aconteceu ontem, com a presença do governador Renato Casagrande, e atraiu centenas de pessoas. Na ocasião, a população recebeu serviços comunitários como de confecção de documentos, assistência jurídica e de saúde.

A aposentada Josefa Maria da Silva, que mora no bairro há mais de 25 anos, contou que tem esperança de ver paz. “Matar alguém aqui na Grande Terra Vermelha infelizmente virou uma rotina para nós. Ninguém se espanta mais com um assassinato. Isso é muito triste”, afirma.

Aos 17 anos, o campeão de surf Jhony Botelho é um exemplo. Nascido e criado em Terra Vermelha, Jhony conta que a violência sempre esteve muito perto, mas ele escolheu outro caminho. “Eu vi no surf uma oportunidade para minha vida. Aqui no bairro tenho outros colegas que também estão em busca de uma oportunidade. Basta ter um apoio”, relata.

O próximo bairro a receber o projeto Estado Presente será Vila Betânia, em Viana. Ao todo, 30 áreas de vulnerabilidade social devem receber o programa. (Com informações de Letícia Cardoso)

Fonte: A Gazeta

Figura 11 - Notícia publicada em 29 de abril de 2012

MAIS SEGURANÇA TRÂNSITO SERÁ VIGIADO POR CERCO ELETRÔNICO

Câmeras vão identificar carros que entram e saem da cidade

GUILHERME SILLIA
A fiscalização nas ruas da cidade será ampliada até o final do ano com a implantação do sistema OCR Inteligente, que é um cerco eletrônico por todo o perímetro urbano. Serão instaladas câmeras em vários pontos do município. Com isso, será possível saber quais veículos entram e saem do município”, explica Alessandro Daros, coordenador do videomonitoramento da cidade.

A implantação do cerco eletrônico faz parte do programa do governo Estado Presente, com ações para reduzir a criminalidade e o número de homicídios no Espírito Santo, através de medidas que vão além das ações policiais.

“O cerco eletrônico é apenas uma das ações do projeto. Com essas câmeras poderemos monitorar todos os carros que estiverem circulando”, ressalta o subsecretário Estadual de Segurança Pública, Guilherme Pacifico.

O coordenador do videomonitoramento explica que o sistema funcionará como um banco de dados. “As informações e as imagens poderão servir, entre outras funções, para criar alerta de roubo de carros e também analisar se sem algum criminoso facilitando o roubo de automóveis”, ressalta Daros.

As câmeras são instaladas em locais estratégicos dos bairros, como praças, proximidades de escolas e ruas com grande concentração de comércio. Os equipamentos usados são de última geração, com grande alcance e capacidade de gerar imagens com alta resolução.

O secretário de Defesa Social ressalta que o trabalho de videomonitoramento não se restringe apenas à visualização dos delitos. “Os aparelhos de videomonitoramento são itinerantes, podem ser deslocados para outros bairros, locais onde ocorram festividades e eventos especiais”, destaca.

Além da Polícia Militar, os agentes de trânsito da cidade também atuam para resolver problemas relacionados ao trânsito, que são detectados pelas câmeras comuns e pelas taguetas. A prefeitura não soube informar o gasto mensal com o videomonitoramento, incluindo pessoal e aparelhagem.

Os bairros que já contam com o serviço são Laranjeiras, Jacaripê, Vila Nova de Colares, Fei Brasa, Mangueiras, Nova Almeida, Bairro de Fátima, Centro, Novo Horizonte, Jardim Tropical, Jardim Limoeiro, Serra Casosa, Barcelona, Central e Jardim Carapina, Planalto Serrano, José de Archanjo e Balneário Carapibus.



Fei Brasa vai receber o audiomonitoramento, que detecta disparos de armas



A vigilância com câmeras deve ser ampliada na Avenida Abdo Saad, em Jacaripê

COMO FUNCIONA O SISTEMA

Função
As câmeras são operadas por agentes em uma central de monitoramento, que entram em contato com a polícia, caso presenciem alguma ocorrência criminosa. Além disso, as

câmeras são usadas para ajudar na fiscalização de trânsito no município.

Bairros
Os bairros que já têm câmeras são Laranjeiras, Jacaripê, Vila Nova de Colares, Fei Brasa, Mangueiras, Nova

Almeida, Bairro de Fátima, Centro, Novo Horizonte, Jardim Tropical, Jardim Limoeiro, Porto Casosa, Barcelona, Central, Carapina, Jardim Carapina, Planalto Serrano, José de Archanjo e Balneário Carapibus.

Sistema para detectar tiro em 3 bairros

Dentro das ações do Estado Presente que serão realizadas na cidade, três bairros também receberão a tecnologia de audiomonitoramento, que detecta o disparo de armas de fogo.

Até o final do ano, os bairros de Fei Brasa, Vila Nova de Colares e Central Carapina receberão a tecnologia com intuito de reduzir os índices de criminalidade. “De acordo com o Mapa do Crime, feito pelo governo do Estado, esses bairros são os que mais registraram ocorrências. Por isso, os equipamentos de audiomonitoramento serão instalados em diversos pontos dessas localidades”, explicou o secretário de Defesa Social, José Carlos Carneiro.

Para o coordenador do videomonitoramento, Alessandro Daros, a instalação da tecnologia vem para reduzir o número de homicídios. “Os equipamentos são sensores que detectam a velocidade do som, mostrando o local de onde partiu o disparo e o auxílio do GPS e do videomonitoramento. Com eles pretendemos reduzir o número de casos relacionados a armas de fogo nesses bairros”, ressalta.

O audiomonitoramento é uma tecnologia americana que, somado ao videomonitoramento, busca localizar o local exato em que um disparo foi efetuado. O detector já foi implantado em 45 cidades norte-americanas, e o número de homicídios caiu de 40% a 0.

SERRA 3
DOMINGO, 29 DE ABRIL DE 2012 A GAZETA

Fonte: A Gazeta

Figura 12 - Notícia publicada em 29 de abril de 2012

OCUPAÇÃO SOCIAL

Curso gratuito de maquiador e até de DJ para reduzir a criminalidade

São 275 vagas em atividades escolhidas pela população de Vila Velha, Serra e Cariacica

DIYON SILVA
diobelson@redgazeta.com.br

Comunidades de três municípios da Grande Vitória puderam escolher os cursos de qualificação que mais se aproximam dos interesses da população. Entre as opções estão oportunidades para as pessoas se capacitarem como maquiador, fotógrafo e até DJ.

Por meio do programa Ocupação Social, desenvolvido pelo governo do Estado, serão ofertadas gratuitamente 275 vagas em cursos nas áreas de eventos, comunicação e tecnologia, além de moda e beleza. O programa tem o objetivo de reduzir a criminalidade entre os mais jovens. O anúncio foi feito ontem pelo governador em exercício César Colnago. As informações são da Rádio CBN Vitória.

Os cursos serão oferecidos em bairros da Serra, de Cariacica e de Vila Velha, e terão início a partir do dia 19 de setembro. Segundo Colnago, foi realizada uma ampla consulta à população, que sugeriu as áreas e o tipo de capacitação que gostariam de ter.

"A partir deles, de seus desejos, estamos oferecendo cursos das mais diversas áreas, como de fotógrafo, maquiador, desenhista e também na área da indústria, tudo a partir do que o jovem quer", explicou. Atualmente, mais de 1.200 jovens com idade superior a 16 anos participam das ações e a expectativa do governo do Estado é que esse número chegue aos 16 mil.

Entre eles está Geovane Silvério, de 17 anos, morador de São Torquato, em Vila Velha, que com acompanhamento de um coach (instrutor) está desenvolvendo suas habilidades para alcançar a meta de entrar na faculdade. Antes do programa, o jovem estava fora da escola. "Eu sei que no futuro eu tenho um objetivo e um lugar onde eu quero estar e para isso preciso estudar, conseguir um diploma acadêmico e ter foco", relata.



Estudante com foco no futuro
Antes do programa, Geovane Silvério, 17 anos, morador de São Torquato, em Vila Velha, estava fora da escola. "Eu sei que no futuro eu tenho um objetivo e para isso preciso estudar, conseguir um diploma acadêmico e ter foco" —
GEOVANE SILVÉRIO ESTUDANTE

OPORTUNIDADES

CARIACICA
• Floral II
Curso: Fotógrafo (50 vagas); tarde e noite (80h)

SERRA
• Central Carapina
Curso: Instalador e Reparador de Redes (25 vagas); noite (80h)

• Planalto Serrano
Curso: Recepcionista (25 vagas); noite (80h)

• Vila Nova de Colares
Curso: Recepcionista (25 vagas); tarde (80h)

VILA VELHA
• Barramares
Curso: Maquiador (25 vagas); tarde (80h)

• Boa Vista
Curso: Fotógrafo (25 vagas); manhã (80h)

• Santa Rita
Curso: Disc Jôquei (DJ) (50 vagas); manhã e tarde (80h)

• Desenhista de Moda
Curso: DJ (25 vagas); manhã (80h)

• Usses Guimarães
Curso: Maquiador (25 vagas); tarde (80h)

REQUISITOS:
Ter pelo menos 16 anos, ensino fundamental incompleto, ao menos um documento com foto e morar no município.

Inscrições para 11 turmas começam na terça-feira

As inscrições para os cursos começam na próxima terça-feira e serão realizadas pelo site sistemas-es.gov.br/ocupacao-social. Serão abertas 11 turmas com 25 vagas cada. As oportunidades são para os cursos de des-

enhista de moda, maquiador, fotógrafo, recepcionista, instalador de rede de computadores e DJ. As vagas serão ofertadas pelos professores do Centro Estadual de Educação Técnica Vasco Coutinho.

Outra novidade é que a partir de agora o programa ficará sob responsabilidade da Secretaria de Estado de Direitos Humanos. Isso porque a Secretaria de Educação Estratégicas (SEAE) foi extinta e passa a funcionar como uma subsecretaria. De acordo com Colnago, a medida vai proporcionar economia nos gastos públicos.

Fonte: A Gazeta

Figura 13 - Reportagem publicada em 20 de março de 2015

Cidades.

Cidades com epidemia de dengue

JUVENTUDE EM RISCO



Sua esperança é o estudo, de 15 anos, foi morador de Vila Velha, onde viveu, na Grande Vitória, até o fim de maio, em Vitória.

MORTE DE MENORES QUINZE BAIRROS NA MIRA DA OCUPAÇÃO SOCIAL

Programa estadual vai priorizar áreas onde morrem mais jovens

Gerado 15 bairros vulneráveis a ser pesquisado do Programa de Ocupação Social do governo do Estado. Não vive a população de maior vulnerabilidade social. Homens, jovens com idade entre 15 e 24 anos. E o país a maioria dos jovens em situação de risco social.

ALGUNS LOCAIS
• Serra
• Vila Nova de Colares
• Vila Velha
• Barramares
• Santa Rita
• Cariacica
• Serra do Rio de Poira
• Litorâneo
• Açoço
• Região de Interlagos
• São Mateus
• Gariri e outros
• Pinheiros

4 CIDADES

Sexta-feira, 20 de março de 2015 - A GAZETA

JUVENTUDE EM RISCO

OS VULNERÁVEIS



70% DOS MORTOS ESTAVAM FORA DAS ESCOLAS

Em cinco anos, foram mais de 3 mil vítimas



TRÁGICO
De outros municípios, vieram ainda mais vítimas. Em 2010, o Estado de São Paulo teve 29,6 mil mortes entre 15 e 24 anos. No mesmo período, o Brasil teve 128,5 mil mortes. Isso representa um aumento de 29% em relação a 2009.

Escolas e pais vão ajudar no projeto

As escolas e os pais dos jovens que vivem nos bairros de risco social devem ser envolvidos a partir de agora. O projeto de ocupação social vai ser desenvolvido em parceria com as escolas e os pais dos jovens. O objetivo é oferecer oportunidades de qualificação e emprego para os jovens em situação de risco social.

Fonte: A Gazeta

Figura 14 - Notícia publicada em 5 de julho de 2017

SETE BAIRROS

2.100 vagas em cursos gratuitos

Oportunidades são para a Grande Vitória. Inscrições podem ser feitas até o dia 9

▲ **DINÁ SANCHOTENE**
dsanchotene@redogazeta.com.br

Boa oportunidade para quem quer aprender uma profissão e trabalhar por conta própria. O Programa de Ocupação Social, por meio do Oportunidades, vai oferecer 2,1 mil vagas em cursos profissionalizantes para jovens a partir de 16 anos até o final de agosto. As chances serão distribuídas por sete bairros e as inscrições atendem a uma localidade por semana.

Até o final do ano, serão abertas outras 2,1 mil vagas, totalizando 4,2 mil chances em 14 bairros. De acordo com o secretário de Direitos Humanos, Júlio Pompeu, serão 300 oportunidades por bairro.

O primeiro bairro a receber os cursos será Nova Rosa da Penha II, em Cariacica. As inscrições podem ser feitas até 9 de julho, nos sites www.direitoshumanos.es.gov.br e www.opportunidades.es.gov.br.



Curso de maquiagem: Regina quer abrir um negócio

As aulas serão ofertadas pelo Centro Estadual de Educação Técnica (CEET) Vasco Coutinho e realizadas na Escola Estadual

de Ensino Fundamental e Médio Teotônio Brandão Vilela. "A nossa ideia é transformar a vida dos jovens que vivem nos bairros de situação de risco. Estamos dando a chance deles construírem uma nova trajetória, com cursos de qualidade, gratuitos e que atendem a demandas dessas comunidades", diz Pompeu.

O secretário destaca que os bairros atendidos pelo Programa de Ocupação Social contam com grande potencial para o empreendedorismo. Estão confirmados dez cursos gratuitos e, entre as opções, estão os de porteiro, customização, almoxarifado, fotógrafo, decoração de unha e recepcionista. Cada curso terá uma turma com 30 vagas e carga horária de 40h.

Regina Célia Finotio Nunes, 36 anos, é aluna do curso de maquiagem. Moradora de Boa Vista, em Vila Velha, ela diz que pretende trabalhar por conta própria após a formação. "Estou desempregada e gosto da área da beleza".

SAIBA MAIS

VAGAS

Serão 2,1 mil vagas até agosto, distribuídas por sete bairros. Serão 300 vagas para cada localidade. Até o final do ano, haverá outras 2,1 mil vagas. Ao todo, serão beneficiados 14 bairros.

BAIRROS

As primeiras 2,1 mil vagas serão para os bairros de Nova Rosa da Penha II, São Torquato, Boa Vista, Novo Horizonte, Central Carapina, Flexal II e Nova Palestina.

PRIMEIRA TURMA

O Será Nova Rosa da Penha II, com 300 vagas, distribuídas por dez opções de cursos.

INSCRIÇÕES

Para Nova Rosa da Penha II, em Cariacica, as inscrições podem ser feitas até 9 de julho, em direitoshumanos.es.gov.br e oportunidades.es.gov.br. As demais inscrições vão ocorrer nas semanas seguintes, sendo uma para cada bairro.

LOCAL DAS AULAS

As aulas serão realizadas na Escola Estadual de Ensino

Fundamental e Médio Teotônio Brandão Vilela.

REQUISITOS

É necessário ter pelo menos 16 anos de idade, morar no município onde o curso será realizado e ter o ensino fundamental II incompleto (podendo ser matriculado o aluno que comprovar saber ler, escrever e efetuar operações matemáticas básicas). Lembrando que, no ato da inscrição, o candidato deverá optar por apenas um curso.

PREFERENCIALMENTE, as vagas serão para jovens com idade entre 16 e 24 anos.

MATRÍCULA

A matrícula deverá ser realizada no primeiro dia de aula, previsto para 19 de julho.

CURSOS

Customização, almoxarifado, fotógrafo, porteiro, auxiliar de rotinas administrativas, decoração de unhas, recepcionista, auxiliar de logística e produção, empreendedorismo e inglês básico para comércio exterior.

Fonte: A Gazeta

Figura 15 - Notícia publicada em 21 de março de 2018

AÇÕES PARA REDUZIR CRIMINALIDADE

Estado vai investir R\$ 230 milhões no Ocupação Social

Assassinatos de jovens nas regiões atendidas pelo programa vêm caindo desde 2015

▲ **CAIQUE VERLI**
cvaive@redogazeta.com.br

O número de homicídios de jovens de 15 a 24 anos de idade caiu 8% entre 2016 e 2017 nos bairros que são atendidos pelo projeto Ocupação Social, do governo do Estado. Os números foram divulgados ontem, em coletiva no Palácio Anchieta. Também foi anunciado um aporte de US\$ 70 milhões (R\$ 230 milhões) no programa nos próximos anos.

A quantidade de assassinatos nessa faixa etária passou de 88 para 81, de um ano para o outro, nos 25 bairros que são atendidos desde o início do Ocupação Social, em 2015. Entre 2014, quando foram registrados 140 assassinatos, e o ano passado, a queda foi de 42%.

O Ocupação Social tem por objetivo levar cursos de capacitação, além de atividades culturais e esportivas, às regiões mais violentas do Estado. Na avaliação do secretário de Direitos Humanos, Júlio Pompeu, a redução foi maior no primeiro ano por causa do impacto do início do projeto.

"Ao mesmo tempo em que definimos os territórios do Ocupação Social, essa definição de território valeu tanto para as ações de prevenção quanto para as ações de enfrentamento. Foi um momento em que colocamos muita gente nos bairros, muitos agentes do programa, que eram jovens da próxima comunidade recrutados para conversar com os outros jovens."

Os próximos cinco anos do projeto vão contar com um investimento de US\$ 70 milhões (equivalente a mais de R\$ 230 milhões), valor de um convênio firmado com o Banco Interamerica-



Aula de curso de empreendedorismo oferecido pelo Ocupação Social

no de Desenvolvimento (BID). Parte do dinheiro será usado para a implantação de centros de cidadania, que vão concentrar atividades do projeto.

"A ideia é que possamos ter ao menos um deles em funcionamento ainda este ano. Vão ter equipes contra-

tadas para trabalhar nesse centro, no atendimento à juventude, orientação dos jovens e no desenvolvimento de ações do programa, como aulas de empreendedorismo, ações de cultura e de esporte", destacou Pompeu.

André Garcia, secretário de Segurança, destacou que

o projeto foi importante para reduzir a criminalidade. "Para que o impacto nas ações policiais não fique apenas a curto prazo." O Estado apresentou, segundo ele, a maior redução dos últimos 18 anos na taxa de homicídios no primeiro bimestre de 2018: -34%.

SAIBA MAIS

NÚMERO DE HOMICÍDIOS

Jovens

- 2014: 140
- 2015: 88
- 2016: 88
- 2017: 81

BAIRROS ATENDIDOS

Grande Vitória

▼ Serra: Feu Rosa, Vila Nova de Colares, Jardim Carapina, Novo Horizonte, Planalto Serrano, Bairro das Laranjeiras e Central Carapina.

▼ Vila Velha: Barramareis, Ulisses Guimarães, Boa Vista, São Torquato e Santa Rita.

▼ Cariacica: Nova Rosa da Penha, Nova Esperança, Flexal II e Castelo Branco.

▼ Vitória: Nova Palestina e Bairro da Penha.

Interior

▼ Cachoeiro de Itapemirim: bairro Zumbi.

▼ Colatina: Bela Vista e Ayrton Senna.

▼ São Mateus: Vila Nova e Bom Sucesso.

▼ Linhares: Aviso, Interlagos.

▼ Pinheiros: a parte atendida é formada por uma pequena área do perímetro urbano da cidade.

Figura 16 - Notícia publicada em 11 de abril de 2018

PARA ESTUDANTES

Mais de 3,2 mil vagas de estágio abertas no governo

Chances serão para cidades da Grande Vitória e do interior, em mais de 60 cursos

■ DINÁ SANCHOTENE
dinachotene@redgazeta.com.br

Estudantes de nível médio, técnico e superior que querem ingressar no mercado de trabalho já podem se inscrever no Programa Jovens Valores, do governo do Estado. A oferta é de 3.292 vagas, distribuídas por 51 órgãos de todo o Estado.

A carga horária é de 20 horas semanais, ou seja, quatro horas diárias. Os estudantes vão receber bolsa mensal no valor de R\$ 598,95, além de auxílio-transporte. Os interessados podem se inscrever até 10 de maio, no endereço eletrônico www.jovensvalores.es.gov.br.

O candidato precisa ter no mínimo 16 anos de idade, estar matriculado e frequentando regularmente uma instituição de ensino e não ter vínculo empregatício.

Há 3.292 vagas de estágio distribuídas entre os municípios da Grande Vitória e do interior, que contemplam mais de 60 forma-



Jean é estudante e já faz estágio em secretaria do governo: "Experiência ótima"

ções diferentes. Dentre os cursos com maior número de vagas estão Administração, Direito, Comunicação Social, Ciências Contábeis, Educação Física, Pedagogia, Arquivologia e os cursos Técnicos de Administração e Informática", destaca a coordenadora do Jovens Valores, Kamilla Mota.

Há um mês, o estudante de Publicidade Jean Felipe

OPORTUNIDADES

51

órgãos

Quantidade de repartições públicas estaduais que vão receber as vagas de estágio.

Bernardo, 21 anos, é estagiário de publicidade na Secretária de Estado de Gestão e Recursos Humanos (Sege). Ele está no 5º período do curso. "Estou achando a experiência ótima. Com o estágio, é possível colocar em prática tudo o que estou aprendendo na faculdade. Acredito que essa oportunidade vai agregar muito ao meu futuro profissional",

comenta o jovem.

De acordo com a Sege, a seleção prioriza a chamada de estudantes a partir de informações do perfil socioeconômico, da participação nos Programas Nossa Bolsa, Bolsa-Família, ProUni e ingresso em universidades e institutos federais por meio de cotas.

PROGRAMA

Kamilla Mota destaca que o Programa Jovens Valores já começou com a participação de mais de 18 mil estudantes desde a sua criação, em 2009. Para atender esses estagiários, estiveram envolvidos cerca de 200 profissionais de Recursos Humanos e 2 mil supervisores.

"Com o programa, os órgãos estaduais ajudam o estudante a ter experiência para ingressar no mercado de trabalho futuro", comenta.

A coordenadora afirma que são priorizados os estudantes que podem em área de vulnerabilidade social, que moram nos bairros atendidos pelo Ocupação Social, e provenientes de escolas onde há um alto índice de evasão escolar.

SAIBA MAIS

VAGAS

• **51 órgãos**
3.292 para Estágio no Programa Jovens Valores, para estudantes do Ensino Médio, Técnico e Superior. As oportunidades serão distribuídas para 51 órgãos integrantes do Poder Executivo Estadual.

REMUNERAÇÃO

• **Por mês**
O estagiário receberá R\$ 598,95 por mês, bem como auxílio-transporte.

REQUISITOS

• **Ensino médio**
Comprovação de matrícula e frequência regular em instituição de ensino médio.

• **Ensino técnico**
Comprovação de matrícula em instituição de ensino técnico e frequência regular, ou pendência de estágio profissional para a conclusão do curso.

• **Ensino superior**
Comprovação de matrícula e frequência regular em instituição de ensino superior.

INSCRIÇÕES

• **Na internet**
No endereço eletrônico jovensvalores.es.gov.br, até às 23h59 do dia 10 de maio de 2018.

CURSOS

Confira em www.gazetaonline.com.br a lista completa com os cursos ofertados.

4.1.2 Quando um problema na área da segurança é apontado

Neste tipo de ocorrência, que aparece com menor frequência na análise dos anos subsequentes, os enunciados jornalísticos têm como pano de fundo um problema ou uma situação factual ligada aos temas violência e insegurança. Por esse motivo, trata-se de conteúdos inseridos dentro do gênero jornalístico informativo (notícias e reportagens) publicadas na editoria de Cidades. Nestes conteúdos, o programa de segurança aparece, evocado pelo próprio governo, como a medida que está sendo tomada para eliminar ou reduzir os problemas sociais evidenciados.

É preciso ressaltar que esse tipo de conteúdo é o que menos aparece ao longo dos anos (foram 12 ao todo), de acordo com o levantamento feito neste estudo. Mas é nele que encontramos,

assim como em alguns textos sobre estatísticas divulgadas e reportagens sobre a implantação dos programas, um tom crítico do discurso jornalístico ao evidenciar demandas sociais ou ainda ao questionar a eficácia do estado diante de situações que desencadeiam a sensação de insegurança.

Figura 17 - Notícia publicada em 11 de abril de 2018

10 CIDADES SEGURANÇA

A GAZETA SEGUNDA-FEIRA, 1º DE AGOSTO DE 2011

VILA VELHA

Vendedor morto enquanto jogava futebol

Crime aconteceu na tarde de ontem, num campo em Terra Vermelha

GLACIERI CARRARETO
gcarrareto@redesgaia.com.br

A animação de uma partida de futebol foi substituída por medo e silêncio durante um jogo no campo de Terra Vermelha, em Vila Velha. Na tarde de ontem, um dos jogadores foi morto na frente dos demais colegas que participavam da competição. O vendedor Carlos Rosa

Costa Júnior foi assassinado a tiros no meio do campo. Apesar de haver diversas testemunhas no local, ninguém falou sobre o crime com a polícia. "Ao chegarmos, todos os demais participantes do jogo já haviam deixado o campo e retirado o uniforme, sem dar uma palavra", disse um soldado da PM. Investigadores da Polícia Civil encontraram marcas de tiros em um Fiat Stilo azul, com placas da Serra. O veículo teria sido usado por Carlos para chegar

Carro já foi atingido por tiros

Os peritos afirmaram que os buracos de bala no Fiat Stilo são antigos, que não foram feitos ontem à tarde, o que indicaria que o carro já esteve envolvido em um tiroteio. Segundo a polícia, Carlos Rosa era morador de João Goulart e tinha envolvimento com o tráfico de drogas.



Carlos Rosa Costa Júnior foi assassinado a tiros

ao jogo de futebol, mas não pertencia a vítima. O assassinato de Carlos ocorreu a 200m de uma unidade do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) da Polícia Militar. Terra Vermelha foi o primeiro bairro a receber o projeto "Estado Presente", nova política do governo estadual de enfrentamento à violência com cidadania. O projeto - que tem o objetivo de levar ações sociais às 30 regiões mais violentas do Espírito Santo - começou em maio.

Fonte: A Gazeta

Figura 18 - Reportagem publicada em 10 de abril de 2018

Cidades.

A LEI DO CRIME



TRÁFICO DITA AS REGRAS EM BAIROS DA GRANDE VITÓRIA

Criminosos decidem até com quem mulheres vão se relacionar

ELI CARVALHO
emcarvalho@redesgaia.com.br

Monitores que vivem em comunidades da Grande Vitória prestam bairros com o poder paralelo. Tráfico de drogas domina a vida social e aqueles que se desentendem podem ser punidos com agressões, espancamentos e até a morte. A reportagem orientada por moradores e policiais de segurança que vivem em áreas de risco de Vila Velha e Terra Vermelha, em Vila Velha, revela que o tráfico de drogas dita as regras em bairros da Grande Vitória.

Uma comunidade de Flexal é conhecida como Vila Velha e é conhecida como Vila Velha. Ela é conhecida como Vila Velha e é conhecida como Vila Velha. Ela é conhecida como Vila Velha e é conhecida como Vila Velha.

TERROR
"Fui rendido em Vitória por vários homens armados querendo saber onde eu era. Também passei por isso em Nova Brasília".

CARLOS DE JESUS
MOURA DE APLICADO

com entrega de produtos conhecidos como uma regra conhecida quando entram em uma comunidade da Grande Vitória. Ela é conhecida como Vila Velha e é conhecida como Vila Velha.

MORTES
Em Central Caravelas, na Serra, o jovem Mateus Douglas Araujo foi morto por

motociclistas de Transportes por Aplicativo, entre os que ele mesmo já rendeu por tráfico de drogas. Ela é conhecida como Vila Velha e é conhecida como Vila Velha.

4 CIDADES

A LEI DO CRIME

"Em Flexal I a gente não pode fazer nada. Lá quem comanda são eles"

MORADORA DO BARRIO FLEXAL I
"Lá é a lei do silêncio. Ninguém vê nada. Ninguém ouve nada".



matam um do outro. As mandam abastecer as paradas do mercado, farmácia, escola, nada faltando. Porém, tudo isso é pago. A gente fica de pé e o resto é silêncio. Sem ter como discutir. O que acontece com quem chama a polícia? Não pode falar em outras coisas, na frente das crianças. Elas matam mais não os rivais mesmo. Com quem chama a polícia, ou eles mandam a família embora ou da algum jeito a pessoa não fica no bairro, eles dão um jeito de matar com a pessoa.

O TRÁFICO MANDA

SECRETARIA: pontos são monitorados
A Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sepg) informou, por escrito, que os serviços de inteligência da Sepg, Polícia Militar e Polícia Civil monitoram todos os pontos considerados vulneráveis da Grande Vitória. Nessas comunidades são realizadas operações orientadas com objetivo e recursos especializados em casos de tráfico de drogas.

VITÓRIA
Alvaro do Cabral, Morro do Curto, Santa Maria, São Francisco, Jardim Leopoldina, Ilhéus, Mangue Seco, Santa Maria, São Pedro, Residência, Santa Teresinha, Bairro da Paraíba, Vila Velha, Vila Gerardo.

RELAÇÕES PROIBIDAS
"As mulheres não podem namorar com outros homens. Elas devem esperar por eles sem criar uma nova relação".

USO DE DRUGAS
"É proibido usar drogas na frente dos crianças. As pessoas não podem fumar, beber, usar drogas, não podem usar drogas, não podem fumar, beber, usar drogas".

SERVA
"Não pode chamar a polícia para nenhum tipo de denúncia, não pode chamar a polícia para nenhum tipo de denúncia".

SEJA CHAMADA A POLÍCIA
"Não pode chamar a polícia para nenhum tipo de denúncia, não pode chamar a polícia para nenhum tipo de denúncia".

Figura 19 - Reportagem publicada em 22 de fevereiro de 2008

AGAZETA
SANTA CATARINA, 22 DE FEVEREIRO DE 2008

CIDADES 9

ESPECIAL SEGURANÇA

“CRIME NÃO DOMINA LUGAR NENHUM NO ES”

André Garcia diz que não há território negado à polícia

ALINE NUNES EDUARDO DEAS
Enfrenta em conferência e a insistência dos bandeiristas exigem mais operações, o crime não domina nenhum lugar no Estado em que a polícia não possa entrar. André Garcia, ao ser questionado sobre a ocorrência de crimes que impedem qualquer toque de recolher em Central Campesina, na Serra, e explodiram caixas eletrônicas do Banco do Brasil, em Copacabana de Jaraguá, Vila Velha.

“Não temos territórios negados à polícia, entramos com as viaturas em qualquer lugar. É preciso entender que o crime não ocorre no território”, responde. Mesmo em bairros como Central Campesina, na Serra, onde reconhece que a situação de insegurança é preocupante, afirma que o toque de recolher não é o objetivo principal do trabalho, mas sim garantir a segurança da população. “O crime não domina nenhum lugar no Estado em que a polícia não possa entrar”, afirma.

André Garcia, secretário de Segurança, comparou assalto a banco a “campanha moderna” em coletiva de imprensa. “O crime não domina nenhum lugar no Estado em que a polícia não possa entrar”, afirma.

“O Estado é um pedaço de terra cercado de ocorrências de gancho e explosões de caixas eletrônicas”

“O gancho moderno é quando chegam com armamento pesado, tentam matar policiais, explodem a agência e levam o dinheiro”

ANDRÉ GARCIA SECRETÁRIO DE ESTADO SEGURANÇA DO ESPÍRITO SANTO

Reforço policial continuará em bairro

O comandante-geral da Polícia Militar coronel Nilton Rodrigues, que participou da coletiva com o secretário de Segurança, afirmou que a segurança vai ficar em Central Campesina, na Serra, pelo tempo necessário.

NYLTON RODRIGUES COMANDANTE DA PM

“A PM está no bairro para garantir a tranquilidade e a segurança”, afirmou.

TRANQUILIDADE

“A PM está no bairro para garantir a tranquilidade e a segurança”, afirmou.

ASSALTO

Coronel Nilton Rodrigues afirmou que a segurança vai ficar em Central Campesina, na Serra, pelo tempo necessário.

ASSALTO

Coronel Nilton Rodrigues afirmou que a segurança vai ficar em Central Campesina, na Serra, pelo tempo necessário.

ASSALTO

Coronel Nilton Rodrigues afirmou que a segurança vai ficar em Central Campesina, na Serra, pelo tempo necessário.

ASSALTO

Coronel Nilton Rodrigues afirmou que a segurança vai ficar em Central Campesina, na Serra, pelo tempo necessário.

4.1.3 Quando o desempenho do governo é avaliado

Esses textos jornalísticos, encontrados nas colunas Praça Oito e Victor Hugo e na editoria de Política, mas também presentes em Cidades, assumem uma conotação política na medida em que estabelecem uma relação entre o desempenho do governo e a aplicação da política de segurança. Aparecem questões como a estruturação da gestão, a relevância da política de segurança para o estabelecimento de uma marca de governo e diferenciação em relação ao anterior, as metas da gestão e também os desafios a serem superados. Além disso, é neles que são informadas mudanças estruturais da gestão, como eventuais trocas de secretariado ligadas às pastas envolvidas na condução de políticas de segurança.

Com relação ao programa Estado Presente, notou-se que este tipo de conteúdo, que praticamente não aparece nos dois primeiros anos do governo, passou a ser incorporado no jornal impresso com mais frequência nos dois anos finais, especialmente em 2014 (foram oito publicações ao todo), ano em que aconteceu uma nova eleição estadual.

Já com relação ao programa Ocupação Social, chama atenção o aumento desses conteúdos no ano de 2015 (foram 10 no total), o primeiro de implantação dessa política. O Ocupação Social foi implantado a partir do segundo semestre daquele ano. Durante esse primeiro ano de gestão, os conteúdos jornalísticos publicados, em grande parte na editoria de Política e nas colunas Praça Oito e Victor Hugo, tratam de acompanhar o andamento do primeiro ano de mandato e consequentemente o desenho das políticas públicas, entre elas a de segurança.

Nesta categoria, também foram alocados conteúdos nos quais membros do próprio governo, por meio de entrevistas, fazem uma espécie de autoavaliação de sua gestão e da política de segurança.

Nesses conteúdos, a participação de especialistas e de representantes da sociedade civil foi muito pouco observada. Predomina a palavra dos representantes do próprio governo para além da palavra do autor, quando se trata de publicações em colunas.

Figura 20 - Coluna Victor Hugo publicada em 11 de março de 2012

6 CIDADES
A GAZETA DOMINGO, 11 DE MARÇO DE 2012

VICTOR HUGO
Leonel Ximenes

O escritório do ex-governador Paulo Hartung está sendo chamado de "santuário". É o local preferido das peregrinações dos políticos.

Estado terá sua primeira justiça virtualizada
A Comarca de Biraçu receberá, ainda neste primeiro semestre, um projeto-piloto do Tribunal de Justiça para abandonar a papelada e a burocracia dos cartórios do setor. Processos, ofícios, protocolos, remessa de documentos e outras papuleiras, tudo será feito pela via digital.

De longe
A ideia é que até os advogados processem suas ações dos seus próprios escritórios, sem necessidade de se deslocarem ao interior do Estado. O presidente do TJ, Paulo Valla Fea Rosa, fã de tecnologia, espera que a Justiça virtualizada traga economia, rapidez e mais produtividade ao Poder Judiciário.

A expansão
Depois de Biraçu, outra comarca do interior, cujo nome ainda não está definido, será virtualizada. O objetivo do TJ é que o projeto seja estendido para todo o Estado, inclusive para o próprio Tribunal de Justiça.

Contradição
A virtualização pode ser uma ótima saída para o déficit de 97 juizes no Espírito Santo. Embora o Estado tenha a melhor relação habitante/juíz do país, a produtividade do Judiciário capixaba é a segunda pior do Brasil.

O caos
Situações bizarras já foram constatadas pelo TJ. Tem juiz cuidando de 300 processos enquanto, ao lado dele, um colega tem sob sua respon-

sabilidade cerca de 30 mil.

O nome do homem
O assessor especial do governo, Paulo Bragança, é o candidato dos sonhos de Casagrande para ocupar a vaga do conselheiro Marcos Madureira no Tribunal de Contas. Mas antes o governador vai ter que convocar a Assembleia Legislativa (que fará esta indicação) e o STF, que também quer a vaga.

Vestibular político
Marque a opção correta. A ex-deputada Rita Camata vai para o governo na corte:
() do PSD
() da velha grille Camata
() da República de Castelo Expandida (focando Venda Nova).

Duto de mineiros
O governador Casagrande brinca de dia desses sobre a tão sonhada modernização da 262: "Quando dia for disputada, iremos um mineirinho ligando Minas ao Espírito Santo".

Consolação
Francisco Milfont, cujo nome já falado para ocupar a presidência do Baneses, terá um consolo: ele vai integrar a diretoria da Baneses Seguros.

Ele fica
Por sinal, Casagrande não quer nem ouvir falar na venda do banco. E mais: apesar da queda do desempenho da instituição, o presidente, Bruno Negriz, será mantido no cargo.

Os atos de Vitória
A partir de terça-feira, o cotidiano Clarifonhado, que circula em A GAZETA e no Notícia Agora, passa a publicar os atos oficiais da Prefeitura de Vitória. Os jornais foram os vencedores do Prêmio Esdrasino promovido pela PAV.

Alô, Estado Presente!
Quando os criminosos estarão assentados?

A BELA DO FACEBOOK
Lais Favaro Abreu, de 18 anos, sonha em viajar e conhecer as belezas do Brasil. A mesma ideia de domingo tem como hobby navegar no Facebook e assistir a filmes, sozinha, porque está solteira. Nas horas vagas, é lei estar com os amigos para bater papo. Ah!, aos interessados: Lais admira o caráter, a sinceridade e o bom humor. FOTO: WELLY PEREIRA

Fonte: A Gazeta

Figura 22 - Entrevista publicada em 5 de março de 2013

4 CIDADES

A GAZETA (TERÇA-FEIRA, 5 DE MARÇO DE 2013)

DESAFIOS DA SEGURANÇA

SECRETÁRIO VAI PARTICIPAR DE OPERAÇÕES NAS RUAS

Promessa é que ações sejam semanais; ontem foi a primeira

PRISCILLA THOMPSON

Novamente à frente da Secretaria Estadual de Segurança Pública, André Garcia promete acompanhar de perto as ações da Polícia Militar pelo menos uma vez por semana, fazendo visitas aos bairros e até mesmo participando das operações nas ruas, como fez, ontem, pela primeira vez. Apesar de não revelar as metas do governo para a redução de homicídios nos próximos anos, ele diz que o objetivo continua sendo o mesmo: manter a redução dos índices.

Qual é a avaliação do senhor sobre os primeiros meses do Programa Estado Presente, que esteve sob sua gestão na Secretaria de Ações Estratégicas?

O Estado Presente atingiu o seu objetivo inicial de consolidar a tendência de redução do número de homicídios no Estado. Isso se deu de um programa bastante amplo, que busca impactar os territórios mais vulneráveis, onde os indicadores de violência são maiores. É a primeira vez, em muitos anos, que podemos afirmar que os índices estão caindo.



O novo titular da Segurança Pública acompanhou policiais militares, ontem à noite, a bairros da Serra

da. Ele ainda não falou, mas a redução já mostra uma mudança importante.

A redução no número de homicídios, porém, foi de apenas 2,7% nos últimos dois anos.

Nós não conseguimos apenas dados, mas séries históricas. A taxa de homicídios do Estado por 100 mil habitantes é a menor

dos últimos 17 anos, isso é muito significativo.

Apesar dessa redução, a sensação de insegurança por parte da população parece continuar crescendo. Por quê?

Muitos crimes ocorrem em pouco tempo, e o número de homicídios não podemos negar ainda é alto. Porém, há um desconforto no ni-

mero de crimes violentos, e, aliado a isso, há ainda uma sensação de impunidade por parte da população. Isso não contribui para a sensação de insegurança.

Sem contar os casos de roubos e furtos...

Exatamente. Vamos estabelecer estratégias e fortalecer o patrulhamento nos bairros para diminuir o número de roubos de carros, assaltos a comércio e a pessoas.

Qual a meta de redução? As metas vêm sendo trabalhadas internamente pelo governo para não gerar nenhum tipo de expectativa. Mas a população pode saber que estamos trabalhando para continuar reduzindo os homicídios.

Qual a meta de redução? As metas vêm sendo trabalhadas internamente pelo governo para não gerar nenhum tipo de expectativa. Mas a população pode saber que estamos trabalhando para continuar reduzindo os homicídios.

Qual a meta de redução? As metas vêm sendo trabalhadas internamente pelo governo para não gerar nenhum tipo de expectativa. Mas a população pode saber que estamos trabalhando para continuar reduzindo os homicídios.

PERFIL

Vida e formação
 • Nasceu no Rio de Janeiro, RJ, e cresceu, pai de dois filhos. Gradua-se em Direito na Universidade Federal de Pernambuco e fez mestrado na Universidade Católica (PUC-SP).
Trajetória
 • Em 1994, foi procurador daquele Estado, onde foi secretário-executivo de Defesa Social, em 2006.
 • Foi subsecretário de Segurança do Espírito Santo entre 2008 e 2010.
 • Assumiu a Secretaria de Segurança, em 2010, e a de Ações Estratégicas em 2011.
 • Em setembro de 2012, passou a liderar a Secretaria do Estado da Justiça do Espírito Santo.

O senhor anunciou que vai acompanhar de perto as ações da Polícia Militar. Qual é o objetivo desse acompanhamento?

Quero observar o trabalho da polícia e entender a dinâmica do processo para saber em que pontos podemos melhorar. Vou fazer isso pelo menos uma vez por semana, não que seja apenas uma visita.

Visita a três bairros em período de maior violência

A operação de que o secretário André Garcia participou ontem, na Serra, contou com 74 homens e 16 mulheres da Polícia Militar. De roupa social sem colete à prova de balas, o novo chefe da Segurança visitou os bairros Jardim Catarina, Pira Rosa e Vila Nova de Calheiros.

Angelo foi feito em toda Grande Vitória, com abordagem a condutores de motos, táxi e ônibus das 20h à 1h. Segundo Garcia, esse é o período com maior ocorrência. Até as 21h30,

7,4 mil mulheres pedem proteção à Justiça

Canudas de agressões e com medo de serem mortas, 7.434 mulheres recorreram à Justiça e foram atendidas, no ano passado, para manter longe seus companheiros. Com dados contados a partir do próximo dia 4, com uma ferramenta para proteger: o laço do pássaro, que será acionado diante de alguns perigos.

O mecanismo foi lançado oficialmente ontem durante o Seminário Saúde e Segurança no Ambiente da Violência Doméstica, realizado no Tribunal de Justiça do Espírito Santo, em Vitória. "A Lei Maria da Penha

tem uma lacuna, porque não contempla a fiscalização das medidas protetivas. O homem continua se aproximando e fazendo ameaças", explicou a juíza Hermínia Maria Silveira Azeiteiro, coordenadora estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e familiar, que propôs o laço. Ela lembra que via a ideia em um site da China. A orientação é que a mulher sempre com o dispositivo e o acione se o agressor se aproximar. Para garantir o atendimento dos pedidos de socorro durante 24 horas por dia, a Guarda

tem uma lacuna, porque não contempla a fiscalização das medidas protetivas. O homem continua se aproximando e fazendo ameaças", explicou a juíza Hermínia Maria Silveira Azeiteiro, coordenadora estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e familiar, que propôs o laço. Ela lembra que via a ideia em um site da China. A orientação é que a mulher sempre com o dispositivo e o acione se o agressor se aproximar. Para garantir o atendimento dos pedidos de socorro durante 24 horas por dia, a Guarda

EM 2012

163
vítimas

No ano anterior, 160 mulheres foram assassinadas.

de Vitória está criando a Patrulha Maria da Penha. A central de informações do bodô de plantão vai funcionar no mesmo local do videomonitoramento da prefeitura. Quando a vítima acionar o dispositivo, o

sistema vai rastrear o local onde a mulher está, e a informação vai ser enviada para a Guarda. "A medida protetiva vai ser muito rápida. O bodô de plantão é um instrumento. Funciona como um socorro efetivo e pode até evitar assassinatos", defendeu o delegado Marcelo Nolasco, secretário de Cidadania e Direitos Humanos de Vitória. O projeto será implantado de forma experimental na Capital, mas a intenção do TJ é ampliá-lo para todo o Estado após avaliação. (Com informações de Patrícia Maciel)

Fonte: A Gazeta

Figura 23 - Entrevista publicada em 5 de março de 2013

“Violência não acaba só com policiamento”

Novo comandante da PM, que assume hoje, diz que é preciso manter os detidos presos

▲ Prestes a completar 29 anos de serviços prestados à Polícia Militar do Espírito Santo, Ronald Willian de Oliveira – coronel que estava à frente da Polícia Ostensiva Metropolitana (CPOM) – assume hoje o comando geral da corporação. Com 49 anos, ele traz no currículo a liderança de órgãos como o Batalhão de Polícia Militar Ambiental e o do 7º Batalhão (Cariacica e Viana). Saiba como o coronel espera enfrentar os desafios que terá pela frente, e conheça um pouco de suas propostas para a função.

Marca do comando
Temos o desafio de fazer a sociedade entender que a onda de crimes que acontecem não é culpa da falta de ação da Polícia Militar. Nem falta de efetivo

policial. Vamos otimizar o emprego da polícia. Isso, a gente faz entregando o efetivo nos locais, nos horários em que temos conhecimento de que o crime está acontecendo. Sabemos que, assim, a violência vai migrar para outras áreas. Diante disso, a gente fará uma prevenção primária.

Prevenção primária
Consiste em reduzir os fatores de risco, e aumentar os fatores de proteção. Fatores de risco são as condições que fazem com que determinados crimes aconteçam. No caso do homicídio, são armas de fogo, drogas e impunidade. Fatores de proteção são as ações policiais que desenvolvemos para diminuir os riscos. Esse levantamento é feito com o serviço de inteligência. Para isso, a gente vai contar com uma integração muito mais forte das polícias.

Aumento do efetivo

É óbvio que um dos meus objetivos é buscar, junto ao Governo do Estado, a recomposição do efetivo policial. Nós temos a fatura de 600 soldados em dezembro. Já há um outro edital para mais 1,3 mil vagas em duas etapas – 650 vagas agora e outras 650 no ano que vem. Mas eu não acredito que haja uma relação direta entre a quantidade de policiais e o número de homicídios. Nos últimos seis anos, nós nunca tivemos um número de crimes maior que no ano anterior. O saldo ainda é alto, mas nós conseguimos reduzi-lo fazendo um trabalho otimizado.

População insegura
A pessoa tem que participar. A Polícia Militar não é onipotente. A população cresce de uma maneira muito mais acelerada que o efetivo da polícia. Por isso, ela deve contribuir. O sentimento de insegurança tem embasamento. Mas é preciso entender

PERFIL



▼ **Formação**
Ronald Willian, 49 anos, é natural de Vitória. Fez o curso de Formação de Oficiais na Brigada Militar do Rio Grande do Sul, entre 1983 a 1985

▼ **Experiência**
Comandou o Batalhão de Polícia Militar Ambiental; o 7º Batalhão (Cariacica e Viana); foi relações públicas da PM; chefe da equipe de Hipismo da Corporação e atualmente liderava a Polícia Ostensiva Metropolitana

que, por exemplo, no ano de 2010, a Polícia Militar fez 14.812 detenções. Só neste ano, até 31 de agosto, foram cerca de 12.500. Nossa Polícia Militar é eficiente. O sistema e as leis que existem fazem com que essas pessoas não fiquem presas. O que nós vamos buscar é uma sinergia entre polícia, sistema prisional e judiciário. Quando quem tiver que ficar preso, essa sensação vai diminuir.

Interior

O Governo do Estado tem o programa Estado Presente, que será estendido para o interior. Ele não se limita somente a ações policiais. Segurança pública não é sinônimo de polícia. Em todos os locais do país onde se diminuí os índices de violência urbana, principalmente de homicídio, isso ocorreu através de programas identificados a esse, com a integração de ações sociais.

Batalhão de Missões Especiais

Sempre nos pautamos pelo respeito às pessoas. Quem se sentir vítima de algum abuso de poder, deve recorrer a um órgão competente dentro da Polícia Militar, que é a corregedoria. O BME é uma tropa especializada. Toda vez que ele atua em uma de forma mais contundente, ele assim o faz, primeiro, porque tem uma técnica diferente da usada pelo policiamento normal. Mas, de forma alguma, isso poderá se sobrepor aos direitos das pessoas.

Denúncias na PM

Falo isso de maneira muito tranquila. Todos os casos em que, porventura, houver necessidade de interferência do comandante, a sociedade e a própria Polícia Militar terão na primeira pessoa a fazer jus ao esclarecimento de qualquer irregularidade praticado por um policial.

Fonte: A Gazeta

Figura 24 - Entrevista publicada em 12 de agosto de 2014

CASAGRANDE

“A CASA NÃO ESTAVA TÃO ARRUMADA COMO DIZIAM”

Socialista diz que herdou problemas da gestão de Hartung



Surpreso com críticas do PMER, Casagrande disse que não havia programa de combate ao crime e chamou gestão Hartung de concentradora de riqueza e de decisões

▲ SAMANTHA RODRIGUES
Candidato à reeleição, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Casagrande (PSB), afirmou que “a casa não estava tão arrumada quanto se diz quando assumiu a gestão do Estado em 2011”. A declaração, feita durante a abertura da reunião de imprensa na Rádio CBN Vitória, em parceria com a GAZETA, e com o portal Gazeta Online, tem ligação com o julgamento em andamento da gestão de Paulo Hartung (PMER), cujo letrado diz: “a nossa casa arrumada é a maior alegoria”.

“Se que a casa não estava arrumada quanto se diz, mas eu não fiquei ofendido porque”, afirmou o socialista.
O tom de sabatina, acrescentado, foi de comparação (que costuma acontecer) com o anterior governador, Paulo Hartung, adversário nas eleições de 2010. “Quando assumi a gestão em 2011, o Estado estava muito mais arrumado do que se diz”, afirmou Casagrande. “Hartung deixou um legado muito bom”, disse.
Casagrande destacou a diferença entre o modelo de gestão dele e o de seu antecessor. Segundo o governador, o modelo de administração do Estado do primeiro é “concentrador de riqueza e de decisões”, enquanto o dele é “socialista e fiscal”.

“Não que não o candidato do PMER acredita aquilo que está falando. Quando assumi o governo em 2011, herdei um legado de não falar para trás. Eu sei, mas eu não fingo o que não sei”, afirmou Casagrande.
Sobre a dívida pública, Casagrande afirmou que em 2011, o Estado tinha uma dívida de R\$ 2,2 bilhões. “Hoje, a dívida é de R\$ 17,6 bilhões”, disse.
Em 2013, fez um aumento de 21%. “Herdei um legado de não falar para trás”, afirmou Casagrande. “Quando assumi o governo em 2011, herdei um legado de não falar para trás”, afirmou Casagrande. “Quando assumi o governo em 2011, herdei um legado de não falar para trás”, afirmou Casagrande.

Passivo social
Foi um legado que herdamos com a população capitalista. O Estado entregou nas últimas décadas e cresceu economicamente. Mas, quando eu assumi o governo, estava com muitas dívidas e desgastadas na área social. Era o meu ponto. Por isso, eu vou me jogar no Estado nos dois sentidos de sentido. Eu vou me preocupado pelo governo estadual, que é concentrador de decisões políticas. E vou me preocupando com o desenvolvimento, que também é econômico e social. O Estado, mas também a sociedade.

“É uma atitude arrogante achar que só uma ou outra pessoa consegue ter capacidade de fazer a gestão do Estado”

“É lógico que eu tive que ampliar os gastos com custeio e com pessoal, porque tinha que pagar o passivo social”

“O que havia no governo passado era conversa em roda. Não tinha projeto. Tinha era intenção”

Sistema prisional
Era sempre vamos sentir o controle da torção elétrica. Vai per-

“Que lentidão há em um governo que investe mais em quatro anos do que oito anos do governo passado?”

“É uma atitude arrogante achar que só uma ou outra pessoa consegue ter capacidade de fazer a gestão do Estado”

“É lógico que eu tive que ampliar os gastos com custeio e com pessoal, porque tinha que pagar o passivo social”

“O que havia no governo passado era conversa em roda. Não tinha projeto. Tinha era intenção”

Sistema prisional
Era sempre vamos sentir o controle da torção elétrica. Vai per-

RS 200 milhões respondidas por uma Fundação de Assistência Social, em que o valor de R\$ 11 milhões para R\$ 45 milhões, em um contrato com o Colégio de Ensino de São Paulo, além do Fundo de Combate à Desigualdade Regional e do Fundo de Combate à Infância.

Novo fundo
Neste governo, eu criei o Fundo de Combate à Desigualdade Regional, para reduzir todos os critérios de quem e como de idade na escola.

Continuação de obras
O que havia no governo passado era conversa em roda. Não tinha projeto. Não tinha intenção. Não tinha projeto executivo e o diagnóstico preliminar. Hoje a obra está sendo implementada. O que tinha era debate em reunião, mas quem transformou em projeto executivo, foi o novo governo. O BRTR não tinha projeto executivo. Não tinha projeto executivo e o compromisso de cumprir o prazo. Hoje, a obra de R\$ 1 bilhão está em projeto executivo.

Corrupção
O que havia no governo passado era conversa em roda. Não tinha projeto. Não tinha intenção. Não tinha projeto executivo e o diagnóstico preliminar. Hoje a obra está sendo implementada. O que tinha era debate em reunião, mas quem transformou em projeto executivo, foi o novo governo. O BRTR não tinha projeto executivo. Não tinha projeto executivo e o compromisso de cumprir o prazo. Hoje, a obra de R\$ 1 bilhão está em projeto executivo.

Fonte: A Gazeta

Figura 25 - Reportagem publicada em 28 de setembro de 2014

POLÍTICA 29
DOMINGO, 28 DE SETEMBRO DE 2014 A GAZETA

Segurança

DOR DA PERDA CRIMES AINDA CASTIGAM

A Grande Vitória concentra cerca de 60% dos homicídios dolosos



Tatiana mostra a foto de Milena, vítima de homicídio

LEITICA CONVICIADA
Igor Almeida/Agência O Globo

ELEIÇÕES 2014
O dia da eleição da cidade de Vitória, no Espírito Santo, foi marcado por um crime que chocou a população. Milena, 16 anos, foi vítima de um homicídio doloso no bairro Flor da Campa, na mesma cidade. Menos de uma hora depois, ela estava morta. Milena Batista Sales tinha 16 anos e foi vítima de uma bala perdida, disparada por bandalhos que passaram pela rua em uma motocicleta.

O crime aconteceu há um mês e nem integra as estatísticas dos 650 homicídios que ocorreram na Grande Vitória de janeiro a agosto deste ano. Isso porque vítimas de balas perdidas são incluídas entre os homicídios culposos - sem intenção de matar. Era a casa da revende-

dora de cosméticos Tatiana Karla Sales Alves, 34 anos, que a menina estava pouco antes do crime. Foi um choque para todos os dois. O que aconteceu com ela poderia ter acontecido com qualquer pessoa. Ela poderia estar na praia e passear atirando. O que queremos, agora, é justiça", afirma a revendedora. O apelo é mais um em meio a outros tantos. Entre os desafios do próximo gestor que assumir o Governo do Estado estão os problemas decorrentes da (in)segurança pública.

Em Vitória, que em 2013 registrou cerca de 60% dos homicídios dolosos que ocorreram no Estado. Durante todo o ano de 2013, somente nas cidades de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana foram registrados 920 assassinatos, de acordo com a Secretaria de Estado da Segurança Pública.

AS ESTATÍSTICAS
Homicídios dolosos na Grande Vitória (Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana)



Ano	Homicídios Dolosos
2007	1.250
2008	1.263
2009	1.243
2010	747
2011	1.029
2012	994
2013	920

Os números têm caído. Em 2008, por exemplo, foram registrados 1.263 casos no região (veja gráfico acima), mas ainda assim os dados são alarmantes. Em todo o Estado, a taxa de homicídios dolosos passou de 40,74 para cada 100 mil habitantes. A ONU considera grave a incidência acima do limite de 10 por cada 100 mil.

CAUSAS
Há vários fatores que influenciam a ocorrência de crimes como esses. "Há grandes empresas instaladas na região, o que aumenta o fluxo migratório por ótimas oportunidades de emprego, o que impacta na saúde e na educação e a infraestrutura já não dá conta nem da população local", analisa a coordenadora do Núcleo de Estudos Indiciários da Ufes, Mircia Rodrigues.

"O movimento de tráfico de drogas também acompanha esse fluxo migratório, porque o tráfico atua com base na demanda. Há a disputa entre gangues. Não é só isso, mas isso também impacta nos crimes", afirma a professora.

A suspeita de merendones é de que o tiro que ma-

tu Milena trilha partiu justamente da arma de um traficante que queria atingir o rival. Para evitar que episódios como esse se repitam, moradores do bairro pedem mais policiamento - que foi reforçado somente após a morte da adolescente. Mas, para Mircia Rodrigues, isso não é a solução. "Polícia só não resolve. É preciso um conjunto integrado de ações de prevenção. Já existem programas em andamento que, bem ou mal, estão aí. É o Estado-Prevenção", diz. "O político não pode deixar de falar a verdade para agitar a população, porque nem sempre a população tem razão", afirma a professora.

Seja quem for o governo, em quatro anos é possível minimizar o problema, mas mudanças efetivas, de acordo com ela, acontecerão apenas em, no mínimo, dez anos.

OPINÃO

MELHOR PARA O ESPÍRITO SANTO

Paulo Hartung 15

MELHOR PARA O BRASIL

Aécio 45

Presidente da República

Fonte: A Gazeta

Figura 26 - Reportagem publicada em 28 de setembro de 2014

UM ANO DE GOVERNO

Casagrande reconhece que Segurança é um desafio

Mesmo admitindo desafios sociais, governador se diz animado com pesquisa

de EDUARDO FACCHETTI

Com uma imagem pessoal vista como boa ou ótima por 46,6% dos capixabas e à frente de um governo aprovado por 42,2% da população, o governador Renato Casagrande (PSB) reconhece: 2012 é um ano decisivo para a consolidação de sua marca no Palácio Anchieta. Conforme aponta a pesquisa do Instituto Futuro realizada a pedido de A GAZETA, apesar da boa repercussão, o socialista é visto com desconfiança por 32,0% da população, que não viu no primeiro ano de mandato o cumprimento de promessas de campanha.

"Temos muitos desafios e a Segurança é um deles. Nossas prioridades em Saúde e Educação são claras. O sentimento da população está em sintonia com nossa proposta", ponderou o governador.

Para 61,9%, o governador não está conseguindo reduzir os índices de vio-

RECEPÇÃO

"Esses dados serviram como orientação e incentivo, até para correção de rumos da administração"

RENATO CASAGRANDE (PSB), Governador

lência. A sondagem apontou também que 59,1% dos capixabas não acreditam que o governo conseguirá reduzir as taxas de criminalidade. A principal bandeira do governo, nesse sentido, é o programa "Estado Presente", lançado ano passado. Em áreas de vulnerabilidade social e altas taxas de mortalidade, o governo promete integrar políticas públicas de inclusão e defesa social, conforme lembrou Casagrande.

Para este ano, a Educação é a área com mais recursos reservados pelo governo - R\$ 1,3 bilhão. Saúde e Segurança têm reservados para investimento e custeio R\$ 1 bilhão e R\$ 1,18 bilhão, respectivamente, até dezembro. A respeito da avaliação



Para Casagrande, 2012 vai ser de consolidação: "É hora de dar passos mais largos"

do governo, Casagrande frisou que o resultado foi "animador", principalmente devido às pautas desgastadas que o Estado enfrenta, sobretudo com o governo federal. Por exemplo,

as ameaças de erradicação do Fundap e redivisão dos royalties do petróleo.

"Tivemos muitos embates em Brasília e este ano de 2012 vai ser de consolidação. É a hora de dar passos

mais largos para aumentar a confiança das pessoas. Estou convicto de que terminaremos ano com uma margem de aprovação maior", acredita.

Casagrande reconheceu

que a margem dos que consideram regular sua gestão (42,8%) ainda está muito próxima das avaliações de que o governo é ótimo ou bom (42,2%) e creditou esse resultado ao fato de ter sucedido uma administração de êxito. Ao fim de 2010, o ex-governador Paulo Hartung (PMDB) tinha mais de 70% de aprovação, de acordo com medições do Instituto Futuro.

"Sucedder um governo forte foi um grande desafio. À medida que a gente consolida programas e afina a equipe, vai sendo melhor avaliado", ponderou o governador.

E, ainda que 37,1% das pessoas admitam que o apoio de Casagrande pode ser decisivo para a escolha do voto, em outubro, o socialista se diz irredutível.

"Minha responsabilidade exige que eu fique nos bastidores. Quando a gente sugere um caminho, fecha outras portas. Uma declaração de apoio poderia fragilizar o governo, que é de coalizão", finalizou.

AMANHÃ avaliação de um ano do governo Dilma

VÍTIMA DA VIOLENCIA

"CONSEGUIR REDUZIR OS HOMICÍDIOS É MUITO DIFÍCIL"

Laercio de Oliveira
Aposentado, 79 anos

• Vítima da violência, Laercio de Oliveira, 79 anos, não acredita que o governador Renato Casagrande (PSB) irá conseguir cumprir a promessa de diminuir os índices de homicídios no Estado. Ele perdeu o filho assassinado na "cracolândia" da filha do Príncipe, em Vitória. Laercio é morador de Caratara, região da Grande São Pedro - uma



das áreas atendidas pelo programa "Estado Presente" - e avalia que o governador vem tendo uma boa atuação. "Reduzir o número de homicídios é muito difícil. Acho que ele não vai conseguir. Vejo a mor-

tandade na televisão e me assusta. Tomara que apareça alguém que resolva o problema", disse. Laercio vê na área da Educação outro desafio para Casagrande. "A Educação está caótica", destacou o aposentado.

EM BUSCA DE OPORTUNIDADE

"É PRECISO INCENTIVAR EMPRESAS A NOS DAR EMPREGO"

Lucimar de Almeida
Desempregado, 45 anos

• O desempregado Lucimar Viana de Almeida, de 45 anos, busca uma chance de trabalhar como motorista. Beneficiário pelo programa "CNI Social", uma das ações do governo estadual para combater a pobreza, ele sugere que haja incentivo às empresas para contratar quem, como ele, está habilitado a dirigir caminhão ou ônibus, mas



não tem experiência. "Recebi duas propostas de emprego, mas como não tenho experiência na minha carteira de trabalho, não consegui. É preciso incentivar as empresas a nos dar emprego", frisou. Lucimar

considerou "muito difícil" o fim da pobreza no Estado e fez críticas ao programa Bolsa Capixaba, de complementação de renda. "Dar dinheiro a pobre não resolve. É preciso qualificação", pontuou.

Fonte: A Gazeta

Figura 27 - Nota publicada na coluna Praça Oito em 31 de março de 2015

Rebatismo
Plataforma de campanha de Paulo Hartung, o programa "Ocupação Social", concebido para prevenção e contenção da criminalidade, será rebatizado. O vice-governador César Colnago revelou, ontem, que o nome proposto pelo Executivo "não foi bem recebido pelas pessoas". O governo ainda não decidiu o novo nome.

Fonte: A Gazeta

Figura 28 - Nota publicada na coluna Praça Oito em 12 de abril de 2015

<p>Blue jeans Lembra-se daquela camisa jeans que se tornou praticamente um uniforme de campanha do governador Paulo Hartung em 2014? Pois bem, não era apenas uma peça. O próprio governador confirma que tem cerca de seis peças iguais. “E eu continuo usando as mesmas da campanha”, conta PH.</p> <p>Reforma política Sentença do deputado Lelo Coimbra, membro da comissão que discute a reforma política na Câmara Federal: “Quem acha que não vai ter reforma vai errar. Vai ter, e vai sair dentro de 60 dias”.</p> <p>Despesa econômica Dias atrás, a cerimonialista do governo, Ângela Pitanga Pinto, foi às compras para abastecer a despesa do Palácio Anchieta. Questionada pela coluna, respondeu, bem-humorada: “O valor da compra até caiu. Aqui é só corte, corte, corte, corte!”.</p> <p>O batismo do programa Proposto no período eleitoral, o pro-</p>	 <p>MUDANÇAS À VISTA Com o PSB estadual em estado de desidratação, começam a tomar corpo movimentações na legenda para que o presidente Luiz Ciciliotti seja substituído. Na “fila de espera” para comandar a sigla está o deputado federal Paulo Foletto, que em 2014 já havia pleiteado a cadeira. Será que agora vai?</p>	<p>grama “Ocupação Social” é, das bandeiras deste governo, a principal tarefa do vice-governador César Colnago. O tucano já disse que o programa será rebatizado – o termo “ocupação” não estaria sendo bem recebido nas comunidades. Mas PH insiste: “No que depender de mim, continua com o mesmo nome”.</p> <p>À espera de diálogo Vinte e uma entidades ligadas à promoção dos direitos humanos no Estado assinam uma carta de protesto à ausência de diálogo com o governo Paulo Hartung. Elas solicitaram um encontro pessoal com o governador desde o dia 10 de março, mas até agora não obtiveram sinalização positiva.</p> <p>Cobranças No manifesto, as entidades alegam que “o novo governo não definiu os rumos da política de direitos humanos” e denunciam que “os conselhos funcionam em condições precárias e recursos das áreas sociais sofreram contingenciamento”, entre outras queixas.</p>
--	---	---

Fonte: A Gazeta

efachetti@redgazeta.com.br Tel: 3321-8319
PRAÇA OITO
 Eduardo Fachetti



O senador Magno Malta pediu ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a reclassificação da novela "Babilônia" de 14 para maiores de 16 anos. Parece falta de assunto. E é.

Críticas aos cortes exigem diálogo extra

O governo do Estado está convencido de que as críticas internas às medidas de austeridade adotadas desde janeiro advêm de uma "tentativa de politizar dados concretos" – no caso, a falta de recursos nos cofres públicos. Apesar disso, reconhece que não há outro caminho para superar as desconfianças sobre os cortes que não seja conversar, conversar e conversar. Dentro da própria máquina e, sobretudo, com a sociedade.

Para este "dever de casa" está escalado o vice-governador César Colnago. A ele cabe a coordenação de políticas ligadas a Saúde, Educação, Segurança e Assistência Social, e o contato entre as secretarias para a formulação de discursos unificados. Ontem à tarde, Colnago recebeu a coluna no Palácio da Fonte Grande, e rebateu as acusações de que os cortes em áreas essenciais estariam prejudicando ações na Educação e na Segurança.

"A diretrix foi clara: temos que cortar supérfluos, gorduras, aquilo que é a mais. Não o essencial. Tem gente usando a informação com outros interesses", avalia o vice-governador. Questionado sobre o fato de as críticas virem de dentro do próprio governo, o tucano foi enfático: "Tem gente fazendo política, querendo politizar dados concretos. Nós não queremos politizar balancetes fiscais. Números são números".

Apesar de aparentemente não querer fazer barulho com os desgastes que o governo tem enfrentado nesses três meses, Colnago sugere como essencial a

maior abertura do Executivo ao diálogo. A tarefa, reconhece ele, deve começar dentro da própria máquina: "Não há integração, cooperação nem inter-relacionamento para que as políticas sejam articuladas. Isso é algo a ser enfrentado".

O vice-governador reconhece que a negociação com a sociedade poderia ter sido mais azeitada para evitar conflitos – caso do programa Escola Viva, que enfrenta resistência entre professores, alunos e deputados. Sobre esse caso, especificamente, Colnago diz que "se não der para fazer (a Escola Viva) em julho, que seja ano que vem". A ordem é dirimir as dúvidas.

Com essa concepção de conversa multilateral, o vice-governador entra em campo nos próximos dias para

"Se for preciso rever coisas, a gente vai rever. O governo não é dono da verdade. Mas temos clareza que não há determinação de cortar serviços essenciais".

CÉSAR COLNAGO (PSDB)
 VICE-GOVERNADOR

CENA POLÍTICA

Em recente sessão da Assembleia Legislativa, o deputado Josias da Vitória interrompeu o discurso do deputado Euclério Sampaio – seu colega de partido –, pedindo-lhe um aparte. Euclério, então, sorriu e negou o tempo ao colega. Para não

apresentar à sociedade o programa "Ocupação Social", concebido como a grande ferramenta desta gestão para o combate à violência.

Talvez para evitar deslizes já vistos, Colnago diz que "a conversa vai começar pelos moradores" e que "ninguém entende mais das áreas violentas do que quem mora lá". Sinal de que os tropeços podem ensinar, mas sobretudo de que há espaço para correção de equívocos neste governo que mal começou.



Aproximação?

O governador Paulo Hartung esteve ontem na Serra, pela primeira vez desde que tomou posse. E o lançamento da pedra fundamental do Fórum da Justiça Federal na cidade não poderia ser mais simbólico: na primeira fila foram colocados lado a lado o prefeito Audifax Barcelos e a secretária estadual de Assistência Social, Sueli Vidigal. Como se sabe, os dois são como água e óleo, mas ali trocaram cumprimentos. Teve mais.

Aproximação!

No discurso feito na solenidade, Audifax teve elogios não só a Sueli, mas também ao ex-prefeito e atual deputado federal Sérgio Vidigal, seu desafio há anos. "Nós fizemos muito. O ex-prefeito Sérgio também fez. Essa unidade tem participação minha, de Sérgio e de Sueli".

Desembarque

O governo mexeu na composição dos conselhos de Administração e Fiscal da Ceturb. Desembarcaram das funções efetivas aliados do ex-governador Renato Casagrande, como Odmar Nascimento, Rita Paterlini, Fernando Campanha, Davi Esmael e Samir Furtado Nemer.

Dança das cadeiras

Coringa do governo PH, Robson Leite deixou ontem, oficialmente, a Secretaria de Turismo. Passa a ocupar a subsecretaria de Gestão do gabinete do governador. Já Simone Modolo, que estava nessa função, é a nova subsecretária estadual de Turismo.

Com ou sem açúcar?

O Tribunal de Contas do Estado comprou, por R\$ 8,5 mil, novas máquinas de café para atender à Corte.

Fonte: A Gazeta

Figura 30 - Coluna Praça Oito publicada em 8/03/2015

efachetti@redgazeta.com.br Tel: 3321-8319

PRAÇA OITO
Eduardo Fachetti

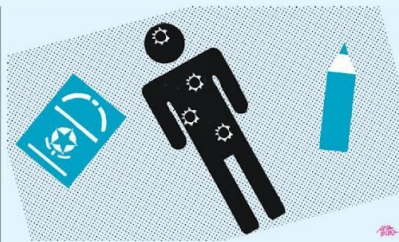


A Assembleia Legislativa contratou uma empresa para pintar o Palácio Domingos Martins por dentro. Vai gastar R\$ 1,2 milhão na reforma.

O desafio de prevenir os assassinatos

Com base em um banco de dados formado nos últimos anos, o governo do Estado está convencido de que os assassinatos em território capixaba acometem, predominantemente, homens jovens, que têm entre 15 e 24 anos, que não trabalham nem estudam, moradores de cerca de 20 bairros distribuídos entre a Grande Vitória e o interior. Esse público forma, hoje, o alvo principal do programa "Ocupação Social", apresentado pela administração de Paulo Hartung como ferramenta para conter a criminalidade.

Ocupação Social guarda semelhanças com aquilo que a gestão de Renato Casagrande apresentou para enfrentar a violência, e não por acaso, internamente, há pessoas do governo



que o chamam de "novo Estado Presente". Em comum, ambos os projetos se baseiam no intercâmbio de informações entre secretarias e na meta de chegar a áreas violentas com a oferta de serviços sociais.

No entanto, a atual gestão alega que, de diferente, o trabalho de agora

tem foco definido. Não basta unir polícias, reunir secretários e formar conglomerados urbanos, dizem os governistas. "O foco não são territórios, é quem mora lá. Temos que ir no perfil certo", aponta o secretário Evaldo Martinelli, de Ações Estratégicas. Já está definido que o Instituto Jones

dos Santos Neves funcionará como "cérebro de dados" do Ocupação Social. É lá que serão cruzadas e compiladas informações georreferenciadas sobre evasão escolar, número de pessoas desempregadas, estatísticas de criminalidade e oferta de serviços de assistência social, por exemplo. A expressão de ordem é "criar filtros" para o governo definir o que oferecer e a quem oferecer.

Como resultados dos primeiros estudos, o governo já definiu que o programa "Patrulha da Comunidade" será mantido, mas com foco no combate à violência doméstica. O programa estadual de estágio para alunos do ensino médio será remodelado: agora as vagas têm que ser ofertadas primeiro a quem mora em áreas de risco. Os Centros de Referência de Assistência Social (Cras) também receberão nova injeção.

O que o Estado almeja é se fazer presente na vida das pessoas mais vulneráveis antes que a criminalidade as encontre. Trata-se de um desafio tão complexo que talvez exija que a própria máquina pública se reinvente.

ENTREVISTA

"SEMPRE TEREMOS ÁREAS COM ALTOS ÍNDICES DE VIOLÊNCIA"

Evaldo Martinelli
Secretário de Ações Estratégicas

Coordenador do programa "Ocupação Social", o secretário estadual de Ações Estratégicas, Evaldo Martinelli, explica quais os principais desafios para colocar o plano de enfrentamento à violência de pé. Confira:

Se o programa "Estado Presente" era de integração para conter a violência e o "Ocupação Social" também segue isso, qual a diferença?

A grande diferença é o foco de atuação, que é mais específico. A gente tinha, antes, 32 aglomerados e 160 bairros, em todo canto do Estado. Mas só por coincidência os projetos chegavam a quem tinha que chegar. Na prática não funcionava por causa da falta de foco. Todos sabem quais são os bairros mais violentos, onde eles estão, como chegar. O grande vetor é chegar ao cidadão.

As áreas mudam?
Temos 15, 20 bairros que estão no topo da violência há anos. O foco não é o

território, é quem mora lá. Vou dar um exemplo: tratar a região de Terra Vermelha, em Vila Velha, como território único, e instalar lá um equipamento, um campo de futebol, é desconsiderar que dentro daqueles 10 bairros há alguns que não conversam por causa do tráfico. O ajuste de foco é um grande dificultador.

Já há prazo estabelecido para reduzir os índices?

Estamos falando de um trabalho contínuo. Isso não tem fim. Quando você diminui o risco em uma área, outra passa a subir no ranking. Sempre teremos áreas com altos índices de violência, é assim no mundo todo. **Existe algo criado na gestão passada que vocês considerem**

boa, que vá ser mantido?

O Patrulha da Comunidade, o programa de estágio 'Jovens Valores' e a iniciativa dos Coordenadores de Pais, que atuam com as escolas, contra evasão. Foram bem concebidos, mas lamentavelmente a execução não tinha foco.

Onde o senhor enxerga obstáculos para o Ocupação Social?

Em criar canais de informações entre os órgãos. A máquina pública tem que conversar sem burocracia. Os diferentes órgãos têm que saber onde há alunos fora da escola, quantos jovens estagiam, onde a polícia comunitária deve focar, quem os Cras devem atender. Os nossos órgãos, em geral, são lentos. E essa demora faz com que a gente perca vidas.

Fonte: A Gazeta

Figura 31 - Coluna Praça Oito publicada em 5 de novembro de 2015

POLÍTICA 23
QUINTA-FEIRA, 5 DE NOVEMBRO DE 2015 - A GAZETA

www36@redgazeta.com.br Tel: 3321-8319

PRAÇA OITO

Vitor Vogas



Só na Grande Vitória, até o dia 31 de outubro, a taxa de homicídios caiu 18,3% entre 2014 e 2015. No último mês de outubro, foram 107 homicídios em todo o Estado, menor índice desde 2001.

A teoria da evolução da Segurança

O governador Paulo Hartung se elegeu em 2014 anunciando um novo programa para a área de segurança pública: o Ocupação Social, baseado em dois pilares: o reforço da proteção policial e, sobretudo, da prevenção à violência por meio de políticas sociais nas comunidades em maior vulnerabilidade. A semelhança desses conceitos com os do Estado Presente, programa mantido pelo governo anterior, lançaram algumas interrogações: de fato se trata de uma nova política pública para a área ou seria, na prática, o mesmo programa com outro nome e nova cara?

Segundo o secretário estadual de Segurança, André Garcia, nem uma coisa nem outra. Um dos idealizadores do Estado Presente, Garcia valoriza o programa implantado pelo governo Casagrande e rejeita a ideia de "recomeçar do zero". Ao mesmo tempo, defende que o Ocupação Social vai representar um "salto evolutivo", principalmente ao "passar no acelerador" no que se refere ao segundo aspecto: o das políticas sociais levadas às 24 regiões mais vulneráveis do Estado.

Ninguém parece mais autorizado que Garcia para fazer essa avaliação. No 1º escrito do governo desde março de 2010 (ainda no governo Pfl), ele também atravessou todo o governo Casagrande. Como secretário de Ações Estratégicas, participou da concepção do Estado Presente e, em 2013, voltou à Secretaria de Segurança (Sesp). Com o retorno de Hartung ao poder, foi um dos dois únicos remanescentes do secretariado de Ca-

sagrande – o que, reconhece, tem um significado político. Ele não corrobora a opinião de que o Estado Presente foi riscado do mapa de políticas públicas estaduais. Prefere pensar no Ocupação Social como mais uma etapa de um "processo evolutivo".

"Quando o governador me convidou para permanecer na área, fiquei surpreso. Ele me perguntou: "O que você faria?" Respondi: "Governador, temos um caminho já percorrido desde o seu governo e que passou pelo Estado Presente. Agora precisamos dar um salto: precisamos jogar luz naquilo que é a fábrica da criminalidade, acelerar a prevenção, interferir decisivamente nesse aspecto."

De fato, desde 2010, o Estado vem conseguindo produzir um declínio considerável dos índices de criminalidade – queda que se estendeu por todo o governo Casagrande, com o Estado Presente. Conforme os números oficiais da Sesp, após o pico de 58 homicídios por 100 mil capixabas registrado em 2009, o Estado chegou a cerca de 39 homicídios por 100 mil capixabas em 2014.

No início do atual governo, a redução vem se mantendo. A taxa hoje está em cerca de 37 por 100 mil habitantes. Até 31 de outubro, houve 1.171 assassinatos no Estado, contra 1.291 no mesmo período em 2014 (queda de 9%). Embora

ainda muito altos, os números retiram o Espírito Santo da "lista maldita" (que reúne os cinco Estados com taxas mais elevadas), o que certamente não ocorreu da noite para o dia, como ratifica Garcia: "Estamos em um processo de evolução do modelo. Caminhamos como caminhamos lá no fim do governo Hartung (2010), depois do esforço de organização da máquina, com os conceitos de gestão e governança que adotamos na Sesp, caminhamos com o Estado Presente e estamos caminhando mais agora, com a ideia de que precisamos avançar mais na dimensão da prevenção à criminalidade."

Segundo o secretário, a meta do governo é, no médio prazo, levar o Estado à taxa média nacional. Para isso, o Ocupação Social, em vez de descontinuidade ou interrupção do que vinha dando certo, terá mesmo que representar esse salto evolutivo anunciado por ele – um salto para darwinista nenhum botar defeito.



O plano de segurança da Sesp para o verão já contará com os 1 mil PMs que chegam hoje às ruas, do concurso de 2014. A tropa sobe para 10,2 mil policiais.

MINIENTREVISTA

"A IDEIA É APROVEITAR DE FATO O QUE FOI FEITO, TANTO QUE ESTOU NO GOVERNO"

André Garcia
Secretário de Estado da Segurança Pública

É correto dizer que o Estado Presente, programa do governo anterior, foi extinto pelo atual?

▲ Como toda iniciativa nesta área de segurança pública, não acredito em solução de continuidade e interrupção de processos, mas em evolução.

Então o Estado Presente se transforma no Ocupação Social ou este é um programa completamente novo que substitui o Estado Presente?

▲ Tudo é um processo evolutivo. Não podemos nunca descartar as experiências passadas, e um processo não pode ser interrompido. Não podemos achar que vamos reinventar a roda, achar que só porque mudou-se o nome de uma iniciativa, a partir daí criou-se o mundo. Não é isso. A ideia é aproveitar de fato o que foi feito, tanto que estou no governo. Mas aproveitar em que sentido? Com a minha experiência de gestão nessa área, minha visão nesse processo.

Então não se pode deixar o Estado Presente para trás?

▲ Não acho que tenhamos que desprezar a experiência do passado. Meu papel como gestor não é esse. E o governador não me contratou para isso: "apaga tudo e começa do zero". Nada disso. A minha escolha tem um sentido, politicamente inclusive. E acho que a gente tem experiência acumulada para acelerar mais.

Fonte: A Gazeta

Figura 32 - Reportagem publicada em 5 de março de 2015

22 POLÍTICA
SENAI 1988 - 118 MARÇO DE 2015 - 4.000 R\$

PRESTAMO DE CONTAS
NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Hartung: "Retrocemos uma década nas contas públicas"

Governador aprova em a prestação de contas para voltar a fazer ataques a gestão anterior

LEITON SOUZA/VEZ

Atás que tenha seguido que "a campanha acabou", crítica à gestão anterior, esculpturas por Renato Casagrande (PSB) e justificativas para os cortes de gastos implementados pela atual administração do governo do Estado durante o termo do mandato do governador Paulo Hartung (PMDB) durante a prestação de contas na Assembleia Legislativa.

Hartung apresentou a prestação de contas à Assembleia Legislativa em uma sessão especial, que teve uma hora política e cinco: "Nos últimos quatro anos, o Espírito Santo foi arrendado ao passado. Retrocemos mais de uma década em termos de desenvolvimento e capacidade de investimento". Para o governador, "o Estado estava indo para o futuro".

O governador também afirmou que não vai insistir em sua gestão, mas sim apoiar a "reorganização do Estado".

Desequilíbrio
Nos últimos quatro anos, especialmente entre 2013 e 2014, o déficit orçamentário, inclusive trilhões de reais, levou a um crescimento de dívida pública que impactou a economia. Desde 2008, não houve uma gestão responsável e responsável com o Estado. A prestação de contas já no início do governo ocorreu em dezembro de 2008, em uma hora de 20 minutos.

Caixa
Além de cortar de uma hora de discurso, Hartung fez na Assembleia por mais de duas horas e meia e respondeu a perguntas de deputados. Mas respondeu apenas para emboscar a ideia do projeto e não para emboscar a ideia do projeto e não para emboscar a ideia do projeto e não para emboscar a ideia do projeto.

Amadorismo
Foi uma agenda desordenada, com uma sequência de reuniões em menos de um mês. Não houve uma sequência de reuniões em menos de um mês. Não houve uma sequência de reuniões em menos de um mês.

Duas milhas
Com uma mala estacionada no lado de fora do prédio do governo do Estado e com outras malas estacionadas no lado de fora do prédio do governo do Estado e com outras malas estacionadas no lado de fora do prédio do governo do Estado.

Saúde
Uma das áreas de maior preocupação é a saúde. O governador afirmou que não vai insistir em sua gestão, mas sim apoiar a "reorganização do Estado".

Política
Quem está filando em uma política que engane a população. A realidade está publicada nos boletins. Não vamos disputar nada. Foi feito um relatório longo. Não vamos esconder a realidade. Não vamos esconder a realidade.

Segurança
Também mencionamos a segurança. Não vamos esconder a realidade. Não vamos esconder a realidade.

Passado
Nos últimos quatro anos, o Espírito Santo foi arrendado ao passado. Retrocemos mais de uma década em termos de desenvolvimento e capacidade de investimento.

PRESTAMO DE CONTAS



Deputados fazem muitos elogios e poucas cobranças

21 parlamentares fizeram perguntas ao governador, com ênfase em críticas

LEITON SOUZA/VEZ

Terminou com saúde, segurança e educação estiveram presentes as perguntas dos deputados estaduais feitas ao governador Paulo Hartung (PMDB) ontem. Os parlamentares fizeram perguntas e críticas. O governador respondeu a perguntas e críticas. O governador respondeu a perguntas e críticas.

Pesquisa no Gazeta Online
Qual você acha que é o maior problema do Estado atualmente?

Qualidade de vida	51%
Segurança	16%
Emprego	14%
Política	10%
Outros	9%

APELO
"Fico um pouco mais feliz com os resultados que foram alcançados, mas não posso deixar de apontar os pontos de melhoria que precisam ser alcançados".

SÓ ELOGIOS
"O senhor (Paulo Hartung) fez uma festa. Estamos com mais pessoas, com mais saúde, segurança e educação".

Envaldo quer mudar diárias
"O deputado Envaldo dos Anjos (PSD) quer um novo regulamento de diárias por meio de resolução..."

Até deputados socialistas evitam embate
"Os dois deputados do partido na criação do Partido Cidadão e no do Instituto Cidadão não compareceram à sessão de prestação de contas..."

Fonte: A Gazeta

4.1.4 Para avaliar novas estatísticas

Nesta categoria foram identificados os textos jornalísticos, em sua maioria pertencentes ao gênero informativo, que trazem como foco o surgimento de estatísticas sobre violência e segurança pública, tanto derivadas da divulgação dos dados estaduais, quanto de publicações de nível nacional, a exemplo do Atlas da Violência²⁴. Ou seja, quando um novo dado estatístico é divulgado, a informação é publicada. A coleta e sistematização de dados não é feita pelos jornalistas. Aparecem também conteúdos noticiosos que exploram dados de pesquisas que antecedem as eleições.

Embora em grande parte desses conteúdos, o governo seja a fonte de informação predominante, observa-se que em parte deles, o anúncio das estatísticas leva a outros

²⁴ Publicação do Fórum Brasileiro de Segurança Pública que busca retratar a violência no Brasil a partir dos dados governamentais. Mais informações em: <https://forumseguranca.org.br/>

desdobramentos, como o estabelecimento de conexões com casos de violência que aconteceram na época e a utilização de vítimas diretas ou indiretas (por exemplo, o familiar de alguém que foi vítima de uma violência) na condição de personagens da notícia, numa tentativa de materializar, trazer para a realidade, aqueles números que são apontados, além da cultura de especialistas.

Figura 33 - Notícia publicada em 13 de outubro de 2011



Fonte: A Gazeta

Figura 34 - Reportagem publicada em 28 de junho de 2014



Número de inquéritos concluídos já é superior ao de abertos neste ano

de KATLAINE CHAGAS

Ainda que esteja em segundo lugar entre os Estados mais violentos do país, o Espírito Santo se mantém, em contrapartida, entre os com maiores índices de resolução de inquéritos de homicídio. Em 2014, a média é de 44% dos casos. No ano passado foi de 40%.

"Estamos em primeiro lugar, junto a Pernambuco, que tem índice parecido com o nosso", afirma o secretário de Estado de Segurança Pública, André Garcia.

Não é possível ranquear os Estados com melhor índice de resolubilidade

porque nem todos medem esse dado. "Nós medimos pelo programa 'Estado Presente'", explica o secretário. O programa avalia indicadores como o de apreensões de armas.

Já o levantamento sobre os Estados mais violentos foi feito pelo sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz, com base no Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, que contabiliza atestados de óbito emitidos em todo o país. Esses dados foram divulgados em maio.

"Vivemos num contexto de violência, a quantidade de mortes é muito grande. Você in-

vestigar tendo tempo é uma coisa, mas investigar sem é outra", afirma André Garcia.

Só este ano, 732 pessoas foram presas acusadas de homicídio, segundo a Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP). No ano passado, esse número foi de 1.582 pessoas. "É muito provável que ultrapassemos isso", estima o secretário.

Em 2014, o número de inquéritos concluídos é superior ao de abertos, até maio. Foram instaurados 470 inquéritos e concluídos 647, segundo o delegado José Lopes, titular da DHPP. O número remanescente é de casos abertos

em meses anteriores.

"Nossos inquéritos não têm isso de mandar arquivar. Nós mantemos abertos até eles serem concluídos", afirmou o delegado José Lopes, titular da DHPP.

Em 2013, foram abertos 896 inquéritos, dos quais 45% foram de homicídios e 46% de tentativa. Dos 439 inquéritos concluídos, 66% foram referentes a homicídios e outros 24% a tentativa de assassinato. Já outros 10% foram casos de tráfico de drogas e porte de armas, por exemplo.

O secretário credita ao reforço de pessoal na Divisão de Homicídios

o índice de resolução dos inquéritos, a partir de 2011.

"A cada 15 dias fazemos reunião para analisar os dados, e a cada 30 dias com o governador", acrescentou André Garcia.

Concluído o inquérito, ele é encaminhado para o Ministério Público do Espírito Santo (MPES), responsável por denunciar o criminoso à Justiça.

Embora tenha alto índice de homicídios, a cada ano o Espírito Santo apresenta queda no número de assassinatos. O ponto mais alto foi em 2009, com 2.034 mortes. No ano passado foram 1.564.

SOLUÇÃO

Inquéritos

Resolução O índice de resolução em 2014 é de 44% dos inquéritos

Presos e inquéritos Foram presas 732 pessoas por homicídio até maio de 2014. Foram concluídos 647 inquéritos, dos quais 74% eram de homicídio e 24% de tentativa

Tempo

É necessário no mínimo 60 dias para concluir um inquérito, por causa da necessidade de laudos e de testemunhas



"Temos índice alto de homicídios, mas reforçamos o efetivo desde 2011"

ANDRÉ GARCIA Secretário de Estado de Segurança Pública



"Nós não arquivamos inquéritos até eles serem concluídos"

JOSÉ LOPES Delegado Titular da Divisão de Homicídios

Fonte: A Gazeta

Figura 35 - Reportagem publicada em 28 de junho de 2014

SEGURANÇA CIDADES11
QUARTA-FEIRA, 4 DE JULHO DE 2012 A GAZETA

CENÁRIO DESAFIADOR

Número de assassinatos é o menor em 12 anos no Estado

Foram 850 crimes, o que representa uma redução de 2,1% em relação ao ano passado

REGISTRO DE HOMICÍDIOS
Comparativo dos primeiros semestres em 12 anos no Espírito Santo

Ano	Número de Homicídios
2001	879
2002	886
2003	928
2004	862
2005	862
2006	925
2007	952
2008	999
2009	1.025
2010	1.016
2011	868
2012	850

Estado Presente vai ao interior

“O Programa Estado Presente, que visa a mudar a realidade em áreas de grande risco social e alto índice de violência, já alcança 20 bairros da Grande Vitória. Em 2013, atingirá dez municípios do interior do Estado, nove na Região Norte, e, um, Cachoeira de Impeirim, na Sul.”

“Sempre vai existir um cenário muito desafiador”, diz ele, referindo-se ao registro de crimes letais intencionais: homicídios, latrocínio (roubo seguido de morte) e lesões corporais seguidas de morte.

PROGRAMA
O secretário destaca que o Programa Estado Presente – que integra ações de polícia e preven-

ção, na área social – é um dos responsáveis pela queda do número de homicídios, que revela-se, neste primeiro semestre, também na Região Metropolitana da Grande Vitória, onde a queda é a maior, em relação ao ano passado: foram 76 ocorrências nesse ano, contra 87 entre janeiro e junho de 2011.

“O cenário é melhor do que há seis anos, mas é claro que ainda precisamos melhorar”, diz Garcia, ressaltando ações estratégicas das polícias Civil e Militar para afocar a atuação do tráfico de drogas, com prisão de traficantes e homicidas que ele define como conunhados nos aglomerados de bairros da Grande Vitória.

Um mapeamento das ações dos grupos e lideranças criminosas foi realizado e a Polícia Civil, semanalmente, tem cumprido mandados de prisão. “A gente tem obtido um bom resultado, mas é complicado medir, porque a não ocorrência do fato, a inibição da atividade criminosa, não se mede”, diz o secretário.

O aumento do efetivo policial também é destacado. Ele lembra que, nos últimos dois anos, mais de 1.300 policiais militares e civis ingressaram no Estado, e que há autorização para mais concursos.

Por outro lado, lembra ações preventivas que envolvem implantação de infraestrutura nas áreas de risco, numa parceria Estado-prefeituras. Somente neste ano, diz que foram investidos R\$ 84 milhões em drenagem e pavimentação nas áreas do Estado Presente, R\$ 20 milhões só em Teresopolis, onde o número de assassinatos caiu de 36 para 33. Em Santa Rita, porém, passou de 14 para 20.

CLÁUDIA FELIZ
claudiafeliz@gazeta.com.br

O próprio governo admite: não há motivo para festejar. Mas é ele também quem ressalta a importância que revela o número de homicídios no Espírito Santo, nos seis primeiros meses deste ano, o menor em 12 anos, desde 2001. De janeiro a junho, houve 850 ocorrências.

O secretário de Estado de Ações Estratégicas, André Garcia, destaca que a queda de assassinatos deste ano, em relação ao mesmo período de 2011, é de 2,1%, e que o Estado caminha para o terceiro ano de redução. Entre 2009 e 2010, o índice foi de (-) 0,3%. Já entre 2010 e 2011, de (-) 7,8%.

Mesmo que o pessoal desse ano não acompanhe os dos últimos dois anos, Garcia diz que deve ser considerado é a sustentação de queda nos assassinatos.

Foto: G. B. P. / Vibe

Fonte: A Gazeta

Figura 36 - Reportagem especial publicada em 8 de maio de 2015

Cidades.

REPORTAGEM ESPECIAL

INDICE NO PAÍS

VIOLÊNCIA CONTRA A JUVENTUDE

SP	114
DF	87
DF	83
DF	63
DF	43
DF	40
DF	32
DF	37
DF	34
DF	34
DF	34
DF	32
DF	32
DF	22
DF	22
DF	17
DF	17
DF	14
DF	14
DF	14
DF	14
DF	6
DF	0,66

Jovem Negro: RISCO DE SER MORTO É MAIOR

Faixa etária mais vulnerável está entre 12 e 29 anos

Medicões em greve no Sul

Dr. médicos de Santa Casa de Misericórdias de Curitiba não vão aceitar em greve a parte de diagnóstico e exames de imagem. Pág. 8

Medicões em greve no Sul

Dr. médicos de Santa Casa de Misericórdias de Curitiba não vão aceitar em greve a parte de diagnóstico e exames de imagem. Pág. 8

VIOLÊNCIA CONTRA A JUVENTUDE

Índice de violência contra a juventude por 100 mil habitantes

Juventude marginalizada

18 dias foram os jovens negros mais vulneráveis a serem mortos

18 dias foram os jovens negros mais vulneráveis a serem mortos

Movimento negro: mortes são consequência da desigualdade

Ator negro discute a violência contra a juventude e o papel da sociedade

Herança de racismo da escravidão

Como o legado da escravidão influencia a sociedade brasileira

Ranking no país

DF	114
DF	87
DF	83
DF	63
DF	43
DF	40
DF	32
DF	37
DF	34
DF	34
DF	32
DF	32
DF	22
DF	22
DF	17
DF	17
DF	14
DF	14
DF	14
DF	14
DF	6
DF	0,66

Fonte: A Gazeta

Figura 37 - Reportagem publicada em 6 de junho de 2017

ESPECIAL SEGURANÇA

ESTADO TEM QUESA DE 20% MAIS HOMICÍDIOS

Dados são do Atlas da Violência, no período de 2005 a 2015

20 CIDADES

ESPECIAL SEGURANÇA

ESTADO TEM QUESA DE 20% MAIS HOMICÍDIOS

Dados são do Atlas da Violência, no período de 2005 a 2015

Ranking no País

DF	114
DF	87
DF	83
DF	63
DF	43
DF	40
DF	32
DF	37
DF	34
DF	34
DF	32
DF	32
DF	22
DF	22
DF	17
DF	17
DF	14
DF	14
DF	14
DF	14
DF	6
DF	0,66

Serra na lista das 30 cidades mais violentas

MORTES 315

ESTADO TEM QUESA DE 20% MAIS HOMICÍDIOS

Ranking no País

DF	114
DF	87
DF	83
DF	63
DF	43
DF	40
DF	32
DF	37
DF	34
DF	34
DF	32
DF	32
DF	22
DF	22
DF	17
DF	17
DF	14
DF	14
DF	14
DF	14
DF	6
DF	0,66

Estado é o quinto na violência contra mulher

Ranking no País

DF	114
DF	87
DF	83
DF	63
DF	43
DF	40
DF	32
DF	37
DF	34
DF	34
DF	32
DF	32
DF	22
DF	22
DF	17
DF	17
DF	14
DF	14
DF	14
DF	14
DF	6
DF	0,66

Figura 38 - Reportagem publicada em 13 de dezembro de 2017

4 CIDADES
JUVENUDE PERDIDA

Triste recorde: Espírito Santo lidera morte de jovens por armas de fogo

Fundação Alving também indica que mortes a tiros estão em alta

FONTE: A GAZETA

Alvine

Alvine é um jovem de 19 anos, assassinado em 2015. Seu pai, o empresário Alvine, é dono de uma empresa de construção civil em Espírito Santo. Ele foi assassinado em um estacionamento de uma loja de móveis em Vitória. A reportagem mostra a família em luto e o impacto da perda.

“Foi uma covardia o que fizeram com meu filho. Um tiro na nuca, e a gente está aqui, até hoje, sem entender o que aconteceu”

NUMEROS COMEÇARAM A DIMINUIR

Apesar do crescimento da violência, os dados mostram uma redução nas mortes por armas de fogo em alguns estados, como Rio de Janeiro e São Paulo, em comparação com 2015.

O DADO: Espírito Santo lidera mortes a tiros

Em 2015, o estado de Espírito Santo registrou o maior número de mortes por armas de fogo entre os estados brasileiros, com 276 mortes. Isso representa um aumento em relação aos dados de 2014.

RECEIO

Os especialistas alertam para o risco de um aumento contínuo da violência urbana, especialmente em áreas periféricas.

MORTE DE JOVENS

Taxa de homicídios de menores de 19 anos de idade por 100 mil habitantes

ESTADOS COM POR CENTENÁRIO	0 A 9 ANOS	10 A 14 ANOS	15 A 19 ANOS	TOTAL	%
Brasil	38,0	46,7	80,8	84,47	20,7
Rio de Janeiro	25,9	36,9	56,0	39,6	17,4
São Paulo	13,7	18,7	23,7	19,4	11,4
Paraná	11,4	15,4	20,4	16,4	9,4
Minas Gerais	9,4	13,4	17,4	14,4	7,4

Total e percentual de homicídios por armas de fogo entre menores de 19 anos de idade

ESTADOS COM POR CENTENÁRIO	0 A 9 ANOS	10 A 14 ANOS	15 A 19 ANOS	TOTAL	%
Brasília	10,7	14,7	18,7	14,7	7,7
Nordeste	4,6	6,6	8,6	6,6	3,6
Sudeste	2,3	3,3	4,3	3,3	1,6
Centro-Oeste	1,3	2,3	3,3	2,3	1,1
Norte	0,3	0,3	0,3	0,3	0,1
Sul	0,3	0,3	0,3	0,3	0,1

4.1.5 Quando as políticas de segurança são debatidas diretamente

Nas categorias anteriores, as políticas de segurança surgem dentro de conteúdos noticiosos que têm como centro o debate sobre a insegurança em suas várias frentes - seja pelos transtornos que ela gera ou ainda pelo debate político em torno do tema. Nesta categoria, encontramos conteúdos publicados no jornal impresso A Gazeta nos quais as políticas públicas de segurança e a violência são o centro dos enunciados sem que tenha havido uma motivação factual, como uma situação de violência, uma ação a ser implantada pelo governo ou, ainda, um levantamento estatístico que tenha a segurança como foco. Isso significa que são situações em que, ou o tema é pautado pelo próprio jornal (tanto em reportagens quanto em colunas ou no editorial) ou aparece em artigos de opinião. E por isso, o Estado Presente e o Ocupação Social são mais evidenciados.

Entre 2011 e 2014, esses conteúdos estão localizados, predominantemente, nos artigos de opinião, publicados no espaço do jornal destinado a especialistas e autoridades, que exprimem seus posicionamentos de maneira direta. O que se observa nesse contexto é uma polarização de sentidos: de um lado, os especialistas (que são basicamente três professores, especialistas em segurança), que discutem o tema, trazendo um tom mais crítico sobre a condução da política pública de segurança estadual. Do outro, membros do próprio governo, inclusive membros do secretariado responsáveis pela condução do Estado Presente, que, em suma, reforçam que apesar de estarem cientes das dificuldades e da evidente necessidade de melhora dos índices de violência, o governo tem se empenhado em promover melhorias e está no “caminho” certo.

Quanto aos textos jornalísticos no qual aparece o Ocupação Social, a maior parte desses conteúdos foi produzida no primeiro ano do governo Hartung, com textos tanto de editoria de Cidades e Política (gênero informativo) quanto em colunas e artigos de opinião (gênero opinativo) e nos quais o governo estadual é fonte majoritária, senão única, para falar das medidas de combate e prevenção à violência. Observa-se que neste primeiro ano, uma vez que o programa só foi efetivamente implantado no segundo semestre, as discussões giram em torno de como será o programa, o que será feito, etc. Nos artigos de opinião, a mesma polarização acontece: enquanto especialistas em segurança fazem avaliações críticas em relação ao tema, representantes do governo estadual usam o espaço para fazer reflexões sobre a segurança e reforçar as ações que vêm sendo tomadas pelo estado.

Figura 39 - Reportagem publicada em 26 de junho de 2011

32 | A GAZETA | 26 de junho de 2011

Além do crime. Projeto do governo promete dar condições dignas de vida à Grande Terra Vermelha

Violência desafia o Estado

Ações do Estado
Presente chegou a Grande Terra Vermelha onde há tráfico de drogas e alto índice de homicídios.

CLAUDIA MILITZ
Alcides Vazquez dos Santos, 25 anos, foi interrompido enquanto usava um celular enquanto estava em uma casa de esquina em Barro Preto. Ele não sabia quem estava atrás da câmera de vídeo e não conseguiu escapar. O vídeo foi enviado para a polícia e o homem foi preso. Ele não sabia quem estava atrás da câmera de vídeo e não conseguiu escapar. O vídeo foi enviado para a polícia e o homem foi preso.

Perfil de exclusão
A Grande Terra Vermelha é um dos aglomerados urbanos onde o governo desenvolve o Projeto Estado Presente

Santa Rita
Barro Preto (Barro Preto)

Alcides
Barro Preto (Barro Preto)

Ribeirão do Carmo
Barro Preto (Barro Preto)

Outras regiões
Barro Preto (Barro Preto)

Alvo do projeto na Grande Terra Vermelha
Barro Preto (Barro Preto)

A Grande Terra Vermelha possui uma população estimada em 70 mil pessoas, mais a área alvo do projeto Estado Presente tem cerca de 20 mil moradores

3 escolas de educação infantil

7 de ensino fundamental

1 de ensino fundamental e médio

1 de nível médio

Atividades realizadas para completar o quadro de escolas de Educação Infantil em Terra Vermelha, até o momento há 3 escolas em funcionamento. O número de escolas de cada nível de ensino é o mesmo em todas as regiões. O número de escolas de cada nível de ensino é o mesmo em todas as regiões.

Em áreas próximas há quase 90% das escolas em funcionamento

Em mais de 70% das escolas há projetos de melhoria em andamento

Faltas habituais em 25% das escolas

Trabalhadores podem receber de 20% a 30% de desconto

Mais de 40% das escolas não possuem saneamento básico

Em mais de 70% das escolas há projetos de melhoria em andamento

Faltas habituais em 25% das escolas

Trabalhadores podem receber de 20% a 30% de desconto

Sara é uma entre as muitas meninas-mães
Ela tem 17 anos, mas em setembro de 2009 engravidou e deu à luz a filha Sara. Ela não sabe quem é o pai da criança. Ela não sabe quem é o pai da criança.

Freixo médio e mais polícia trazem maiores reivindicações
Também faz parte da lista de pedidos dos moradores um Posto-Comunidade na área da Saúde

Quero ser policial e fazer a diferença. As pessoas dizem que sou uma menina-mãe. Mas eu não quero ser uma menina-mãe. Eu quero ser uma policial. Eu quero fazer a diferença.

Na cadeia
24 pessoas presas

A dor de Rosildo, pai de dois filhos presos
Rosildo é um homem de 45 anos, casado, com dois filhos. Ele trabalha como pedreiro. Ele trabalha como pedreiro.

Fonte: A Gazeta

ANDRÉ GARCIA

O Estado presente

Há algum consenso em matéria de segurança pública que a tarefa de contenção da criminalidade e da violência não pode ser atribuída única e exclusivamente à polícia. As polícias podem muito, mas não tudo. Há incontáveis exemplos de soluções lastreadas na retórica fácil de quem não tem sobre seus ombros responsabilidade para solucionar o problema ou, o que é pior, de estratégias erráticas que navegam ao sabor das circunstâncias e das crises de ocasião.

Trata-se de um desafio gigantesco diante do qual os órgãos de segurança pública devem desempenhar um papel importante, porém, bem distinto do protagonismo sugerido por muitos, pois, ainda que relevantes as funções do aparelho repressivo das polícias, instâncias outras devem contribuir para que não sejam necessárias suas intervenções.

Cometeríamos um erro crasso se buscássemos a pacificação social somente através da polícia ou das demais instâncias formais de controle social. Diante de um cenário sabidamente complexo e desafiador, o certo é que não há outro caminho a ser trilhado

senão por meio de um planejamento eficaz que vise a impactar decisivamente no problema da criminalidade e da violência, especialmente sobre sua dimensão preventiva.

No Espírito Santo, definido o foco prioritário na preservação de vidas, o governo passa a executar o Programa “Estado Presente” cuja finalidade é associar ações de natureza policial com foco claramente definido em operações inteligentes voltadas para prisão de homicidas e traficantes e o envolvimento de todo governo na concentração de políticas públicas em favor de populações historicamente desassistidas.

A lógica, aparentemente simples, é que a prevenção que faz a diferença também deve ter foco em pessoas e regiões mais vulneráveis à violência. O processo de definição das áreas atendidas pelo programa resultou do cruzamento dos dados do Mapa do Crime e do Mapa de Vulnerabilidade Social.

Assim sendo, o planejamento e iniciativas previstas no programa têm como referência as 30 regiões do Estado que concentram mais de 50% dos crimes letais intencionais,

notadamente os homicídios.

A estratégia é complementada por um rigoroso processo de monitoramento das ações policiais e de todas as intervenções e políticas em educação, cultura, esportes, lazer, formação profissional, crédito facilitado para fomento a pequenos negócios, mediação de conflitos, entre outras.

O trabalho concebido de atuação policial e de concentração de intervenções preventivas tem por finalidade a proteção da população. Muito mais do que a realização de prisões, o que se pretende é melhorar a qualidade de vida dos capixabas que ainda não receberam os benefícios da distribuição dos frutos do progresso.

O “Estado Presente” é um programa que inicia o ciclo de instalação de uma política pública de enfrentamento da criminalidade com propósitos claramente definidos, fundamentada em valores, ferramentas de gestão e monitoramento e, sobretudo, do envolvimento de todos na promoção de uma vida melhor.

■ André de Albuquerque Garcia é secretário de Estado de Ações Estratégicas

Fonte: A Gazeta

Álvaro Rogério Duboc Fajardo

É delegado da Polícia Federal e secretário de Estado Extraordinário de Ações Estratégicas

▲ É o momento de aperfeiçoar nossas ações e de descobrir novos caminhos no enfrentamento à violência

Estado Presente: conquistas e desafios

Há exatos três anos era implantado pelo governo do Espírito Santo o Programa Estado Presente em Defesa da Vida. Precisávamos mudar a forma de pensar políticas de segurança pública: além de agir no enfrentamento e no controle da criminalidade, com mais policiamento e melhor gestão na resolutividade dos crimes; também tínhamos que agir na prevenção da violência. Mapeamos as áreas que concentravam mais homi-

cídios e que também tinham uma presença menor do sistema público.

O desafio era mudar essa realidade, e estamos conseguindo. Nós disseminamos a discussão política de segurança pública: somos 16 secretarias e dez autarquias estaduais, além de prefeituras, empresas e instituições sociais atuando em parceria com ações e investimentos prioritários aos 32 aglomerados de 16 municípios contemplados.

E temos resultados: redução de 30% da taxa de homicídios, de 2009 para 2013 – menor índice em 18 anos; média de resolutividade de inquéritos, de 2011 até 2013, de 44%, enquanto no Brasil é de 10%; e número crescente de armas apreendidas, com 3.169, em 2011, e 4.779, em 2013. Ainda aumentamos o efetivo policial, instalamos em articulação com prefeituras mil câmeras de videomonitoramento e implantamos o Patrulha da Comunidade.

Na saúde, foram investidos R\$ 27 milhões em obras, com mais R\$ 92 milhões na educação. Há recursos para pavimentação e drenagem, com 12 obras, e mais de 5 mil jovens estão em Núcleos do Esporte Pela Paz, com outros 20 mil beneficiados em ações da Cultura Pre-

sente e dos Núcleos de Musicalização da Fames. Comemoramos, ainda, 9,5 mil vagas em cursos de qualificação profissional, serviços das Ações Integradas Pela Cidadania, estagiários dos Jovens Valores e bolsistas universitários.

Agora vamos atrás de novos desafios. Com a Unicef e o Observatório de Favelas nós capacitamos servidores de dez prefeituras para desenvolver os Planos Municipais de Prevenção à Violência Letal contra Adolescentes e Jovens; com o BID conseguimos recursos de US\$ 70 milhões para ampliar projetos e criar novos; e com o Instituto Sou da Paz fazemos análise criminal dos dados estatísticos de homicídios. É o momento de aperfeiçoar nossas ações e de descobrir novos caminhos no enfrentamento à violência.

Fonte: A Gazeta

Figura 42 - Artigo de opinião publicado em 5 de julho de 2011

Estado Pouco Presente – EPP

Não basta polícia capacitada. Mas também não basta o social. Específico duas dissociações entre essas políticas públicas, e a busca de superação no Rio de Janeiro. Lá, e em outros Estados com projetos semelhantes à UPP (Unidade de Polícia Pacificadora), como a "Base Comunitária de Segurança" na Bahia, a ação policial inicial procura retomar, e sustentar, o controle público territorial e legal das áreas sob controle dos tráficos.

As 17 UPPs cobrem bairros de 7 mil a 45 mil habitantes. Com instalação física local funcionando 24 horas, chefiada por um capitão, contam, em média, com 100 policiais por habitante, segundo artigo do prof. Sérgio G. Ferreira.

O secretário de Segurança do Rio, José Mariano Beltrame manifestou a "angústia com a demora de investimentos sociais nas favelas pacificadas". As UPPs sociais, então, visam a "consolidar a pacificação". Começaram a ser implantadas em junho. A sua concepção é exposta pelo então secretário estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, prof. Ricardo Henriques, no livro "Rio: a hora da virada".

No Espírito Santo, a propaganda do "Estado Presente" mostra a interação policial-social. Porém, a tó-

nica inicial é social, inversa à do Rio de Janeiro; o efetivo da Polícia Militar do Espírito Santo declinou em termos relativos nos últimos dez anos. Esse programa foi lançado em maio na Grande Terra Vermelha – Vila Velha – onde sobrevivem 70 mil habitantes. A Secretaria Estadual de Ações Estratégicas, que o coordena, não tem site. Não encontrei um documento sobre o referido programa em outros endereços do governo estadual.

Quanto policiais militares atuam na Grande Terra Vermelha? Adotando-se a média das UPPs, a resposta seria 700 policiais. Como não foi divulgado, estimo que o contingente naquela região não chega a 10% desse total, ou seja, 70 policiais. Mesmo que sejam consideradas diferenças entre Rio e Espírito Santo, essa presença policial é diminuta.

Reforçam o Estado Pouco Presente (EPP) em Terra Vermelha as inexistências locais de uma: a) sede de projeto, e b) coordenação específica da interação policial-social, contrastando com a UPP. Mais uma diferença negativa ocorre na articulação geral das ações sociais: no Rio de Janeiro é a secretaria afim, enquanto no Espírito Santo é a Secretaria de Ações Estratégicas – ligada à segurança no sentido estrito. Como não há o

efetivo policial necessário, o social é enfatizado pela referida secretaria.

No EPP, com baixa presença policial, os projetos sociais não só são perturbados por ações criminosas dos tráficos que seguem influenciando o local, como, também, no limite, alguns deles são apropriados pelos traficantes, apesar das "boas intenções". Por isso, é imperativa a combinação dosada entre o social e o policial.

Faltaram outras ações institucionais seguras nos seis meses do governo Casagrande: a) ampliado na primeira semana de governo, o Gabinete de Gestão Integrada – "que coordenará o sistema estadual de segurança pública" – realizou quantas reuniões e tomou quais decisões? b) Por que ainda não foi efetivado o diálogo mediante o Conselho Estadual de Segurança? A presença de uma ação se destacou: a da Corregedoria da Polícia Civil, incluindo as prisões de quatro delegados.

Persiste no Espírito Santo o desafio da política de segurança diante do intolerável número de homicídios: balancear, no tempo, a integração policial-social nas áreas com presença dos tráficos e das violências. É preciso superar o EPP.

Roberto Garcia Simões é professor da Ufes e especialista em políticas públicas. E-mail: robertog@red.ufes.br

Fonte: A Gazeta

Figura 43 - Coluna Praça Oito publicada em 15 de novembro de 2015

34 **POLÍTICA**
A GAZETA DOMINGO, 15 DE NOVEMBRO DE 2015

vogas@redgazeta.com.br Tel: 3321-8319

PRACA OITO

Vitor Vogas



Nos 24 bairros do Ocupação Social, a taxa geral de homicídios chega a 105/100 mil pessoas. Em 2014 houve mais de 100 homicídios de jovens de 15 a 24 anos nos mesmos. Ali vivem 47 mil nessa faixa.

Estado chega aos jovens pelos jovens

Como o Estado pode chegar até os jovens entre 15 e 24 anos que estão fora da escola e vivem nas 24 comunidades mais violentas do Espírito Santo? O governo do Estado passou a apostar que a melhor resposta para essa pergunta está mais próxima do que se imaginava: por intermédio de outros jovens que moram nos mesmos territórios.

Partindo dessa premissa, o programa Ocupação Social – carro-chefe do governo Paulo Hartung na área de segurança pública – começa a ser efetivamente implantado, com o foco 100% concentrado sobre um público específico: a juventude de baixa renda (em sua grande maioria, negra ou parda) que não está nem estudando nem trabalhando.

A escolha parte de uma conclusão estatística: se o índice geral de homicídios no Estado, embora em queda, ainda é elevadíssimo (39,4 por grupo de 100 mil habitantes), o de homicídios de jovens com esse perfil étnico e socioeconômico é, sem exagero, digno de vergonha: 94,2 assassinatos a cada 100 mil habitantes. Esse segmento social é tão vulnerável à violência que corresponde, sozinho, a quase 40% das mortes por homicídio.

Segundo o secretário estadual de Ações Estratégicas, Evaldo Martinelli, responsável pela implantação do programa, a grande mudança em relação ao programa anterior, o Estado Presente (concebido e executado pelo governo Casagrande), é a ênfase absoluta

nesses jovens capivais que estão mais diretamente envolvidos com a violência urbana, seja como autores dos crimes, seja sobretudo como vítimas. "São os invisíveis sociais", define o secretário.

Para identificá-los, com apoio da Secretaria de Educação e do Instituto Jones dos Santos Neves (ISJN), a equipe de Martinelli levantou o Censo Escolar dos últimos oito anos e produziu uma relação de 15 mil jovens (8 mil homens e 7 mil mulheres), listados por nome e endereço, que atendem a todos os pré-requisitos citados acima e residem nas 24 comunidades mais vulneráveis do Estado, aquelas prioritizadas no programa.

Martinelli antecipa as seis primeiras: em Vila Velha, São Torquato (o bairro-piloto) e Santa Rita; em Cariacica, Nova Rosa da Penha e Nova Esperança; na Serra, Feu Rosa e Vila Nova de Colares.

Numa segunda etapa, serão incluídos, por exemplo, Nova Palestina, em Vitória, e Planalto Serrano, bairro onde o governo implantará a segunda Escola Viva em

2016. Outros quatro cidades também terão comunidades contempladas: Cachoeiro, Linhares, Colatina e São Mateus.

O xis da questão é como abordar cada membro dessa lista de 15 mil jovens. E onde entra a metodologia "jovem falando com jovem". Em parceria com associações de moradores dos seis primeiros bairros mencionados, o governo formou núcleos de jovens moradores (de três a quatro por comunidade), que receberam um treinamento na semana passada e ganharão uma pequena bolsa do ISJN para atuar no programa. Eles serão os grandes responsáveis por aplicar a pesquisa concebida pelo Estado para localizar os jovens da lista, entrevistá-los por meio de um questionário e, mais importante, identificar as áreas de interesse de cada um.

De acordo com Martinelli, esses grupos de jovens "pesquisadores" irão a campo com três objetivos. Primeiramente, efetuar o mapeamento geográfico do respectivo bairro, percorrendo cada rua e registrando "tudo o que não seja casa" (comércio,

serviços do Estado como escolas e postos de saúde, áreas de lazer e problemas como a ausência destes e ruas sem pavimentação). Tudo será georreferenciado.

Depois, eles vão entrevistar todos os moradores que são referências naquela comunidade, atores estratégicos na rede de colaboradores que o Estado pretende construir (o diretor da escola, o líder comunitário etc.). Por último vem o principal: abordar e submeter o questionário a cada membro da lista dos 15 mil.

Mas ok, de posse desse amplo banco de dados, o que o Estado pretende fazer com isso? Como tal material ajuda a resgatar esses 15 mil garotos e garotas em "máxima vulnerabilidade"? Foi o que a coluna perguntou a Martinelli. Segundo ele, a partir da pesquisa – que inclui uma autoavaliação – será possível conhecer com exatidão o perfil socioeconômico de cada um, os motivos que o afastaram da escola, suas qualidades socioemocionais e suas perspectivas para o futuro.

"O que eles gostariam de fazer? Quais são seus sonhos, seus projetos de vida? Estabelecido o contato com o Estado, por intermédio dos entrevistadores, vamos acompanhá-los individualmente e buscar conectá-los diretamente com projetos que vão ao encontro dos interesses que manifestarem", explica o secretário.

A partir desta nova entrevista, Martinelli lança mais luz sobre aquilo que estava obscuro: o que afinal vem a ser o Ocupação Social? Cabe agora monitorar e cobrar resultados (o que a coluna fará), esperando que o programa de fato lance mais luz sobre o futuro dessa juventude. Uma luz forte, não aquela tremulante das chamas acesas pela mão para velar o corpo do filho morto ou a dos programas que surgem incandescentes, mas desmentem como cera e se apagam como vela.

Figura 44 - Artigo publicado em 16 de abril de 2017

Paulo Hartung

É governador do Estado do Espírito Santo

▄ O planejamento estratégico fará as atualizações necessárias para que possamos intensificar os passos desta caminhada, que, com um olhar preciso no presente e com o horizonte em mente, prioriza a atenção à juventude, desenhando e construindo as bases de um novo futuro para as terras capixabas

Tempo do hoje e do amanhã

"O lugar que ocupamos é menos importante do que aquele para o qual nos dirigimos". Em tempos de crise aguda, esse alerta do escritor Leon Tolstói tem seu valor multiplicado. E se temos consciência de que "o futuro é o que estamos fazendo hoje", como poetizou Quintana, as chances de reinventarmos nossos horizontes são altamente positivas.

Em meio a um presente crítico, se quisermos mudar efetivamente o rumo de nossa história pessoal e coletiva, como ignorar que é o amanhã a nossa grande obra? De toda sorte, não podemos pensar nem trabalhar pelo futuro sob os escombros do presente. Em termos de governo, é preciso garantir a estabilidade da travessia e, ao mesmo tempo, focar numa agenda estruturante de um renovado futuro. E o futuro tem um outro nome: juventude.

É nessa direção que seguimos, numa caminhada que, com a realização do terceiro seminário de planejamento estratégico da gestão, no início de maio, pretendemos fazer avançar ainda mais. Para cuidar do presente, já investindo no futuro, trabalhamos em três frentes.

Além do ajuste fiscal socialmente orientado, temos programas especialmente devotados a crianças e jovens, à modernização da infraestrutura socioeconômica e à sustentabilidade ambiental. Ou seja, em nossas ações do hoje, presente e futuro se encontram em busca de um amanhã diferente. Com a reconquista/manutenção do equilíbrio fiscal e as reformas estruturantes (controle e transparência, reestruturação da PM, governo digital etc.), garantimos a regularidade de serviços, pagamentos e entrega de obras essenciais e nos mantemos prontos para as oportunidades de investimento do pós-crise.

Vale dizer que, diferentemente do restante da Federação, o ajuste capixaba vem se dando no campo do corte e controle das despesas, sem aumento de impostos ou sacrifício das prioridades, garantindo um governo atuante e focado no social.

A frente de trabalho mais claramente identificada à juventude tem ações como o recém-instituído Pacto pela Educação no Espírito Santo, com vistas a avanços mais expressivos na educação básica. O Escola Viva, alcançando ciclos do ensino



fundamental e todo o ensino médio, neste 2017, terá 17 unidades, com 10 mil alunos estudando em tempo integral, habilitando-se a projetar e viabilizar um mundo melhor para si e para sua comunidade. O Ocupação Social, além de prevenir a violência, trabalha para levar muito mais cidadania, respeito aos direitos humanos, cultura, esporte e oportunidades às áreas mais vulneráveis no Estado. Nos 25 bairros atendidos, encontram-se 16 mil adolescentes e jovens em situação de risco pessoal e social.

Nossa terceira frente é o da atualização da infraestrutura econômica e das políticas ambientais. Com as conquistas relativas a portos, aeroporto, ferrovias, rodovias, energia e transmissão de dados, entre outros,

estamos eliminando entraves históricos ao nosso desenvolvimento. Na área ambiental, temos programas inovadores de saneamento básico, recuperação e preservação de florestas e reserva de água.

Essas são apenas algumas das centenas de ações que executamos na diversas áreas do governo, todas convergindo a um ponto comum: conquista de qualidade de vida como jamais se experimentou neste Estado. O planejamento estratégico fará as atualizações necessárias para que possamos intensificar os passos desta caminhada, que, com um olhar preciso no presente e com o horizonte em mente, prioriza a atenção à juventude, desenhando e construindo as bases de um novo futuro para as terras capixabas.

OPINIÃO DA GAZETA

O DESAFIO DA SEGURANÇA

Novas bases da PM prometem aumentar a eficiência no combate à violência, mas Estado não pode perder fôlego em programas sociais

Moradora de Novo Horizonte, na Serra, onde os roubos contra pedestres são constantes, a vendedora Jenaína Carvalho resumiu de forma simples e precisa a notícia de que o Espírito Santo contará com 40 Bases Comunitárias Móveis da Polícia Militar, que atenderão a bairros e polos comerciais: "Um olhar mais atento da polícia é muito bem-vindo", disse à reportagem deste jornal. Embora o Estado registre quedas sucessivas no número de mortes violentas, os índices ainda estão bem longe do ideal, assim como os crimes contra o patrimônio. O policiamento ostensivo é ponta de lança em um conjunto de medidas que devem ser tomadas para reverter esse quadro.

Com recursos tecnológicos e acesso às câmeras de monitoramento das prefeituras da Grande Vitória, as vans podem coibir atos ilícitos e mobilizar respostas mais rápidas às ocorrências. É novidade a ser comemorada, portanto. Mas cabem ponderações. As bases têm "móvel" no nome, mas serão fixas. Não farão patrulhamento, justamente uma das maiores cobranças da população capixaba, que conviveu neste ano com uma onda de assaltos e arrombamentos. O



Novas viaturas e bases móveis da PM

Estado registrou um furto ou roubo a cada 20 minutos nos seis primeiros meses deste ano – foram mais de 14 mil ocorrências, segundo o governo.

As bases cumprem a importante função de servir como ponto de referência da força policial nas comunidades, mas essa tarefa, por mais importante

que seja, não pode deixar as ruas desguarnecidas. Não há concursos para aumento efetivo policial no horizonte, então é preciso eficiência e inteligência no uso dos recursos. As novas tecnologias certamente ajudarão, mas serão insuficientes sem planejamento.

Já é clichê, porém não custa reafirmar que a repressão à violência é crucial, mas impotente para, sozinha, evitar a escalada da criminalidade. Ações que garantam melhores condições de vida, como educação e oportunidades para os jovens, são o caminho para que recursos públicos sejam investidos em prevenir, e não em remediar a situação. Desde 2011, o Estado já entendeu que a segurança pública exige gestão integrada de diferentes secretarias, com os programas Estado Presente, que será resgatado pelo governador eleito Renato Casagrande, e o Ocupação Social, da gestão de Paulo Hartung. O nome pode mudar, mas a lógica tem que ser a mesma.

Fonte: A Gazeta

4.1.6 Quando ocorre transição de governo:

Nessa categoria foram agrupados conteúdos noticiosos publicados em períodos pós-eleições estaduais, quando o novo governo já havia sido eleito para assumir a próxima gestão, mas ainda não tomou posse ou ainda está se estabelecendo. Mais especificamente, essa situação ocorre no final de 2014, quando Renato Casagrande concluía seu mandato, mas Paulo Hartung já havia sido eleito para governar o Estado nos próximos quatro anos, e também no final de 2018, quando Casagrande é reeleito para assumir o comando do estado a partir de

2019. O que acontece é que, durante esse período, junto com a troca de gestão, também se começa a falar sobre as mudanças nas políticas públicas, incluindo as políticas de segurança. Os textos jornalísticos que fazem referência à futura política de segurança do governo sucessor começam a ser formulados majoritariamente na editoria de Política do jornal e também nas colunas de opinião, Victor Hugo e Praça Oito. De forma geral, trata-se de textos jornalísticos constituídos pela análise dos colunistas ou que têm como fonte membros da futura gestão e que se propõem a delinear quais as pretensões, metas e promessas do próximo governo em relação ao tema da segurança pública.

Figura 46 - Notícia publicada em 27 de novembro de 2014

26 POLÍTICA
 QUINTA-FEIRA, 27 DE NOVEMBRO DE 2014 | A GAZETA

POLÍTICAS SOCIAIS

Hartung ouve experiência de UPP Social



Haroldo Corrêa, Paulo Hartung e Ricardo Henriques reunidos em Vila Velha

Projeto implantado no Rio pode ser exemplo para programa no Espírito Santo

LEÍCIA GONÇALVES
 leiciagoncalves@redesociedade.com.br

O projeto UPP Social, implementado no Rio de Janeiro, pode servir de exemplo para o programa Ocupação Social, promessa de campanha do governador eleito Paulo Hartung (PMDB).

Onem, o peemedebista reuniu-se com o economista Ricardo Henriques, que atuou no UPP Social. O coordenador da equipe de transição de Hartung, Haroldo Corrêa Rocha, também participou do encontro.

"O debate é sobre como coordenar as políticas sociais – de saúde, educação e saneamento – nas comunidades de forma a possibilitar um melhor atendimento à população. Vamos aprofundar a discussão e organizar um seminário em dezembro", afirmou Haroldo.

A reunião com Ricardo Henriques ocorreu na sala da equipe de transição, em Vila Velha.

Em outubro Hartung encontrou-se com o secretário de Estado da Segurança Pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame. Foi o secretário quem implantou o modelo de Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) naquele Estado.

EDUCAÇÃO

Henriques é também superintendente do Instituto Unibanco, que tem ações voltadas à área da educação.

O Instituto deve firmar uma parceria com o futuro governo do Espírito Santo para aplicar uma nova metodologia de gestão na Secretaria de Estado da Educação. De acordo com Haroldo, não haverá custos para a administração pública devido à consultoria, uma vez que a entidade já conta com patrocínio do setor privado.



Você pode ganhar até 7 Mercedes-Benz C

423 LITROS FROST FREE Inox

Panasonic Refrigerador 2 portas Frost Free • Ice Twister

10X R\$ 349,90 sem juros* R\$ 3.499,00 à vista

Fonte: A Gazeta

Figura 47 - Reportagem publicada em 14 de novembro de 2018

18 **POLÍTICA**

VITOR VOGAS

PRAÇA OITO
VOGAS@G1.COM.BR TEL: 5521-8319

GAZETA
QUARTA, 14 DE NOVEMBRO DE 2018

LEIA.AG/VITVOGAS

Como Stan Lee ensinou

Como ensina o mestre dos quadrinhos Stan Lee, falado amarelo, "grandezas pedem grandes responsabilidades". Era a linha maior transmitida pelo Tio Ben a seu sobrinho Peter Parker, o nome por trás da máscara do Homem-Aranha. Secretário da Segurança do Rio de Janeiro em 2016 a fevereiro deste ano, com o início da intervenção federal, delegado federal Roberto Sá assumiu grandes poderes como comandante da parte operacional no Espírito Santo a partir do ano que vem - a escolha foi anunciada ontem por Renato Casagrande (PSB). Esses poderes serão acompanhados de enormes responsabilidades. A primeira a maior delas é não deixar o Estado perder o fôlego, com a mudança de governo, no trabalho de redução dos índices de homicídios dolosos, iniciado no fim do mandato anterior de Paulo Hartung (2017-2018), continuado no primeiro governo Casagrande (2011-2014) e mantido no atual governo de Hartung (2015-2018). (Detalhe: dois governadores de centro-esquerda.) Em 2009, o Espírito Santo atingiu o recorde com 56,3 assassinatos por grupo de 100 mil habitantes. Desde então, à parte 2017 - um salto por causa da greve da PMBS -, o Estado registrou um índice gradualmente menor, até o ano. Hoje, a projeção é fechar 2018 com menos da metade daquele índice: 28,1 homicídios por 100 mil habitantes. Era a conquista dos capitães, que independe de quem está no governo. Seja por meio do Estado Presente, seja com o Ocupação Social, a curva tem mantido um consistente ritmo decres-

cente. E não se poderá admitir que volte a embalar para cima. Além disso, verdade seja dita: mesmo com a crise gravíssima da segurança no ano passado, o governo Paulo Hartung fez a sua parte na área: pagou o Estado com 29,4 homicídios dolosos por 100 mil habitantes em 2016 e o deixou com menos de 30. Pressão sobre o próximo secretário, que assumirá com a missão de manter a queda. Como ex-interventor do RJRJ, ele sabe que missão dada tem que ser missão cumprida.

Para isso, o economista-geral da Polícia Militar do Rio se comprometeu, de imediato, com algumas prioridades: estimulação dos recursos (os quais, ele admite, são escassos); ação mais integrada entre a Polícia Civil e a Polícia Militar e deitar com a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e a Polícia Federal, cujo atual superintendente no Espírito Santo, Jairo de Souza da Silva, é amigo de Sá. "Temos que falar a mesma linguagem e ser o mesmo propósito. Se formos nós, a sociedade vai ver mais polícia, embora não haja mais policiais. E a polícia não haze certo na hora certa. Sempre."

Outra "grande responsabilidade" assumida por Sá é a de fortalecer o trabalho de inteligência das polícias. "A área de inteligência necessariamente vai ser potencializada. A inteligência vai ser um

Na nota "Vem bomba aí", publicada no dia 6 de novembro, avisamos: "A escolha para a Secretaria de Estado da Segurança promete surpreender". É surpreendeu mesmo.



Respeito à Constituição
A Constituição é o fundamento de qualquer sistema político, e não a margem da lei. Ou seja, respeitando o Estado Democrático de Direito e a legislação vigente, é não reinterpretação e a alargando a seu bel-prazer, como têm feito Wilson Witold (PSB), em seu Estado de origem, e outros governantes eleitos em outubro.

De integrar ele entende
De 2007 a 2016, Sá foi secretário de Planejamento e Imprensa Operacional do Estado do Rio de Janeiro, sob o comando de José Mariano Beltrame. Como secretário de Segurança durante o estado, comandou cerca de 60 mil homens.

Nem Rambo...
Roberto Sá garante que não "cada bico de cada farda do Rio". Aqui no Espírito Santo, ele ainda tem muito a combater sobre a realidade local. Mas não pretende fazer isso sozinho, mantendo um olhar à prova de balas e todo o tempo para monitorar de perto as operações.

Nem herói da Marvel...
Em vez de fantasmas de filmes (como os da Marvel ou DC Comics), Sá afirma que seu Espírito hoje é o de quem "trage ou sou um gestor. Na administração pública, se você sai do seu papel para fazer o papel do outro, você acaba quem tinha que fazer o próprio e deixa de fazer o seu. Então hoje eu tenho mais que estabelecer estratégias, orientar, monitorar, e, se precisar, estar junto, do que efetivamente fazer e parar de policiar da ponta. Hoje o meu papel é o de um estrategista, para fazer com que essas ações aconteçam. Por isso, se eu deixar de pensar para executar, quem vai pensar depois?"

UPPs no Espírito Santo?
Não. A princípio, não.

| TRANSIÇÃO ESTADUAL |

Segurança é foco em reunião com Bolsonaro

Casagrande e outros governadores eleitos têm encontro com o futuro presidente

NOTÍCIA DEBATE

O governador eleito, Renato Casagrande (PSB), declarou que vai levar à reunião com o presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), a discussão sobre a necessidade de uma ação integrada com os Estados para a implantação do Sistema Único de Segurança Pública, principalmente no controle de armas, drogas, fronteiras, e para que haja uma unificação de metodologia de dados.

O encontro, marcado para as 9 horas, será em Brasília, e contará com a presença dos futuros ministros da Fazenda, Paulo Guedes, e da Casa Civil,



Casagrande vai se encontrar com futuros governadores

teria como existir com mais recursos para sistema prisional nos Estados.

Outra cobrança do socialista será na direção do que foi dito na campanha do presidente: mais Brasil e menos Brasília.

"Desde que o governo desmontou serviços, se eu que analise a atual situação da cidade, mudando pacto federativo, fortalecendo municípios. Que não centralize tantas decisões, o que se torna muito ruim", afirma.

Para Casagrande, governadores devem construir uma pauta estratégica para ser colocada junto ao Congresso Nacional.

O presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) afirmou que comparecerá ao encontro de governadores eleitos que acontecerá hoje, em Brasília, mas analisou não ter que amarrar a rede.

Bolsonaro chegou na manhã de ontem à capital federal, onde se reuniu com a equipe de transição no Centro Cultural Banco do Brasil. "O que eles querem, eu também quero: dinheiro"

de recursos financeiros por parte das autoridades recém-eleitas.

Ele destacou ainda que sua equipe não participou da organização do evento e que decidiu comparecer somente para não decepcionar os presentes. Bolsonaro diz que demandas dos governadores, como renegociação de dívidas, devem ser tratadas com a equipe econômica, liderada por Paulo Guedes, (Agência O Globo)

Fonte: A Gazeta

Figura 48 - Reportagem publicada em 14 de novembro de 2018

Política

16
GAZETA
 QUARTA, 14 DE NOVEMBRO DE 2018
 Editora Sonárita Augusto | www.gazetapublica.com.br
 Rua dos Capangas, 303 | Fone: (51) 3023-1812
 CEP 95070-400 | ABRIL 2018 | R\$ 5,00



Typus: Hoffmann, Rodrigo de Paula, Jacqueline Rocha, Tarcisio da Silva, Roberto Sá, Vitor de Pádua e Álvaro Duboc durante anúncio

| TRANSIÇÃO ESTADUAL |

SECRETÁRIO DIZ QUE ARMA É PARA QUEM SABE USÁ-LA

Futuro chefe da Segurança defende pena mais dura a criminosos

BIANCA VILANT
 A segurança pública, que foi um dos principais focos da campanha eleitoral do governador eleito Ricardo Casagrande (PSB), também foi o assunto central em seu primeiro encontro com o futuro chefe de polícia. Roberto Sá, secretário de Segurança Pública do Estado, reuniu-se com o governador e o futuro secretário de Segurança Pública, Paulo Hartung, em um encontro no Hotel... *[text truncated]*

HISTÓRICO
 Roberto Sá faz o homem do cargo por Paulo Hartung, mas alega que não pode contar por motivos pessoais, na época. Na Polícia Federal, Sá faz curso de segurança nível de escola das 184 delegações em segurança pública. Ele assume a secretaria quando Bellmann deixa o cargo em 2016, quando foi nomeado chefe do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro e participou da implementação dos cursos de Polícia Pacificadora (PIP) na capital fluminense. Ele assume a secretaria quando Bellmann deixou o cargo em 2016, quando foi nomeado chefe do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro e participou da implementação dos cursos de Polícia Pacificadora (PIP) na capital fluminense. Ele assume a secretaria quando Bellmann deixou o cargo em 2016, quando foi nomeado chefe do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro e participou da implementação dos cursos de Polícia Pacificadora (PIP) na capital fluminense.

PERFIL
 Roberto Sá nasceu em 1964 em Itaboraí, município do Rio de Janeiro. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, ingressou na carreira policial na Escola de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro em 1983, como cadete. Depois, passou por promoções, tendo sido instrutor do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) do Rio de Janeiro em 1989 a 1992, chegando ao posto de tenente-coronel, quando deixou a corporação para ingressar na PE.

Casagrande diz que objetivo é agregar experiência nova

O governador eleito Ricardo Casagrande (PSB) justificou o porquê de ter trazido em nome de segurança a nomeação de Paulo Hartung para assumir o posto de secretário de Segurança Pública em seu governo. "O objetivo é a gente agregar experiência, com competência que está estabelecida no Estado, é uma herança a mais, que vem junto com nossos policiais civis, militares, bombeiros, que se incorporará ao nosso núcleo de trabalho produtivo", explicou o governador. O socialista declarou ainda o currículo vasto de Hartung, que trabalhou no Rio de Janeiro em 2006. Foi no cargo até fevereiro deste ano, em meio à intervenção federal na segurança pública do Rio.

Fonte: A Gazeta

4.1.7 Quando o objetivo é mostrar oportunidades de mudanças de vida

Nesta categoria, foram encontrados três conteúdos jornalísticos, mais precisamente três reportagens especiais que têm como tema oportunidades que proporcionam a mudança de vida. Nestes textos, o Ocupação Social, programa de governo que é citado, não é o foco. A política de segurança pública surge, nas falas do governo, por meio do apontamento de ações e projetos que são desenvolvidos no âmbito do programa e que têm com o propósito gerar oportunidades de ensino e de aprendizagem para jovens.

Figura 49 - Reportagem publicada em 24 de junho de 2018



PROJETOS RESGATAM JOVENS E CRIANÇAS

Ações nas comunidades ajudam a combater problemas sociais. Raquel Lopes. O som do berimbau dá o compasso para o início da capoeira. O jogo do corpo, com golpes, rítmicos e acrobacias. Em Rio Marinho, Guanabara, a mistura de arte marcial e dança contagiou jovens e crianças e despertou um outro papel de transformação social. A capoeira faz parte de um projeto social chamado Nação Lutaê, desenvolvido voluntariamente pelo professor de inglês e músico da comunidade de Jardim Botânico, 22. Ele passou a ensinar crianças e jovens há quatro anos como uma forma de trazer atenção às dificuldades, assim como diversos outros projetos que surgem dentro das comunidades da Grande Vitória enfrentando grandes problemas sociais. A ideia de Leninho Costa

Com poesia, coletivo exalta a voz feminina na periferia

Antes eu era preguiçoso e só ficava em casa, nas aulas do projeto me ajudaram a conquistar mais amigos. Gustavo Paolão Neves. Mulheres escrevem e recitam textos sobre violência, preconceito e violência. Raquel Lopes. 'Memórias tálo, eu sei, negra', afirma, em meio às empoeiradas, a estudante Julia de Oliveira Brito, de 15 anos, sobre a cor de sua pele. Ela mostra que sua autoimagem ganhou força com a participação em um grupo que trabalha com a poesia. Tanta e do Coletivo Negro, de Vila Velha. O assunto mais tratado entre elas é o feminismo, mas sempre foram temas sobre empoderamento, violência, preconceito e a violência.



Problemas. 'Eu curava as histórias e percheba que elas estavam com problemas que ultrapassam os batentes da escola'. Daniela Andolfi Professora. Além disso, as ações de conscientização são importantes para as jovens. O projeto tem o objetivo de promover o empoderamento das meninas e proporcionar a elas um espaço de expressão e de fortalecimento da identidade feminina. O projeto tem o objetivo de promover o empoderamento das meninas e proporcionar a elas um espaço de expressão e de fortalecimento da identidade feminina. O projeto tem o objetivo de promover o empoderamento das meninas e proporcionar a elas um espaço de expressão e de fortalecimento da identidade feminina.

Ações. Além das ações que surgem dentro das comunidades, o projeto também promove eventos participativos dentro de escolas. São 50 integrantes. 15 participam ativamente em eventos semanais na Barra do Leste. O nome do coletivo vem de uma inspiração para os jovens. Além das ações que surgem dentro das comunidades, o projeto também promove eventos participativos dentro de escolas. São 50 integrantes. 15 participam ativamente em eventos semanais na Barra do Leste. O nome do coletivo vem de uma inspiração para os jovens.

4.1.8 Projetos de marketing

Consideramos relevante mostrar como as políticas de segurança, mais especificamente o Ocupação Social, aparece também no jornal impresso A Gazeta por meio de publicações provenientes de projetos de marketing. Tais conteúdos foram publicados tanto no final de 2016, em dias diferentes, quanto no final de 2018, em um caderno intitulado "Histórias do Amanhã". Nestes materiais de caráter publicitário, apresentados pelo governo estadual, a política de segurança é apontada como a responsável pela mudança de vida de jovens e consequentemente de famílias que foram abrangidas ao longo do governo. Para reforçar essa ideia, além de entrevistas com gestores do programa, são ouvidos também moradores de comunidades.

Fonte: A Gazeta

Figura 50 - Caderno Histórias do Amanhã. Publicação de 18 de dezembro de 2018

Oportunidade para os jovens, sossego para as mães

MULHERES RELATAM COMO A RESPONSABILIDADE SOCIAL DO ESTADO CONTRIBUIU PARA O BEM-ESTAR DAS FAMÍLIAS E PARA O EQUILÍBRIO ATÉ DENTRO DE CASA

N um contexto social em que muitas vezes as mães também fazem o papel de pai, nada mais natural que sejam elas a correr atrás de oportunidades para garantir o sustento dos filhos e, sobretudo, mantê-los longe da violência. Mesmo quando também têm a parceria do marido, as mães continuam tendo para si a responsabilidade de orientar os filhos na escola para a vida. Mãe de cinco, a empreendedora Cleonice Santos de Jesus, 38 anos, vive no Ocupação Social, uma oportunidade de melhorar a situação da família.

Meadora de Feia Rosa, na Serra, bairro atendido pelo programa, ela teve a chance de contratar um empregado, em condições mais facilitadas, pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bades), para investir em uma cozinha industrial. Foi mamãe durante o dia e a noite, vende lanches.

“Com esse direito, consegui fazer o investimento. Ele me deu muito, deu uma melhoria na minha vida, na dos meus filhos. Isso ajuda na educação deles. Também foi aumentando o conhecimento das pessoas sobre o nosso trabalho e a importância de fazer uma entrega maior de mamães”, conta. Cleonice já pensa, inclusive, em contratar mais um empregado para conseguir realizar o novo serviço, assim, aumentar a rentabilidade.

ATIVIDADE
Uma de suas mães conta que ela mesma não consegue fazer tudo sozinha. Ela precisa de ajuda para cuidar dos filhos e para trabalhar. Ela conta que a oportunidade do programa foi muito importante para ela e para sua família.



GABRIEL LOUREIRO

“Dizer que os jovens não querem nada não é verdade”

Uma das políticas prioritárias da atual administração, o Ocupação Social contribuiu para a redução de 55% dos homicídios de jovens de 15 a 24 anos nos bairros beneficiados pelo programa. A queda nas ocorrências violentas, apontada por números oficiais do governo do Estado, é apenas uma das conquistas do programa, uma vez que a iniciativa também abriu as portas para educação, a cultura e qualificação profissional.

O secretário estadual de Direitos Humanos, Leonardo Oggiolini, lembra que o programa começou a ser desenvolvido justamente a partir dos altos indicadores de homicídios em alguns bairros, onde a maioria das vítimas era jovem. Ao aprimorar esse estudo, com a parceria da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sepg) e do Instituto José dos Santos Neves (IJSN), identificou-se que grande parte também não estudava nem trabalhava.

A atuação da equipe de Eggrtvidos se parou em 23 bairros onde o problema era mais evidente – Bairro da Trilha, em Vitória, foi contemplado depois – e, com o apoio da Secretaria de Estado da Educação (Sed), identificou 16 mil jovens que estavam fora da escola. “Tratamento público-alvo do programa. Com o resultado dessas pesquisas, surge o Ocupação Social. Os principais objetivos eram impactar os jovens fora da escola, estudar e combater o seu perfil e, em família, saber as perspectivas de futuro para, a partir daí, montar o programa”, conta. Nesse processo, afirmou secretário, percebeu-se que os jovens queriam sair estudar, ter mais acesso à cultura, esportes e qualificação, inclusive para empreender, montar o próprio negócio. “O senso comum diz que eles não querem nada; isso não é verdade”, ressalta.

FIQUE POR DENTRO

- Ocupação Social: uma nova visão sobre a juventude**
- Atendimentos**
 - 25 bairros de nove municípios: Nova Palatino e Bairro da Trilha, em Vitória; Barra Mansa, Uruçuá Guimarães, Santa Rita, Via Velha, Feia Rosa, São Mateus, Jardim Capelinha, Novo Horizonte, Planalto Serra, Central Carapicó e Bairro das Laranjeiras, Serra; Castelo Branco, Nova Nova da Boa Vista, Fiscal II e Nova Esperança, Carapicó; e Cachoeira do Itapemirim, Ayrton Senna e Bela Vista, Colatina; Itaipongos e Avião, Linhares; Vila Nova e Bom Sucesso, São Mateus; e parte urbana de Pírabas.
 - Atendimentos**
 - De 2015 a 2018, 38 mil vagas e atendimentos foram ofertados nas áreas de cultura, esporte, qualificação profissional, empreendedorismo e desenvolvimento de habilidades socioemocionais.
 - Investimentos**
 - Em 2018, foram acertadas com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) as etapas do convênio que prevê para o Estado um investimento de US\$ 70 milhões equivalente a cerca de R\$ 220 milhões para os próximos cinco anos.
 - Indicadores**
 - A redução no índice de homicídios nos locais atendidos pelo Ocupação Social entre a população de 15 a 24 anos, foi de 55% no comparativo de 2014 com 2017.

GABRIEL LOUREIRO



Fonte: A Gazeta

Figura 51 - Caderno Histórias do Amanhã. Publicação de 18 de dezembro de 2018

OCUPAÇÃO SOCIAL

S em trabalhar, os jovens Elien dos Santos, 24 anos, passou os dias entre visitas de amigos e o trabalho virtual no celular. Até a chegada do programa Ocupação Social a Boa Vista, bairro de Vila Velha visitado por seu pai, Sotelo, que lhe ofereceu a possibilidade de qualificação. Ainda durante a realização de um dos cursos, em novembro, Elien conseguiu emprego.



“Eu tinha tempo livre para me qualificar e, por mais que sejam cursos de curta duração, sei que vou aprender coisas – e já aprendi – que talvez não me deriam em outros cursos, mas que me ajudam para a vida. Eu aprendi coisas além do curso”, diz Elien.

Um dos aprendizados é um conhecimento que quer conquistar no mercado de trabalho: elaborar um bom currículo. Elien conta que não sabia como prepará-lo e buscou orientação com integrantes do Ocupação Social. Com o documento em mãos, distribuído em empresa e, agora, está atuando em uma loja de calçados em um shopping da cidade.

“Com esse ensino médio completo, o jovem teve mais do que o acesso à qualificação. O programa desenvolveu também a vontade de fazer um curso superior. Ao ver a parceria da Faculdade de Música do Espírito Santo (Funes) na iniciativa, com apresentações em escola da região, decidiu que vai estudar música.”

“Conceito é pensar: O que vou fazer daqui a cinco, seis anos?” Elien decidiu que quer entrar na faculdade. Mas, mesmo hoje, toda informação que ela puder acumular nesse curso que está fazendo também será importante para mim daqui a um tempo”, avalia.

VISIBILIDADE
A música também faz parte da vida de Ithayan Lucas Cardoso da Silva Santana, 19, técnico em Segurança do Trabalho durante o dia e MC à noite e nos fins de semana. Do bairro Planalto Serra, na Serra, ele integra o grupo de rap

GABRIEL LOUREIRO



Thaíly Almeida Couto em uma das aulas da Ocupação Social ajuda Thaíly a conseguir bolsa na faculdade.

dando o ritmo que sonhavam, mas que não sabiam como iriam conseguir chegar lá.

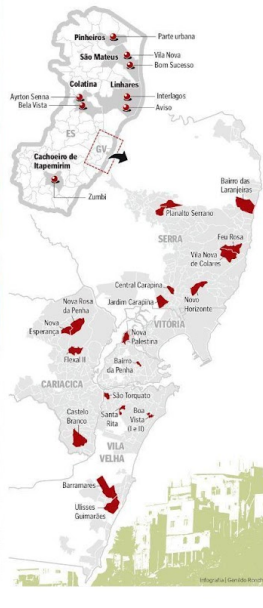
Mais oportunidades
É o caso de Thaíly Almeida Couto, 21, moradora de Jardim Guanabara, na Serra, e hoje estudante do segundo período de Arquitetura. Foi o caso que ela sempre quis fazer, mas isso só foi possível por meio do Bolsa Família, programa do governo que concede bolsas de graduação por gratificação a alunos da rede pública em instituições particulares de ensino superior. Para quem é dos bairros de abrangência do Ocupação Social, foram reservados 20% das vagas.

Thaíly chegou a iniciar outro curso – escolhido pelo Bolsa Família – mas não fez por esse momento”, comemora o jovem.

Eles reocuparam o próprio tempo e encontraram novas realidades

JOVENS MORADORES DE ÁREAS EM VULNERABILIDADE ENCONTRARAM NO OCUPAÇÃO SOCIAL A PORTA DE ENTRADA PARA A REALIZAÇÃO DE SONHOS

BAIRROS ATENDIDOS PELO OCUPAÇÃO SOCIAL



Fonte: A Gazeta

4.2 As vozes no discurso jornalístico

Uma hipótese que tínhamos desde o início desta pesquisa era a de que havia um desequilíbrio com relação às vozes do discurso, com uma significativa ausência de participação das comunidades (estamos aqui falando de moradores, líderes comunitários, representantes de coletivos e de ONGs) impactadas pelas políticas de segurança. Acima, quando apresentamos essa classificação dos textos com base no seu ponto de partida, já mostramos indícios da existência desse desequilíbrio. Essa hipótese se confirmou com mais clareza ao sistematizarmos os dados relativos às fontes que constituem o discurso jornalístico de A Gazeta.

Conforme mostram as tabelas a seguir, que foram divididas entre o gênero jornalístico e o opinativo, o governo estadual não só é fonte principal, como na maioria deles é a única fonte citada nos textos jornalísticos, seja de forma direta (por meio de aspas) ou indireta. Constatamos então que não só há poucas fontes, como também elas estão sempre de um mesmo lado: o governo.

Tabela 5 - Fontes citadas nos enunciados jornalísticos - gênero informativo

Fontes citadas em enunciados jornalísticos informativos							
	Governo	Sociedade	Especialistas	Governo e Sociedade	Especialistas e Sociedade	Governo e Sociedade	Todos juntos
2011	8	1	0	5	0	1	0
2012	12	2	0	4	0	1	0
2013	13	2	0	6	0	0	0
2014	11	0	0	1	0	0	1
2014/2	8	0	0	0	0	0	0
2015	19	0	0	0	0	0	1
2016	5	0	0	3	0	2	0
2017	9	0	0	2	0	0	1
2018	13	0	0	2	0	0	4
Total:	98	5	0	23	0	4	7

Fonte: Elaborada pela autora

Tabela 6 - Fontes citadas nos enunciados jornalísticos - gênero opinativo

Fontes citadas em enunciados jornalísticos opinativos							
	Governo	Sociedade	Especialistas	Governo e Sociedade	Especialistas e Sociedade	Governo e Especialistas	Todos Juntos
2011	7	0	2	0	0	0	0
2012	6	0	3	0	0	0	0
2013	6	2	0	0	0	0	0
2014	6	0	2	0	0	0	0
2014/2	1	0	0	0	0	0	0
2015	8	0	5	0	0	0	0
2016	3	0	1	0	0	0	0
2017	3	0	3	0	0	0	0
2018	4	0	3	0	0	0	0
Total	44	2	19	0	0	0	0

Fonte: Elaborada pela autora

As tabelas acima mostram o número de vezes em que cada um dos tipos de fontes (divididas entre representantes do governo estadual, representantes da sociedade e especialistas) foram ouvidos em cada um dos textos que compõem o corpus.

Na soma geral, o número de enunciados em que representantes da sociedade estiveram presentes nos textos jornalísticos corresponde a um quinto dos enunciados, que teve como fonte um representante do governo estadual. No gênero opinativo, a presença das comunidades é ainda menor - o que não é de se estranhar devido à própria natureza desses conteúdos.

Tais dados nos levam a retomar o pensamento de Ducrot (1987), que defende que a existência real da polifonia dentro de um discurso é garantida pela presença de diferentes enunciadorees - aqueles a partir de quem se vê, como explica Benetti (2010, p. 119). Neste sentido, o que notamos é que o discurso jornalístico relativo aos programas Estado Presente e Ocupação Social não garantem polifonia (logo, pluralidade), uma vez que as fontes utilizadas, ainda que sejam diferentes, são majoritariamente representantes dos governos responsáveis pela consolidação e aplicação de tais políticas públicas. O jornalista continua sendo o locutor, mas

é o governo quem passa a ser o grande enunciador dos discursos, traçando a perspectiva que se tem das políticas de segurança.

Em nossa visão, a consequência disso é que o jornal não consegue dar conta das múltiplas possibilidades de existir e de ser jovem, de ser negro, de ser periférico dentro desses bairros, deixando um vazio quanto aos processos de territorialização e reterritorialização nesses espaços. O que fica mais evidente é a exclusão, isto é, a desterritorialização, na concepção de Haesbaert (2011).

Como não se pode presumir que esse vazio (que é enxergado nesta pesquisa após um estudo profundo desses temas) seja observado por todos os leitores, que possuem vivências diferentes e, portanto, diferentes formas de interpretar o discurso, pode-se inferir que as lacunas são preenchidas por sentidos generalistas quanto a esses conceitos. Isso nos leva a fazer uma reflexão: é possível que o jornalismo contribua para a estigmatização das periferias, dos jovens e dos negros à medida que os aponta como lugares de violência e não dão lhes dá voz na mesma proporção.

Para além disso, cabe ressaltar o espaço que é dado aos cidadãos no discurso do jornal. Embora haja exceções, o que mais se repete nos textos jornalísticos que compõem este corpus é o uso da palavra do cidadão para ilustrar uma situação, seja para evidenciar um cenário de violência e de exclusão social, seja para ser mostrado como aquele que foi ou irá ser beneficiado pelas políticas públicas. Neste sentido, as análises feitas neste estudo nos levam a retomar as constatações de Amaral (2002) ao analisar o jornalismo popular.

Segundo a autora, não se trata de deslegitimar a participação dos cidadãos como fontes jornalísticas, mas sim de nos atentarmos para o fato de que o jornalismo acaba restringindo a participação desses cidadãos a uma condição de sujeitos satisfeitos ou insatisfeitos. Entendendo que é função do jornalismo, para além de dar visibilidade à pluralidade de opiniões, auxiliar na construção da realidade a partir do interesse público, chegamos à conclusão de que essa participação restrita não democratiza o jornalismo porque não há de fato uma inclusão. Fala-se “das” comunidades, mas raramente “com” as comunidades quando se fala sobre políticas públicas. Com isso, mantém-se no plano simbólico a divisão socioespacial do território urbano, fruto da desigualdade socioeconômica.

De fato, os dados evidenciam que a juventude negra, pertencente às classes sociais mais baixas, são os principais alvos da violência no Espírito Santo, no Brasil e na América Latina

como um todo. Não se trata de negar esses aspectos da realidade. Pelo contrário, a identificação dessa problemática, conforme vimos no capítulo anterior, é fundamental inclusive para a implementação assertiva das políticas públicas, assim como a importância da utilização das fontes oficiais. Mas, faz-se necessário lembrarmos as observações de Abramovay (2002), que aponta a importância de se tomar os jovens a partir de uma perspectiva dupla: a de receptores dos recursos públicos que vão lhes permitir superar as desigualdades, mas também a de atores estratégicos na construção de sociedades mais igualitárias. E isso passa também por dar voz a eles. Se o jornalismo é uma instituição social que detém autoridade para pôr seu discurso em circulação no espaço público, cabe a ele também a responsabilidade de usar o seu capital simbólico para promover a cidadania e os direitos humanos, usando a polifonia, que é uma premissa de seu discurso, como um instrumento de mudança social.

4.3 Análise em nuvem de palavras

Com o objetivo de obtermos uma análise mais ampliada do corpus, utilizamos a ferramenta “Voyant Tools”, na qual os textos jornalísticos, que compõem o corpus da pesquisa, foram inseridos para a realização de uma mineração dos conteúdos. Três análises foram feitas: a primeira incluindo todos os textos coletados entre 2011 e 2018; a segunda com os textos coletados a partir do termo “Estado Presente”, e a terceira com os textos coletados a partir do termo “Ocupação Social”.

Figura 52 - Nuvem de palavras resultado da mineração conteúdos noticiosos de 2011 a 2018



Fonte: Elaborada pela autora

A primeira nuvem de palavras, nos indica as palavras que mais se repetem no corpus completo. São elas: estado (728); social (376); programa (358); governo (351); segurança (336); ações (281); homicídios (276); presente (237); santo (219); espírito (217); secretário (217); violência (217); jovens (216); ocupação (210); pública (203); bairros (180); polícia (170); redução (161); vitória (147); educação (144).

Através da ferramenta foi possível também verificar as interconexões entre os termos. A palavra “estado”, por exemplo, que aparece em maior quantidade, está relacionada às palavras “programa”, “ocupação”, “bairros”, “presente”, “social”, “segurança”, “governo”, “garcia”, “ações”, “pública” e “secretário”. Já a palavra “programa” se liga a outras como “ocupação”, “estado”, “presente”, “social”, “bairros”, “governo” e “ações”.

Figura 53 - Nuvem de links entre palavras. Textos jornalísticos coletados de 2011 a 2018



Fonte: Elaborada pela autora

O que se observa, neste primeiro cenário, é o destaque de palavras ligadas a diferentes contextos, que se inter-relacionam. Existem aquelas que se referem diretamente ao nome dos programas (“presente” e “ocupação”); aquelas que se referem aos seus eixos de ação (“segurança” e “social”); as que se destacam no campo das ferramentas utilizadas para a promoção efetiva das políticas - como “educação” e “polícia”; às ligadas aos territórios nos quais a violência se manifesta (“bairros”, “municípios”, “áreas”) e ainda as ligadas aos índices que se pretende reduzir, como “homicídios”. Já o termo “jovem” nos permite fazer inferências de que há, nos conteúdos coletados, uma constante afirmação dos jovens tanto como público alvo das políticas quanto como os principais alvos e também promotores da violência.

Outro ponto que chama atenção é a evidência das palavras “andré” e “garcia”, referente ao nome de André Garcia, que foi um dos responsáveis diretos pela implantação das duas políticas, o que sugere o constante aparecimento de representantes do governo como fonte de informação.

4.3.1 Estado Presente e Ocupação Social

Vejam os agora a nuvem de palavras originada dos textos jornalísticos referentes aos programas Estado Presente e Ocupação Social.

Com relação ao Estado Presente, os termos que mais se repetem neste recorte são: estado (418); governo (199); presente (193); programa (180); segurança (180); ações (158); homicídios (148); violência (110); polícia (95); pública (93).

Figura 54 - nuvem de palavras gerada a partir de textos jornalísticos com os termos “Estado Presente” e “Ocupação Social”



Fonte: Elaborada pela autora

Com relação ao Estado Presente, os termos que mais se repetem neste recorte são: estado (418); governo (199); presente (193); programa (180); segurança (180); ações (158); homicídios (148); violência (110); polícia (95); pública (93).

Quanto ao Ocupação Social, os termos que mais se repetem são: estado (310); social (291); ocupação (206); jovens (181); programa (178); segurança (156); governo (152); espírito (129); homicídios (128); santo (128); secretário (125); ações (123); escola (123); pública (110); violência (107).

O que se observa é que, embora o arco de palavras, que aparecem com mais frequência, seja semelhante, existem algumas diferenças entre os períodos em relação ao destaque de alguns termos. Nos textos jornalísticos referentes ao Estado Presente, para além de palavras como

“estado”, “programa”, “presente” e “governo”, alguns termos aparecem de forma bastante evidente, a exemplo de “ações”, “homicídios”, “violência” e “polícia”.

Quando se trata dos textos referentes ao programa Ocupação Social, outros termos se tornam evidentes, como “jovens”, “escola”, “social” (uma referência tanto ao nome do programa quanto à sua proposta de agir no eixo social).

A mineração dos textos vai ao encontro de uma percepção da analista durante a coleta e análise dos dados de que a cobertura do Estado Presente esteve mais ligada à abrangência territorial do programa e ao seu objetivo de atuar em diferentes eixos, com ênfase na de proteção policial, para reduzir índices de violência. Já a cobertura do Ocupação Social esteve mais ligada às ações do programa na área de Educação, como oferta de cursos de qualificação, numa perspectiva mais voltada para a geração de oportunidades.

Desde o início desta pesquisa nos propomos a utilizar softwares de mineração de dados com o intuito de que essa mineração nos ajudasse a expandir o olhar diante do corpus. De fato, o recurso é interessante para isso, mas o que notamos, ao menos em relação ao objeto de análise deste estudo, é que ela não supera ou se equipara ao esforço do próprio analista de dar atenção a cada texto. O papel dela foi o de reforçar, de modo sistematizado, as impressões e os dados que já vínhamos coletando até então.

4.4 Análise de textos

Conforme mostrado até agora, os programas Estado Presente e Ocupação Social muitas vezes não são o foco dos conteúdos noticiosos nos quais são citados, já que em parte dessas ocorrências, a centralidade do assunto é a violência/insegurança, bem como o cenário político que atravessa e é atravessado pelo tema. Ainda assim, nossa opção por um corpus extenso foi feita com o objetivo de compreender como os programas foram abordados dentro da totalidade do jornal A Gazeta, perpassando os diferentes espaços da publicação e os diferentes gêneros - informativo e opinativo e, ainda, publicitário.

Por isso, após fazermos uma análise da motivação das publicações e, portanto, do contexto, que constitui parte da prática discursiva, selecionamos dez destes conteúdos noticiosos para analisar mais profundamente as escolhas lexicais e os elementos argumentativos existentes neles, que contribuem para a coerência e o sentido dos enunciados. A escolha desses conteúdos foi feita a partir da identificação de momentos significativos para as coberturas de segurança pública ao longo do período em que elas foram implementadas: sua implantação, o anúncio de projetos e serviços de impacto social, as situações em que a eficácia das políticas são colocadas à prova ou analisadas de alguma forma. Nossa escolha metodológica por este caminho foi também muito orientada pelo aponta Fairclough (2001) quando diz que é preciso identificar pontos de tensão do discurso, que nos permitem identificar mudanças e reforços de sentidos.

Importante salientar, mais uma vez, que neste estudo, não separamos as três dimensões de análise propostas pelo estudioso inglês, tendo em vista que ele mesmo afirma que tal separação tem um fim didático e não analítico. Selecionamos os seguintes textos a serem analisados:

Tabela 7 - Textos analisados – Jornal A Gazeta

Texto	Título principal	Data de publicação	Gênero jornalístico
1	Saúde, educação e lazer contra a violência	28/05/2011	Informativo
2	Violência desafia o Estado	26/06/2011	Informativo
3	Morte de menores: Quinze bairros na mira da Ocupação Social	20/03/2015	Informativo
4	Ruas da Grande Vitória receberão mais câmeras	18/07/2013	Informativo
5	Curso gratuito de maquiador e até de Dj para reduzir a criminalidade	03/09/2016	Informativo
6	Segurança: Taxa de mortes cai	17/12/2014	Informativo
7	Jovem negro: risco de ser morto é maior	08/05/2015	Informativo
8	A teoria da evolução da Segurança	05/11/2015	Opinativo
9	Estado Pouco Presente - EPP	05/07/2011	Opinativo

10	Cuidar das contas e das pessoas, o nosso objetivo	28/10/2017	Opinativo
----	---	------------	-----------

Fonte: Elaborada pela autora

4.4.1 Texto: Saúde, educação e lazer contra a violência

Figura 55 - Reportagem publicada em 28 de maio de 2011

Fale com a editora
Cristina Alves - calves@redgazeta.com.br
A GAZETA Vitória (ES), sábado, 28 de maio de 2011 03

Página TRÊS

Plano de segurança. Choque de paz começa a ser implantado hoje nas 30 regiões que apresentam os piores dados de violência e as condições sociais mais precárias

Saúde, educação e lazer contra a violência

Ação integrada de secretarias é a aposta do governo do Estado para reduzir criminalidade

FREderico GOLLART
frederico@redgazeta.com.br

Um verdadeiro choque de paz começa a ser implantado hoje nas 30 regiões do Estado que apresentam os piores dados de violência e as condições sociais mais precárias. O programa "Estado Presente - em defesa da vida" (apostado pelo governo Renato Casagrande (PSB) para acalmar os índices de criminalidade, grande calo da última administração. O programa começa com o foco de oferecer além de policiamento, programas sociais e de incentivo que vão desde cursos profissionalizantes à melhoria na condição das escolas.

Embalado pela queda do número de homicídios - redução que chegou a 14% nos últimos quatro meses - o plano será lançado em Terra Vermelha, Vila Velha, com a promessa de contemplar outras 11 regiões vizinhas.

Além de ações de repressão, serão estabelecidas políticas em educação, saúde, cultura, esporte e lazer, respeitando as particularidades de cada local. Nos próximos anos, o projeto avança para o interior. A última região - ainda não divulgada - será contemplada até em 2011.

"Nosso objetivo é envolver todo o governo no combate à criminalidade", explica o secretário de Apoio Estratégico, André Garcia. Há planos que as 30 áreas concentram 50% dos homicídios do Estado. "Isso não significa que outros bairros vão ser menos vigiados. Nossa função é proteger toda a cidade", destaca.

REPRESSÃO

O secretário de Segurança, Henrique Herboland, lembra que, no que diz respeito à metodologia de trabalho nessas regiões, o foco será voltado para a identificação de criminosos e policiamento em locais de alto risco. "Isso já está sendo feito. Não vamos aumentar o número de policiais. Queremos é melhorar a dinâmica da segurança, frisa.

Raio-x do programa de segurança do Estado

Confira as ações previstas

As 5 primeiras regiões

- 1 Terra Vermelha (Vila Velha) e 11 bairros vizinhos
- 2 Vila Betânia, Vila Rica e Nova Betânia (Vitória)
- 3 São Pedro (Vitória) e mais 11 bairros do entorno
- 4 Fou Rosa e Vila Nova de Colares (Serra)
- 5 Nova Rosa da Penha e Nova Esperança (Caracica)

Próximos anos

Em 2012, o projeto chegará a mais 10 regiões e a outras 10 até o fim de 2013

5 regiões que ficarão para o segundo semestre

- 6 Jacarajé (Serra) e mais 15 bairros do entorno
- 7 Santa Rita (Vila Velha) e mais 3 bairros
- 8 Santo Antônio (Vitória) e mais 6 bairros
- 9 Carapina (Serra) e mais 4 bairros
- 10 Planalto Serrano e Campinho da Serra (Serra)

O que vai mudar em Terra Vermelha (primeira região)

Saúde	Ciência e Tecnologia	Educação	Esporte
Atendimento específico às vítimas de violência e às adolescentes grávidas	Em Terra Vermelha - junto das outras quatro primeiras regiões - serão oferecidas mil mulheres em cursos de capacitação em informática e contabilidade. As inscrições começam em 1º de julho.	Ampliação da participação da família nas escolas. As escolas Mário Gurgel e Terra Vermelha oferecerão cursos de ensino profissionalizante e técnicos em informática e mecânica. Também serão promovidas atividades como a biblioteca móvel e teatro de bonecos.	O Instituto Gomes Cardozo (Barraido) vai oferecer, inicialmente, estrutura para jogos e projetos de lazer, para 100 crianças de 6 e 7 anos em cada modalidade.
Anulação da oferta de exames para mulheres e implantação de sistema posparto	Também serão capacitados mil homens na área de construção civil	Também serão promovidas atividades como a biblioteca móvel e teatro de bonecos.	Investimento em bibliotecas, quadras de esporte e ampliação de unidades escolares

Desenvolvimento

Será implantado um banco comunitário com o objetivo de gerar crédito para micro e pequenas empresas

Cultura

Talento jovem serão convidados a fazer parte de 15 oficinas culturais, respeitando as linguagens de cada local

Não vai haver migração. Os criminosos não ficarão à vontade em outro lugar

André Garcia, secretário de Apoio Estratégico

Redução de homicídios nos últimos 13 meses

Mesmo antes do início do principal programa de combate à violência do atual governo, o Estado já tem que comemorar no que diz respeito ao número de homicídios registrados por aqui. Na comparação dos últimos 13 meses com cada um dos seis meses equivalentes no ano anterior, todos registraram queda que variaram entre 11% e 37% a cada mês.

Neste ano, o número de assassinatos chegou a 623, enquanto no mesmo período do ano passado o número registrado do foi 790, ou que equivale a uma queda de 10,9%.

Outro dado para ser celebrado é a redução no número de crimes contra mulheres: nos primeiros quatro meses de 2011, foram 34 homicídios, 14 a menos que no mesmo período de 2010. Entre as ações apontadas para a redução, o governador criou a Delegacia de Homicídios e Proteção às Mulheres e a padronização dos procedimentos policiais durante o atendimento às mulheres.

Fonte: A Gazeta

Texto completo:

Um verdadeiro choque de paz começa a ser implantado hoje nas 30 regiões do Estado que apresentam os piores dados de violência e as condições sociais mais precárias. O programa "Estado Presente - em defesa da vida" é a aposta do governo Renato Casagrande (PSB) para acalmar os índices de criminalidade, grande calo da última administração. O programa

começa com o foco de oferecer, além de policiamento, programas sociais e de incentivo que vão desde cursos profissionalizantes à melhoria na condição das escolas.

Embalado pela queda do número de homicídios - redução que chegou a 14% nos últimos quatro meses -, o plano será lançado em Terra Vermelha, Vila Velha, com a promessa de contemplar outras 11 regiões vizinhas.

Além de ações de repressão, serão estabelecidas políticas em educação, saúde, cultura, esportes e lazer, respeitando as particularidades de cada local. Nos próximos anos, o projeto avança para o interior. A última região - ainda não divulgada - será contemplada até 2014.

“Nosso objetivo é envolver todo o governo no combate à criminalidade”, explica o secretário de Ações Estratégicas, André Garcia. Ele lembra que as 30 áreas concentram 50% dos homicídios do Estado. “Isso não significa que outros bairros vão ser menos vigiados. Nossa função é proteger toda a cidade”, destaca.

Repressão

O secretário de Segurança, Henrique Herkenhoff, lembra que, no que diz respeito à metodologia de trabalho nessas regiões, o foco será voltado para a identificação de criminosos e o policiamento em locais de alto risco. “Isso já está sendo feito. Não vamos aumentar o número de policiais. Queremos é melhorar a dinâmica da segurança”, frisa.

Análise: O Programa Estado Presente favorecerá a integração estratégica de secretarias estaduais e municipais no planejamento e implementação de políticas públicas que conjugam ações de prevenção primária (educação, saúde, assistência social, esportes e lazer), secundária (ordenamento territorial) e terciária (sistema prisional), bem como ações de repressão qualificada. Cidades como Nova York e Bogotá alcançaram eficiência e eficácia no planejamento no campo da segurança pública e áreas afins, no século passado, por meio de programas bem estruturados que apresentaram a integração como característica essencial. A integração é a principal característica do Programa Estado Presente. A sociedade capixaba ganhará muito em segurança e qualidade de vida com o sucesso desse programa.

Análise:

A reportagem em questão, publicada em maio de 2011, no primeiro ano do governo Casagrande, é pautada na questão factual do início da implantação do Estado Presente, programa que é apresentado no texto com a proposta de atuar nos eixos social e repressivo para reduzir a violência e levar a paz às regiões do estado que se destacam pelos altos índices de criminalidade. O programa, que está em plena expansão, é criado como uma ideia de avançar sobre os territórios. A ideia é que, ao intervir nestas áreas específicas, a violência seja reduzida como um todo. Como recurso gráfico, um infográfico em forma de mapa é colocado no centro da página, indicando quais regiões passam a ser as prioridades do governo, com ações de intervenção. Em momento nenhum, no entanto, um representante da população aparece no enunciado. Destacam-se os seguintes pontos:

1 - A expressão "choque de paz" é usada logo no início do lead, estabelecendo uma ideia enfática de oposição à palavra "violência", sugerindo aos interlocutores a iminência de uma mudança radical.

2 - Ainda no lead, o jornalista, na posição de locutor do discurso, aponta o programa Estado presente como "aposta do governo Renato Casagrande (PSB) para acalmar os índices de criminalidade, grande calo da última administração". A utilização da palavra "aposta" e da expressão "grande calo" (fazendo alusão a um grande incômodo indicam a existência do pressuposto de que: a) os índices de criminalidade estão muito altos e b) que a questão tem sido motivo de desaprovação da gestão governamental anterior e, ainda, um desafio a ser enfrentado pela atual gestão.

3 - Na sentença " além de policiamento, programas sociais e de incentivos que vão desde cursos profissionalizantes à melhoria na condição das escolas", a palavra "além funciona como um operador argumentativo para indicar que o programa que começa a ser implantado pelo governo possui algo a mais, um diferencial, que são as ações na área social, ao passo que fica implícito que o "policiamento" seria a ação já esperada. O mesmo recurso de argumentação é utilizado depois, quando o locutor diz que "além de ações de repressão, serão estabelecidas políticas em educação, saúde, cultura, esportes e lazer, respeitando as particularidades de cada local". É essa ideia que se manifesta no título "Saúde, Educação e lazer contra a violência".

4 - O jornalista, locutor, recorre a uma fala direta (intertextualidade manifesta) de dois representantes do governo para detalhar o programa. Na fala de André Garcia há uma promessa de que outras regiões não deixarão de ser "vigiadas", o que nos leva a observar que: a) o secretário se antecipou quanto a uma possível reclamação da população de que a presença do Estado seria enfraquecida em regiões não contempladas pelo Estado Presente e b) o jornalista achou tal apontamento relevante, atribuindo diretamente ao governo a promessa de que isso será cumprido.

5 - Na fala do secretário de segurança o eixo policial é reforçado, indicando uma mudança estratégica.

6 - Um especialista é ouvido na reportagem. Para demonstrar otimismo em relação ao programa, ele usa como principal elemento de argumentação a apresentação de países que aplicaram políticas de segurança semelhantes ao Estado Presente no que diz respeito à integração de intervenções.

Nota-se que, ao introduzir no discurso a ideia de que a redução da violência está ligada não só ao aparato de repressão policial do estado, mas também a ações em áreas como saúde, educação e lazer, o jornalismo introduz uma complexidade de sentido ao assunto, que vai ao encontro do que dizem autores que se dedicam a estudar sobre o tema defendem, tais como vimos em Mendonça (2014), no capítulo 2 deste estudo, quando o autor defende a prática da intersectorialidade como um modo de se enxergar e de se estabelecer as políticas públicas de segurança. Há, ainda, a introdução do sentido de que o combate à violência deve ser feito por meio de políticas públicas. Ainda que não tenha sido explicitado, o sentido de promoção de igualdade para a geração de segurança está ali.

No entanto, ao dar voz apenas aos representantes do governo estadual, o jornalismo atribui o discurso da intersectorialidade apenas ao estado, enquanto a população, especialmente as pessoas que vivem nas comunidades que serão abrangidas pelo programa, como é o caso de Terra Vermelha, não são ouvidas. Até mesmo quando o jornalista recorre ao especialista para avaliar a implantação do Estado Presente, a fonte que discursa, apesar de especialista no tema, é um servidor de carreira do Instituto Jones dos Santos Neves²⁵, que é uma autarquia

²⁵ Mais informações disponíveis em: <http://www.ijsn.es.gov.br/institucional/diretoria>

vinculada ao governo do Espírito Santo. Poderíamos questionar, por exemplo, se essas ações vão ao encontro do que essas comunidades enxergam como violência e esperam para as suas vidas e se essas comunidades, que são apontadas como lugares de violência e de pobreza, sabem que essa política será implantada. Ficam essas lacunas, ao passo que a implantação das políticas pelo governo, que deve ser um processo dialético e submetido ao debate popular, é legitimado discursivamente pelo jornalismo. Na dinâmica das relações de poder, o jornalismo utiliza seu poder simbólico para que o estado reafirme o seu poder político de ação, intervenção e coerção. Podemos destacar, ainda, que o modo unilateral como a notícia se apresenta reflete a má qualidade entre Estado e sociedade, que se tornou um histórico obstáculo para a formulação de políticas públicas neste país (Mendonça, 2014).

Analisando este cenário em comparação com as finalidades do jornalismo apontadas por Reginato (2016), o que nos parece que, neste conteúdo noticioso, o jornalismo cumpre com as funções de informar, de registrar a história, de selecionar o que é relevante, mas, por outro lado, deixa a desejar em aspectos como a apresentação da pluralidade da sociedade, que impactam diretamente na mediação entre os cidadãos e os fatos, especialmente quando pensamos no dever do jornalismo para com a cidadania, que é apontado por autores como Gentili (2005).

Há ainda um sentido político que perpassa o texto. Logo no início, o locutor aponta a violência como um dos grandes “calos” do governo anterior, criando um sentido de comparação e, ainda, de disputa entre gestões para ver quem dá conta de resolver esse problema, conquistando a aprovação da sociedade. Tal sentido dialoga com contexto histórico de disputa entre as duas gestões, que são encabeçadas por dois adversários políticos. A política, então, não é só pública, mas também de governo.

4.4.2 Texto: Violência desafia o Estado

Figura 56 - Reportagem publicada em 28 de maio de 2011

12 A GAZETA Vitória (ES), domingo, 26 de junho de 2011 Fale com a editora: Cinthya Alves - 3321-8446

Além do crime, Projeto do governo promete dar condições dignas de vida à Grande Terra Vermelha

Violência desafia o Estado

Ações do Estado Presente chegam a áreas urbanas onde há tráfico de drogas e alto índice de homicídios

CLAUSIA FELIZ *clausia@gazetaviva.com.br*

■ Alder Vitorino dos Santos, 23 anos, viu o tempo passar sobre um canal de esgoto em Barraneras, na Grande Terra Vermelha. Via Velha Perdeu o emprego de auxiliar de pedreiro e não tem perspectivas de futuro. Separado da mulher, estudou até a 6ª série do ensino fundamental, e só estudou o suficiente para ser admitido em um curso de uma faculdade. Residem quase 70 mil pessoas e se estima os maiores índices de homicídios do Espírito Santo.

Não é difícil entender porque o adorno é marcado pelo ensino da violência imposta pelo tráfico. Falta tudo em Terra Vermelha, de escola a moradia decentes. Um olhar mais apurado sobre a realidade desmoronada de espaços mostra o tamanho do desafio que o Estado — que quer se fazer presente na comunidade — terá para diminuir os índices de violência.

Dois bairros da região são alvo do projeto Estado Presente, que reúne ações integradas de governo não só no campo da Segurança Pública, mas investe, em parceria com prefeituras, também na melhoria da infraestrutura e das condições socioeconômicas dos moradores.

No Espírito Santo, 50% dos assassinatos ocorrem em 30 aglomerados urbanos localizados em 15 municípios do interior e na Região Metropolitana da Grande Vitória. A Grande Terra Vermelha é um deles. Até o ano 2003 foram mortas 22 pessoas.

O subsecretário estadual de Ações Estratégicas, Gustavo Dobbertin, diz que uma das primeiras ações foi mapear favelas do lado da Justiça, traficantes e homicídios. Melhorar as condições de saúde e educação garantir acesso a atividades esportivas em áreas adequadas e ampliar o número de beneficiários do Bolsa-Família fazem parte da lista de desafios do poder público.

MEU Na região alvo do projeto, com mais de 30 mil moradores, o medo impõe a chamada lei do silêncio. Um dos líderes comunitários chega a admitir que a presença de A GAZETA poderia atrair para ele a ira de traficantes. “Aqui as pessoas têm que fugir que não veem e que não ouvem”, diz ele.

“Moradores dizem que as ambulâncias do Santa Páz só entram na região à noite, com apoio da polícia, mas a polícia, segundo a coordenação do serviço, aplica-se aos casos onde há agressão à pessoa, um crime relativamente frequente por aqui. Deixo de uma loja no local, Heber Hubner, que se dá de desculpas. “Certeiro, com medo da violência, aqui nem entrega correspondências”, desabafa.

Quero ser policial e fazer a diferença. As pessoas discriminam quem mora na Região de Terra Vermelha” ROSILANE LIMA 20, ESTUDANTE

Na cadeia 24 pessoas presas Entre janeiro e maio deste ano a Delegacia de Crimes Contra a Vida prendeu 24 pessoas na Grande Terra Vermelha

Perfil da exclusão A Grande Terra Vermelha é um dos aglomerados urbanos onde o governo desenvolve o Projeto Estado Presente

Em Via Velha, também estão inseridos os bairros de:

- Santa Rita
- Primeiro de Maio
- Alecrim
- Ilha da Conceição
- Pedra dos Búzios

Morada da Barra, João Godard, Jabatê, Normília da Cunha

Outras regiões ficam em: Serra, Canavieira, Viana

Alvo do projeto na Grande Terra Vermelha

Barraneras (Estrela), Terra Vermelha (Brunêlia), Santa Rita, Primeiro de Maio, Alecrim, Ilha da Conceição, Pedra dos Búzios, Morada da Barra, João Godard, Jabatê, Normília da Cunha, Via Velha Perdeu, Santa Páz, Santa Rita, Alecrim, Ilha da Conceição, Pedra dos Búzios, Morada da Barra, João Godard, Jabatê, Normília da Cunha, Via Velha Perdeu, Santa Páz

A Grande Terra Vermelha possui uma população estimada em 70 mil pessoas, mas a área alvo do projeto Estado Presente tem cerca de 30 mil moradores

A área possui:

- 3 escolas de educação infantil
- 7 de ensino fundamental
- 1 de ensino fundamental e médio
- 1 de nível médio

Faltam médicos para completar o quadro das equipes de Saúde da Família. Em Terra Vermelha, só há profissionais em três das seis equipes de PSF. Há informação de que médicos tenham trabalhado na região, mas não conseguem ser contratados.

O número de assaltos de crack é elevado. Já foram identificadas cerca de 150 crianças de 10 anos usando a droga.

Gravidez na adolescência é outro problema que preocupa. Profissionais de Saúde admitem registro de casos em que a iniciação sexual de meninas se dá aos 10 anos.

Lotés vagos e sujos, com lixo acumulado, aparecem no entorno de 75% das escolas.

Faltam bibliotecas em 20% das escolas

Em áreas próximas a quase 60% das escolas existem botecos (bares)

Em mais de 30% das escolas há esgoto a céu aberto nas proximidades

Em mais de 40% das escolas encontram-se em locais de pouca iluminação

Em mais de 30% os espaços para recreação são ruins ou inexistentes

Traficantes pulam muros das escolas para aliciar estudantes

Fonte: Instituto João Carlos Neves, monitorador de notícias que atua no região

Sara é uma entre as muitas meninas-mães

■ Ela tem 14 anos, mas um netinho de 14. E já carregou no colo seu filho Eduardo, frutado namorado com um rapaz de 28. Filha mais velha de seis irmãos, criada na SP mãe, Sara Oliveira garante: ficou grávida “porque quis”. Nunca usou camisinha. Repete a história da irmã de 17 anos, que também mãe também neste ano. Cinco amigos de Sara também têm bebês, e veem a mãe da região da Grande Terra Vermelha, onde o índice elevado de gravidez na adolescência, em muitas situações, resulta de lares desestruturados, onde mulheres assumem sozinhas a chefia de casa. Uma agente de Saúde conta que há casos de iniciação sexual de meninas aos 10 anos de idade. Sem um dos dentes da frente, Sara não temida, e vive seu maior desejo: trabalhar como doméstica para sustentar o filho.

Ensino médio e mais polícia nas ruas: maiores reivindicações

Também faz parte da lista de pedidos dos moradores um Pronto-Atendimento na área de Saúde

Por ser um dos 30 territórios de Paz instituídos pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Proseg), a Grande Terra Vermelha obteve reforço de 30 policiais militares, além de viaturas e equipamentos. Mas a população quer mais. A área porém não cabe ao de polícia-aias, especialistas garantem que toda a violência local tem causas muito mais centradas em problemas socioeconômicos e infraestruturais.

Uma população tão grande dispõe de vagas de ensino médio apenas em duas escolas, uma exclusiva para o ensino de ensino do governo do Estado. Muitos adolescentes, por isso mesmos, interrompem a vida acadêmica após concluírem a oitava série. Mas os cursos de ensino médio são uma das grandes reivindicações da população.


A falta de um pronto-atendimento médico é outro motivo de queixa. Secretário de Defesa Social da Prefeitura de Vila Velha, Leidi Porto lembra que toda a Região 2 só dispõe de três creches públicas.

Falta educação social, lazer, segurança, e sobre violência, admitiu Porto, garantindo que a prefeitura e o governo estadual estão postos a mudar esse cenário. Ainda neste ano, a região vai ganhar uma subprefeitura, o que garantiria a execução de serviços e obras, com mais agilidade.

Também até o final deste ano serão instaladas 15 câmeras de vídeo comunitárias e que tornará a região alvo dos “olhos” das autoridades 24 horas por dia. E a população também mantém expectativa de que seja implantada uma unidade integrada, com policiais civis e militares.

A dor de Rosildo, pai de dois filhos presos

■ Rosildo Ferreira, 52, é pedreiro, mas também cuida da área financeira do Branco Terra, que com sua rede de proteção financeira comercializa, além de fornecer moradores com pequenos empreendimentos. Mas Rosildo, que chegou a Terra Vermelha há 20 anos, quando dezenas de famílias nordestinas de áreas desérticas foram levadas para lá, pelo governo, também guarda uma forte dor no peito: seus dois filhos estão presos. Ambos, adultos, são dependentes de crack, e envolve-se com o crime também por isso. “Os filhos aqui nesta região é um grande desafio. Isso aqui tem muita gente boa, mas é um campo minado. Pagam caro por ter me separado da minha mulher. Meu luto, como muitos aqui, ficou desestruturado”, admite, confiante na recuperação dos seus rapazes. “E quando há vida, há esperança”, diz ele.



Texto completo:

Aldeir Vitorino dos Santos, 24 anos, vê o tempo passar sobre um canal de esgoto em Barramares, na Grande Terra Vermelha, Vila Velha. Perdeu o emprego de auxiliar de pedreiro e não tem perspectiva de futuro. Separado da mulher, estudou só até a 6ª série do ensino fundamental, cria sozinho o filho de 4 anos e é o retrato de uma população de uma área onde residem quase 70 mil pessoas e que ostenta os maiores índices de homicídio do Espírito Santo.

Não é difícil entender porque o aglomerado é marcado pelo estigma da violência imposta pelo tráfico: falta tudo em Terra Vermelha, de escola a áreas de lazer, de esgoto a moradias decentes. Um olhar mais apurado sobre a realidade dessa massa de esquecidos mostra o tamanho do desafio que o Estado - que quer se fazer presente na comunidade - terá para diminuir os índices de violência.

Doze bairros da região são alvo do projeto Estado Presente, que reúne ações integradas de governo não só no campo da Segurança Pública, mas investe, em parceria com prefeituras, também na melhoria da infraestrutura e das condições socioeconômicas dos moradores.

No Espírito Santo, 50% dos assassinatos são registrados em 30 aglomerados urbanos localizados em 10 municípios do interior e na Região Metropolitana da Grande Vitória. A Grande Terra Vermelha é um deles.

O subsecretário estadual de Ações Estratégicas, Gustavo Debortoli, diz que uma das primeiras ações foi mapear foragidos da Justiça, traficantes e homicidas nas regiões. Melhorar as condições de Saúde e Educação; garantir acesso a atividades esportivas, em áreas adequadas e ampliar o número de beneficiários do Bolsa-Família fazem parte da lista de desafios do poder público.

Medo

Na região alvo do projeto, com mais de 30 mil moradores, o medo impõe a chamada lei do silêncio. Um dos líderes comunitários da região chegou a admitir que a presença de A GAZETA poderia atrair para ele a ira de traficantes. “Aqui as pessoas têm que fingir que não veem e que não ouvem”, diz ele.

Moradores dizem que até as ambulâncias do Samu 192 só entram na região, à noite, com apoio da polícia, mas a prática, segundo a coordenação do serviço, aplica-se aos casos onde há agressão à pessoa, um crime relativamente frequente por ali. Dono de uma loja no local, Heber Hubner queixa-se do descaso. “Carteiro, com medo da violência, não entrega correspondências aqui”, desabafa.

Ensino médio e mais polícia nas ruas: maiores reivindicações. Também faz parte da lista de pedidos dos moradores um Pronto-Atendimento na área da Saúde

Por ser um dos um dos Territórios de Paz instituídos pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), a Grande Terra Vermelha obteve reforço de 30 policiais militares, além de viaturas e equipamentos. Mas a população quer mais. A área porém não carece só de polícia – aliás, especialistas garantem que toda a violência local tem causas muito mais centradas em problemas socioeconômicos e infraestruturais.

Uma população tão grande dispõe de vagas de ensino médio apenas em duas escolas, uma exclusiva para esse nível de ensino, do governo do Estado. Muitos adolescentes, por isso mesmo, interrompem a vida acadêmica após concluírem a oitava série. Mais escolas de ensino médio são uma das grandes reivindicações da população.

A falta de um pronto-atendimento médico é outro motivo de queixa. Secretário de Defesa Social da Prefeitura de Vila Velha, Ledir Porto lembra que toda a Região 5 só dispõe de três creches públicas.

“Falta educação, saúde, lazer, segurança, e sobra violência”, admite Porto, garantindo que a prefeitura e o governo estão dispostos a mudar esse cenário. Ainda neste ano, a região vai ganhar uma subprefeitura, o que garantirá a execução de serviços e obras, com mais agilidade.

Também até o final deste ano serão instaladas 15 câmeras de videomonitoramento, o que tornará a região alvo dos “olhos” das autoridades 24 horas por dia. E a população também mantém expectativa de que seja implantada uma unidade integrada, com policiais civis e militares.

Análise:

A reportagem publicada no dia 26 de junho de 2011 foi escolhida por se tratar de uma atipicidade dentro do corpus de análise pela forma como foi construída, isto é, alicerçada sob

o olhar de moradores de uma comunidade sobre os problemas estruturais que levam ao crescimento da violência. E é a partir disso que o locutor mostra não só a ausência do poder público na região, mas principalmente o desafio que o governo terá, por meio do Estado Presente, para reduzir a criminalidade, tornando-se presente em diversos aspectos. Além das entrevistas, o que fica sugerido na totalidade do texto é que há uma visão do próprio locutor diante daquela região, o que nos sugere que a jornalista esteve naquele local, observando o cenário. Destacam-se, então, alguns pontos:

1 - A reportagem é iniciada com a história de um morador de Terra Vermelha, região abrangida pelo Estado Presente. O objetivo do locutor, ao optar por iniciar o texto dessa forma, é evidenciar o cenário de ausência de garantias básicas vividas por quem mora na região. Com o uso da palavra "retrato" esse recurso de argumentação fica mais claro.

2 - Já no segundo parágrafo, ao dizer que "falta tudo" na região e que os moradores são "esquecidos" uma crítica é feita ao próprio Estado, por sua ausência. O "tamanho do desafio do Estado" para reduzir a violência, é em suma, uma consequência de sua ausência.

3 - Assim como na reportagem analisada anteriormente, o uso de operadores argumentativos "não só" e "mas" no terceiro parágrafo aponta os investimentos em infraestrutura e em melhores condições socioeconômicas como um diferencial da nova política de segurança.

4 - Para além da falta de infraestrutura, o locutor busca demonstrar como a presença do tráfico afeta a vida de quem mora na região. Para isso, utiliza palavras como "medo", "lei do silêncio" e "ira". É uma forma de colocar o interlocutor o mais próximo possível daquela situação a partir do relato de sentimentos. Há ainda mais um recurso explorado: o locutor se coloca como personagem da reportagem ao contar que recebeu a informação do líder comunitário de que a presença dele poderia irritar os traficantes.

5 - Outros elementos somam-se para enfatizar o tamanho. A palavra "até" atua como um operador argumentativo de ênfase, mostrando que questões básicas, como atendimento à saúde, são interrompidas pelo tráfico. O tom crítico ao estado permeia o texto. Quando o locutor diz que o morador queixa-se do "descaso", o descaso, embora de maneira implícita, é atribuído ao estado, que não toma providências para melhorar a situação.

6 - Para além da falta de infraestrutura, o locutor busca demonstrar como a presença do tráfico afeta a vida de quem mora na região. Para isso, utiliza palavras como "medo", "lei do

silêncio" e "ira". É uma forma de colocar o interlocutor o mais próximo possível daquela situação a partir do relato de sentimentos. Há ainda mais um recurso explorado: o locutor se coloca como personagem da reportagem ao contar que recebeu a informação do líder comunitário de que a presença dele poderia irritar os traficantes.

7 - No segundo texto (Ensino médio e mais polícia nas ruas: maiores reivindicações. Também faz parte da lista de pedidos dos moradores um Pronto-Atendimento na área da Saúde), é possível inferir que: o locutor utiliza operadores argumentativos ("a área porém não carece só de polícia"; "aliás"; "muito mais") para mostrar que: a) a causa da violência está arraigada na ausência de direitos. Para tanto, o locutor ainda atribui esse discurso a especialistas; b) há um pressuposto de que o pensamento mais comum é o de que policiamento ou a falta dele é um fator preponderante para a violência.

8 - As escolhas lexicais continuam seguindo uma linha de evidenciar problemas, como ao utilizar a palavra "apenas" para apontar a falta de escolas com ensino médio na região e "por isso", para mostrar como há uma relação causal entre a falta de instituições e a evasão escolar.

9 - Com o verbo "admite", o locutor reforça seu argumento de que a falta de infraestrutura é generalizada na região, mostrando que o próprio representante do governo sabe que os problemas existem.

10 - Embora o foco sejam os problemas estruturais, a necessidade de vigilância e controle permanece. O locutor usa a palavra "olhos" para se referir à presença constante da polícia para inibir a violência.

Existe uma diferença muito clara quando comparamos a primeira notícia analisada com esta. Aqui, há uma presença muito mais demarcada do jornalista, que assume um papel não só de locutor, como também de enunciatador, à medida que ele se propõe a narrar, a partir daquilo que vê (e as fotos reforçam isso) a situação de uma comunidade aterrorizada pela violência. Ao mesmo tempo, a enunciação é dividida com os moradores da comunidade, a partir dos depoimentos e, ainda, do Estado, implantador da política pública de segurança.

Essa presença forte do jornalista como locutor-enunciatador do discurso, nos faz retomar afirmações feitas no primeiro capítulo deste estudo, quando defendemos que a objetividade, um dos pilares centrais para o estabelecimento de um lugar histórico para o jornalismo e também para orientação de sua prática, não pode ser confundida com a imparcialidade. O

olhar crítico do jornalista, que se desenrola à medida que ele acompanha o cotidiano de uma comunidade que sofre com a violência, é o que permite mostrar aos interlocutores a existência de problemas que antecedem a violência e que a alimentam, conforme o que já apontavam autores como Mattos (2013), Siqueira (2001) e Dadalto e Barros Ferreira Rodrigues (2015). E, ainda, capaz de revelar aos outros a complexidade das existências e resistências dentro dessa comunidade, que cria um sentido de pertencimento: essas pessoas não fazem parte de uma realidade paralela das cidades. O que as separa é o muro invisível da falta de acesso a direitos básicos. Portanto, a implantação de uma política pública que busque romper com o passado ausente do Estado é um dever do governo.

A condição de observador, como afirma Bentele (1988a, apud Sponholz, 2009)) e dá ao jornalista uma capacidade única de mediar os fatos e a realidade, por mais que o uso de fontes de informação, sejam elas oficiais ou participantes ativas da realidade que se quer mostrar, seja um procedimento importante para a reconstrução da realidade.

Quando amplia o olhar por meio da investigação, o jornalismo consegue ser plural, consegue atingir sua finalidade de atuar a serviço da cidadania e da democracia. Isso, como mostra o texto, passa fundamentalmente pelas condições da prática discursiva. Nesta reportagem, o jornalista vai ao local, ele vê, ele sente, ele cumpre a finalidade de investigar. Diferentemente de quando inserido dentro de uma rotina de produção na redação, quando ele se limita à reprodução de discursos que chegam por meio de fontes, como os releases.

4.4.3 Texto: Morte de menores: Quinze bairros na mira da Ocupação Social

Figura 57 - Reportagem publicada em 20 de março de 2015

3
SEXTA-FEIRA, 20 DE MARÇO DE 2015 • A GAZETA

Cidades com epidemia de drogas

Os municípios de Friburgo, Laranjeira e Itaipava têm estado com epidemia de drogas, segundo levantamento do Ministério da Saúde. Página 11

ANIMA PERVA
apresentando o programa de ocupação social em Vila Velha

JUVENITUDE EM RISCO

Um menino de 11 anos, filho de pais que usam drogas, aos 11 anos ele largou a escola. Devia ir ao tráfico. L. Azevê

MORTE DE MENORES
QUINZE BAIRROS NA MIRA DA OCUPAÇÃO SOCIAL
Programa estadual vai priorizar áreas onde morrem mais jovens

VILMARA FERREDES
Cerca de 15 bairros vão passar a ser o principal alvo do Programa de Ocupação Social do governo do Estado. Neles vive a população de maior vulnerabilidade social: homens jovens com idade entre 15 e 24 anos. E o pior, a maioria deles nem estuda e nem trabalha.

Para ser um bairrista rico ou que não subentenda essa palavra, basta olhar 40% das vilas de invulgaridade registradas no levantamento. "Uma população totalmente desassistida", pondera o secretário de Estado de Ação Estratégica, Evandro Martinelli. "De 15, segundo ele, as ações do programa estarão agora voltadas mais para as pessoas do que para os territórios. "Vamos começar a atuar no local onde morrem mais gente", acrescenta.

CONCIÊNCIA
O levantamento realizado nos anos anteriores do programa social, "Técnicos sabem: 22 municípios com idade entre 15 e 24 anos, em termos de vulnerabilidade social, são os mais críticos. "E não por coincidência eles chegam aos que mais precisam, os de maior vulnerabilidade social", destaca.

Ele se refere a cerca de 9% da população capixaba, com idade entre 15 e 24 anos, com destaque para um grupo em situação ainda pior: aqueles chamados de "menores". São menores de 16 anos, que não poderão ter acesso à renda direta, será feito um trabalho com as famílias para que tenham renda suficiente para sustentá-las.

ALGUNS LOCAIS

- Serra
- Vila Nova de Colares
- Freixo
- Vila Velha
- Barrocas
- Santa Rita
- Vitória
- São Pedro
- Cariacica
- Nova Friburgo de Friburgo
- Linhares
- Anjo
- Rio de Janeiro
- São Mateus
- Dourados
- Friburgo

Um grupo difícil de lidar, reconhece Martinelli, vilas sendo adotadas chegam, efetivamente, a ser precárias. "E não por coincidência elas chegam aos que mais precisam, os de maior vulnerabilidade social", destaca.

Ele se refere a cerca de 9% da população capixaba, com idade entre 15 e 24 anos, com destaque para um grupo em situação ainda pior: aqueles chamados de "menores". São menores de 16 anos, que não poderão ter acesso à renda direta, será feito um trabalho com as famílias para que tenham renda suficiente para sustentá-las.

Um grupo difícil de lidar, reconhece Martinelli, vilas sendo adotadas chegam, efetivamente, a ser precárias. "E não por coincidência elas chegam aos que mais precisam, os de maior vulnerabilidade social", destaca.

Ele se refere a cerca de 9% da população capixaba, com idade entre 15 e 24 anos, com destaque para um grupo em situação ainda pior: aqueles chamados de "menores". São menores de 16 anos, que não poderão ter acesso à renda direta, será feito um trabalho com as famílias para que tenham renda suficiente para sustentá-las.

4 CIDADES
SEXTA-FEIRA, 20 DE MARÇO DE 2015 • A GAZETA

JUVENITUDE EM RISCO

OS VULNERÁVEIS

São homens jovens, com idades entre 15 e 24 anos. Dentro deles, estão em situação ainda mais complexa os que não estudam e nem trabalham.

70% DOS MORTOS ESTAVAM FORA DAS ESCOLAS
Em cinco anos, foram mais de 3 mil vítimas

VILMARA FERREDES
Cerca de 70% dos jovens com idades entre 15 e 24 anos que foram vítimas de homicídios em um período estavam fora da escola e também sem nenhuma oportunidade de trabalho. A maioria dos mortos, cerca de 64%, aconteceu em bairros localizados na Grande Vitória.

De acordo com o secretário de Estado de Ação Estratégica, Evandro Martinelli, um jovem que entra para este grupo tem aumentado em dez vezes o risco de ser morto em relação a outros jovens que estão em perfil de vulnerabilidade baixa. "Esta importância é de fazer um trabalho preventivo para evitar que outros jovens façam parte desta situação. Engajamos cerca de 100 mil habitantes por ano em programas de ocupação social que ajudam a enfrentar o quanto essa faixa da população está vulnerável, não só no índice de pobreza. No Estado, segundo o Censo de 2010, ele é de 13,9%, mas nos bairros de maior vulnerabilidade chega a 16,8%." O que mostra, segundo Martinelli, a existência de uma necessidade urgente desta faixa da população. É onde vivem famílias que não têm condições de sustentar os seus filhos. E outra peculiaridade é a maioria das vítimas, homens, já que o pai, de alguma forma, morreu.

OPORTUNIDADE
Outro dado que se destaca é que, nestas áreas, 30,7% dos jovens entre 15 e 24 anos não chegaram a completar o ensino fundamental. "Para quem trabalha, como eu, em uma promotoria criminal, é muito frequente ver os jovens aprendizes relatando suas experiências. A maioria passou da 6ª ou 7ª série", relata Martinelli.

Além de criar oportunidades para reverter quadro de mortes elevadas de jovens, Martinelli quer acompanhar a aplicação dos projetos. "Temos obrigação da efetividade destes projetos e vamos acompanhar todos eles", assegura.

TRÁGICO
Os números revelam ainda mais a urgência da situação. Engajamos cerca de 100 mil habitantes por ano em programas de ocupação social que ajudam a enfrentar o quanto essa faixa da população está vulnerável, não só no índice de pobreza. No Estado, segundo o Censo de 2010, ele é de 13,9%, mas nos bairros de maior vulnerabilidade chega a 16,8%." O que mostra, segundo Martinelli, a existência de uma necessidade urgente desta faixa da população. É onde vivem famílias que não têm condições de sustentar os seus filhos. E outra peculiaridade é a maioria das vítimas, homens, já que o pai, de alguma forma, morreu.

OPORTUNIDADE
Outro dado que se destaca é que, nestas áreas, 30,7% dos jovens entre 15 e 24 anos não chegaram a completar o ensino fundamental. "Para quem trabalha, como eu, em uma promotoria criminal, é muito frequente ver os jovens aprendizes relatando suas experiências. A maioria passou da 6ª ou 7ª série", relata Martinelli.

Além de criar oportunidades para reverter quadro de mortes elevadas de jovens, Martinelli quer acompanhar a aplicação dos projetos. "Temos obrigação da efetividade destes projetos e vamos acompanhar todos eles", assegura.

TRÁGICO
Os números revelam ainda mais a urgência da situação. Engajamos cerca de 100 mil habitantes por ano em programas de ocupação social que ajudam a enfrentar o quanto essa faixa da população está vulnerável, não só no índice de pobreza. No Estado, segundo o Censo de 2010, ele é de 13,9%, mas nos bairros de maior vulnerabilidade chega a 16,8%." O que mostra, segundo Martinelli, a existência de uma necessidade urgente desta faixa da população. É onde vivem famílias que não têm condições de sustentar os seus filhos. E outra peculiaridade é a maioria das vítimas, homens, já que o pai, de alguma forma, morreu.

OPORTUNIDADE
Outro dado que se destaca é que, nestas áreas, 30,7% dos jovens entre 15 e 24 anos não chegaram a completar o ensino fundamental. "Para quem trabalha, como eu, em uma promotoria criminal, é muito frequente ver os jovens aprendizes relatando suas experiências. A maioria passou da 6ª ou 7ª série", relata Martinelli.

Além de criar oportunidades para reverter quadro de mortes elevadas de jovens, Martinelli quer acompanhar a aplicação dos projetos. "Temos obrigação da efetividade destes projetos e vamos acompanhar todos eles", assegura.

Fonte: A Gazeta

Texto completo:

Página 1: Cerca de 15 bairros vão passar a ser o principal alvo do Programa de Ocupação Social do governo do Estado. Neles vive a população de maior vulnerabilidade social: homens jovens com idade entre 15 e 24 anos. E o pior, a maioria deles nem estuda e nem trabalha.

Para se ter uma ideia dos riscos a que estão submetidas essas pessoas, elas totalizam 40% das vítimas de homicídios registrados no ano passado. “É uma população totalmente desassistida”, pondera o secretário de Estado de Ações Estratégicas, Evaldo Martinelli.

Por isso, segundo ele, as ações do programa estarão agora voltadas mais para as pessoas do que para os territórios. “Vamos começar a atuar no local onde morre mais gente”, acrescentou.

Coincidência

O levantamento realizado nos atuais aglomerados urbanos – 32, reunindo cerca de 160 bairros – permitiu concluir, segundo Martinelli, que só por muita coincidência as ações que vinham sendo adotadas chegavam, efetivamente, a quem precisava nas áreas mais carentes. “E nem por coincidência elas chegavam aos que mais precisavam, os de maior vulnerabilidade social”, destacou.

Ele se refere a cerca de 9% da população capixaba, com idade entre 15 e 24 anos, com destaque para um grupo em situação ainda pior: aqueles chamados nem-nem, sem estudo e trabalho.

São jovens que, por estarem fora da escola, não são atingidos pela maioria dos programas sociais. “T tecnicamente eles não existem, são totalmente invisíveis”, acrescentou o secretário.

Um grupo difícil de lidar, reconhece Martinelli, considerando que boa parte dele está fora da escola e distante de qualquer tipo de programa social há pelo menos uns cinco anos. “Não será fácil, mas é um trabalho que precisa ser feito”, assinalou.

A proposta é investir em ações que possam resgatá-los, dando oportunidade de renda, via empreendedorismo e também dando a eles a oportunidade de voltar para a escola. Aos menores de 16 anos, que não poderão ter acesso a renda direta, será feito um trabalho com suas famílias para que tenham renda suficiente para sustentá-los.

Limiar

Em paralelo, será feito ainda um trabalho preventivo com aqueles que estão no limiar de entrar para a população nem-nem. São jovens que já estão sinalizando o abandono da escola e com possibilidades reais de entrar para a camada de maior vulnerabilidade social. “Ninguém sai da escola da noite para o dia”, observou Martinelli.

Será feita uma busca ativa desses jovens, com a lista das escolas dos que a abandonaram nos últimos três anos. Caberá aos Centros de Referência em Assistência Social (Cras) identificar quem são essas pessoas, o que aconteceu com elas e como está a situação de cada um deles hoje.

A expectativa é de trazer de volta à escola os jovens que se afastaram e ainda dar a eles algum tipo de ocupação no contraturno, seja com esporte, aulas, tecnologia ou outra atividade. “Temos que tirá-los desse perfil de risco”, diz Martinelli.

Uma atenção especial também será dada aos jovens desse grupo que já estão apresentando registros frequentes nas delegacias e no sistema do Iases.

Página 2: Cerca de 70% dos jovens com idades entre 15 a 24 anos que foram vítimas de homicídio no ano passado estavam fora da escola e também sem nenhuma oportunidade trabalho. A maioria das mortes, cerca de 64%, aconteceram em bairros localizados na Grande Vitória.

De acordo com o secretário de Estado de Ações Estratégicas, Evaldo Martinelli, um jovem que entra para este grupo tem aumentado em dez vezes o risco de ser morto em relação a uma outra pessoa que esteja em perfil de vulnerabilidade mínima. “Daí a importância de se fazer um trabalho preventivo para evitar que outros jovens façam parte deste grupo”, destacou.

Trágico

Os números revelam ainda uma outra face trágica desta situação. Enquanto a taxa de homicídios por 100 mil habitantes no Brasil é de 29; e no Estado de 39,4; nas áreas vulneráveis ela é três vezes maior: 126,1, segundo o levantamento realizado pela Secretaria de Estado de Ações Estratégicas (Seae).

Prova disso é que nos últimos cinco anos morreram no Estado um total de 3.181 jovens.

Dentre outros indicadores sociais que ajudam a entender o quanto esta faixa da população está vulnerável, está o índice de pobreza. No Estado, segundo o Censo de 2010, ele é de 13,9%, mas nas áreas vulneráveis ele chega a 163%.

O que mostra, segundo Martinelli, a carência e a necessidade urgente desta faixa da população. É onde vivem famílias que mal dão conta de sustentar os seus filhos. E outra

peculiaridade: a maioria delas são lideradas e sustentadas por mães, já que o pai é, de alguma forma, ausente.

Oportunidade

Outro dado que se destaca é que, nestas áreas, 30,7% dos jovens entre 15 a 24 anos não chegaram a completar o ensino fundamental. “Para quem trabalhava, como eu, em uma promotoria criminal, era frequente ver os jovens apreendidos relatando sua escolaridade. A maioria não passava da 6ª ou 7ª série”, relatou Martinelli.

Além de criar oportunidades para reverter o quadro de mortes elevadas de jovens, Martinelli quer acompanhar a aplicação dos projetos. “Teremos aferição da efetividade destes projetos e vamos acompanhar todos eles”, assegurou.

Escolas e pais vão ajudar no projeto

As escolas e os pais dos jovens que vivem nos bairros de maior risco social vão ser convocados a participarem do trabalho de resgate dos adolescentes. A proposta é que se crie um tipo de rede de proteção que possa identificar os sinais de abandono escolar e impedir que isso aconteça.

A evasão escolar é uma das principais portas de entrada para a vulnerabilidade social. Para o secretário de Estado de Ações Estratégicas, Evaldo Martinelli, três são os motivos que levam um jovem a abandonar a escola: violência doméstica, violência na escola e baixo desempenho. “Um quadro que precisa ser revertido”, diz.

Na avaliação de Martinelli, antes de deixar a escola, o jovem dá vários sinais. “O que não pode é ele sair da escola sem que ninguém tenha notado os sinais”, disse.

Uma das ferramentas que vão servir para acompanhar a situação são as provas trimestrais aplicadas pela Secretaria Estadual de Educação (Sedu). Também será realizado um trabalho com diretores e professores, para que acionem a rede de proteção quando identificarem algum tipo de problema com algum dos alunos em risco social.

Para os pais será dado apoio e orientação. “Precisam saber que, quando falham, o risco de seu filho entrar para o grupo de vulnerabilidade é muito elevado”, pontua Martinelli.

Uma atenção especial também será dada aos jovens deste grupo que já estão apresentando registros frequentes nas delegacias e em centros de ressocialização.

Análise:

A reportagem em questão, pautada pelo início da implantação do Ocupação Social, foi publicada em março de 2015 (primeiro ano da gestão Hartung), antes da política começar efetivamente a ser implantada. Ela estabelece uma conexão entre juventude, raça, áreas de vulnerabilidade social, evasão escolar e violência, mostrando que as regiões onde há mais mortes violentas, das quais jovens negros são as maiores vítimas, são também aquelas onde há graves problemas quanto à garantia de direitos, especialmente a educação.

Os elementos textuais junto com os dados estatísticos formam uma estrutura argumentativa que pretende mostrar ao interlocutor a relação entre a vulnerabilidade social e a violência. O Ocupação Social aparece nesse contexto, a partir de um enunciado construído pelo locutor junto à fonte - representante do governo - como um programa que tem o objetivo de atuar para dar condições de acesso e permanência nas escolas, além de oportunidades de trabalho para um público bem demarcado - jovens negros, pobres, na faixa etária dos 15 aos 24 anos.

A reportagem é ancorada em dados (as escolhas lexicais são usadas para enfatizá-los) e nas declarações do secretário de Ações Estratégicas. A População que será afetada pelo programa, não aparece.

O que se observa, para além disso, é uma disputa de sentidos em torno das políticas de segurança. Vejamos alguns pontos:

1 - A expressão “na mira” tem um sentido múltiplo, que depende da apreensão de cada leitor. Mira pode ser simplesmente o ato de focar, como também remete à habilidade de acertar um alvo, pontaria, ou seja, algo que lembra o ato de atirar.

2 - Já no lide, a frase " e o pior, a maioria deles nem estuda e nem trabalha", a palavra pior funciona como um operador argumentativo para acrescentar um novo dado de modo enfático, neste caso, o fato de homens jovens com idades de 15 a 24 anos, população de maior vulnerabilidade social, não estudarem e não trabalharem. A questão é reforçada por uma aspa

(intertextualidade manifesta) do secretário responsável pela implantação do Ocupação Social na qual ele enfatiza que essa população é "completamente desassistida".

3 - A frase "por isso, segundo ele, as ações do programa estarão agora voltadas mais para as pessoas do que para os territórios" demarca implicitamente a ideia de que antes o foco da política de segurança eram os territórios. O nome do Estado Presente não é citado, mas como era a política implantada pelo governo anterior, há um pressuposto de que uma comparação começa a ser delineada entre as políticas, já que agora, conforme defende o representante do governo, há um deslocamento em termos de objetivos: o foco passa dos territórios para as pessoas. Essa comparação é estabelecida a partir das expressões "mas para" e "que para". O representante de governo também usa adjetivos como "desassistidos" e "invisíveis" para se referir a esse público alvo do programa, que reforçam a ideia de que eles não estavam sendo contemplados até o momento.

4 - No parágrafo seguinte, o locutor revela uma declaração do representante do governo em tom crítico. Ele afirma que "só por muita coincidência as ações que vinham sendo adotadas chegavam, efetivamente, a quem precisava nas áreas mais carentes". Novamente o Estado Presente não é citado, mas existe uma crítica contundente à política de segurança aplicada anteriormente, enfatizada pelas expressões "só por muita coincidência" e "nem por muita coincidência" (dita mais adiante pelo secretário) indicando que as ações anteriores não chegavam a quem deveriam chegar.

5 - Expressões como "face trágica" retomam a ênfase em torno do eixo central de ação do programa: moradores de áreas socialmente vulneráveis morrem mais do que os demais. A argumentação é construída com base na exposição de estatísticas, o que se observa a partir de expressões como "os números revelam", "prova disso", "outro dado", etc.

6 - Na segunda página, no intertítulo "Escolas e pais vão ajudar o projeto", a fonte ao apontar que a consequência da falha dos pais ("precisam saber que, quando falham [...]"), pode ser o ingresso dos filhos no grupo de vulnerabilidade, o representante do governo atribui à família parte da responsabilidade ou não pelo sucesso da política pública de segurança, ao mesmo

tempo em que garante que os pais serão chamados para participar das ações desenvolvidas pelo Estado.

A construção do discurso analisado revela um sentido de violência urbana como consequência da falta de educação e de direcionamento dos jovens para atividades produtivas. Mais uma vez, o jornalismo mostra alinhamento com as perspectivas modernas de concepção de políticas públicas de segurança construídas sob um viés intersetorial, que considera aspectos, como Educação e Emprego, como fundamentais para o processo de recrudescimento da violência. O texto é publicado quatro anos após a primeira notícia analisada neste texto e continua evidenciando, desta vez utilizando dados como principal recurso argumentativo, como a insegurança está associada à falta de garantias básicas.

Mas, ainda que acrescente essa camada de complexidade ao sentido de violência, fica evidente a ausência da pluralidade, uma vez que, só existe uma única fonte, que é o representante do governo, e que a construção discursiva ao entorno dos dados é amarrada pelo discurso dessa única fonte, que se torna a principal enunciadora. Do outro lado, os jovens, apontados ao longo de todo o texto como os grandes agentes e alvos da violência, só aparecem no discurso em nível de citação, porque não são efetivamente ouvidos. A única vez que a comunidade aparece é na foto, recurso visual usado para abrir a primeira página, no qual uma mulher virada de costas, relata brevemente como seu neto foi agente e alvo da violência, perdendo a vida nesse contexto. A foto e o relato causam impacto e dialogam com a realidade que é reconstruída no texto, mas não há aprofundamento. Ao falar da violência, dos problemas que cercam os lugares violentos, o jornalismo dá certa visibilidade aos menos favorecidos socialmente (Schudson 2008), mas o que questionamentos é a qualidade ou a real extensão dessa visibilidade.

Pensando aqui numa pesquisa dialética, de construção de políticas públicas como um processo de interlocução entre estado e sociedade, se o próprio jovem, por meio de instituições sociais que o represente, não tem voz ativa, a má qualidade da relação entre Estado e sociedade se reflete mais uma vez no discurso jornalístico, que não consegue atravessar essa barreira histórica. Novamente, a implantação da política pública pelo estado é legitimada pelo poder simbólico do jornalismo.

Esse discurso do Estado, por sua vez, não cria só o sentido de que a geração de oportunidades impacta nos índices de violência, cria também uma diferenciação entre a gestão atual e a anterior, lançando críticas contundentes ao governo anterior à medida que cria elementos de comparação entre passado e presente, nos quais aponta as ações do presente como muito mais assertivas quando comparadas às anteriores. Como vimos no capítulo 2, a gestão de Paulo Hartung, que implantou o Ocupação Social, buscou diferenciá-lo do Estado Presente promovendo um deslocamento sutil de ações, passando a focar mais no eixo da Educação e reforçando ainda mais os jovens como público alvo. Esse posicionamento se articula de forma muito clara neste conteúdo, quando o governo usa o espaço para delinear a política e demarcar a superioridade que ele atribui a ela em relação à anterior.

4.4.4 Texto: Ruas da Grande Vitória receberão mais câmeras

Figura 58 - Reportagem publicada em 20 de março de 2015

VIDEOMONITORAMENTO

Ruas da Grande Vitória receberão mais câmeras

Cada município ganhará do Estado mais 100 aparelhos até o fim do ano

ANDERSON SALLES
asalles@redlegazeta.com.br
DA REDAÇÃO MULTIMÍDIA

Os municípios que compõem a Grande Vitória vão ganhar um reforço no combate à violência. Até o final do ano, Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica passarão a contar, cada uma, com mais 100 câmeras de videomonitoramento, além daquelas já existentes.

Trata-se do projeto Olho Digital, que integra as ações do programa Estado Presente, do governo do Estado – que tem o objetivo de enfrentar a violência em áreas de risco. A Secretaria de Segurança Pública (Sesp) vai fornecer os equipamentos e o software de gerenciamento, assim como a instalação e o treinamento de operadores.

Em Vitória, atualmente



Operador observa imagens na central de videomonitoramento de Vitória

são 82 câmeras instaladas. Após o Olhar Digital, 37 bairros passarão a ser monitorados. Regiões nobres como Jardim Camburi (18 unidades), Praia do Canto (10) e Jardim da Penha (10) serão as mais beneficiadas. "Foram analisadas as demandas específicas de cada órgão de segurança, como a Guarda Civil Municipal, a Polícia Militar e a

Polícia Civil. Também ouvimos as comunidades", disse o secretário municipal de Segurança Urbana, Wellington da Costa Ribeiro.

REFORÇO

Em Vila Velha, 120 câmeras registram diariamente ocorrências policiais – como averiguação de suspeito, posse e uso de entorpecentes, embria-

gue, furto, roubo –, além de infrações de trânsito.

De acordo com o subsecretário de Gestão Estratégica, Alcemir Pantaleão, nos locais onde já há câmeras houve redução de mais de 60% dos crimes. Serra conta hoje com 54 equipamentos; e Cariacica, com apenas nove. Esta última é a única que receberá mais: 104 câmeras.

Fonte: A Gazeta

Texto completo:

Os municípios que compõem a Grande Vitória vão ganhar um reforço no combate à violência. Até o final do ano, Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica passarão a contar, cada uma, com mais 100 câmeras de videomonitoramento, além daquelas já existentes.

Trata-se do projeto Olho Digital, que integra as ações do programa Estado Presente, do governo do Estado – que tem o objetivo de enfrentar a violência em áreas de risco. A Secretaria de Segurança Pública (Sesp) vai fornecer os equipamentos e o software de gerenciamento, assim como a instalação e o treinamento de operadores.

Em Vitória, atualmente são 82 câmeras instaladas. Após o Olhar Digital, 37 bairros passarão a ser monitorados. Regiões nobres como Jardim Camburi (18 unidades), Praia do Canto (10) e Jardim da Penha (10) serão as mais beneficiadas. “Foram analisadas as demandas específicas de cada órgão de segurança, como a Guarda Civil Municipal, a Polícia Militar e a Polícia Civil. Também ouvimos as comunidades”, disse o secretário municipal de Segurança Urbana, Wellington da Costa Ribeiro.

Reforço

Em Vila Velha, 120 câmeras registram diariamente ocorrências policiais – como averiguação de suspeito, posse e uso de entorpecentes, embriaguez, furto, roubo –, além de infrações de trânsito.

De acordo com o subsecretário de Gestão Estratégica, Alcemir Pantaleão, nos locais onde já há câmeras houve redução de mais de 60% dos crimes. Serra conta hoje com 54 equipamentos; e Cariacica, com apenas nove. Esta última é a única que receberá mais: 104 câmeras.

Análise:

Esse tipo de notícia, pautada em um acontecimento factual para fins de informar uma ação do governo relacionada à segurança é recorrente no corpus. O enunciado basicamente descreve a quantidade de câmeras que serão distribuídas entre as cidades da Grande Vitória, conforme as informações do governo. Observemos alguns pontos:

1 - O uso da palavra "reforço" indica que a vigilância é uma ferramenta importante para a contenção da violência. A expressão "combate à violência", que é, aliás, usada frequentemente, mostra que há uma luta sendo travada.

2 - No segundo parágrafo, o locutor afirma que o objetivo do Estado Presente é "enfrentar a violência em áreas de risco", o que leva os interlocutores a pensarem em áreas de vulnerabilidade social. Já no parágrafo seguinte, afirma-se que as áreas "nobres" (oposição às de risco) de Vitória serão as mais beneficiadas pela implantação de câmeras, ainda que a medida integre as ações previstas pelo mesmo Estado Presente que se propõe a atuar em regiões de risco. Gera-se, com isso, uma incoerência sobre a qual o locutor não se atém e não questiona o governo executor da medida, representado no texto pelo chefe da pasta de segurança da capital. Este por, sua vez, diz que as comunidades foram ouvidas antes da implantação da medida, dando a entender que há diálogo entre o poder público e a sociedade.

O conteúdo noticioso em questão se ancora em informações passadas pelo governo sobre o aumento do monitoramento em cidades. O que chama atenção é que, diferentemente dos outros enunciados jornalísticos vistos até então, desta vez a notícia fala do Programa Estado Presente e cita bairros nobres, não os bairros de periferia, onde estão alocadas as principais ações do programa no eixo repressivo e social. Ao trazer como principal sentido a necessidade de vigilância para o combate à violência, o jornalismo, então, mostra essa divisão geográfica e simbólica dos espaços urbanos à medida que se depreende que os espaços nobres devem ser vigiados e, portanto, protegidos dos outros, que estão nas áreas de risco.

É certo que o programa tinha como propósito atuar em diversas frentes e não apenas nas regiões mais pobres do estado, visto que a violência está presente na realidade de todos. No entanto, a superficialidade com que se trata o tema, inclusive sem uma explicação do que se trata o projeto Olho Digital e a política de Estado Presente, promove uma confusão no processo de mediação dos fatos, que reforça uma divisão territorial, que é também simbólica.

Ademais, o jornalismo, ao colocar na fala do secretário municipal que "as comunidades foram ouvidas" terceiriza sua obrigação para com a pluralidade no processo de mediação das realidades. Ainda que o jornalista não saia da redação, estratégias como o uso de fontes (líderes comunitários, por exemplo) são importantes para a averiguação dos fatos, contemplação dos inúmeros pontos de vista sobre a questão. Ao tornar o Estado o enunciador, perde-se aqui a possibilidade de investigar e de dar espaço ao cidadão.

4.4.5 Texto: Curso gratuito de maquiador e até de Dj para reduzir a criminalidade

OCUPAÇÃO SOCIAL

Curso gratuito de maquiador e até de DJ para reduzir a criminalidade

São 275 vagas em atividades escolhidas pela população de Vila Velha, Serra e Cariacica

▲ **DIONY SILVA**
dionysilva@redegazeta.com.br

Comunidades de três municípios da Grande Vitória puderam escolher os cursos de qualificação que mais se aproximam dos interesses da população. Entre as opções estão oportunidades para as pessoas se capacitarem como maquiador, fotógrafo e até DJ.

Por meio do programa Ocupação Social, desenvolvido pelo governo do Estado, serão ofertadas gratuitamente 275 vagas em cursos nas áreas de eventos, comunicação e tecnologia, além de moda e beleza. O programa tem o objetivo de reduzir a criminalidade entre os mais jovens. O anúncio foi feito ontem pelo governador em exercício César Colnago. As infor-

mações são da Rádio CBN Vitória.

Os cursos serão oferecidos em bairros da Serra, de Cariacica e de Vila Velha, e terão início a partir do dia 19 de setembro. Segundo Colnago, foi realizada uma ampla consulta à população, que sugeriu as áreas e o tipo de capacitação que gostariam de ter.

“A partir deles, de seus desejos, estamos oferecendo cursos das mais diversas áreas, como de fotógrafo, maquiador, desenhista e também na área da indústria, tudo a partir do que o jovem quer”, explicou.

Atualmente, mais de 1.200 jovens com idade superior a 16 anos participam das ações e a expectativa do governo do Estado é que esse número chegue aos 16 mil.

Entre eles está Geovane Silvério, de 17 anos, morador de São Torquato, em Vila Velha, que com acompanhamento de um coach (instrutor) está desenvolvendo suas habilidades para alcançar a meta de entrar na faculdade. Antes do programa, o jovem estava fora da escola.

“Eu sei que no futuro eu tenho um objetivo e um lugar onde eu quero estar e para isso preciso estudar, conseguir um diploma acadêmico e ter foco”, relatou.



DIONY SILVA

Estudante com foco no futuro

Antes do programa, Geovane Silvério, 17 anos, morador de São Torquato, em Vila Velha, estava fora da escola.

“Eu sei que no futuro eu tenho um objetivo e para isso preciso estudar, conseguir um diploma acadêmico e ter foco”

— **GEOVANE SILVÉRIO**
ESTUDANTE

OPORTUNIDADES

CARIACICA

▼ **Flexal II**
Curso: Fotógrafo (50 vagas); tarde e noite (80h)

SERRA

▼ **Central Carapina**
Curso: Instalador e Reparador de Redes (25 vagas); noite (80h)
▼ **Planalto Serrano**
Curso: Recepcionista (25 vagas); noite (80h)
▼ **Vila Nova de Colares**
Curso: Recepcionista (25 vagas); tarde (80h)

VILA VELHA

▼ **Barramares**
Curso: Maquiador (25 vagas); tarde (80h)
▼ **Boa Vista**
Curso: Fotógrafo (25 vagas); manhã (80h)
▼ **Santa Rita**
Curso: Disc Jôquei (DJ) (50 vagas); manhã e tarde (80h)
▼ **Desenhista de Moda**
Curso: DJ (25 vagas); Manhã (80h)
▼ **Ulisses Guimarães**
Curso: Maquiador (25 vagas); tarde (80h)

REQUISITOS:

Ter pelo menos 16 anos, ensino fundamental incompleto, ao menos um documento com foto e morar no município, de preferência no bairro do curso.

Inscrições para 11 turmas começam na terça-feira

▲ As inscrições para os cursos começam na próxima terça-feira e serão realizadas pelo site sistemas.es.gov.br/ocupacao-social. Serão abertas 11 turmas com 25 vagas cada.

As oportunidades são para os cursos de dese-

nhista de moda, maquiador, fotógrafo, recepcionista, instalador de rede de computadores e DJ. As vagas serão ofertadas pelos professores do Centro Estadual de Educação Técnica Vasco Coutinho.

Outra novidade é que a partir de agora o programa ficará sob responsabilidade da Secretaria de Estado de Direitos Humanos. Isso porque a Secretaria de Ações Estratégicas (SEAE) foi extinta e passa a funcionar como uma subsecretaria. De acordo com Colnago, a medida vai proporcionar economia nos gastos públicos.

ABRANGÊNCIA

1,2 mil
jovens

Total de participantes das ações do programa, com idade superior a 16 anos.

Fonte: A Gazeta

Texto completo:

Comunidades de três municípios da Grande Vitória puderam escolher os cursos de qualificação que mais se aproximam dos interesses da população. Entre as opções estão oportunidades para as pessoas se capacitarem como maquiador, fotógrafo e até DJ.

Por meio do programa Ocupação Social, desenvolvido pelo governo do Estado, serão ofertadas gratuitamente 275 vagas em cursos nas áreas de eventos, comunicação e tecnologia, além de moda e beleza. O programa tem o objetivo de reduzir a criminalidade entre os mais jovens. O anúncio foi feito ontem pelo governador em exercício César Colnago. As informações são da Rádio CBN Vitória.

Os cursos serão oferecidos em bairros da Serra, de Cariacica e de Vila Velha, e terão início a partir do dia 19 de setembro. Segundo Colnago, foi realizada uma ampla consulta à população, que sugeriu as áreas e o tipo de capacitação que gostariam de ter.

“A partir deles, de seus desejos, estamos oferecendo cursos das mais diversas áreas, como de fotógrafo, maquiador, desenhista e também na área da indústria, tudo a partir do que o jovem quer”, explicou.

Atualmente, mais de 1.200 jovens com idade superior a 16 anos participam das ações e a expectativa do governo do Estado é que esse número chegue aos 16 mil.

Entre eles está Geovane Silvério, de 17 anos, morador de São Torquato, em Vila Velha, que com acompanhamento de um coach (instrutor) está desenvolvendo suas habilidades para alcançar a meta de entrar na faculdade. Antes do programa, o jovem estava fora da escola.

“Eu sei que no futuro eu tenho um objetivo e um lugar onde eu quero estar e para isso preciso estudar, conseguir um diploma acadêmico e ter foco”, relatou.

Análise:

O texto jornalístico, publicado em setembro de 2016, fala sobre a oferta de cursos de qualificação por meio do Ocupação Social. Esse é um tipo de enunciado que aparece com frequência no corpus da pesquisa, inclusive com uma estrutura bastante semelhante. Destacam-se alguns pontos:

1 - Logo no lead, a palavra "até" funciona é um operador argumentativo de soma, indicando não só a diversidade de cursos, mas também uma informação curiosa, neste caso referente a um curso de DJ ser oferecido. Fica implícito que se trata de algo incomum. Ao mesmo tempo, o locutor busca dar relevância aos cursos.

3 - O locutor atribui a oferta dos cursos ao Ocupação Social que "tem o objetivo de reduzir a criminalidade entre os mais jovens". A explicação dada sobre o programa é curta e não é retomada ao longo do texto. Cabe ao interlocutor estabelecer uma relação entre política pública, investimento em qualificação e redução da criminalidade, o tripé que sustenta o próprio título da notícia.

4 - A fonte de informação sobre o programa, que se manifesta diretamente (intertextualidade manifesta) no texto é o vice-governador, na época, governador em exercício, que busca enfatizar os aspectos bons dos cursos, entre eles a abrangência nas "mais diversas áreas". Outro argumento usado para isso é quando ele insere a informação de que a escolha dos cursos foi feita pela população, indicando que houve participação da sociedade, uma construção coletiva, e, ainda, um governo que ouve/dialoga com a sociedade.

5) Um jovem aparece na notícia como o exemplo de um contemplado pelos cursos de qualificação. Ao dizer que "antes do programa, o jovem estava fora da escola", o locutor insere um elemento de argumentação, a fim de demonstrar que: a) estar fora da escola não é algo bom, desejável b) o curso mudou a rota de vida do rapaz. A fonte, então, enseja o discurso sustentado pelo governo estadual, além de apontar que seu futuro depende dos estudos ("diploma acadêmico") e de seu empenho ("ter foco").

Educação como fator para a redução da violência é um sentido que permeia esta notícia, que, além do governo estadual, usa como fonte o jovem contemplado pelos cursos oferecidos gratuitamente pelo Estado. Como já vimos nos enunciados jornalísticos anteriores, o jornalismo de A Gazeta, ao longo dos anos, sempre bateu na tecla de que violência não é só uma questão de repressão, acrescentando uma complexidade discursiva ao entorno do tema. Além disso, presta um serviço, mostrando para a população a possibilidade de fazer os cursos.

No entanto, mais uma vez, a imprensa legitima socialmente as ações do estado e restringe à população um papel terciário, de receptor. O jovem "ouvido" na notícia não tem um papel de avaliador, de contextualizador das ações do poder público, assumindo uma postura crítica de avaliação. Ele é colocado no texto, inclusive pela posição em que aparece, nos últimos parágrafos, para reforçar a ideia de que os cursos são bons. O que questionamos aqui não é a eficácia da medida, mas sim a capacidade do jornalismo de cumprir com suas finalidades e princípios, que foram instituídos historicamente e que o tornam credível. Para alcançar o propósito de estar a serviço da cidadania, é preciso que haja um esforço cotidiano em ouvir a população e em produzir um discurso com ela e não sobre ela. Como aponta Amaral (2002), o jornalismo acaba restringindo a participação dos cidadãos a uma condição de sujeitos satisfeitos ou insatisfeitos.

O representante do governo é quem diz que a comunidade foi ouvida. Mas, como lembra Dias (2020), toda fonte fala a partir de um lugar interessado. É responsabilidade do jornalista

administrar essas vozes no discurso tendo consciência dessas intenções. Portanto, o fato de o governo dizer que há diálogo não é suficiente. É preciso que as comunidades sejam consultadas, que tenham seu espaço garantido nesse território simbólico que é o jornalismo.

4.4.6 Texto: Segurança: Taxa de mortes cai

Figura 60 - Reportagem publicada em 17 de dezembro de 2014



Na comunidade

Os soldados Mariano e Jacobsen, ambos com 25 anos, estão entre os militares que entraram este ano para a corporação. Atuam em um dos principais projetos da Segurança e que é considerado a meta do futuro: a Polícia da Comunidade.



Fonte: A Gazeta

Texto completo:

O número de mortes violentas no Estado vem caindo desde 2009. A taxa de homicídios, calculada a cada 100 mil habitantes, saiu de 58,3 para 39,8 no período. Embora ainda esteja

acima do limite estabelecido durante a campanha do governador Renato Casagrande em 2010 – que era de 25%, acompanhando a média nacional à época – demonstra um avanço.

E não é o único. Outros indicadores apontam que houve um maior número de homicidas presos, ampliação do efetivo policial, mais armas apreendidas e uma maior resolutividade de inquéritos.

Foi o que constatou um balanço realizado por A GAZETA em áreas do governo estadual – além de Segurança e o sistema penitenciário, a Educação, a Saúde e o Desenvolvimento Econômico –, e que vão ser publicados a partir de hoje.

Até o final deste ano terão sido investidos R\$ 300 milhões. Recursos que foram destinados, explica o secretário André Garcia, à ampliação dos quadros e à compra de equipamentos que auxiliaram a melhorar o trabalho policial.

Estruturas que, aliadas a uma interação maior entre os trabalhos das polícias Civil e Militar, a uma melhor utilização dos serviços de inteligência e o acompanhamento e monitoramento das estatísticas, ajudaram o Estado a melhorar vários indicadores. “Caminhamos muito bem nos últimos anos, retomando a capacidade de dar respostas adequadas”, diz Garcia.

Ele cita como exemplo a perda na liderança nacional de homicídios de mulheres, posição que o Estado mantinha desde 2002. Hoje ela está com Roraima, com taxa de 12,2 mortes de mulheres a cada 100 mil habitantes.

Outro ponto destacado por Garcia foi a adoção de dois grandes programas, um deles o Estado Presente, implantado em 31 aglomerados urbanos. Eram regiões onde os indicadores sociais mais baixos se aliavam aos maiores indicadores criminais. Em 2010 estas áreas respondiam por 52% dos homicídios. “Era gritante e clara a concentração territorial de violência, tendo como principais vítimas os jovens e as mulheres”.

Uma realidade que começou a ser mudada com o programa, que levou para estas regiões também saúde, educação e assistência social, relata o secretário, que pondera que estes resultados podem se perder se não houver a compreensão de que este conjunto de práticas é o caminho: “Precisa de ajustes, claro, incluindo a integração das prefeituras”.

Também ganhou importância na área de Segurança a Polícia da Comunidade. “É o nosso sonho de consumo”, diz Garcia.

Análise:

A reportagem em questão foi publicada em dezembro de 2014. Trata-se do final do governo Casagrande e de um momento de transição, tendo em vista que no ano seguinte, haveria o início de uma nova gestão. Por isso, um balanço da gestão com base em dados é realizado. Optamos por analisar esta reportagem porque, conforme demonstrou o corpus deste estudo, ocorrem com frequência as situações em que as políticas de segurança são apontadas como responsáveis pela melhora dos índices de violência ou nas quais as gestões depositam nelas a expectativa de melhorias. O texto utiliza dados para evidenciar que houve melhora quanto aos índices de criminalidade. O Estado Presente aparece no sétimo parágrafo, evocado pelo representante do governo estadual, que aponta o programa como uma das grandes realizações da gestão.

1 - Ao empregar o verbo "retomar", o secretário mostra que anteriormente havia um problema na capacidade do Estado de dar respostas na área na segurança.

2 - Embora não detalhe a política de segurança, o locutor utiliza o verbo "aliavam" para estabelecer uma relação entre indicadores sociais ruins e indicadores de criminalidade. Essa relação é reforçada com a fala do representante do governo, que enfatiza, por meio do adjetivo "gritante" como a violência se concentra em locais onde há baixos indicadores sociais.

3 - O que seriam tais indicadores é revelado no parágrafo seguinte: saúde, educação, assistência social. Ao usar a expressão "uma realidade que começou a ser mudada", o narrador insere a ideia de transformação por meio das ações do Estado Presente. Na fala do secretário, surge uma condicionante: a política deve ser mantida (a palavra caminho sugere um percurso) para que os resultados ocorram. Ele ainda, antecipando-se a quaisquer críticas, pondera que a política precisa de ajustes, mas não da parte do Estado e sim das prefeituras.

4.4.7 Texto: Jovem negro: risco de ser morto é maior

Figura 61 - Reportagem especial publicada em 8 de maio de 2015

Cidades.

REPORTAGEM ESPECIAL

INDICE NO PAÍS

UF	Índice
ES	5.91
AM	4.34
MA	4.01
AC	3.92
AP	3.82
PA	3.74
BA	3.54
DF	3.44
MT	3.29
MS	3.25
MG	3.15
GO	2.91
DF	2.87
PI	2.78
RN	2.75
PR	2.71
SC	2.59
RS	2.21
MT	2.2
MS	1.97
MT	1.97
MT	1.75
MT	1.75
MT	1.68
MT	1.67
MT	1.48
MT	1.42
MT	0.66

VIOLÊNCIA CONTRA A JUVENTUDE
Risco de um jovem negro (12 a 29 anos) ser vítima de homicídio em estado e bairro

Médicos em greve no Sul

Um médico da Santa Casa de Misericórdias de Curitiba informou que os hospitais não têm médicos para atender em uma emergência de torça feia, por tempo indeterminado. Página 8

ÍNDICE DE VULNERABILIDADE DA JUVENTUDE

UF	Índice
ES	5.91
AM	4.34
MA	4.01
AC	3.92
AP	3.82
PA	3.74
BA	3.54
DF	3.44
MT	3.29
MS	3.25
MG	3.15
GO	2.91
DF	2.87
PI	2.78
RN	2.75
PR	2.71
SC	2.59
RS	2.21
MT	2.2
MS	1.97
MT	1.97
MT	1.75
MT	1.75
MT	1.68
MT	1.67
MT	1.48
MT	1.42
MT	0.66

Jovem negro: risco de ser morto é maior

Faixa etária mais vulnerável está entre 12 e 29 anos

Juventude marginalizada

O indicador mostra que o risco de um jovem negro (12 a 29 anos) ser vítima de homicídio em estado e bairro é maior do que o de um jovem branco. De acordo com o estudo, o risco para um jovem negro é 1,5 vezes maior do que para um jovem branco. O estudo também aponta que o risco de um jovem negro ser vítima de homicídio em estado e bairro é maior do que o de um jovem branco em todos os estados brasileiros.

Vulnerabilidade

Os dados do Índice de Vulnerabilidade da Juventude mostram que o risco de um jovem negro ser vítima de homicídio em estado e bairro é maior do que o de um jovem branco. De acordo com o estudo, o risco para um jovem negro é 1,5 vezes maior do que para um jovem branco. O estudo também aponta que o risco de um jovem negro ser vítima de homicídio em estado e bairro é maior do que o de um jovem branco em todos os estados brasileiros.

“Só com polícia não se resolve essa questão”, afirma secretário

REPORTAGEM ESPECIAL

SÃO PAULO, 6 DE MAIO DE 2015 - A GAZETA

As ações devem representar um esforço maior em termos de redução de homicídios no país, afirma o secretário.

Secretário

No Norte do Estado, especialmente em Londrina, a taxa de homicídios de aumento de 50% em 2014. Neste ano, são 8% de redução de homicídios no Estado como um todo. Na Região Metropolitana, essa redução foi de 17,7%. Engajamento, no Norte do Estado há um aumento de 18%, especialmente em Londrina e São Mateus.

São muitos crimes de violência, discussões e crises policiais. Há lugares onde as políticas públicas não estão funcionando e também uma expansão do tráfico de drogas na região.

Combate

A segurança não é estático, é possível para quem trabalha. O programa Ocupação Social também vai atuar fortemente no Norte do Estado. Mesmo nas cidades onde a vulnerabilidade não é grande, não se pode baixar a guarda. Vamos continuar com ações de prevenção e com o foco na prisão dos homicídios e criminosos em geral.

Ocupação social

Essas ações que não são apenas de prevenção de crimes, mas também de inclusão social. O programa Ocupação Social do governo do Estado...

“Jovem negro não evolui ser alvo. Ele é morto pela falta de oportunidades, que são negadas”

Movimento negro: mortes são consequência da desigualdade

A divulgação do dado mostra que o risco de um jovem negro ser vítima de homicídio em estado e bairro é maior do que o de um jovem branco. De acordo com o estudo, o risco para um jovem negro é 1,5 vezes maior do que para um jovem branco. O estudo também aponta que o risco de um jovem negro ser vítima de homicídio em estado e bairro é maior do que o de um jovem branco em todos os estados brasileiros.

Fonte: A Gazeta

Texto completo da entrevista “Só com polícia não se resolve essa questão”:

André Garcia defendeu o novo programa do governo para prevenção a violência, chamado de Ocupação Social. O secretário também destacou que os dados do Índice de Vulnerabilidade da Juventude são de 2012, o que segundo ele seria o segundo ano de redução de homicídios no Estado, sendo 2015 o sexto ano.

O secretário também aponta, na entrevista abaixo, para uma semelhança entre os perfis dos praticantes de crimes e suas vítimas no Espírito Santo.

Perfil

Não é de agora que nossos levantamentos apontam esse perfil, não só entre as vítimas, mas também dentre os autores de crimes. São exatamente os jovens negros, moradores da periferia

ou de determinadas regiões que são os mais vulneráveis à violência. Nesse contexto é que será implementado o programa de Ocupação Social do governo do Estado

Dados

A pesquisa traz dados de 2012, o que significa o nosso segundo para terceiro ano de redução dos homicídios. Atualmente estamos no sexto. As nossas ações devem repercutir e consolidar todas essas tendências de redução nos próximos estudos.

São Mateus

No Norte do Estado especialmente tem havido uma tendência de aumento nos homicídios. Neste ano, são 8% de redução de homicídios no Estado como um todo. Na Região Metropolitana, essa redução foi de 17,7%. Enquanto isso, no Norte do Estado há um aumento de 18%, especialmente em Linhares e São Mateus.

São muitos crimes de proximidade, discussões e crimes passionais. Há lugares onde as políticas públicas ainda não alcançaram e também uma expansão do tráfico de drogas naquela região.

Combate

A segurança em si está fazendo o possível para acompanhar. O programa Ocupação Social também vai atuar fortemente na Região Norte do Estado.

Mesmo nas cidades onde a vulnerabilidade não é grande não se pode baixar a guarda. Vamos continuar com ações de polícia com foco na prisão dos homicidas e criminosos em geral.

Ocupação social

Vamos atuar nos grupos e locais onde há mais vulnerabilidade, com políticas de prevenção à violência nessas áreas, que envolvem também saúde e educação e outras secretarias sob coordenação do vice-governador e do secretário de Ações Estratégicas. Só com polícia não se resolve esse problema.

Análise:

A reportagem publicada em maio de 2015 estabelece uma conexão, que é evidenciada por especialistas e por meio de pesquisa, entre juventude, raça e violência ao mostrar, por meio dos dados, que jovens negros entre os 12 e 29 anos são os que mais morrem. A reportagem é construída, para além dos dados, a partir do relatos de especialistas, e de representantes do movimento negro. Uma semelhança entre os discursos é o fato de apontarem que a solução do problema não está somente em ações policiais, mas na integração de políticas.

1 - A política de segurança - Ocupação Social - não é o foco da reportagem, que foi elaborada a partir da divulgação de dados estatísticos. Ela aparece na entrevista concedida pelo secretário de Segurança Pública. Com a palavra "exatamente" o secretário vai ao encontro do que é apontado ao longo da reportagem: o fato de jovens negros estarem mais vulneráveis à violência, ou seja, são os que mais matam e os que mais morrem. O Ocupação Social aparece como a resposta do estado a ser dada ao problema.

2 - Há um jogo de mediação de sentidos: por um lado, o governo reconhece a existência do problema. Por outro, tenta atenuá-lo ao apontar a defasagem dos dados em relação ao ano de publicação da pesquisa. Há um sentido construído, já observado em outros enunciados, de que embora haja muito por ser feito, o governo está no rumo certo, o que nos faz inferir que, ao assumir a palavra, o governo busca conquistar a confiança dos interlocutores.

Embora não seja o tema central da reportagem, a política de segurança é citada em um contexto amplo de discussões, que são suscitadas a partir dos dados estatísticos, mas que ganham contornos quando são repercutidos pelos especialistas e pelos representantes da juventude negra. Além da relação entre falta de acesso a direitos, como Educação, e a violência, a reportagem evidencia a relação entre a cor da pele a violência: a criminalidade, conforme explorado no capítulo 2, atinge mais a juventude negra do que a branca.

Ao explorar o recurso da utilização de dados e de fontes, o jornalismo consegue chegar a um maior nível de pluralidade e também de profundidade de sentidos. A juventude negra é colocada como parte articuladora do processo e não como apenas como receptora.

Há que se ponderar, no entanto, a observação de Dias (2020), de que o jornalismo não deve estar sujeito à sazonalidade das publicações de estatísticas. O jornalismo deve ter um papel

ativo no processo, desenvolvendo suas próprias pautas e indo além da singularidade dos assuntos do cotidiano, sendo capaz de inseri-los em um contexto mais amplo.

4.4.8 Texto: A teoria da evolução da Segurança

Figura 62 - Coluna Praça Oito publicada em 5 de novembro de 2015

POLÍTICA23
QUINTA-FEIRA, 5 DE NOVEMBRO DE 2015 A GAZETA

PRAÇA OITO
Vitor Vogas

Só na Grande Vitória, até o dia 31 de outubro, a taxa de homicídios caiu 18,3% entre 2014 e 2015. No último mês de outubro, foram 107 homicídios em todo o Estado, menor índice desde 2001.

A teoria da evolução da Segurança

O governador Paulo Hartung se elegeu em 2014 anunciando um novo programa para a área de segurança pública: o Ocupação Social, baseado em dois pilares: o reforço da proteção policial e, sobretudo, da prevenção à violência por meio de políticas sociais nas comunidades em maior vulnerabilidade. A semelhança desse conceitos com os do Estado Presente, programa mantido pelo governo anterior, lançaram algumas interrogações: de fato se trata de uma nova política pública para a área ou seria, na prática, o mesmo programa com outro nome e nova cara?

Segundo o secretário estadual de Segurança, André Garcia, nem uma coisa nem outra. Um dos idealizadores do Estado Presente, Garcia valoriza o programa implantado pelo governo Casagrande e rejeita a ideia de "começar do zero". Ao mesmo tempo, defende que o Ocupação Social vai representar um "salto evolutivo", principalmente ao "pisar no acelerador" no que se refere ao segundo aspecto: o das políticas sociais levadas às 24 regiões mais vulneráveis do Estado.

Ninguém parece mais autorizado que Garcia para fazer essa avaliação. No 1º escallão do governo desde março de 2010 (ainda no governo FH), ele também atravessou todo o governo Casagrande. Como secretário de Ações Estratégicas, participou da concepção do Estado Presente e, em 2013, voltou à Secretaria de Segurança (Sesp). Com o retorno de Hartung ao poder, foi um dos dois únicos remanescentes do secretariado de Ca-

sgrande – o que, reconhece, tem um significado político. Ele não corrobora a opinião de que o Estado Presente foi riscado do mapa de políticas públicas estaduais. Prefere pensar no Ocupação Social como mais uma etapa de um "processo evolutivo".

"Quando o governador me convidou para permanecer na área, fiquei surpreso. Ele me perguntou: 'O que você fará?' Respondi: 'Governador, temos um caminho já percorrido desde o seu governo e que passou pelo Estado Presente. Agora precisamos dar um salto: precisamos jogar luz naquilo que é a fábrica da criminalidade, acelerar a prevenção, interferir decisivamente nesse aspecto.'"

De fato, desde 2010, o Estado vem conseguindo produzir um declínio considerável dos índices de criminalidade – queda que se estendeu por todo o governo Casagrande, com o Estado Presente. Conforme os números oficiais da Sesp, após o pico de 58 homicídios por 100 mil capixabas registrado em 2009, o Estado chegou a cerca de 39 homicídios por 100 mil capixabas em 2014.

No início do atual governo, a redução vem se mantendo. A taxa hoje está em cerca de 37 por 100 mil habitantes. Até 31 de outubro, houve 1.171 assassinatos no Estado, contra 1.291 no mesmo período em 2014 (queda de 9%). Embora

O plano de segurança da Sesp para o verão já contará com os 1 mil PMs que chegam hoje às ruas, do concurso de 2014. A tropa sobe para 10,2 mil policiais.

MINIENTREVISTA

"A IDEIA É APROVEITAR DE FATO O QUE FOI FEITO, TANTO QUE ESTOU NO GOVERNO"

André Garcia
Secretário de Estado da Segurança Pública

É correto dizer que o Estado Presente, programa do governo anterior, foi extinto pelo atual?

« Como toda iniciativa nesta área de segurança pública, não acredito em solução de continuidade e interrupção de processos, mas em evolução.

Então o Estado Presente se transforma no Ocupação Social ou este é um programa completamente novo que substitui o Estado Presente?

« Tudo é um processo evolutivo. Não podemos nunca descartar as experiências passadas, e um processo não pode ser interrompido. Não podemos achar que vamos reinventar a roda, achar que só porque mudou-se o nome de uma iniciativa, a partir daí criou-se o mundo. Não é isso. A ideia é aproveitar de fato o que foi feito, tanto que estou no governo. Mas aproveitar em que sentido? Com a minha experiência de gestão nessa área, minha visão nesse processo.

Então não se pode deixar o Estado Presente para trás?

« Não acho que tenhamos que desprezar a experiência do passado. Meu papel como gestor não é esse. E o governador não me contratou para isso: 'apaga tudo e começa do zero'. Nada disso. A minha escolha tem um sentido, politicamente inclusive. E acho que a gente tem experiência acumulada para acelerar mais.



Fonte: A Gazeta

Texto completo:

O governador Paulo Hartung se elegeu em 2014 anunciando um novo programa para a área de segurança pública: o Ocupação Social, baseado em dois pilares: o reforço da proteção policial e, sobretudo, da prevenção à violência por meio de políticas sociais nas comunidades em maior vulnerabilidade. A semelhança desse conceitos com os do Estado Presente, programa mantido pelo governo anterior, lançaram algumas interrogações: de fato se trata de uma nova política pública para a área ou seria, na prática, o mesmo programa com outro nome e nova cara?

Segundo o secretário estadual de Segurança, André Garcia, nem uma coisa nem outra. Um dos idealizadores do Estado Presente, Garcia valoriza o programa implantado pelo governo Casagrande e rejeita a ideia de “recomeçar do zero”. Ao mesmo tempo, defende que o Ocupação Social vai representar um “salto evolutivo”, principalmente ao “pisar no acelerador” no que se refere ao segundo aspecto: o das políticas sociais levadas às 24 regiões mais vulneráveis do Estado.

Ninguém parece mais autorizado que Garcia para fazer essa avaliação. No 1º escalão do governo desde março de 2010 (ainda no governo PH), ele também atravessou todo o governo Casagrande. Como secretário de Ações Estratégicas, participou da concepção do Estado Presente e, em 2013, voltou à Secretaria de Segurança (Sesp). Com o retorno de Hartung ao poder, foi um dos dois únicos remanescentes do secretariado de Casagrande – o que, reconhece, tem um significado político. Ele não corrobora a opinião de que o Estado Presente foi riscado do mapa de políticas públicas estaduais. Prefere pensar no Ocupação Social como mais uma etapa de um “processo evolutivo”.

“Quando o governador me convidou para permanecer na área, fiquei surpreso. Ele me perguntou: “O que você faria?” Respondi: “Governador, temos um caminho já percorrido desde o seu governo e que passou pelo Estado Presente. Agora precisamos dar um salto: precisamos jogar luz naquilo que é a fábrica da criminalidade, acelerar a prevenção, interferir decisivamente nesse aspecto.”

De fato, desde 2010, o Estado vem conseguindo produzir um declínio considerável dos índices de criminalidade – queda que se estendeu por todo o governo Casagrande, com o Estado Presente. Conforme os números oficiais da Sesp, após o pico de 58 homicídios por 100 mil capixabas registrado em 2009, o Estado chegou a cerca de 39 homicídios por 100 mil capixabas em 2014.

No início do atual governo, a redução vem se mantendo. A taxa hoje está em cerca de 37 por 100 mil habitantes. Até 31 de outubro, houve 1.171 assassinatos no Estado, contra 1.291 no mesmo período em 2014 (queda de 9%). Embora ainda muito altos, os números tiram o Espírito Santo da “lista maldita” (que reúne os cinco Estados com taxas mais elevadas), o que certamente não ocorreu da noite para o dia, como ratifica Garcia:

“Estamos em um processo de evolução do modelo. Caminhamos como caminhamos lá no fim do governo Hartung (2010), depois do esforço de organização da máquina, com os conceitos

de gestão e governança que adotamos na Sesp, caminhamos com o Estado Presente e estamos caminhando mais agora, com a ideia de que precisamos avançar mais na dimensão da prevenção à criminalidade.”

Segundo o secretário, a meta do governo é, no médio prazo, levar o Estado à taxa média nacional. Para isso, o Ocupação Social, em vez de descontinuidade ou interrupção do que vinha dando certo, terá mesmo que representar esse salto evolutivo anunciado por ele – um salto para darwinista nenhum botar defeito.

Minientrevista

É correto dizer que o Estado Presente, programa do governo anterior, foi extinto pelo atual?

Como toda iniciativa nesta área de segurança pública, não acredito em solução de continuidade e interrupção de processos, mas em evolução.

Então o Estado Presente se transforma no Ocupação Social ou este é um programa completamente novo que substitui o Estado Presente?

Tudo é um processo evolutivo. Não podemos nunca descartar as experiências passadas, e um processo não pode ser interrompido. Não podemos achar que vamos reinventar a roda, achar que só porque mudou-se o nome de uma iniciativa, a partir daí criou-se o mundo. Não é isso. A ideia é aproveitar de fato o que foi feito, tanto que estou no governo. Mas aproveitar em que sentido? Com a minha experiência de gestão nessa área, minha visão nesse processo.

Então não se pode deixar o Estado Presente para trás?

Não acho que tenhamos que desprezar a experiência do passado. Meu papel como gestor não é esse. E o governador não me contratou para isso: ‘apaga tudo e começa do zero’. Nada disso. A minha escolha tem um sentido, politicamente inclusive. E acho que a gente tem experiência acumulada para acelerar mais

Análise:

A coluna, publicada em novembro de 2015, final do primeiro ano de governo de Paulo Hartung, começa com uma ironia já no título, quando o colunista faz uma alusão à Teoria da Evolução, de Charles Darwin, para se referir ao processo evolutivo dos programas de

segurança implantados pelo governo, defendido pelo secretário de segurança André Garcia. A utilização da ironia nos permite fazer algumas inferências. Além de chamar a atenção do leitor, o fato de o título usar a palavra "teoria" instaura uma dúvida: na prática, trata-se mesmo de uma evolução? O ponto central da questão é que os dois programas, de duas diferentes gestões, seriam geridos por uma mesma pessoa. A questão é perpassada fundamentalmente por um dilema no plano político: a nova gestão precisa defender o Ocupação Social, uma de suas plataformas de campanha, como sua marca de governo. Ao eleger o mesmo gestor para seguir à frente da política de segurança, precisa encontrar uma forma de demarcar sua identidade, sua marca. Destacam-se outros pontos:

1 - O colunista utiliza o recurso das aspas ("recomeçar do zero", "salto evolutivo", "pisar no acelerador") para enfatizar as palavras do entrevistado sobre os elementos que considera diferenciais no Ocupação Social. Nota-se que são justamente esses os termos usados pela fonte em busca de estabelecer uma diferenciação entre os programas.

2 - Observa-se que, ao dizer que "ninguém parece mais autorizado que Garcia para fazer essa avaliação", a intenção do colunista não é unicamente afirmar a legitimidade de sua fonte, mas também de evidenciar uma situação contraditória no plano político: o fato de as duas políticas de segurança possuírem um mesmo gestor pode representar que a gestão atual (Hartung) reconhece que algo de bom foi feita pela gestão anterior (Casagrande), a qual criticou no processo eleitoral? A questão, então, vai muito além do que está posto no texto. Ela trata de uma disputa de lugar, que se manifesta no plano da linguagem e que é travada desde o período eleitoral. As escolhas em termos de gestão se desdobram na esfera política.

Ao utilizar o verbo "reconhece", em um sentido de admitir, o colunista enfatiza essa dimensão política que existe na situação.

3 - Na fala do entrevistado, destacamos a repetição de palavras no texto e na entrevista como "caminho", "caminhamos". Há uma tentativa em mostrar que um percurso está sendo seguido e que o poder público está na direção certa, inserindo a ideia de que a partir do Ocupação Social haverá ainda mais melhorias. A ideia é de continuidade, mas essa palavra não é utilizada em momento algum.

4 - A expressão "de fato", usada para mostrar as evidências de queda dos homicídios ao longo dos últimos anos, funciona como um operador argumentativo de concordância, como se o locutor, ainda que relutantemente, reconhecesse os fatos. Nesse momento, ele estabelece um diálogo reflexivo com os argumentos apresentados pelo entrevistado. A melhoria dos índices é reforçada pelo uso de expressões como "lista maldita" - um lugar onde nenhum Estado gostaria de estar. Ao dizer que a saída da lista "certamente" não ocorreu repentinamente, ele leva o interlocutor a refletir que o resultado obtido é fruto de um processo, que leva tempo para ser construído.

5 - O colunista encerra o texto com uma provocação. Ao dizer que o governo "terá mesmo" que apresentar o "um salto para darwinista nenhum botar defeito" ele retoma a ideia, já observada em outros enunciados, de que a violência é um desafio para o Estado.

O texto publicado dentro da coluna tem um público certo: leitores interessados em acompanhar o cenário político estadual. Por isso mesmo, a discussão sobre a política pública ganha um sentido de política governamental: ela tem uma finalidade social, mas, no enunciado jornalístico, é o aspecto político dela que é evidenciado. Num contexto de finalização entre gestões, o que vemos aqui de forma muito mais explícita, embora já observadas em outros enunciados do gênero informativo, é a necessidade do Estado, por meio de suas fontes, legitimar-se como eficiente e também como inovador para adquirir sua própria identidade. O que está em discussão não é a finalidade da política de segurança, mas sim a sua origem, a sua paternidade, digamos assim. E, para isso, o espaço do jornal, como um território simbólico, é explorado pelo governo estadual. A finalidade, assim, não é o impacto social, a formulação de um diagnóstico sobre a política pública, e sim a retomada de um sentido de rivalidade, de oposição entre as gestões.

4.4.9 Texto: Estado Pouco Presente – EPP

Figura 63 - Artigo de opinião publicado em 5 de julho de 2011

Estado Pouco Presente – EPP

Não basta polícia capacitada. Mas também não basta o social. Específico duas dissociações entre essas políticas públicas, e a busca de superação no Rio de Janeiro. Lá, e em outros Estados com projetos semelhantes à UPP (Unidade de Polícia Pacificadora), como a “Base Comunitária de Segurança” na Bahia, a ação policial inicial procura retomar, e sustentar, o controle público territorial e legal das áreas sob controle dos tráficos.

As 17 UPPs cobrem bairros de 7 mil a 45 mil habitantes. Com instalação física local funcionando 24 horas, chefiada por um capitão, contam, em média, com 100 policiais por habitante, segundo artigo do prof. Sérgio G. Ferreira.

O secretário de Segurança do Rio, José Mariano, Beltrame manifestou a “angústia com a demora de investimentos sociais nas favelas pacificadas”. As UPPs sociais, então, visam a “consolidar a pacificação”. Começaram a ser implantadas em junho. A sua concepção é exposta pelo então secretário estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, prof. Ricardo Henriques, no livro “Rio: a hora da virada”.

No Espírito Santo, a propaganda do “Estado Presente” mostra a interação policial-social. Porém, a tõe-

nica inicial é social, inversa à do Rio de Janeiro; o efetivo da Polícia Militar do Espírito Santo declinou em termos relativos nos últimos dez anos. Esse programa foi lançado em maio na Grande Terra Vermelha – Vila Velha – onde sobrevivem 70 mil habitantes. A Secretaria Estadual de Ações Estratégicas, que o coordena, não tem site. Não encontrei um documento sobre o referido programa em outros endereços do governo estadual.

Quantos policiais militares atuam na Grande Terra Vermelha? Adotando-se a média das UPPs, a resposta seria 700 policiais. Como não foi divulgado, estimo que o contingente naquela região não chega a 10% desse total, ou seja, 70 policiais. Mesmo que sejam consideradas diferenças entre Rio e Espírito Santo, essa presença policial é diminuta.

Reforçam o Estado Pouco Presente (EPP) em Terra Vermelha as inexistências locais de uma: a) sede do projeto, e b) coordenação específica da interação policial-social, contrastando com a UPP. Mais uma diferença negativa ocorre na articulação geral das ações sociais: no Rio de Janeiro é a secretaria afim, enquanto no Espírito Santo é a Secretaria de Ações Estratégicas – ligada à segurança no sentido estrito. Como não há o

efetivo policial necessário, o social é enfatizado pela referida secretaria.

No EPP, com baixa presença policial, os projetos sociais não só são perturbados por ações criminosas dos tráficos que seguem influenciando o local, como, também, no limite, alguns deles são apropriados pelos traficantes, apesar das “boas intenções”. Por isso, é imperativa a combinação dosada entre o social e o policial.

Faltaram outras ações institucionais seguras nos seis meses do governo Casagrande: a) ampliado na primeira semana de governo, o Gabinete de Gestão Integrada – “que coordenará o sistema estadual de segurança pública” – realizou quantas reuniões e tomou quais decisões? b) Por que ainda não foi efetivado o diálogo mediante o Conselho Estadual de Segurança? A presença de uma ação se destacou: a da Corregedoria da Polícia Civil, incluindo as prisões de quatro delegados.

Persiste no Espírito Santo o desafio da política de segurança diante do intolerável número de homicídios: balacear, no tempo, a integração policial-social nas áreas com presença dos tráficos e das violências. É preciso superar o EPP.

•• Roberto Garcia Simões é professor da Ufes e especialista em políticas públicas. E-mail: robertog@npd.ufes.br

Texto completo:

Não basta polícia capacitada. Mas também não basta o social. Especifico duas dissociações entre essas políticas públicas, e a busca de superação no Rio de Janeiro. Lá, e em outros Estados com projetos semelhantes à UPP (Unidade de Polícia Pacificadora), como a “Base Comunitária de Segurança” na Bahia, a ação policial inicial procura retomar, e sustentar, o controle público territorial e legal das áreas sob controle dos tráficos.

As 17 UPPs cobrem bairros de 7 mil a 45 mil habitantes. Com instalação física local funcionando 24 horas, chefiada por um capitão, contam, em média, com 100 policiais por habitante, segundo artigo do prof. Sérgio G. Ferreira.

O secretário de Segurança do Rio, José Mariano Beltrame, manifestou a “angústia com a demora de investimentos sociais nas favelas pacificadas”. As UPPs sociais, então, visam a “consolidar a pacificação”. Começaram a ser implantadas em junho. A sua concepção é exposta pelo então secretário estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, prof. Ricardo Henriques, no livro “Rio: a hora da virada”.

No Espírito Santo, a propaganda do “Estado Presente” mostra a interação policial-social. Porém, a tônica inicial é social, inversa à do Rio de Janeiro; o efetivo da Polícia Militar do Espírito Santo declinou em termos relativos nos últimos dez anos. Esse programa foi lançado em maio na Grande Terra Vermelha – Vila Velha – onde sobrevivem 70 mil habitantes. A Secretaria Estadual de Ações Estratégicas, que o coordena, não tem site. Não encontrei um documento sobre o referido programa em outros endereços do governo estadual.

Quantos policiais militares atuam na Grande Terra Vermelha? Adotando-se a média das UPPs, a resposta seria 700 policiais. Como não foi divulgado, estimo que o contingente naquela região não chega a 10% desse total, ou seja, 70 policiais. Mesmo que sejam consideradas diferenças entre Rio e Espírito Santo, essa presença policial é diminuta.

Reforçam o Estado Pouco Presente (EPP) em Terra Vermelha as inexistências locais de uma: a) sede do projeto, e b) coordenação específica da interação policial-social, contrastando com a UPP. Mais uma diferença negativa ocorre na articulação geral das ações sociais: no Rio de Janeiro é a secretaria afim, enquanto no Espírito Santo é a Secretaria de Ações Estratégicas –

ligada à segurança no sentido estrito. Como não há o efetivo policial necessário, o social é enfatizado pela referida secretaria.

No EPP, com baixa presença policial, os projetos sociais não só são perturbados por ações criminosas dos tráficos que seguem influenciando o local, como, também, no limite, alguns deles são apropriados pelos traficantes, apesar das “boas intenções”. Por isso, é imperativa a combinação dosada entre o social e o policial.

Faltaram outras ações institucionais seguras nos seis meses do governo Casagrande: a) ampliado na primeira semana de governo, o Gabinete de Gestão Integrada – “que coordenará o sistema estadual de segurança pública” – realizou quantas reuniões e tomou quais decisões? b) Por que ainda não foi efetivado o diálogo mediante o Conselho Estadual de Segurança? A presença de uma ação se destacou: a da Corregedoria da Polícia Civil, incluindo as prisões de quatro delegados.

Persiste no Espírito Santo o desafio da política de segurança diante do intolerável número de homicídios: balancear, no tempo, a integração policial-social nas áreas com presença dos tráficos e das violências. É preciso superar o EPP.

Análise:

No artigo de opinião publicado em junho de 2011, o autor do texto utiliza uma comparação entre as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) implantadas em favelas do Rio de Janeiro e o Estado Presente para enfatizar que, ao contrário do estado vizinho, no Espírito Santo os investimentos no aparato policial ficam em segundo plano. O desequilíbrio entre os dois eixos, na visão do autor, tem como consequência a ineficácia das políticas de segurança.

1 - Ao fazer uma alusão ao programa Estado Presente, o título do texto (Estado Pouco Presente) já estabelece uma ironia para indicar uma ideia de oposição direta ao discurso do poder público.

2 - O texto ganha um sentido crítico, que é construído pelo locutor com dados que ele apresenta (redução do efetivo da Polícia Militar) e ainda, os que revela não ter encontrado (documentos acerca do programa em sites de secretarias do governo).

3 - Destaca-se o uso do verbo "sobrevivem" no quarto parágrafo. A escolha do verbo sobreviver ao invés de viver é uma forma de enfatizar as condições precárias de vida da população de Terra Vermelha. Uma consequência, inclusive, da ausência do poder público.

4 - Um dos principais argumentos usados para construção do enunciado em tom crítico é a revelação da ausência de informações. Isso fica claro quando o locutor diz que "como não foi divulgado" (um operador argumentativo de causa, que insere também um sentido de provocação/ironia) é preciso fazer uma estimativa qual é o efetivo policial. O argumento das ausências se segue: falta uma sede do projeto, falta uma coordenação de interação social-policial.

5 - Com a pontuação das ausências e os questionamentos feitos de forma direta em relação às questões que não foram esclarecidas, o autor evidencia o vazio de informações acerca da principal política de segurança do governo. Começa-se a questionar, a partir das lacunas, para que servem as ações anunciadas pelo governo em um nível concreto.

O artigo publicado com o objetivo de avaliar os primeiros meses de implantação do Estado Presente faz críticas contundentes ao programa, criados a partir do ponto de vista do especialista no assunto. Os artigos, destinados à manifestação de fontes que falam a partir de diferentes lugares e com diferentes interesses, são espaços nos quais os jornais buscam apresentar diferentes visões, numa tentativa de mostrar a existência da pluralidade, que é uma condicionante para a sua credibilidade. O que nos chama atenção é que, a despeito de estarem corretas ou não, as críticas feitas pelo autor do artigo não apareceram, em forma de questionamentos, em nenhum dos textos jornalísticos do gênero informativo coletados neste estudo. Ainda que haja uma cobrança constante sobre respostas para a violência, para a redução da criminalidade, tais abordagens mais aprofundadas sobre a implementação, eficácia ou desequilíbrio dos programas de segurança não são encontradas. Tudo isso aparece de modo isolado nesta parte de opiniões. Quando há uma crítica, ela é respondida de forma superficial pelo Estado, que diz que reafirma os programas como soluções para o campo da segurança pública.

4.4.10 Texto: Cuidar das contas e das pessoas, o nosso objetivo

Figura 64 - Artigo de opinião publicado em 28 de Outubro de 2017

AGAZETA
SÁBADO, 28 DE OUTUBRO DE 2017

OPINIÃO | 17

Paulo Hartung

É governador do Estado

Olhando para o adiante, minha visão é muito positiva para o Espírito Santo. O pior da crise nacional já passou. O Estado saiu tecnicamente da recessão. A previsão orçamentária para 2018 é de um aumento de arrecadação em torno de 4,5%, cujos recursos serão destinados à melhoria do bem-estar da população

Cuidar das contas e das pessoas, o nosso objetivo

Enfrentamos tempos desafiadores desde que assumimos, em janeiro de 2015, o governo do Espírito Santo. Mas, passados quase três anos, chegamos aqui com a certeza de que fizemos o diagnóstico certo e adotamos com precisão as medidas necessárias para enfrentar a crise econômica.

Estamos com as contas organizadas, com projetos transformadores e inovadores voltados para o social e, o mais importante: estamos preparados para a retomada do desenvolvimento e do crescimento em nosso Estado. O Brasil vai sair da crise, mas, graças ao trabalho realizado por nossa equipe, o Espírito Santo vai sair primeiro, gerando melhores oportunidades para todos os capixabas.

Podemos afirmar que os alertas que fizemos, ainda em 2014, acerca dos descontroles que ameaçavam a vida dos brasileiros e dos capixabas, tinham plena razão de ser. Quando quase ninguém enxergava a crise, e mesmo num cenário de incompreensões, nós nos preparamos para ela. Com o apoio dos demais Poderes Públicos, refizemos o Orçamento de 2015, com um corte de R\$ 1,3 bilhão.

Não há folga nem vida fácil no dia a dia da administração. Mas é esse equi-

líbrio de contas que nos permite manter o pagamento do funcionalismo em dia, ampliar a todos os servidores a concessão do auxílio-alimentação num valor reajustado e planejar o aumento salarial para o funcionalismo em 2018.

É esse equilíbrio que permite entregas sociais tão importantes como as 32 Escolas Vivas de tempo integral até o final de 2018 e as cinco unidades da Rede Cuidar – um novo modelo de saúde pública que leva as consultas especializadas para o interior e humaniza o tratamento do paciente na rede estadual.

Implantamos um projeto revolucionário de Segurança Pública, que não trata violência só com ação de polícia. Estou falando do programa Ocupação Social, que oferece oportunidades de cultura, empreendedorismo e qualificação profissional para jovens de 16 a 24 anos que não trabalham nem estudam e que moram nas 25 regiões mais violentas

do Estado. Nosso governo cuida das contas e das pessoas.

Estamos fazendo ainda o maior investimento ambiental da história do Estado para enfrentar a pior seca dos últimos tempos. Podemos citar aqui a ampliação do Programa Reflorestar, o programa de 60 barragens para armazenar as águas da chuva, o Águas e Paisagens – que vai levar saneamento a 11 cidades) e o sistema de captação de águas de Reis Magos, que já reforça o abastecimento da Grande de Vitória.

Olhando para o adiante, minha visão é muito positiva para o Espírito Santo. O pior da crise nacional já passou. O Estado saiu tecnicamente da recessão. A previsão orçamentária para 2018 é de um aumento de arrecadação em torno de 4,5%, cujos recursos serão destinados à melhoria do bem-estar da população.

A nossa organização e o nosso equilíbrio institucionais, nestes tempos de crise generalizada no país, acabaram se tornando um diferencial. Na hora da retomada, larga na frente quem estiver preparado para as oportunidades que surgem.

O Espírito Santo também registrou nos últimos anos conquistas importantes para avançar o crescimento socioeconômico. Gra-

ves gargalos infraestruturais estão sendo superados. Vou citar dois exemplos: estamos resolvendo o abastecimento de energia elétrica com os linhões; a mudança da poligonal do Porto de Barra do Riacho está permitindo simultaneamente dois novos investimentos – a ampliação de Portocel e a construção do porto da Imetame. Isso sem contar o tão esperado Aeroporto de Vitória, uma obra do governo federal que, enfim, será inaugurada.

Não tenho dúvidas de que aqui construímos um presente e um futuro melhor para os capixabas. Meu maior receio sobre o futuro próximo é o fato de que não somos ilha, e o mar que nos rodeia em termos de país se apresenta com horizonte incerto.

A crise político-institucional e o empobrecimento do país criaram um ambiente propício ao surgimento de vendedores de ilusões. Já se colocam com força alguns arautos de soluções fáceis e saídas simplistas para problemas e questões extremamente complexos e sérios. É urgente que nos afastemos do polo do extremismo e caminhemos a passos largos para o campo da racionalidade e do equilíbrio. O Brasil não pode se transformar numa Venezuela.

No Espírito Santo, temos trabalhado efetivamente no presente já de olho no futuro. Neste pequeno Estado, estamos dando um exemplo gigantesco para o país. Um exemplo das transformações que podemos fazer combinando competência técnica, política de qualidade, responsabilidade social e valores republicanos.



Fonte: A Gazeta

Texto completo:

Enfrentamos tempos desafiadores desde que assumimos, em janeiro de 2015, o governo do Espírito Santo. Mas, passados quase três anos, chegamos aqui com a certeza de que fizemos o diagnóstico certo e adotamos com precisão as medidas necessárias para enfrentar a crise econômica.

Estamos com as contas organizadas, com projetos transformadores e inovadores voltados para o social e, o mais importante: estamos preparados para a retomada do desenvolvimento e do crescimento em nosso Estado. O Brasil vai sair da crise, mas, graças ao trabalho realizado por nossa equipe, o Espírito Santo vai sair primeiro, gerando melhores oportunidades para todos os capixabas.

Podemos afirmar que os alertas que fizemos, ainda em 2014, acerca dos descontroles que ameaçavam a vida dos brasileiros e dos capixabas, tinham plena razão de ser. Quando quase ninguém enxergava a crise, e mesmo num cenário de incompreensões, nós nos preparamos para ela. Com o apoio dos demais Poderes Públicos, refizemos o Orçamento de 2015, com um corte de R\$ 1,3 bilhão.

Não há folga nem vida fácil no dia a dia da administração. Mas é esse equilíbrio de contas que nos permite manter o pagamento do funcionalismo em dia, ampliar a todos os servidores a concessão do auxílio-alimentação num valor reajustado e planejar o aumento salarial para o funcionalismo em 2018.

É esse equilíbrio que permite entregas sociais tão importantes como as 32 Escolas Vivas de tempo integral até o final de 2018 e as cinco unidades da Rede Cuidar – um novo modelo de saúde pública que leva as consultas especializadas para o interior e humaniza o tratamento do paciente na rede estadual.

Implantamos um projeto revolucionário de Segurança Pública, que não trata violência só com ação de polícia. Estou falando do programa Ocupação Social, que oferece oportunidades de cultura, empreendedorismo e qualificação profissional para jovens de 16 a 24 anos que não trabalham nem estudam e que moram nas 25 regiões mais violentas do Estado. Nosso governo cuida das contas e das pessoas.

Estamos fazendo ainda o maior investimento ambiental da história do Estado para enfrentar a pior seca dos últimos tempos. Podemos citar aqui a ampliação do Programa Reflorestar, o programa de 60 barragens para armazenar as águas da chuva, o Águas e Paisagens – que vai levar saneamento a 11 cidades) e o sistema de captação de águas de Reis Magos, que já reforça o abastecimento da Grande de Vitória.

Olhando para o adiante, minha visão é muito positiva para o Espírito Santo. O pior da crise nacional já passou. O Estado saiu tecnicamente da recessão. A previsão orçamentária para 2018 é de um aumento de arrecadação em torno de 4,5%, cujos recursos serão destinados à melhoria do bem-estar da população.

A nossa organização e o nosso equilíbrio institucionais, nestes tempos de crise generalizada no país, acabaram se tornando um diferencial. Na hora da retomada, larga na frente quem estiver preparado para as oportunidades que surgem.

O Espírito Santo também registrou nos últimos anos conquistas importantes para alavancar o crescimento socioeconômico. Graves gargalos infraestruturais estão sendo superados. Vou citar dois exemplos: estamos resolvendo o abastecimento de energia elétrica com os linhões; a mudança da poligonal do Porto de Barra do Riacho está permitindo simultaneamente dois novos investimentos – a ampliação de Portocel e a construção do porto da Imetame. Isso sem contar o tão esperado Aeroporto de Vitória, uma obra do governo federal que, enfim, será inaugurada.

Não tenho dúvidas de que aqui construímos um presente e um futuro melhor para os capixabas. Meu maior receio sobre o futuro próximo é o fato de que não somos ilha, e o mar que nos rodeia em termos de país se apresenta com horizonte incerto.

A crise político-institucional e o empobrecimento do país criaram um ambiente propício ao surgimento de vendedores de ilusões. Já se colocam com força alguns arautos de soluções fáceis e saídas simplistas para problemas e questões extremamente complexos e sérios. É urgente que nos afastemos do polo do extremismo e caminhemos a passos largos para o campo da racionalidade e do equilíbrio. O Brasil não pode se transformar numa Venezuela.

No Espírito Santo, temos trabalhado efetivamente no presente já de olho no futuro. Neste pequeno Estado, estamos dando um exemplo gigantesco para o país. Um exemplo das

transformações que podemos fazer combinando competência técnica, política de qualidade, responsabilidade social e valores republicanos.

Análise:

O artigo, assinado pelo governador Paulo Hartung em outubro de 2017, seu último ano de mandato, também funciona como uma espécie de prestação de contas em primeira pessoa. O então governador atribui à sua gestão a capacidade de ter colocado o estado nos eixos (o que sugere que ele assumiu o governo em um momento de crise e instabilidade) em direção a um futuro próspero. O autor se coloca como o responsável por adotar as medidas que garantiram que o Espírito Santo não entrasse em uma grande crise. Palavras como “organização”, “equilíbrio”, se contrapõem a exposição de um cenário muito ruim, evidenciado por suas escolhas de vocabulário (“tempos desafiadores”, “crise generalizada”).

O Ocupação Social, que é citado no sexto parágrafo, entra no artigo no hall de programas ligados à área social.

O governador atribui a esta política o adjetivo de “revolucionário” (ainda que, conforme já mostrado em outros enunciados, o programa possua semelhanças com o Estado Presente que foram mencionadas pelos próprios membros de sua gestão) por ir além da ação policial. Ao argumentar que o seu governo “cuida das contas e das pessoas”, enfatiza a construção de uma gestão que equilibra ajustes fiscais e investimentos sociais.

Ressalta-se que, para além do último ano de governo, 2017 foi também o ano em que eclodiu a greve da Polícia Militar, apontada como uma das mais graves crises na segurança já vividas no Espírito Santo. Ao lembrar sua trajetória de êxitos perante as crises, o governador não entra neste tema, ainda quando cita a área de segurança e seu principal programa para redução de criminalidade.

Lira (2019) aponta que, uma das diferenças mais marcantes entre as duas políticas públicas de segurança é que, durante a implantação do Ocupação Social, a figura do governador deixou de estar à frente da política, como acontecia no Estado Presente. Mas é justamente Hartung (responsável pelo Ocupação Social) que vem a público para argumentar, em primeira pessoa, sobre a efetividade da política pública de segurança implantada em sua gestão, da qual ele

mesmo não esteve à frente. Tal observação nos permite enfatizar como o território simbólico do jornalismo é objeto de disputas de sentidos. Neste caso, é o Estado que recorre ao jornal como forma de legitimação e de aprovação de suas ações e que se utiliza dessa estratégia ainda com mais ênfase em períodos de transição, como, neste caso, a finalização da gestão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao falar sobre os programas de segurança pública, e as temáticas que giram em torno dessas políticas, os enunciados jornalísticos acabam perpassando aspectos da realidade que vêm sendo objeto de reflexão e de debate no campo das Ciências Sociais há décadas devido à sua complexidade. Conforme mostrado no segundo capítulo deste estudo, a conexão entre pobreza, exclusão social, violência e suas formas de manifestação no território brasileiro é tão profunda quanto multifacetada. Por isso, esta pesquisa buscou compreender para que direção o jornalismo, enquanto uma forma de conhecimento, está caminhando no que diz respeito à sua capacidade de auxiliar as pessoas no processo de construção da realidade que elas enxergam e que entendem. Na concepção da Análise Crítica do Discurso (ADC), podemos pensar em quais ideologias se manifestam por meio da linguagem nas páginas do jornal A Gazeta.

Para darmos embasamento à nossa análise foi necessário fazer um percurso teórico, a fim de entendermos o papel do jornalismo na sociedade, o papel do jornalismo na cobertura da segurança pública e, ainda, como a ADC pode nos ajudar a descortinar os sentidos presentes nos enunciados jornalísticos.

Tomamos como ponto de partida, então, a premissa de que o jornalismo, enquanto um campo dotado de compromissos éticos e de uma deontologia própria, deve ser guiado em direção ao interesse público, a fim de promover a cidadania (GENTILLI, 2005; GENTILLI e DUTRA, 2016, BUCCI, 2015). Silva (2010) destaca que o jornalismo, seja ele feito a serviço do estado ou para fins empresariais, por mais que seja atravessado por um jogo de forças impostas pelas instituições, que disputam o controle social, não perde de seu horizonte sua vocação para a utilidade pública, para desempenhar o serviço público, que é justamente o que confere a ele a legitimidade para ocupar o lugar que ocupa socialmente.

E que lugar seria esse? O lugar de mediador entre os fatos e a sociedade, o lugar de uma instituição, um campo (BOURDIEU, 1995), uma atividade profissional com poder de agendamento (MCCOMBS; SHAW, 1972), capaz de definir, inclusive, por conta de seus recursos técnicos, quais os assuntos e os recortes dos mesmos se transformarão em notícia, ganhando amplificação ao circularem socialmente e gerando impacto público (GUERRA, 2008).

Em um contexto democrático, com vistas à emancipação social, a capacidade que o jornalismo tem de auxiliar os cidadãos para o exercício de sua cidadania, e portanto, de gerar impacto, é fruto do modo como as notícias são apropriadas coletivamente, o reflexo da notícia em movimento. Jornalismo enquanto forma de conhecimento (GENRO FILHO, 1987; SPONHOLZ, 2009; BENETTI, 2010) deve ser entendido como uma prática que coloca o máximo de informações possíveis à disposição do público, mas deixando espaço vazio a ser preenchido pela reflexão, por uma apropriação coletiva dos fatos que pode resultar em recusa, aceitação, ação, mobilização. Não há como se pensar, então, em um jornalismo que não fale, não discuta, não questione as políticas públicas.

A análise do corpus nos permitiu identificar alguns sentidos produzidos a partir dos enunciados jornalísticos.

No conjunto dos enunciados jornalísticos, uma imagem forma-se claramente em relação ao público alvo das políticas de segurança: são os moradores de bairros com altos índices de violência, especialmente - e isso é mais evidenciado nas coberturas do Ocupação Social - os jovens negros, que são apontados pelas estatísticas como aqueles que mais morrem em razão da violência e também aqueles que mais têm chances de se tornarem sujeitos praticantes dos

atos violentos. É para eles que as políticas de segurança se direcionam com o intuito de gerar “oportunidades”, que lhes permitirão mudar a trajetória de suas vidas. Conforme mostramos no capítulo anterior, a concepção moderna das políticas de segurança tem como base a intersectorialidade e a integração de várias frentes sociais para o enfrentamento da criminalidade e da violência, alguns dos aspectos mais associados em nossa sociedade à insegurança. Em suma, há uma concepção de que a redução dos índices de violência é uma consequência da inclusão social, da melhoria de vida, da garantia de que os cidadãos possam ter acesso aos seus direitos básicos.

Ao mostrar em seus enunciados que promover a segurança não é só uma questão de uso do aparato policial, passando também pela necessidade de investimentos em outras áreas, especialmente a Educação, é preciso reconhecer que o jornalismo produzido por A Gazeta contribui, joga luz ao debate social, mostrando que existe uma complexidade por trás dessa problemática. O que se nota é que o jornal, ao longo dos anos, disseminou essa ideologia em seu discurso.

Ao se tratar de políticas que visam a agir especificamente em determinados espaços urbanos com o intuito de combater a violência, o jornalismo margeia algumas discussões, como a concepção de juventude e de periferia. Falamos em “margear”, porque, conforme apontamos neste estudo, a cobertura factual sobre violência e políticas de segurança prevalece e o discurso não se aprofunda nessas questões, salvo em exceções, conforme procuramos mostrar mais acima.

Há uma forte associação entre os locais abrangidos pelas ações das políticas de segurança e a criminalidade, o que remete às sensações de medo e de perigo. As periferias, tornam-se, de forma generalista, lugares de ausência: falta educação, falta lazer, falta saúde, falta segurança e sobra violência. O jovem, imerso neste cenário de ausências, é aquele que está suscetível ao crime e, ao mesmo tempo, à espera de oportunidades. Consequentemente, é um sujeito passivo, já que sua voz é menos presente em relação à voz do Estado.

Nota-se que, nos enunciados, os governos atribuem a redução dos índices de criminalidade, como homicídios, aos programas de segurança. Por outro lado, não encontramos nenhum conteúdo mais aprofundado sobre os impactos da implementação das políticas dentro das comunidades. Conforme já apontado, grande parte dos conteúdos surge motivada por alguma

ação governamental, seja de expansão do programa em novos bairros ou a oferta de cursos, aumento do policiamento, do videomonitoramento, etc. Isso nos faz questionar quantos desses textos não teriam sido publicados caso não houvesse uma iniciativa de divulgação por parte do próprio governo. Esta é uma indagação já feita por Ronchi (2019), ao analisar a cobertura dos jornais impressos A Gazeta e A Tribuna sobre os bairros abrangidos pelo Ocupação Social e que reiteramos neste estudo a partir de nossa análise.

No capítulo 2, Mendonça (2014) nos mostra que o processo de concepção de políticas públicas começa a partir da identificação de necessidades sociais, passando por várias etapas até chegar ao ponto de medição de sua efetividade social. Ao analisarmos os conteúdos jornalísticos publicados por A Gazeta em um arco temporal de oito anos, constatamos que o jornalismo não foi capaz de abranger todo esse ciclo, pois ele não chega a medir a efetividade das políticas de segurança. Essa análise, quando há uma tentativa de fazê-la, é restrita à visão do próprio governo, que se torna o grande enunciador do discurso da imprensa, e atribui a redução de índices de violência aos programas de segurança.

O mesmo jornalismo, que no ano de 2011 foi à comunidade de Terra Vermelha e identificou uma série de problemas sociais que contribuíam para o aumento da criminalidade, não retornou àquele mesmo local - assumindo a condição de observador que lhe cabe - para conferir o que mudou, se mudou, por que mudou. O valor diagnóstico, que como defende Silva (2010), deve ser o diferencial do jornalismo, não é explorado com toda a sua potência na cobertura cotidiana.

Tendo em vista que a cultura é um grande definidor para o valor notícia, nós vemos em A Gazeta que: para além de pontuar aqueles assuntos factuais, que são muito determinados pela divulgação do próprio Estado ou pela divulgação de pesquisas, quando o tema políticas de segurança torna-se notícia ou aparece dentro das notícias, ele surge para apontar a violência como um desafio a ser superado. Está também fortemente atrelado a um debate político (os planos dos governos, o cenário político local de alianças e adversários, a capacidade que o governo tem de se consolidar ao longo da gestão a partir de seus programas. E ainda, uma avaliação do governo aos olhos da sociedade e dos especialistas. O primeiro núcleo de sentido encontrado, então, é o de políticas públicas para o combate à violência, e nesse contexto, a ideia violência como consequência da falta de educação, de acesso e de oportunidades se consolida discursivamente. O segundo núcleo de sentido é o de política pública como política de governo. E não é que isso esteja errado. Exercer o papel de mediador entre os fatos

políticos e a população é uma das funções do jornalismo. Mas a questão é que isso revela uma ausência, que é justamente o dever do jornalismo de relatar também como essas políticas impactam, de fato, a vida da população, na perspectiva apontada desde Schudson (2008), de que o jornalismo é capaz de fortalecer e ser fortalecido pela democracia e de que tem um dever de dar voz aos menos favorecidos social e economicamente, até Gentilli (2005), que considera o jornalismo como uma ponte, que consegue ligar os cidadãos à luta e ao exercício de seus direitos por meio da informação. Lembramos também de Miguel (2001), que diz que o jornalismo acaba se adaptando e adquirindo os mesmos contornos da instituição política. A imprensa oficial, no caso de A Gazeta, produz mais um jornalismo para os grupos interessados nas movimentações políticas do que para aqueles apontados como os maiores praticantes e também alvos da violência cotidiana. É a partir desta constatação que podemos reforçar a própria ideia de Wolton (2005), de que a pluralidade é necessária para que o jornalismo dê conta de representar a sociedade o mais próximo possível da realidade e também a de Miguel (2001), quando afirma que a democratização é necessária para que o jornalismo, enquanto instituição social, cumpra os princípios e finalidades a que se propõe.

Vozes, lacunas e hegemonia

Conforme já mostrado, obras clássicas sobre teoria da comunicação (McCombs & Shaw, 2000; Wolf, 2001) apontam o papel decisivo do jornalismo na perspectiva do *agenda setting*, de que as mídias têm o potencial de fazer com que o público fale sobre um determinado assunto em detrimento de outros. O exercício do jornalismo é uma prática social e, por isso mesmo, acreditamos na existência de uma relação dialética entre o jornalismo e os acontecimentos do mundo. Ao mesmo tempo em que é influenciado por ele, ele também os influencia. Podemos pensar também sob a perspectiva do jornalismo enquanto um campo (BOURDIEU, 1995), produto de disputas internas, mas também das pressões que sofre de outros campos, como o campo político. Diante do exposto, há de se refletir que essa posição privilegiada que o jornalismo exerce socialmente o torna necessário para outras instituições para se alcançar a sociedade. Uma importante forma de se destacar socialmente é aparecendo nos jornais.

É com base nestas reflexões que, quando iniciamos este estudo, uma de nossas hipóteses era de que o jornal A Gazeta, ao noticiar os programas de segurança e os temas que estão ao redor deles, tornava-se um lugar de disputas políticas, mais precisamente de disputas de políticos por se tratarem não só de políticas apresentadas como plataformas de campanha, mas também

por terem sido criadas e implementadas por dois governos que se opõem no campo político. E a análise dos corpus nos permitiu concluir que, de fato, essa disputa de sentidos acontece majoritariamente em duas frentes: primeiro, em uma resistência em reconhecer a continuidade dessas políticas públicas. A segunda, que está conectada com a primeira, é a necessidade de utilização das políticas como uma marca de governo na medida em que as gestões dependem da aprovação popular e do próprio mercado político. Isso se evidencia especialmente nos textos jornalísticos que integram o gênero opinativo, mas também nos conteúdos do gênero informativo que são dedicados à cobertura política. O sentido que é dado nesses enunciados nos faz, inclusive, pensar no público alvo para o qual são escritos - para além dos cidadãos, eles pretendem alcançar também aqueles que fazem parte do campo político ou que são influenciados por ele.

Justamente em função dessa necessidade de aprovação e de autoafirmação, o discurso dos governos sobre os programas baseia-se em afirmações positivas sobre as políticas. Restam, com isso, lacunas de informação que são permeadas pelo interesse político. Exemplo disso é que, embora haja um sentido de que a violência é um desafio, a associação entre os problemas cotidianos engendrados pela violência (homicídios, latrocínios, furtos) que estão constantemente presentes na cobertura jornalística, e as políticas públicas de segurança é muito rasa. Ela se resume, basicamente, à voz do Estado, que diz usar os programas de segurança como principal arma para o combate à violência e à geração da segurança. Há, então, um descolamento entre o singular das notícias cotidianas, e o contexto em que estão inseridas. Lembrando que, conforme nos mostrou Dias (2020) em sua tese de doutorado, a cobertura das políticas de segurança demanda que o jornalismo exerça esse papel de articulador entre o singular, o particular e o universal (GENRO FILHO, 1978).

Para exemplificarmos a possibilidade da existência dessas lacunas de sentido, pensemos no ano de 2017, quando entre 03 de fevereiro e 25 de fevereiro, mulheres de policiais militares do Espírito Santo bloquearam os Batalhões da Polícia Militar²⁶, provocando uma crise na segurança pública amplamente divulgada pelos veículos de comunicação. No entanto, nenhum dos conteúdos informativos coletados para a composição deste corpus nos anos de 2017 e 2018 estabelece uma conexão entre a paralisação dos policiais e o programa Ocupação Social, que é apontado como um guarda-chuva para encampar ações voltadas ao eixo de proteção policial e de investimentos sociais. Essa conexão é feita somente de forma

²⁶ Mais informações em: <https://periodicos.ufes.br/scs/article/view/21713>

superficial em dois artigos de opinião. O mesmo jornal que divulgou informações sobre aumento de policiamento, promoção de concursos por meio dos programas de segurança, não questionou o governo sobre a eficácia dessas políticas perante o conflito.

Isso nos leva a tocar novamente em um ponto que consideramos importante: quando o governo se torna o enunciador dos discursos, ele assume grande parte do poder de controle sobre o que é dito e o que não é dito. Logo, a formação de uma visão crítica sobre as políticas de segurança - não estamos aqui, é claro, julgando o mérito delas - até para que os cidadãos possam cobrar por sua efetividade, acaba sendo comprometida por um discurso unilateral.

Ao assumir essa posição de principal enunciador do discurso sobre políticas de segurança, o Estado, detentor de poder político, encontra no território simbólico do jornalismo um lugar de legitimação, de disseminação de sua própria ideologia. E ele mesmo acaba tomando para si parte do poder de selecionar aquilo que será informado ou não. O próprio discurso de intersectorialidade é muito mais explorado pelo Estado enquanto enunciador do que pelo jornalismo.

A conclusão dessa predominante ausência de polifonia no discurso jornalístico nos faz pensar nas condições práticas da profissão que resultam na materialização do discurso. Conforme pontuam autores como Christofolletti (2019) e Lisbôa e Benetti (2015), o que garante a credibilidade ao jornalismo para manter-se como uma instituição confiável perante o público, no que diz respeito à essa mediação da realidade concreta, é sua capacidade de firmar-se como um sistema perito (CHRISTOFOLETTI, 2019, p.56), dotado de capacidade reconhecidamente única de fazer tal mediação. E isso só é possível a partir de uma prática jornalística diária pautada na reflexão crítica, num processo que envolve os profissionais e empresas jornalísticas em diálogo permanente com seus públicos.

Faz-se pertinente destacarmos, então, a crítica feita por Cristofolletti (2019) às empresas jornalísticas, que em busca de recuperação econômica - tendo em vista a crise do modelo de negócios - acabam abrindo mão de profissionais qualificados e de parte de sua estrutura de produção. A consequência disso é a perda de qualidade do produto final, que é a produção noticiosa, pilar central da credibilidade jornalística.

Observando as diferenças em relação à cobertura dos dois programas, notamos que a cobertura do Ocupação Social (2015-2018) é menos polifônica e mais voltada para os aspectos políticos dos programas do que na comparação com o Estado Presente (2011-2014). Embora seja necessária a realização de um estudo mais aprofundado especificamente sobre

esse tema, podemos indagar se essa redução de polifonia, que tanto prejudica a função do jornalismo de mediar os fatos, está associada à redução das redações, ou seja, à perda de jornalistas, que são fundamentais no processo de construção discursiva, uma vez que A Gazeta, seguindo uma tendência observada em muitos veículos, vem enxugando seu quadro de funcionários nos últimos anos²⁷.

Fazemos esta inferência diante da importância, já demonstrada neste estudo, de o jornalista assumir a posição de observador para tornar-se de fato enunciador. Um esforço de reportagem que requer um tempo e dedicação que não são compatíveis com o enxugamento dos quadros profissionais. Esse esforço faz toda a diferença na constituição do discurso. Como exemplo, neste estudo podemos observar que, quanto mais o jornalista se aprofunda nos dados e nas histórias, mais ele acaba descortinando essa relação entre a violência e exclusão social. Mas quando ele reproduz esse material que vem de fontes oficiais ou mesmo quando dá os dados sem aprofundamento, ou ainda quando as políticas são discutidas do ponto de vista do cenário político-partidário, há também uma superficialidade no entorno do tema violência. O que ela é, a quem ela afeta, não é expresso.

O que vimos até aqui é a existência de jornalismo dentro do jornalismo de A Gazeta, que, ainda que muito apegado à superficialidade da cobertura factual, demonstra o potencial do jornalismo de ir mais a fundo. Retomando o conceito de hegemonia como luta (FAIRCLOUGH, 2008; MELO, 2009) há sempre a possibilidade de articulação e rearticulação das ordens do discurso e, portanto, territorialização e de reterritorialização dos sentidos. E o principal mérito de A Gazeta ao longo dos anos analisados é romper com uma visão simplista de violência, buscando mostrar aos interlocutores como esse tema está intrinsecamente ligado à ausência de direitos básicos.

As críticas e constatações feitas neste estudo, portanto, devem ser enxergadas em uma perspectiva de contribuição para o aperfeiçoamento das práticas jornalísticas, a fim de garantir que a imprensa cumpra com seu compromisso ético e deontológico de trabalhar em prol da cidadania. É a partir deste ponto de vista que enxergamos a crítica de mídia como uma atividade importante para o balizamento das instituições jornalísticas, a fim de que novos

²⁷ Guerra (2018) mostrou que houve demissões, por exemplo, no ano de 2017. Posteriormente a esse fato, A Gazeta anunciou o estabelecimento de parcerias com jornalistas freelancers para a produção de conteúdos factuais exclusivos. O anúncio foi, então, repudiado pelo Sindicato dos Jornalistas do Espírito Santo.

rumos sejam traçados a partir da colaboração entre pesquisadores, jornalistas e outros profissionais envolvidos no processo de produção das notícias.

REFERÊNCIAS

_____. (2002) Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. A.; SILVEIRA, Acesso em 7 dez.2020.

ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: **Acesso à informação e controle social das políticas públicas**; coordenado por Guilherme Canela e Solano Nascimento . Brasília, DF : ANDI ; Artigo 19, 2009. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2020/10/Acesso-a-informacao-e-politicas-publicas-de-controle-social-Guilherme-Canela.pdf>

AMARAL, Márcia Franz. A fala popular e a realização do jornalismo. XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – Set 2002. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/162018026542681408176020835820623503893.pdf>

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006. Disponível em:

https://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Bakhtin-Marxismo_filosofia_linguagem.pdf

Acesso em: 27 de jun. de 2021.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. São Paulo: Forense, 1981.

BARATTA, Alessandro. **Criminología y sistema penal**. Buenos Aires: Euros Editores, 2004.

BARCELLOS, Alice. **Enquadramento noticioso: as juventudes nos telejornais da Grande Vitória**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) – Centro de Artes, Universidade Federal do Espírito Santo. Espírito Santo. 2020.

BECKER, Beatriz. **A linguagem do telejornal**. RJ; E-papers, 2004.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. Biblioteca básica de serviço social. v. 2. São Paulo: Cortez, 2006.

BENETTI, Marcia. Análise de Discurso em jornalismo: estudo das vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

BENETTI, Marcia. Análise de Discurso em jornalismo: estudo das vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

BENETTI, Marcia. **O jornalismo como um gênero discursivo**. Galáxia, núm. 15. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 2008, pp. 13-28.

BENTELE, G. (1993). **Wie wirklich ist die Medienwirklichkeit?: Einige Anmerkungen zum Konstruktivismus und Realismus in der Kommunikationswissenschaft**. In Bentele, G. & Rühl, M. (Hg.). *Theorien öffentlicher Kommunikation: Problemfelder, Positionen, Perspektiven* Broschiert. München: Ölschläger.

BERGER, Christa. A reestruturação da política em tempos midiáticos. **Intexto: Revista do Mestrado da Comunicação UFRGS**, Porto Alegre, n. 1, [não paginado], 1997.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1994.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. – 5. ed. – Brasília: Edunb, 1993

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **The political Field, the social science field and the journalistic field.** Aula para curso na Universidade Lumière Lyon 2. Lyon, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **The political Field, the social science field and the journalistic field.** Aula para curso na Universidade Lumière Lyon 2. Lyon, 1995.

BUCCI, E. **O Estado de Narciso: A comunicação pública a serviço da verdade particular.** - São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CERQUEIRA, Daniel. **Causas e consequências do crime no Brasil.** Tese (Doutorado em Economia) – Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro. 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias.** 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **A crise do jornalismo tem solução?** Barueri, SP: Estação das Letras e Cores, 2019. Ciências da Comunicação, 2020, Virtual. **Anais eletrônicos.** Virtual. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/sis/eventos/2020/resumos/R15-0709-1.pdf>

COSTA, Marco Aurélio Borges. **Vítimas que choram:** empreendedorismo violento e acumulação social da violência no Espírito Santo. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2015.

COUTINHO, Iluska. **Colunismo e poder:** representação nas páginas de jornal. In: Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 2007. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/coutinho-iluska-colunismo-poder.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2020.

DADALTO, Maria Cristina; BARROS FERREIRA RODRIGUES, Márcia. **Migração e Desenvolvimento:** Segregação e violência criminalizada. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, vol.7, núm. 2, mayo-agosto, 2015, pp. 261-276.

desafios para políticas públicas. Brasília :UNESCO, BID, 2002.

DIAS. Anelise Schütz. **A redução da idade penal no jornalismo de referência brasileiro:** uma análise dos sentidos sobre segurança pública. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

DIAS. Anelise Schütz. **Jornalismo de Segurança Pública:** uma proposta de campo jornalístico especializado com foco em direitos humanos. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito.** Campinas: Pontes, 1987.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Trad. Izabel Magalhães. Brasília: Universidade de Brasília, 2008.

FAIRCLOUGH, Norman; MAGALHÃES, Izabel. **Discurso e mudança social.** Brasília:

Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman; WODAK, Ruth. Critical discourse analysis. In: VAN DJIK, Teun A. (Ed.), **Discourse studies: a multidisciplinary introduction**. Vol. 2. Discourse as Social Interaction. London: Sage, 1997.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. 1.ed. São Paulo:Parábola Editorial, 2013. p.123-151

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. 3. Reimpressão. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 15. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

FRANCISCATO, C. O Jornalismo e a reformulação da experiência do tempo nas sociedades ocidentais. **Brazilian Journalism Research**, v. 11, n. 2, p. 96-123, 2014.

FRANCISCATO, Carlos. **O Jornalismo e a reformulação da experiência do tempo nas sociedades ocidentais**. **Brazilian Journalism Research**, v. 11, n. 2, p. 96-123, 2014.

FRAZÃO, Theresa Christina Jardim. **Análise crítica do discurso jornalístico sobre a implantação do sistema de cotas em universidades públicas brasileiras**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco, 2007.

FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA. **Estado Presente em Defesa da Vida: um novo modelo para a Segurança Pública**. Brasília: Fundação João Mangabeira, 2015. Disponível em <http://fjmangabeira.org.br/wp-content/uploads/2016/06/estado-presente-em-defesa-da-vida-1.pdf>. Acesso em: 3 ago.2020.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide - para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide - para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê, 1987

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide - para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GENTILLI, Victor. **Democracia de Massas: jornalismo e cidadania**. Porto Alegre, RS. 2005.

GENTILLI, Victor; DUTRA, Luma Poletti. Arcana Imperi e Accountability: Jornalismo, Segredo e Transparência. In: GUERRA, Josenildo Luiz; ROTHBERG, Danilo ; MARTINS, Gerson (orgs). **Crítica do Jornalismo no Brasil: Produção, qualidade e direito à informação**. Covilhã: Labcom.IFP, 2016.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses**: ensaios de teoria do jornalismo. Série Jornalismo a rigor V.1. Florianópolis: Insular, 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. – 7. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GUERRA, J. L. **O percurso interpretativo na produção da notícia**: verdade e relevância como parâmetros de qualidade jornalística. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

GUERRA, João Claudio Santana. **Mudanças estruturais do jornalismo**: o caso do jornal A Gazeta ES. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) - Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades, Universidade Federal do Espírito Santo. Espírito Santo, 2018.

GUERRA, Josenildo Luiz. Avaliação de qualidade jornalística: desenvolvendo uma metodologia a partir da análise da cobertura sobre segurança pública. In: In: CHRISTOFOLETTI, Rogério (org.). **Vitrine e vidraça**: Crítica de Mídia e Qualidade no Jornalismo. Covilhã: LabCom Books, 2010.

GUERRA, Josenildo. **O percurso interpretativo na produção da notícia**. Verdade e relevância como parâmetros de qualidade jornalística. São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. **O território em tempos de globalização**. Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas, v. 1, n. 2, p. 7-20, ago. 2007.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. Boletim Gaúcho de Geografia. Vol. 29, Ano 1. Jan-Jun, 2003. p. 11-24.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HALL, Stuart. **Cultura da representação**. Organização e revisão técnica: Arthur Ituassu; Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. – Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). **Atlas da violência 2020**. Brasília: IPEA; FBSP, 2019.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Demografia e urbanização**: o Espírito Santo no censo 2010. Vitória, ES, 2011. Acesso em 10 de agosto de 2021. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/1180>

JODELET, Denise (2001). Representações Sociais: Um domínio em expansão. In: D. Jodelet (Org.). **As Representações Sociais** (pp. 17-44). Rio de Janeiro: EdUERJ.

- KOCK, Ingedore. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 1998.
- LIMA, Tatiana da Silva. **Onde estão os mortos?: Silenciamentos, discursos e os sentidos midiáticos da pacificação do Complexo do Alemão**. Dissertação (Mestrado em Mídia e Cotidiano). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/25705092/ONDE_EST%C3%83O_OS_MORTOS_Silenciamentos_discursos_e_os_sentidos_da_pacifica%C3%A7%C3%A3o_de_favelas_do_Complexo_do_Alem%C3%A3o?email_work_card=view-paper
- LIRA, Pablo Silva. **Geografia do crime: homicídios e aspectos demográficos no Brasil e estado do Espírito Santo**. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo. Espírito Santo. 2019.
- LISBOA, Sílvia; BENETTI, Márcia. O jornalismo como crença verdadeira justificada. **Brazilian Journalism Research**, v. 2, n. 2, p. 10-29, 2015
- LISBOA, Sílvia; BENETTI, Márcia. **O jornalismo como crença verdadeira justificada**. **Brazilian Journalism Research**, v. 2, n. 2, p. 10-29, 2015
- MACHADO, Viviane Ramos. **O jornalismo como palco de disputas discursivas: o movimento feminista no Jornal A Gazeta do Espírito Santo (1986-2016)**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) – Centro de Artes, Universidade Federal do Espírito Santo. Espírito Santo. 2018.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. 1ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- Maria L. **Território: globalização e fragmentação**. 5. ed. São Paulo: Hucitec/Anpur, p. 213-220.
- MARQUES DE MELO, José; Assis, Francisco. **Gêneros Jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010.
- MATTOS, Rossana Ferreira da Silva. **Expansão urbana, segregação e violência: um estudo sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória**. Vitória: EDUFES, 2013.
- McCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. A função do agendamento dos media,1972 In: TRAQUINA, Nelson. **O Poder do Jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento**. Coimbra: Minerva, 2000.
- MELO, Iran Ferreira. **Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções**. *Letra Magna*, Ano 05, n. 11, p. 1-18, 2º semestre de 2009. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/Ciencias.Linguagem/Melo_ADeACD.pdf. Acesso em: 27 de jun. de 2021.

- MENDONÇA, K. **A pacificação dos sentidos: mídia e violência na cidade em disputa**. Rio de Janeiro: Caravanas, 2018.
- MENDONÇA, Marcelo Teles de. **O dilema da intersetorialidade na política de segurança pública em Pernambuco: o discurso governamental e da mídia escrita nos anos 2007/2011**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2014
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 34 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MOTTA, Luiz Gonzaga. **O trabalho simbólico da notícia**. In: Reunião Anual da COMPOS, XII, 2003, Pernambuco (GT de Comunicação e Cultura). Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_921.pdf. Acesso em 14 de junho de 2021.
- OLIVEIRA, Luciano Amaral; CARVALHO, Marco Antonio Batista. Fairclough. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 281-309.
- OLIVEIRA, Pablo Moura Nunes de. **UPPs e Segurança Pública: um estudo sobre o discurso midiático**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 13ª edição, Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2020.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1975.
- PEREIRA, Pedro. **Narrativas de lei e ordem: Uma análise da cobertura de O Globo sobre as Unidades de Polícia Pacificadora**. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- PEREIRA, Pedro. **Segurança para quem? O discurso midiático sobre as Unidades de Polícia Pacificadora**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- PORTO, M. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. São Paulo: Unesp; Salvador: Edufba, 2004.
- PORTO, Maria Stela Grossi. **Mídia, segurança pública e representações sociais**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 21, n. 2, 2009, p. 211-233.
- PROTESS, David L. et al. **The journalism of outrage - Investigative Reporting and Agenda Building in America**. The Guilford Press. New York, 1991.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

- RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil**. Rio de Janeiro, UPERJ, 2007. Disponível em: <https://cesecseguranca.com.br/livro/midia-e-violencia-novas-tendencias-na-cobertura-de-criminalidade-e-seguranca-no-brasil/>
- ROCHA, Heitor Costa Lima da; SILVA, Acsa Roberta Macena da; RÊGO, Marília Gabriela Silva. **A Diversidade De Versões E A Objetividade Jornalística: A Distinção Entre Fato E Opinião E Credibilidade Da Notícia**. In: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 43º Congresso Brasileiro de
- RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson. **jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. 2ª edição. Lisboa: Vega, 1999.
- RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.
- RONCHI, Ana Carolina. **À margem dos jornais: uma análise da representação das áreas de vulnerabilidade social da Grande Vitória na imprensa capixaba**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) – Centro de Artes, Universidade Federal do Espírito Santo. Espírito Santo. 2019.
- SAMUEL, Kristopher-Jon Peter; FERREIRA JUNIOR, Sérgio do Espírito Santo; COSTA, Alda Cristina. **O silenciamento do debate da segurança pública nas narrativas jornalísticas sobre violência na Amazônia paraense**. Goiânia: Revista Comunicação e Informação, v.20, n.1, p. 149-169, jan./jun.2017.
- SAQUET, M. A. (2007a) **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007a.
- SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Políticas públicas: coletânea**. Brasília: ENAP, 2006.
- SCHUDSON, Michael. **Descobrimo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos**. 2010.
- SCHUDSON, Michael. **Descobrimo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos**. 2010.
- SCHUDSON, Michael. **The sociology of news**. New York e Londres: W.W. Norton & Company, 2003.
- SILVA, José Otacílio da. Bourdieu. In: OLIVEIRA, Luciano Amaral (org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2013. p. 153-182.

SILVA, Luiz Martins da. O jornalismo como teoria democrática. In: CHRISTOFOLETTI, Rogério (org.). **Vitrine e vitraça: Crítica de Mídia e Qualidade no Jornalismo**. Covilhã: LabCom Books, 2010.

SILVA, Marcos Paulo da. **A construção cultural da narrativa noticiosa: noticiabilidade, representação simbólica e regularidade cotidiana**. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), 2013.

SILVA, Mauricio Corrêa da; SOUZA, Fábila Jaiany Viana de; ARAÚJO, Fábio Resende de; SILVA, José Dionísio Gomes da. Metodologia científica para as ciências sociais aplicadas: análises críticas sobre métodos e tipologias de pesquisas e destaque de contribuições de Marx, Weber e Durkheim. **Revista Científica Hermes**, n. 13, p. 159-179, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=477647160010>

SOARES, Luiz Eduardo. Por que tem sido tão difícil mudar as polícias?. In: KUCINSKI, Bernardo (org.). **Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. São Paulo: Boitempo, 2015.

SOARES, Murilo César. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009, Disponível em: <https://books.scielo.org/id/kgsw8>

SOCIAL, Ocupação. Secretaria de Estado de Direitos Humanos, 2021. Disponível em: <<https://sedh.es.gov.br/ocupacao-social-3>>. Acesso em: 11 de agosto de 2021.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis, Vozes, 2001.

SOUZA, Renata da Silva. **Maré sitiada: o discurso midiático sobre a ocupação militar do Complexo da Maré**. Rumores, Universidade de São Paulo, num. 18, vol. 9, julho - dezembro de 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/index>

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade: além do espelho e das construções**. Série Jornalismo a rigor V.4. Florianópolis: Insular, 2009.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. Entre a realidade jornalística e a realidade social: o jornalismo como forma de acesso ao cotidiano. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - **E-compós**, Brasília, v.15, n.1, jan./abr. 2012. Disponível em www.e-compos.org.br. Acesso em 3 de julho de 2021.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2011.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 74-90.

VAN DJIK, Teun A. **Discurso, notícia e ideologia**: estudos na análise crítica do discurso. Edições Húmus, 2017.

VAZ, Paulo; PEREIRA, Pedro Barreto. **O sentido das UPPs**: A cobertura de O Globo e as políticas de Segurança Pública. Brasília: E-Compós, v.19, n.1, jan/abr. 2016.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ZAMIN, Angela. Jornalismo e território: a cartografia diária das coisas do mundo. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**. v.15, nº 2, maio/agosto 2013.

ZANETTI, Daniela; REIS, Ruth. Comunicação e territorialidades: um campo a ser desbravado. In: ZANETTI, Daniela; REIS, Ruth (org.). **Comunicação e territorialidades: poder e cultura, redes e mídias**. Vitória, Edufes, 2017,p.21-33.

APÊNDICE

Tabela 1 - Publicações coletadas do jornal A Gazeta

Título	Gênero jornalístico	Data	Editoria
O Estado Presente	jornalismo opinativo	26/05/2011	coluna Praça Oito
Sem guarda chuva	jornalismo opinativo	27/05/2011	coluna Victor Hugo
O Estado Presente	jornalismo opinativo	28/05/2011	artigo de opinião
Saúde, Educação e lazer contra a violência	jornalismo informativo	28/05/2011	idades
Projeto de segurança sem data para acabar	jornalismo informativo	29/05/2011	idades
Estado Presente	jornalismo opinativo	29/05/2011	coluna Andréia Lopes
Choque de Paz	jornalismo opinativo	25/06/2011	artigo de opinião
Projeto do governo promete dar condições dignas de vida à Grande Terra Vermelha	jornalismo informativo	26/06/2011	idades
Estado Pouco Presente 0 EPP	jornalismo opinativo	05/07/2011	artigo de opinião
Número de homicídios no semestre cai 15%	jornalismo opinativo	09/07/2011	coluna Victor Hugo

Ação contra a violência em Cariacica	jornalismo informativo	17/07/2011	idades
Menos mortes 2	jornalismo opinativo	04/08/2011	coluna Victor Hugo
Estado promete investir mais de R\$ 200 milhões em saúde, educação e obras de infraestrutura em 12 bairros da Grande Terra Vermelha	jornalismo informativo	21/08/2011	idades
R\$ 37 milhões para unidades de polícia	jornalismo informativo	01/10/2011	idades
Interior	jornalismo informativo	10/10/2011	idades
Número de homicídios cai 22% em Vila Velha	jornalismo informativo	13/10/2011	idades
Estado Presente	jornalismo informativo	16/10/2011	idades
Estado Presente chega a mais três regiões	jornalismo informativo	23/10/2011	idades
Imagem social	jornalismo opinativo	31/10/2011	coluna Victor Hugo
Homicídios caíram, diz polícia	jornalismo informativo	11/11/2011	idades
Estado e bancos negociam parceria	jornalismo opinativo	13/11/2011	coluna Victor Hugo
Olhe pro alto	jornalismo opinativo	19/11/2011	coluna Victor Hugo

Contratações 135 policiais civis vão reforçar efetivo do interior do Estado	jornalismo informativo	21/11/2011	idades
sensores de tiros	jornalismo informativo	23/11/2011	idades
Número de homicídios cai 8%	jornalismo informativo	14/12/2011	idades
A cada semana, uma pessoa é assassinada na Grande Terra Vermelha	jornalismo informativo	18/12/2011	idades
No Estado não existem territórios inacessíveis à polícia	jornalismo opinativo	19/12/2011	artigo de opinião
Jovens eleitores	jornalismo informativo	30/12/2011	política
Desafios para 2012	jornalismo opinativo	31/12/2011	editorial
Violência no Estado	jornalismo informativo	03/01/2012	idades
Queda de homicídios	jornalismo opinativo	04/01/2012	editorial
Gestão de Casagrande	jornalismo informativo	08/01/2012	política
Para mais da metade das pessoas, segurança está ruim ou péssima	jornalismo informativo	16/01/2012	política
Vale pela paz	jornalismo opinativo	22/01/2012	coluna praça Oito
Casagrande reconhece que Segurança é um desafio	jornalismo informativo	23/01/2012	política
As novidades nas escolas estaduais	jornalismo informativo	03/02/2012	idades

Sorveteria é arrombada na Praia da Costa	jornalismo informativo	03/03/2012	idades
Estado inseguro	jornalismo opinativo	20/03/2012	artigo de opinião
segurança nas ruas	jornalismo informativo	03/04/2012	idades
Mais segurança	jornalismo informativo	29/04/2012	idades
Big Brother total	jornalismo opinativo	06/05/2012	coluna Victor Hugo
Momento de dor	jornalismo informativo	16/06/2012	idades
Segurança perdida Em cinco atos, o que dizer da trajetória institucional da (in)segurança estadual?	jornalismo opinativo	26/06/2012	artigo de opinião
Primeiros resultados do combate à violência	jornalismo opinativo	27/06/2012	artigo de opinião
Número de assassinatos é o menor em 12 anos no Estado	jornalismo informativo	04/07/2012	idades
Governo: homicídios vêm caindo	jornalismo informativo	19/07/2012	idades
A PM investe em ações de proteção	jornalismo opinativo	22/07/2012	artigo de opinião
Os porquês da violência	jornalismo opinativo	28/07/2012	artigo de opinião
Música social	jornalismo opinativo	15/08/2012	coluna Victor Hugo
A Guarda Pacificadora	jornalismo opinativo	16/08/2012	artigo de opinião

Choque sem traumas	jornalismo opinativo	25/08/2012	artigo de opinião
Secretário aponta tendência de queda nas taxas de homicídios	jornalismo informativo	27/08/2012	idades
Bairro da Penha agora no Estado Presente	jornalismo opinativo	11/09/2012	coluna Victor Hugo
São Pedro: homicídios caem pela metade	jornalismo informativo	21/09/2012	idades
Luz Presente	jornalismo opinativo	28/09/2012	coluna Victor Hugo
Orquestra vai a duas escolas neste mês	jornalismo informativo	07/10/2012	idades
Onze bairros da Grande Vitória recebem atividades culturais	jornalismo informativo	10/10/2012	caderno de cultura
Shows e dança de rua nos bairros	jornalismo informativo	14/10/2012	caderno de cultura
Caminhão vai virar sala de aula	jornalismo informativo	17/10/2012	idades
PM muda estratégia, e 60 policiais vão para os morros São Benedito, Bairro da Penha e Bonfim	jornalismo informativo	20/10/2012	idades
Governo: “Carta é um estímulo	jornalismo informativo	27/10/2012	idades
Em setembro, foram 17 assassinatos, contra 34 no ano passado	jornalismo informativo	04/11/2012	idades
Estado registra a menor taxa de homicídios em 15 anos	jornalismo informativo	04/11/2012	idades

Caem homicídios e sobem roubos com morte	jornalismo informativo	07/11/2012	idades
Resultados à vista na redução de homicídios	jornalismo opinativo	22/11/2012	artigo de opinião
Estado ausente	jornalismo opinativo	06/01/2013	artigo de opinião
PM e guarda municipal atuarão juntos	jornalismo informativo	09/01/2013	idades
Além de reduzir homicídios, Garcia quer combater assaltos	jornalismo informativo	02/03/2013	idades
Programa aumenta a segurança em 30 regiões	jornalismo informativo	04/03/2013	idades
secretário vai participar	jornalismo informativo	05/03/2013	idades
País do futebol	jornalismo opinativo	09/03/2013	coluna Victor Hugo
Pesquisa revela que é essa a visão de 80% dos capixabas, diante da ocorrência de crimes	jornalismo informativo	17/03/2013	idades
Secretário promete mais ações	jornalismo informativo	26/03/2013	idades
Cultura terá investimento de mais de R\$ 8 milhões	jornalismo informativo	26/03/2013	caderno de cultura
Estado ausente	jornalismo opinativo	27/03/2013	coluna Victor Hugo
Estado presente	jornalismo opinativo	28/03/2013	coluna Praça Oito

Desafios da Segurança	jornalismo opinativo	03/04/2013	artigo de opinião
Mães do bairro fazem um grito pela paz	jornalismo informativo	13/04/2013	idades
Inclusão social para reduzir crimes em Barramares	jornalismo informativo	14/04/2013	idades
Salão arrombado na Praia do Canto	jornalismo informativo	16/04/2013	idades
Estado tem nova biblioteca itinerante	jornalismo informativo	16/04/2013	idades
Governo quer ampliar ação de pais nas escolas	jornalismo opinativo	29/04/2013	coluna Victor Hugo
Capacitação que transforma vidas	jornalismo informativo	29/04/2013	idades
16 cidades serão monitoradas por câmeras doadas pelo Estado	jornalismo informativo	09/05/2013	idades
Estado Presente	jornalismo opinativo	18/05/2013	artigo de opinião
Avanços na Segurança	jornalismo opinativo	25/05/2013	artigo de opinião
Estado Presente: conquistas e desafios	jornalismo opinativo	31/05/2013	artigo de opinião
Não é só questão de maioria	jornalismo opinativo	15/06/2013	coluna Praça Oito
PM vai abrir concurso	jornalismo informativo	18/06/2013	economi a
Mais 4 mil carteiras de motorista de graça	jornalismo informativo	30/06/2013	idades

Cultura de paz presente	jornalismo opinativo	04/07/2013	artigo de opinião
Ruas da Grande Vitória receberão mais câmeras	jornalismo informativo	18/07/2013	idades
Questão de prioridade	jornalismo opinativo	26/07/2013	artigo de opinião
Aposentado tem 2 carros roubados em 40 dias	jornalismo informativo	28/07/2013	idades
Eles têm 5 vezes mais chance de não chegar aos 25 anos	jornalismo informativo	03/08/2013	idades
A polícia sai às ruas	jornalismo opinativo	27/08/2013	coluna Praça Oito
Segurança, inseguranças e eleições	jornalismo opinativo	03/09/2013	coluna Praça Oito
Ex-baile funk Boate dá lugar a companhia da PM	jornalismo informativo	23/09/2013	idades
Estado registra menor número de homicídios desde 2002	jornalismo informativo	02/10/2013	idades
Violência	jornalismo informativo	06/11/2013	idades
O número de homicídios no Espírito Santo caiu pelo quarto ano consecutivo	jornalismo informativo	03/01/2014	idades
Patrulha comunitária	jornalismo informativo	04/03/2014	idades
Segurança é o tema mais questionado durante a sessão	jornalismo informativo	11/03/2014	política

Estado Presente	jornalismo opinativo	27/03/2014	coluna praça oito
Vagas de emprego na Feira do Consumidor	jornalismo informativo	28/03/2014	idades
Insegurança ainda é um calo na gestão	jornalismo informativo	31/03/2014	política
Dinheiro do BID para conter a violência	jornalismo opinativo	07/04/2014	coluna Victor Hugo
Segurança é crítica em bairros da Grande São Pedro, diz polícia	jornalismo informativo	14/04/2014	idades
A Segurança e o calcanhar do governo	jornalismo opinativo	14/04/2014	coluna praça oito
Estado é líder em resolução de homicídios	jornalismo informativo	28/06/2014	idades
Não está mais presente	jornalismo opinativo	13/07/2014	coluna Victor Hugo
Contrato do Estado com o BID é aprovado	jornalismo opinativo	31/07/2014	coluna Victor Hugo
Ocorrências frequentes em casa	jornalismo informativo	11/08/2014	idades
Casagrande	jornalismo informativo	12/08/2014	política
Mil novos PMs vão para Alunos Soldados farão policimento ostensivo e de trânsito	jornalismo informativo	18/08/2014	idades

Presente no Estado	jornalismo opinativo	18/09/2014	coluna Victor Hugo
Grande Vitória concentra cerca de 60% dos homicídios dolosos	jornalismo informativo	28/09/2014	política
"Estou corrigindo um erro que cometi em 2010"	jornalismo informativo	06/10/2014	eleições
As promessas de Hartung	jornalismo informativo	07/10/2014	eleições
Hartung quer parcerias para melhorar a segurança	jornalismo informativo	10/10/2014	política
“O aeroporto é padrão Infraero” Hartung disse que “dará um jeito” no aeroporto, se o governo federal “permitir”	jornalismo informativo	14/10/2014	política
Hartung vai atrás de experiências sobre segurança e investimentos	jornalismo opinativo	15/10/2014	coluna Praça Oito
Secretário de Segurança: Beltrame está sendo ouvido	jornalismo opinativo	23/11/2014	coluna Victor Hugo
Hartung ouve experiência de UPP	jornalismo informativo	27/11/2014	política
“O único sal que ele vai comer é o sal do suor do nosso trabalho” Casagrande rebate as críticas feitas por Hartung sobre crise nas contas do Estado	jornalismo informativo	30/11/2014	política
índice de homicídios é mácula nos dados do Estado	jornalismo informativo	30/11/2014	política
Olhar de fora	jornalismo opinativo	03/12/2014	coluna Victor Hugo

Uma arma é apreendida a cada duas horas	jornalismo informativo	09/12/2014	idades
Oposição presente	jornalismo opinativo	09/12/2014	coluna praça oito
A escolha mais difícil de Hartung	jornalismo opinativo	10/12/2014	coluna praça oito
A escolha mais difícil de Hartung	jornalismo opinativo	10/12/2014	política
Equipe de transição do novo governo vai a São Paulo	jornalismo informativo	11/12/2014	política
Redução foi de 58,3 para 39,8, a cada 100 mil habitantes	jornalismo informativo	17/12/2014	idades
Hartung opta por não correr riscos na Segurança	jornalismo opinativo	30/12/2014	coluna praça oito
Ocupação social nas mãos de Martinelli	jornalismo informativo	30/12/2014	política
O time montado por Hartung	jornalismo informativo	01/01/2015	política
Conjunto de ações pela paz	jornalismo informativo	01/01/2015	política
novo governo	jornalismo informativo	02/01/2015	política
Governo cobra fim da auditoria da Rodosol	jornalismo informativo	06/01/2015	política
Escolas do Estado terão que cumprir metas	jornalismo informativo	10/01/2015	idades

A Defensoria Pública e a ocupação social no ES	jornalismo opinativo	16/01/2015	artigo de opinião
Herança e deserdados	jornalismo opinativo	01/03/2015	coluna Praça Oito
Nada de UPPs	jornalismo opinativo	02/03/2015	coluna Praça Oito
Segurança	jornalismo informativo	05/03/2015	política
O desafio de prevenir os assassinatos	jornalismo opinativo	08/03/2015	coluna Praça Oito
Desajuste social	jornalismo opinativo	10/03/2015	artigo de opinião
Morte de menores	jornalismo informativo	20/03/2015	idades
Governo descarta mudar compromissos de campanha	jornalismo informativo	29/03/2015	política
obras do governo Hospital e escolas são as prioridades	jornalismo informativo	31/03/2015	idades
Rebatismo	jornalismo opinativo	31/03/2015	coluna Praça Oito
100 dias no poder	jornalismo informativo	10/04/2015	política
O batismo do programa	jornalismo opinativo	12/04/2015	coluna Praça Oito

entrevista governador	jornalismo informativo	12/04/2015	política
André Garcia defende adoção de ações integradas para reduzir mortes	jornalismo informativo	08/05/2015	idades
Ação do Estado é exemplo para Pacto	jornalismo informativo	14/05/2015	idades
Foco na juventude	jornalismo opinativo	20/05/2015	artigo de opinião
Ocupação só social?	jornalismo opinativo	26/05/2015	artigo de opinião
Escola Viva será aberta pelo governo em área de risco social	jornalismo informativo	12/06/2015	idades
A favela é aqui	jornalismo opinativo	27/06/2015	artigo de opinião
Ocupação social em 24 bairros no segundo semestre	jornalismo informativo	01/07/2015	idades
roubo é o delito mais	jornalismo informativo	01/07/2015	idades
Assassinatos: índices caíram em todo o Estado	jornalismo informativo	02/07/2015	idades
Google Maps do governo	jornalismo opinativo	19/07/2015	coluna Victor Hugo
Agosto teve o melhor índice desde 1996	jornalismo informativo	10/09/2015	idades
A teoria da evolução da Segurança	jornalismo opinativo	05/11/2015	coluna Praça Oito
Taxas de barbárie	jornalismo opinativo	10/11/2015	artigo de opinião

Casagrande lança livro, evita críticas a Hartung e desvia de 2016	jornalismo informativo	12/11/2015	política
Estado chega aos jovens pelos jovens	jornalismo opinativo	15/11/2015	coluna Praça Oito
Doze cidades são monitoradas	jornalismo informativo	30/12/2015	cidades
Projetos do governo estadual	jornalismo informativo	16/01/2016	cidades
1,5 mil vagas em cursos de qualificação nos bairros	jornalismo informativo	05/03/2016	economia
Despedida de Martinelli	jornalismo opinativo	16/03/2016	coluna Praça Oito
Cursos gratuitos de capacitação	jornalismo informativo	16/03/2016	economia
Poder jovem	jornalismo opinativo	29/03/2016	coluna Victor Hugo
Cursos para 440 jovens de 5 bairros com mais crimes	jornalismo informativo	05/07/2016	cidades
Caminho certo	jornalismo opinativo	09/07/2016	artigo de opinião
390 vagas em cursos gratuitos de capacitação	jornalismo informativo	14/07/2016	economia
Tecnologia para combater a violência	jornalismo informativo	26/07/2016	anuário
Integração para combater o crime	jornalismo informativo	02/08/2016	anuário

Secretário diz que queda vem desde 2010	jornalismo informativo	26/08/2016	idades
Curso gratuito de maquiador e até de DJ para reduzir a criminalidade	jornalismo informativo	03/09/2016	idades
A dura realidade	jornalismo opinativo	12/09/2016	coluna Victor Hugo
430 vagas em cursos de qualificação gratuitos	jornalismo informativo	24/09/2016	economi a
No palco, cultura e paz	publicidade	02/12/2016	projeto de marketin g
Ciclo do tráfico	projeto informativo	07/12/2016	idades
Bandes vai oferecer empréstimos entre R\$ 200 e R\$ 20 mil para moradores de 25 bairros	projeto informativo	22/12/2016	idades
Esperança para jovens e adolescentes	publicidade	24/12/2016	projeto de marketin g
Jovens de atitude e de olho no futuro	publicidade	30/12/2016	projeto de marketin g
Alerta máximo	jornalismo opinativo	04/01/2017	artigo de opinião
Seis em cada 10 jovens deixaram a escola no ensino fundamental	jornalismo informativo	27/01/2017	idades

Políticas e Política	jornalismo opinativo	02/04/2017	artigo de opinião
Tempo do hoje e do amanhã	jornalismo opinativo	16/04/2017	artigo de opinião
Serra na lista das 30 cidades mais violentas	jornalismo informativo	06/06/2017	cidades
Cursos que ajudam a ter o próprio negócio	jornalismo informativo	02/07/2017	economi a
2100 vagas em cursos gratuitos	jornalismo informativo	05/07/2017	economi a
Na ocupação	jornalismo opinativo	16/07/2017	coluna Victor Hugo
600 oportunidades em cursos de qualificação	jornalismo informativo	02/08/2017	cidades
Deputados versus secretários	jornalismo opinativo	17/09/2017	coluna Praça Oito
Cuidar das contas e das pessoas, o nosso objetivo	jornalismo opinativo	28/10/2017	artigo de opinião
Inscrições abertas para 680 vagas em cursos gratuitos	jornalismo informativo	06/11/2017	economi a
Estado anuncia US\$ 70 milhões para a segurança	jornalismo informativo	01/12/2017	cidades
Índices de assassinatos devem cair até o fim de 2018, diz secretário	jornalismo informativo	06/12/2017	cidades
A cor da morte	jornalismo informativo	12/12/2017	cidades
Triste recorde: ES lidera morte de jovens por armas de fogo	jornalismo informativo	13/12/2017	cidades

Precisamos reagir!	jornalismo opinativo	13/12/2017	editorial
1,7 milhão para a segurança	jornalismo informativo	29/12/2017	idades
"Crime não domina lugar nenhum no ES": André Garcia diz que não há território negado à polícia	jornalismo informativo	22/02/2018	idades
Secretário André Garcia diz que governo controla o crime	jornalismo informativo	23/02/2018	idades
Segurança preocupa mais ricos	jornalismo informativo	19/03/2018	política
Estado vai investir R\$ 230 milhões no Ocupação Social	jornalismo informativo	21/03/2018	idades
Calendário presente	jornalismo opinativo	21/03/2018	coluna Victor Hugo
Internação nem sempre é o mais adequado, diz secretário	jornalismo informativo	01/04/2018	idades
Estado é o 2º em mortes de jovens de até 19 anos	jornalismo informativo	10/04/2018	idades
Pesquisa avalia a reta final dos governadores	jornalismo informativo	21/04/2018	política
Governador fala de iniciativas sociais, educação e investimentos	jornalismo informativo	26/04/2018	idades
Mais segurança	jornalismo opinativo	15/05/2018	artigo de opinião
mortes Negros foram quatro vezes mais vítimas de assassinatos no Estado	jornalismo informativo	06/06/2018	idades
Segurança real e não eleitoral	jornalismo opinativo	07/06/2018	coluna Praça Oito

Não à violência	jornalismo opinativo	16/06/2018	coluna Victor Hugo
Projetos resgatam jovens e crianças	jornalismo informativo	24/06/2018	idades
Cursos de capacitação que transformam vidas	jornalismo informativo	22/07/2018	economi a
Especialistas apontam prioridades para o futuro governador	jornalismo informativo	01/08/2018	política
Olhar voltado para o jovem	jornalismo informativo	06/08/2018	anúário
Governo: “Violência nessas áreas já foi bem pior”	jornalismo informativo	13/08/2018	idades
Dores e feridas do cotidiano	jornalismo opinativo	22/08/2018	artigo de opinião
Polícia vai ter bases na Grande Vitória	jornalismo informativo	24/08/2018	idades
A (in) segurança do Espírito Santo	jornalismo opinativo	23/09/2018	artigo de opinião
32 mil oportunidades em cursos em 25 bairros.	jornalismo informativo	28/09/2018	economi a
Novo secretário de segurança pública	jornalismo informativo	14/11/2018	política
Futuro chefe da segurança defende pena mais dura para criminosos	jornalismo informativo	14/11/2018	política
Como Stan Lee ensinou	jornalismo opinativo	14/11/2018	coluna Praça Oito

Pensando Fora da Caixa	jornalismo opinativo	22/11/2018	coluna Praça Oito
Novo governo promete anistia para policiais	jornalismo informativo	23/11/2018	política
Estado Presente volta a partir de janeiro	jornalismo informativo	30/11/2018	idades
Os desafios de Casagrande	jornalismo informativo	30/11/2018	política
o desafio da segurança	jornalismo opinativo	14/12/2018	editorial
Eles reocuparam o próprio tempo e encontraram novas realidades	publicidade	18/12/2018	projeto de marketin g
O exemplo do ES para o país	publicidade	18/12/2018	projeto de marketin g
"É a menor taxa de homicídios em 29 anos"	publicidade	18/12/2018	projeto de marketin g
Oportunidade para os jovens, sossego para as mães	publicidade	18/12/2018	projeto de marketin g